

## Volume II

- discursos
- entrevistas Portugal
- entrevistas Mundo



Fundação Cuidar o Futuro

# discursos

Senhor Presidente da República,  
Senhor Presidente da Assembleia da República,  
Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,  
Senhores Conselheiros da Revolução,  
Senhores Ministros,  
Senhora Secretária de Estado,  
Senhoras e Senhores:



Acaba o V Governo de tomar posse. Posse das funções, responsabilidades e competências que a Constituição lhe atribui e confere. Posse também do crédito de confiança que o Senhor Presidente da República, neste momento, lhe concede.

Do uso que, nos termos institucionais, será feito dessa posse, responderão os actos deste Governo.

Pela confiança que nele é depositada, responde desde já o Governo, afirmando lealmente perante Vossa Excelência, Senhor Presidente, a clareza das suas motivações, a decisão dos seus propósitos, a convicção do seu empenhamento.

O que nos move, afinal? Por que aceitamos fazer parte desta «marcha de 100 dias»? Por que estamos aqui, sabido, como é, que, nas nossas vidas de intenso trabalho, o Verão nos convidaria ao descanso renovador e a uma comunhão mais próxima com as serranias e os areais, os vales e as colinas que são a raiz telúrica deste povo tão diverso?

Por que estamos aqui? Poderíamos dizer o serviço, o sacrifício, a missão. E diríamos a verdade. Mas preferimos dizer o risco e o gosto de o enfrentar, porque difícil é a tarefa e árduos são os caminhos. Preferimos dizer a solidariedade e o desejo de a viver até ao fim, porque saibrosa é a terra que cultivamos e dura a labuta quotidiana. Preferimos dizer a lucidez e a procura de uma verdade cada vez mais limpa, porque emaranhados são os problemas e contraditórias as soluções.

Que Governo somos? Como nos podemos então definir?

Deu-nos o Presidente da República a bússola que guiará a nossa marcha. Quis-nos **isentos** em relação às forças políticas. Exigiu de nós a **independência** que se demarca dos «afrontamentos e conflitos».

Ao desafio lançado responderemos sem equívocos.

A **isenção** é inteira, porque de nós depende. Não fecharemos os ouvidos a quem disser que os tempos são duros, que a vida está cara, que sobre o povo cai uma pesada carga. Ouviremos o protesto donde quer que venha. E no coro das aspirações dissonantes e, por vezes, antagónicas, prestaremos atenção ao silêncio dos que na sociedade permanecem sem voz. Se alguém privilegiarmos, que sejam os discriminados, os mais desfavorecidos, outra coisa nos não pode pedir a justiça. E dessa preferência não recaremos dar conta.

Se em alguma circunstância formos «motivo de afrontamento e conflitos», não partirá de nós a polémica nem a escaramuça. Temos outras batalhas a vencer, longe que estamos dos torneios medievais.

A **luta** que travamos é contra o tempo -- «empurrá-lo», como diz o poeta, «ao encontro das cidades futuras». Para que se desenhem caminhos novos. Para que se não percorram desnecessariamente as vias do desencanto alheio.

O **lugar** onde travamos a luta é aqui e longe. São os nossos problemas reais, concretos, do povo que somos. Mas são, também, os problemas do mundo de



hoje. Porque todo o problema é hoje universal e planetário.

Procurar, aqui, caminhos de solução é a um tempo tentar responder a necessidades básicas bem determinadas, a fim de sermos nós mesmos numa vida mudada, e aceitar compartilhar o destino da humanidade inteira. Mas por ser vasto e rasgado o nosso horizonte, nem por isso será menos exigente e realista a nossa prática.

Sabemo-nos Governo deste país.

Não abdicamos da tarefa que nos cabe, mas tão pouco a pomos acima ou para além das tarefas que cabem hoje a todos os portugueses. Camponeses, empresários, operários, intelectuais, comerciantes, funcionários, mulheres que vivem a multiplicidade das tarefas do quotidiano, jovens que não iludem um hoje exigente, com um futuro adiado — todos são nossos companheiros de marcha, ao mesmo ritmo e com um mesmo fim. Com todos nos sentimos responsáveis. E, nessa co-responsabilidade, ganha mais força a autoridade que nos permitirá «conduzir a política geral do País».

Para tal nos dizemos e queremos um Governo coeso, colegial, assente no diálogo, na concertação, no consenso.

Não receamos divergências de opiniões, certos como estamos de que aí encontraremos o aguilhão constante para a imaginação criadora. Não nos detemos, atavicamente, nos antagonismos estéreis. Eles só podem ser ultrapassados por soluções novas. Buscamos perspectivas que sem renegarem os contributos ideológicos adquiridos libertem os problemas e a sociedade da sua carga excessiva. Para elas queremos fazer convergir os nossos esforços.

Não é este o lugar nem esta a hora para definir as linhas de acção deste Governo. As ideias concretas relativas a objectivos, temas e actividades serão desenvolvidas aquando da apresentação do programa do V Governo à Assembleia da República. Mas aqui ficam já traçadas, em filigrana, as linhas condutoras da nossa actuação.

Este Governo que finalidades tem? Que grandes causas o norteiam? Que valores o guiam no rigor técnico e ético a que, voluntariamente, se submete?

Cabe-nos — e uso as palavras do Senhor Presidente da República — «assumir sem hesitação o futuro imediato».

Ora esse futuro é a mobilização das consciências e das vontades para a realização das eleições intercalares. Vemos este projecto não apenas como um acto eleitoral em si mesmo, já carregado de profundo significado cívico, mas como uma ocasião para afinar e consolidar o **querer comum** do povo português.

Temos, como convicção segura, a **confiança** no povo, nas forças sociais e políticas que o representam, nas instituições democráticas, no Senhor Presidente da República.

Tempos difíceis serão estes. Mas que nos não roa o cepticismo, a desconfiança, o desânimo.

Coube-nos uma terra austera, que em nós tece sua grandeza e por nós se aventura pelo mundo dentro.

Somos uma terra batida por ventos agrestes e contrários — que em nós enrijecem o ânimo e nos empurram ao encontro da História. Não nos tenta sonhar outra terra nem desistir de acreditar na fecundidade possível dos sulcos abertos pelo nosso labor de cada dia.

Com o poeta, podemos dizer que, para nós:

•A grande aventura  
Não é rasgar os pés  
É chegar morto ao fim:  
É nunca, por nenhuma razão,  
Descer do chão  
Duro e ruim!•

Por isso, Senhor Presidente da República, é na **esperança** que encetamos esta «marcha de 100 dias».





Senhor Presidenta da Assembleia da República,  
Senhoras Deputadas,  
Senhores Deputados:



Eis-me, perante a Assembleia da República, a cumprir o preceito constitucional de apresentação do programa do Governo. Faço-o em plena convicção de que me é concedido um privilégio: expor aos legítimos representantes do povo — perante os quais o Governo é responsável — as traves mestras de uma actuação e de uma filosofia para o que tenho vindo a chamar de «marcha dos 100 dias».

A decisão, já tomada pelo Senhor Presidente da República, de dissolução desta Assembleia, em nada prejudica ou diminui o acto que hoje realizo. Pelo contrário, tenho a consciência de que uma clara transparência — que o mesmo é dizer rigor e profundidade, em termos dos objectivos e das perspectivas globais do programa — é exigida ao Governo, durante o debate que hoje iniciamos. Mais: sabendo a intensa actividade legislativa realizada pela Assembleia na presente legislatura, é-me particularmente grato poder afirmar que o Governo, a que presido, se honra de poder dar execução às leis aqui votadas, independentemente do conhecimento dos grupos que contribuíram para, em cada caso, se estabelecer uma maioria.

Na verdade, em democracia, o voto não é qualificado, não surge afectado de qualquer coeficiente que ligue a decisão majoritária obtida a um ou outro sector do henfício. E essa neutralidade objectiva do voto é para o Executivo, mais uma garantia de que, fazendo cumprir as leis, assume a vontade da maioria — garantia que ganha maior força pelo facto de, ao longo da história desta legislatura, a maioria não ter tido configuração monolítica.

Assim, o que, para o poder legislativo, poderá ter sido um caminho de alianças e confrontos vários — normais e correntes em qualquer parlamento — torna-se, para o Poder executivo, mais uma certeza de não estar, na sua prática, a favorecer nenhuma formação política, em detrimento de outras. Que outros factores não houvera e já este era suficientemente forte para postular a total isenção do Governo!

Julgo, porém, que a Assembleia tem o direito de saber, de forma mais completa, que imagem tem o Governo de si próprio: que Governo é, como entende sê-lo.

As circunstâncias especiais que conduziram à formação deste Governo levantaram, naturalmente, dúvidas quanto à sua natureza e aos seus limites. Não pode o Governo escamotear, perante o povo, tais interrogações. Por isso tenta responder-lhes, à guisa de questões prévias, no 1.º Capítulo do programa ao enunciar «as referências políticas» em que se enquadra.

Tendo o Senhor Presidente da República anunciado simultaneamente a realização de eleições intercalares e a formação de um Governo, que governasse o País até nova clarificação do equilíbrio das forças partidárias nascida da consulta popular, o Governo a que presido, embora constitucional, surge marcado pela «transição». Transição e não ruptura — que tal seja bem entendido. O Governo insere-se numa prática e numa interdependência das instituições democráticas, exigidas pelo espírito do 25 de Abril, que não permitem encará-lo como uma descontinuidade, uma interrupção, um parêntesis na



vida democrática. Transição que o Governo, sentindo-lhe as limitações está, no entanto, disposto a aproveitar nas virtualidades que encerra.

Primeiro, porque tal período poderá ser um «tempo de actuação» útil, para os partidos e forças políticas, permitindo a necessária clarificação da vida política portuguesa e, em consequência, a prossecução de um projecto de vida que responda, sem temores, desvios ou hesitações, às aspirações do povo português.

Depois, porque, num período de transição, a sociedade-em-trânsito não é uma sociedade fechada sobre si própria. Escolha-se de um tempo já vivido para se alongar, adentrando-se, num tempo ainda desconhecido.

O Governo, de uma tal sociedade, tem necessariamente de se projectar para o futuro, agudamente consciente de que todas as suas decisões devem ser fermento revitalizador do tecido social da vida da democracia portuguesa mas também, de que todos os seus actos têm de ser garante da liberdade de actuação dos dirigentes, que as eleições intercalares levarem a assumir a condução da coisa pública.

Tem este Governo, assim, a firme convicção de que lhe compete preparar, a muitos níveis, as tarefas dos que vierem a seguir. Não considera os Governos futuros como inimigos ou rivais. Com plena consciência da sua responsabilidade política, procurará gerir as questões do Estado de tal modo que, não por incúria nem por falta de previsão, esses Governos se venham a encontrar a braços com situações cuja solução esteja fora do alcance das suas possibilidades governativas.

Um Governo de transição supõe ainda outro factor.

É que não lhe é dado tempo para procurar, experimentando-as, várias soluções. Tem de gerir, decidir, executar, perante um horizonte fixo.

Paradossalmente, é assim um Governo de transição aquele que, para poder governar, mais exige, à partida, um conjunto nítido de valores éticos e políticos que lhe sirvam de referencial e uma concepção eficaz e rigorosa da sua estrutura e funcionamento. Ora os valores e referências, que norteiam a acção do Governo, constam, sucintamente, do II Capítulo do programa, intitulado «perspectivas globais da acção governativa». Que me seja permitido indicá-los, a um tempo, na perspectiva de uma visão colegialmente assumida que o Governo, para si mesmo, definiu e na sequência das convicções pessoais de que, ao longo de vários momentos, tenho vindo a testemunhar ao País.

1. O Governo considera-se vinculado, pelo seu mandato, de forma prioritária, às eleições intercalares. É a esse mandato que vai buscar os vectores determinantes da sua actuação e as perspectivas globais em que os seus objectivos se enquadram.

A primeira condição para o exercício da governação é, assim, a criação de um clima de serenidade que, para além de proporcionar o enquadramento necessário para que o acto eleitoral se realize com a correcção e a dignidade que lhe são próprios, torne possível que os Portugueses se ponham, a si próprios, as verdadeiras questões que dizem respeito à sua vida, hoje e no futuro. Ora estas questões não se identificam, necessariamente, com as zonas de confronto rígido em que frequentemente se categorizam as opções. Elas ultrapassam os dilemas meramente ideológicos para se situarem no plano das aspirações, das perplexidades e das motivações que tocam o quotidiano da vida individual e colectiva.





Pelo seu estilo e pela sua conduta, o Governo procurará, nas breves semanas de que dispõe, contribuir para pôr em relevo outros difemas bem mais complexos e que estão presentes em todas as formas de regime político, conscientes e democráticas. São esses dilemas, entre outros: a relação entre a economia e os direitos sociais; entre a acumulação e a distribuição; entre a promoção individual e a responsabilidade colectiva; entre a afirmação da identidade cultural de cada povo e a diversificação do seu relacionamento com outros povos.

2. O clima de serenidade, que é intenção do Governo reforçar, não poderá deixar de ser uma atmosfera e vivência de liberdade, querida e consentida, onde mutuamente se enriqueçam as virtualidades pessoais e as aspirações colectivas.

Atento à inviolabilidade da liberdade de consciência e ao pleno exercício das restantes liberdades fundamentais, o Governo procurará estimular os Portugueses a desenvolverem a capacidade de se situarem criadoramente, face à história que lhes é dado viver.

Não esquecerá também que a criatividade individual encontra terreno fértil em todas as formas de associações onde estão patentes a comunidade de interesses e de afectos.

Procurará, assim, dar especial relevo, aos espaços e aos gestos que exprimem a originalidade de cada um, tentando que se criem e fortaleçam organismos vivos, onde a interacção criadora se possa estabelecer.

Este clima de liberdade, pessoal e de grupo, é condição para a expressão de uma identidade cultural consciente dos seus valores e dos seus objectivos. Nela repousará a liberdade colectiva que culmina na afirmação inequívoca da independência nacional e nos esforços para a tornar actuante no concerto dos condicionalismos internacionais.

Creio bem que longe já das épocas distantes dum isolacionismo sem sentido, não podemos permitir qualquer submissão a poderes alheios, por mais neutrais que sejam as suas aparências e benevolentes as suas intenções. Onde quer que Portugal está presente, é uma história e um povo — que não se renegam nem amedrontam.

3. A afirmação das liberdades vai de par, em democracia, com a prioridade atribuída à satisfação das necessidades básicas de cada povo. No contexto português, tal prioridade é claramente afirmada pela Constituição, em termos de resposta aos direitos fundamentais dos cidadãos. A consciência desses direitos conduzirá toda a acção do actual Governo, exigindo que a política de produção de riqueza e a sua distribuição sejam subordinadas à satisfação das necessidades que condicionam o dia-a-dia da vida nacional. Altera-se, assim, a tradicional correlação entre a economia e o social — impede-se que as chamadas «exigências da economia» invadam todo o campo da decisão política, provocando o estrangulamento dos objectivos sociais.

Em termos práticos, isto significa que o Governo procurará minorar o fosso existente entre a camada da população que detém um poder de compra elevado, e as largas franjas que não chegam sequer a aceder aos níveis mínimos de subsistência.

Entender-se-á, assim, facilmente, que a alimentação, a saúde, a habitação, a educação e a segurança social constituam o conjunto de necessidades básicas que merecerão, deste Governo, todo o esforço que a sua curta duração lhe permitir.





4. A preparação do acto eleitoral supõe a mobilização de todos os recursos humanos para uma maior capacidade de decisão e de empenhamento. Procurará, por isso, o Governo dar incremento a todas as iniciativas em curso e leis em execução que, repartindo a autoridade, reforçam a responsabilidade de cada cidadão e de cada comunidade humana, qualquer que seja a sua dimensão. Valorizar-se-ão, assim, todas as formas de vivência colectiva e democrática que se manifestem em qualquer local do continente e nas regiões autónomas.

São as comunidades coesas e homogêneas que modelam a identidade cultural, que salvaguardam e enriquecem o património, que determinam a orientação da produção, que asseguram o modo mais conveniente de se organizarem e estabelecerem as normas da sua convivência, mas este movimento social, legítimo e necessário, só será operativo se a ele corresponder um aparelho de Estado capaz de se adaptar às exigências e responsabilidades que daí decorrem.

Entende o Governo que para tal é indispensável descentralizar de forma clara as decisões políticas e desconcentrar as decisões técnicas. Tal desconcentração permitirá encarar, com realismo, a diversidade, tão rica em potencialidades, das várias zonas do País e responder com rapidez às exigências, reais e legítimas, das populações.

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados:

Para além das traves mestras que acabo de enunciar ao nível dos valores, o programa que tenho a honra de apresentar traduz, ao nível das estruturas e funcionamento do Executivo, algumas inovações que, embora introduzidas a nível experimental, não deixarão de abrir caminho para uma mais eficaz gestão da coisa pública.

Tal é o conteúdo dos capítulos III e IV do programa onde se enunciam, respectivamente, *objectivos por áreas de problemas e medidas sectoriais*, a nível político e legislativo.

Pela primeira vez, a área social e a área cultural aparecem na estrutura do Governo, a par da área económica. Na área social se incluem não só os sectores da saúde e da segurança social mas também o trabalho, a habitação e obras públicas, os transportes e comunicações. Com tal integração se pretende manifestar o peso da intenção social do Governo relativamente aos Ministérios responsáveis por tais sectores.

Na área cultural incluem-se os sectores da cultura e da ciência — agora integrados num Ministério — e os sectores da educação e da comunicação social. Também aqui há uma intenção que pretende dar à cultura o carácter pluriforme que necessariamente tem na sociedade moderna.

Não hesita o Governo em declarar, perante a Assembleia, que esta estrutura está longe de ser uma mera reorganização de sectores. Ela destina-se a per-

mitir que o Governo realize a tarefa que lhe cabe relativamente à Administração Pública: descompartimentar para melhor coordenar.

Ao enunciar no capítulo IV as «principais medidas políticas e legislativas», o Governo não as identifica com o somatório dos programas internos que necessariamente guiarão a acção de cada Ministério. Houve a preocupação de indicar, de forma selectiva, as medidas que correspondem a opções políticas, abandonando assim o esquema, até agora seguido, da listagem exaustiva das acções a empreender.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados:

Era minha intenção ter completado o programa do Governo com uma folha que, para mim mesma, apelidei de «exortatória». Não o fiz por escrito, mas faço-o agora.

Ao expor algumas linhas do programa do Governo, deixei claras as motivações e as finalidades do compromisso que, com os meus colegas no Governo, livremente assumi. A esta Assembleia — e, por ela, ao povo português — alguma coisa peço, em troca:

- A participação activa e consciente nas tarefas que nos cabem porque, homens e mulheres deste país, somos a maior riqueza que ele possui;
- A tolerância e o respeito mútuo, reparando injustiças, procurando soluções dialogantes para os conflitos, desfazendo os equívocos que facilmente se propagam e nos enleiam;
- A confiança nos outros, para além das discriminações, das passividades, das ideias feitas.

Fora este Governo ocasião de um tal desabrochar de valores e a sua missão estaria cumprida. Por isso, um só voto exprimo: que, no termo dos 100 dias, possa dizer que «da obra ousada é minha a parte feita». O «por fazer» é com os homens e com Deus.



## Resposta do Governo

durante a discussão do programa do Governo  
na Assembleia da República

A Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro: — Antes de tentar responder às questões que foram colocadas, queria salientar que, apesar de o Programa deste Governo ter sido apelidado de ambicioso, não menos ambiciosas foram as perguntas, e que, apesar de o debate ter sido considerado como dispensável, o que é facto é que isso também não impediu a formulação de numerosas perguntas!

E é perante estas situações algo contraditórias e, no entanto, compreensíveis por isso mesmo, que vou tentar esboçar algumas respostas que julgo serem necessárias.

Em primeiro lugar, entendo o Governo ser um órgão colegial e nestas condições que nos encontramos aqui perante a Assembleia. Por isso, de momento apenas tentarei responder às questões que, de certo modo, não direi que sejam da minha responsabilidade exclusiva, mas que devem ser verbalizadas por mim. A resposta às perguntas sobre os aspectos sectoriais da acção governativa será dada a forma adequada e completa pelos meus colegas do Governo, e no momento próprio, se isso for de novo necessário, tentarei enquadrá-las nas perspectivas políticas mais amplas em que nos situamos.

Julgo que é importante ter presente esta afirmação porque não estamos talvez suficientemente habituados a funcionar com órgãos colegiais, que são compostos por personalidades com espírito, mentalidades e opções diferentes. E gostaria que a Assembleia tivesse consciência de que tem perante si um Governo composto por pessoas que, sem abdicarem das suas convicções, aceitam e assumem a condição colegial do seu funcionamento.

Ora, o primeiro conjunto de questões que foram postas ao Governo diz respeito à sua própria natureza. Tenta-se esclarecer se este Governo é ou não um Governo de gestão.

Sem tentar o ardil fácil de remeter a resposta para as afirmações do Sr. Presidente da República, gostaria de esclarecer que é também do entendimento deste Governo que a expressão "Governo de gestão" não constitui na harmo-



nia e no equilíbrio dos nossos princípios actuais uma figura constitucional.

Se, no entanto, nos colocarmos em termos da acção governativa, em que são necessárias decisões e actos de ordem administrativa e política, diremos que a governação é toda ela um acto de gestão. E todos os que estão presentes nesta Sala e que têm tido ao longo da sua vida alguma experiência de gestão, ainda que num círculo limitado, têm de reconhecer que a gestão significa actos decididos hoje que implicam o curto prazo mas, sem dúvida, repercutindo-se sempre no médio prazo e por vezes no longo prazo.

E por isso julgo que importa dizer que, no quadro da nossa Constituição, ou todos os Governos são de gestão ou, então, a aplicação dessa categoria terá de ser cuidadosamente elaborada pela Assembleia da República. Julgamos porém, que ela não se aplica ao Governo actual. Por outro lado, gostaria ainda de salientar que me parece desprimoroso para a Assembleia da República que um Governo que perante ela se apresenta para a aprovação do seu Programa com todas as características de um Governo democrático, logo satisfazendo todas as condições de um Governo constitucional, fosse considerado à partida como um Governo de gestão...

Parece que há aí um vestígio da nossa tendência algo masoquista que nos levaria a um auto-esvaziamento dos órgãos democráticos. Penso que não é essa a intenção desta Assembleia e que não é com certeza a proximidade da sua dissolução que leva a uma tal interpretação...

Quanto à natureza do Governo, foi ainda levantada uma segunda questão que julgo da minha responsabilidade, pelo que me alongarei talvez um pouco mais na minha resposta. Trata-se do vocábulo "transição". No capítulo I do Programa do Governo está explícito que consideramos este Governo como um Governo de transição, o que eu própria afirmei no discurso introdutório que lamentavelmente não foi considerado vazio porque, além de ser muito predicado e complemento directo, tinha algumas afirmações de fundo que gostaria que tivessem penetrado, talvez em onda curta, nos ouvidos das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados!

Esse conceito de Governo de transição tem essencialmente, no meu entender, este significado: trata-se de um Governo que vai agir num período que é logicamente diferente de todo o período que conhecemos desde o princípio desta legislatura e do período que se vai seguir às eleições intercalares.

Para esclarecer melhor o significado da expressão "Governo de transição", diria que tivemos até agora, desde o começo da Legislatura, uma série de Governos, que foram formados em resultado do equilíbrio das forças políticas ou da dificuldade de esse equilíbrio se manifestar a nível governativo — e a Assembleia da República está melhor colocada do que eu para poder analisar os trâmites de formação dos vários Governos. Agora, perante a decisão do Sr. Presidente da República, realizar-se-ão eleições intercalares no Outono deste ano. A partir daí, é legítimo pensar que um novo equilíbrio de qualquer sinal que seja vai nascer e que desse equilíbrio um novo Governo vai sair. E é justamente este intervalo, este entre-dois, que caracteriza este período que me levou a chamar a este Governo um Governo de transição.

Já que falei da decisão do Sr. Presidente da República, *en passant*, queria afirmar que, talvez contrariamente à expectativa de alguns dos Srs. Deputados, não vou comentar nem responder às afirmações que foram feitas quanto à decisão do Sr. Presidente da República relativa à dissolução da Assembleia, à realização de eleições intercalares ou à formação deste Governo.

Penso que esse é um problema a resolver entre dois Órgãos de Soberania que são a Assembleia da República e o Sr. Presidente da República. O Governo não é "correia de

transmissão" entre a Assembleia da República e o Sr. Presidente.

Vozes dos deputados independentes sociais-democratas: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro: — O Governo de transição é um Governo que se situa sobretudo no seguimento das instituições democráticas. E embora julgue perceber nas perguntas que foram formuladas uma referência a esta própria expressão usada noutro contexto na nossa Constituição, devo insistir que este carácter de transição se não identifica com a expressão "transição" usada na Constituição, mas que se refere apenas a este intervalo no tempo.

Julgo que só numa concepção estática da vida e da governação é que se poderia imaginar que há antagonismo entre um Governo de transição e a democracia. Penso que um Governo de transição, se a Assembleia aprovar o seu Programa, tem as mesmas condições que qualquer outro Governo para garantir a democracia.

E relativamente a este ponto gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados para o primeiro capítulo do Programa do Governo, em que se esboça largamente a interpretação da natureza deste Governo. Esta interpretação não é apenas minha mas tem também sido feita pelo Conselho de Ministros nas várias reuniões que precederam esta apresentação do Programa do Governo à Assembleia da República.

Um terceiro conjunto de questões diz respeito ao funcionamento da acção governativa. E aqui quero, em primeiro lugar, prestar um esclarecimento e depois fazer um pedido.

Quanto ao esclarecimento, ele diz respeito à expressão que utilizei no meu discurso de introdução, isto é, às possíveis "virtualidades" deste Governo de transição, tendo eu própria utilizado a expressão "o aproveitamento do tempo de transição".

Or, quais são essas virtualidades? Penso ser necessário tornar clara e transparente a nossa intenção: a urgência do tempo, isto é, o facto de cem dias estarem diante de um Governo levará certamente não a uma maior dedicação que a dos Governos anteriores — que não está posta em causa —, mas a um sentido muito premente da necessidade de resolver os problemas em tempo útil.

E quando falei em virtualidades e no seu aproveitamento supus também a necessidade de preparar o caminho para quem vem a seguir. Julgo que um Sr. Deputado falou em humildade... Talvez esta palavra choque esta Assembleia, mas julgo que este Governo se situa numa atitude de humildade democrática, quer dizer, no respeito pelas instituições democráticas e pela sucessão lógica da acção governativa, independentemente de quem a exerce e dos coeficientes políticos de que vêm afectadas as pessoas que exercem a governação. É neste sentido que o Governo a que presido entende preparar o caminho, e pretende fazê-lo com tanta força e tanta convicção como tentaria fazer se tivesse diante de si muito mais tempo.

Não deixo, no entanto, de acentuar que estas virtualidades levam também a tornar diferente a acção governativa em alguns aspectos.

Devo esclarecer que a média de páginas do Programa é não de duas mas de meia página por dia durante os cem dias. E embora o Programa apareça ainda como um Programa talvez demasiado longo — quase 40 páginas — e sobretudo ambicioso, o certo é que foi pela primeira vez possível elaborar um Programa desta dimensão! Quero lembrar a esta Assembleia que os Programas que antecederam este chegaram a ser de quatrocentas páginas, o que é lógico dentro da preocupação dos governantes de então.

Julgo que foi a situação referida que levou o Governo a con seguir um Programa que, pelo seu carácter sintético, desejaria não fosse confundido com abstracção nem vacuidade, e que permitirá orientar a acção governativa nos próximos meses.





E gostaríamos, se isso fosse possível, de deixar, de algum modo, o caminho aberto para outras formas de apresentar o Programa do Governo que dêem bem a noção de que não se trata de um arranjo tecnocrático de sectores da governação, mas de objectivos e medidas que têm como objecto directo o povo, na sua individualidade e na sua expressão comunitária.

As virtualidades deste tempo de transição têm também que ver com um ponto que referi do meu discurso, o que fiz talvez demasiado veladamente, e que diz respeito ao facto de este Governo sentir que tem obrigação, enquanto Governo, de não deixar carregar excessivas aos Governos que lhe sucedam — e digo excessivas para não usar outro adjectivo. As virtualidades deste tempo terão por isso de ser aproveitadas não em termos dos frutos que este Governo vai colher — que não colherá nenhuns, disso estamos absolutamente certos — mas dos frutos que eventualmente os Governos que se seguirão, por desejo expresso do povo português, poderão legitimamente colher.

O esclarecimento está prestado. Resta agora o problema que foi levantado, e que tem preocupado o Governo durante os curtos dias da sua existência, e que é o problema de como vamos governar perante a existência de áreas de competência reservadas à Assembleia da República.

Para já, devo dizer que o Governo não tem uma resposta feita para esta questão e pensa que ela deve ser encontrada não só durante o debate que vai decorrer nestes dias como também em estreita colaboração com o sr. Presidente da República e sobre as decisões que relativamente a esta matéria possam vir a ser tomadas.

Foram naturalmente encarados por este Governo os vários aspectos, talvez mesmo as três hipóteses possíveis, relativamente à resolução desta questão. Mas como este Hemiciclo abunda em juristas e em notáveis constitucionalistas, não me vou atrever, simples engenheira que sou, a entrar nas várias hipóteses que se podem pôr para resolver o problema de como governar sem a Assembleia da República.

Penso que o realismo e a responsabilidade desta Assembleia, como do próprio Governo, levarão com certeza a encontrar uma solução que permita que durante este período os problemas não fiquem bloqueados e o Governo se veja incapaz de governar. E quero acentuar que se trata de governar e não de realizar qualquer plano grandioso que transcendesse o mandato explícito deste Governo...

Ainda quanto ao funcionamento da acção governativa, foi posta uma pergunta relativamente aos Ministros da República para as Regiões Autónomas. Como é do conhecimento desta Assembleia, o Estatuto dos Ministros da República nas Regiões Autónomas não supõe a sua demissão automática com o Governo cessante. Isto é uma afirmação de facto e não uma afirmação de intenção, que não está tomada relativamente ao conjunto de Ministros que integram o presente Conselho de Ministros.

Uma quarta questão levantada no Hemiciclo diz respeito às relações do Governo com partidos e forças sociais.

Queria desde já clarificar que a referência feita, quer no meu discurso de hoje, quer no Programa do Governo, ao estímulo a formas de associação de todo o povo segundo as comunidades de interesses e afectos — julgo que esta é a expressão utilizada — implica, ao fim e ao cabo, a continuidade da vitalidade da nossa vida social. Aquilo que o Governo pretende não pode ser procurar esta ou aquela forma de associação, mas quer garantir que a liberdade também aí encontrará um estímulo.

As relações deste Governo processar-se-ão, naturalmente, da forma considerada normal e correcta, da parte do Governo, com os partidos existentes e outros que eventualmente se venham a constituir — problema que não é da responsabilidade do Governo, mas do Supremo Tribunal de Justiça e da Lei Eleitoral.

Quero deixar bem claro que da parte do Governo não haverá nenhuma fuga ao diálogo. Foi com verdadeiro pra-

\* zer que ouvi os Srs. Deputados referirem a necessidade desse diálogo com as forças políticas. Contragulo-me e espero que esse diálogo se possa fazer sempre nos dois sentidos.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro: — Embora não seja minha intenção, como disse no início da minha intervenção, entrar em aspectos sectoriais da actividade do Governo, não posso deixar de fazer um breve apontamento sobre três zonas de problemas que foram focadas por todos os grupos parlamentares. Refiro-me aos meios de comunicação social, à Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária e aos sectores da nossa política externa. Deixarei a cada um dos Srs. Ministros encarregados das respectivas pastas o cuidado de indicar em pormenor os aspectos do Programa do Governo que se referem a estas questões e de discutir com este Hemiciclo as linhas de orientação que se propõem realizar. Todavia, não quero deixar de focar algumas questões de fundo.

A primeira é que os meios de comunicação social são, sem dúvida, no nosso país e neste momento, um aspecto importantíssimo da consolidação da nossa democracia. Daí a preocupação do Governo — assim que for investido por esta Assembleia, como espera — em tomar decisões rápidas e pertinentes relativamente à garantia de isenção total dos órgãos de informação e em particular dos órgãos de informação estatizados.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> Primeiro-Ministro: — O Governo considera que no mundo em que vivemos é impossível analisar os órgãos de informação apenas através de discursos moralizantes. Na verdade, estamos perante uma dimensão inteiramente nova do mundo, com as suas regras próprias, seu rigor, sua ética profissional, e da mesma maneira que um cirurgião não vai para a sala de operações sem o devido cuidado também um profissional da informação não pode informar o povo sem o cuidado correspondente. Será esta norma de ordem deontológica que presidirá a todos os critérios que o Governo vier a estabelecer — que, de resto, já estão patentes no seu Programa — no decurso da sua actuação.

No que diz respeito à Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária, é intenção deste Governo procurar a sua execução integral de forma a não privilegiar todos aqueles que eventualmente de tal lei, ou das suas alterações, ou da sua não aplicação se queiram apropriar. Há uma lei votada nesta Assembleia, logo há uma lei que se deve aplicar. Ao Governo cabe executá-la dentro do bom senso, do equilíbrio e da rapidez que exigem tais medidas, sem nunca violar nem a liberdade nem a justiça que a todos, sem excepção, são devidas.

O Sr. Ministro da Agricultura entrará na sua exposição numa clarificação pormenorizada relativamente às intenções do Governo quanto à Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária. Pessoalmente, gostaria apenas de insistir sobre a necessidade de repor o problema da Reforma Agrária no contexto amplo do problema do mundo rural e do mundo agrícola do nosso país, de tal modo que possamos — não certamente em cem dias — dentro de um período de tempo que a todos interessa seja o mais breve possível tornar cada vez mais dinâmico o sector agrícola e garantir àqueles que nele trabalham condições de vida humana digna e coerente.

No domínio da política externa, não foram postas propriamente questões, mas foi feita uma afirmação quanto à integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia. Esclareço que na pág. 18 da primeira versão do Programa se diz, e claramente, que Portugal tem uma política externa conduzida através de dois caminhos: um, que diz respeito à sua inserção no espaço geopolítico onde nasceu, ao qual se encontra vinculado por razões óbvias, entre as quais a presença de mais de um terço da sua população





# Discurso no final do debate sobre o programa do Governo

18 de Agosto de 1979

Senhor Presidente da Assembleia da República,  
Senhoras Deputadas,  
Senhores Deputados:

1.

Quando, no início desta semana, apresentei, em breve introdução de ordem política, o programa do Governo a esta Assembleia, disse que considerava um privilégio poder fazê-lo. Estava então consciente de cumprir um dever constitucional perante o povo português, expondo à aprovação dos seus legítimos representantes as *perspectivas globais*, os *objectivos* e as *medidas políticas e legislativas* que integram o programa. Estou-o ainda. Ao ser-me facultada a possibilidade de uma intervenção final neste debate, sei que é ao povo português que a devo. Por isso, que me seja permitido, Senhoras e Senhores Deputados, saudar, em Vossas Excelências, os eleitores que representam e que, por vosso intermédio, trouxeram a estes dias de debate parlamentar algo do seu sentir e do seu querer.

Nos momentos de debate de ideias e propostas em que os Senhores Deputados se debruçaram, explicitamente sobre o conteúdo e significado do programa, encontrei numerosas sugestões e críticas que, bem ponderadas pelo Governo nos próximos dias, enriquecerão a sua actuação.

Foi para mim e para os meus colegas do Governo estímulo, na prossecução da tarefa que nos cabe, verificar que a orientação do programa, ainda que delineada num período de tempo escasso e sem o apoio de qualquer estrutura como aquela que naturalmente os partidos políticos possuem, encontrou eco e encorajamento em muitos dos oradores que intervieram no debate. Outros houve para quem as intenções e propostas do Governo permaneceram até ao fim obscuras e marcadas pela ambiguidade. A esses não tentarei convencer pela argumentação. Espero que a prática do Governo o faça, ao longo dos próximos 100 dias. Espero que, apesar da mais elementar confiança me ter sido explicitamente recusada, à partida, pelos dirigentes de alguns grupos parlamentares, a boa-fé e a honestidade moral de todos os sectores da população por eles representados, triunfem sobre os preconceitos com que o Governo, a que presido, foi e continua a ser julgado.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados:

Ao procurar esboçar uma *perspectiva globalizante* da acção governativa, ao tentar enquadrar os objectivos do programa numa *visão integrada do desenvolvimento*, ao fazer cair, ao menos na intenção, as muralhas napoleónicas entre sectores da vida pública que se devem interpenetrar para maior economia de meios e maior eficácia de resultados, o Governo não seguiu uma qualquer ciência de compêndio nem pretendeu refugiar-se na vacuidade das abstracções.

As nossas perspectivas e propostas, que alguns Senhores Deputados apelidaram de «vagas» e «abstractas», vêm antes marcadas pelo desejo que o Governo tem de não pautar a sua conduta segundo teorias e esquemas já sobejamente experimentados, mas antes de fazer face de forma directa e concreta, às necessidades reais da população. Trata-se de conceber o desenvolvimento e a



organização social não como a aplicação de modelos pré-determinados, mas como um processo endógeno, que nasce de dentro para fora, e que não é, portanto, facilmente rotulável à luz das ideologias dominantes. Curioso é, aliás, notar que o que é considerado «vago» e «abstracto» é, simultaneamente, acusado de introduzir, ilegitimamente, alterações na sociedade portuguesa. Que estranho paradoxo!

São as nossas propostas «vagas» e «abstractas» ou serão elas *precisas e concretas*, capazes de impor balizas bem definidas para a resolução dos problemas do dia-a-dia?

É a esta luz que me cabe perguntar: o que esteve, afinal, em causa neste debate?

- O *enquadramento político* do programa e os elementos que balizam a sua aplicação?
- As *perspectivas globais* que, no essencial, nenhum partido contestou?
- Os *objectivos por áreas* de programa?
- As *inovações estruturais*?
- As *medidas políticas* apontadas?

O que é, afinal, recusado, *tão visceralmente*, por alguns dos Senhores Deputados?

Ao ouvir, esta manhã, alguns Senhores Deputados, dei-me bem conta de três factores, dos quais só um me diz respeito a mim e ao Governo a que presido.

O primeiro factor é o conflito, já não latente, mas explícito, entre parte desta Assembleia e o Senhor Presidente da República. Por muito respeito que me mereçam uma e outro, devo dizer que tal conflito nada tem a ver com o Governo. Lamento que, em vez de se ter discutido ao longo deste debate, de forma mais aprofundada, o programa e as alternativas possíveis para o País, o tempo tenha sido utilizado para explanação de um conflito entre dois órgãos de soberania perante os quais o Governo é responsável.

O segundo factor é um fantasma que parece pairar no inconsciente colectivo de parte desta Assembleia: a hipótese de um maquiavélico conluio antidemocrático entre o Senhor Presidente da República e este Governo. Não considero que valha a pena esgrimir contra fantasmas.

O povo sabe, não pode deixar de saber — porque acredita na isenção do Senhor Presidente da República que democraticamente elegeu — que tal conluio nunca existiu nem poderia existir. O respeito pela Constituição, que o Senhor Presidente da República, em todos os momentos, tem mostrado, é mais do que suficiente para dar ao povo português a garantia de caminhos limpos no processo democrático.

O que, a nosso ver, está em causa — e é esse o terceiro factor que as intervenções desta manhã puseram ainda mais a nu — é o facto de o Governo se assumir como tal, sem ceder à intimidação que o levaria a auto-esvaziar-se do seu mandato como Governo.

E uma tal reserva ou hostilidade, então, porquê? Porque é um Governo que se apresenta frontalmente como um Executivo autónomo, simultaneamente responsável perante o Presidente da República e a Assembleia da República, incapaz, pela sua própria natureza e composição, de se transformar, após a dissolução da Assembleia da República, num simples eco ou braço executivo da vontade presidencial ou da vontade de qualquer partido.





Porque é um Governo que tem a ousadia — que para alguns será usurpação ou despudor — de falar linguagem política, certo de que a política (tal como a poesia), saiu à rua com o 25 de Abril, e de que o Governo não tem de pedir desculpa a ninguém de ser político.

Porque é um Governo que, ao falar uma linguagem política, *desmitifica o exclusivismo da esfera política* que alguns gostariam de continuar a considerar como seu feudo ou seu «latifúndio», para prestígio social.

Porque é um Governo que tem a lucidez de reconhecer os limites objectivos em que se situa e que, por isso, se considerou a si próprio como de «transição». E, mais uma vez, esclareço o duplo sentido da expressão que deliberadamente usei: é um Governo de «transição», porque exerce um mandato entre duas Assembleias virtualmente distintas na sua composição: é um Governo de transição, porque, na ausência da Assembleia da República como um dos órgãos de soberania perante os quais o Governo é responsável, o seu limite temporal é claramente marcado pela Constituição.

Porque é um Governo que assume, sem o dramatizar, o termo do seu próprio poder. E não é preciso ser perito em ciências humanas para se entender que esta atitude em relação ao Poder incomoda porque insólita e, no seu desprendimento patente, insolente. Num momento em que a ambição do Poder põe a nu a desonestidade moral e intelectual dos que fabricam mentiras e afirmam calúnias como se fossem verdades universais, o aparecimento de um Governo que vai ter nas mãos um poder precário no tempo e que a ele se não agarra, é uma afronta e uma inesgotável fonte de mal-estar.

A aparente contradição, hoje, de novo sublinhada por alguns oradores, entre o horizonte limitado do Governo e a perspectivação de programa qualificado de ambicioso, não tem em devida conta o que, mais uma vez, me vejo obrigada a esclarecer e que aqueles que já tiveram responsabilidades de governação deviam em boa lógica compreender. É que, a não ser que a acção governativa se limite à resolução casuística (e logo arbitrária e discricionária) de situações concretas ou, o que seria ainda mais grave, ao pretexto para favorecer clientelas ou compadrios, todo o Governo, por mais limitada que seja a sua duração, tem a obrigação estrita — a um tempo técnica e política — de saber as motivações dos seus actos e de indicar as razões das suas prioridades.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados:

Talvez fosse expectativa de alguns sectores desta Câmara que eu respondesse às acusações que aqui me foram feitas e que justificam, aos olhos dos Senhores Deputados que as formularam, a sua afirmação de que «o primeiro-ministro e este Governo não oferecem garantias políticas de isenção e de imparcialidade». Responder a tais acusações é uma óbvia tentação. Devo confessar que a minha origem ribatejana me impeliria a fazê-lo já e a descoberto! Mas considero que as calúnias e as mentiras caem, de podres, a seu tempo.





Por muito grande que seja a «ingenuidade» ou «ignorância política» da primeira-ministra, ela nunca confundiria o poder legislativo com o poder judicial! A primeira-ministra não está perante a Assembleia da República como ré. Andam por demais atropeladas, na opinião pública, as competências dos órgãos de soberania, para que o comportamento da primeira-ministra, neste momento, ainda vá acrescentar mais confusão ao panorama geral. Não gostaria que o povo português visse que alguns dos seus representantes haviam transformado a Assembleia da República em tribunal.

Não deixo, no entanto, de fazer aqui duas observações.

A primeira é a verificação de que as acusações, que me são dirigidas, têm que ver não só com a minha actuação política mas, sobretudo, com a pessoa que sou. É a minha convicção de que vale a pena investir tudo em cada momento e a certeza de que não há, portanto, limites calculistas no meu empenhamento político que, obviamente, desconcerta e irrita outros temperamentos. Sou eu, Maria de Lurdes Pintasilgo, com uma história e uma maneira de ser que estou em causa. Ora, nisso, Senhoras e Senhores Deputados, considero-me soberanamente livre e com o direito de o ser numa sociedade que se quer justa e democrática.

Alguns dos Senhores Deputados procuraram fazer uma distinção entre a minha pessoa e o meu comportamento político. Se esses Senhores Deputados julgam, com bitolas diferentes na mesma pessoa, o ser humano e o político, eu, pela minha parte, em todo o comportamento humano, analiso a componente política, e, em todo o político, aprecio o homem. No dia em que um esconder o outro, o mundo ter-se-á transformado num mero jogo entre máscaras e não entre pessoas.

Fundação Cuidar o Futuro

A segunda observação que quero fazer refere-se ao enquadramento internacional da minha actividade. Contrariamente às afirmações feitas aqui esta manhã, devo esclarecer, perante esta Câmara e, através dela, perante o povo português, que a minha actuação, enquanto representante de Portugal na UNESCO, foi marcada por um crescente e sempre activo apoio por parte dos meus colegas, quaisquer que fossem os grupos geopolíticos a que pertenciam. A minha eleição para o Conselho Executivo da UNESCO teve lugar, por proposta unânime dos países do bloco ocidental e contou com o apoio de 121 países, num total de 126 votantes. E, se mais provas não tivera, de que posso, no plano internacional, representar dignamente o meu país, bastariam os telegramas de apreço e solidariedade recebidos de numerosos Chefes de Estado ou de Governo, de que destaco os primeiros-ministros dos países da CEE.

Ao referir tais dados, não tenho quaisquer intenções de me vangloriar, pois apenas fui voz do povo a que pertença, mas tenho, sim, o desejo bem claro de que o povo português saiba que, através deste Governo, está em estreita ligação com os mais diversos povos e culturas.

Caber-me-ia retomar, neste momento, o objecto principal deste debate: o traçado do programa do V Governo Constitucional. Sinto, porém, depois das intervenções desta manhã, que são quase supérfluos quaisquer novos esclarecimentos que eu, aqui, me propusesse dar. Limi-



tar-me-ei, portanto, a insistir sobre alguns aspectos e intenções que possam ainda oferecer dúvida.

Reafirmo, em primeiro lugar, as *perspectivas globais* da acção governativa. Afirmamos, no programa, que o mandato que nos é confiado — a preparação de eleições intercalares — exige a criação de um clima de *acalmia e serenidade, a defesa da liberdade*, tanto pessoal como das comunidades e da Nação no seu conjunto, a *satisfação das necessidades básicas*, o reforço do *poder local* a todos os níveis.

Não formulamos estas quatro grandes perspectivas como figuras de retórica. Julgamos que o acto eleitoral se prepara num enquadramento motivador do voto e num fortalecimento dos laços de solidariedade que ligam uns aos outros os membros de uma mesma comunidade. Estamos conscientes de que um povo se consolida como tal à volta de acontecimentos significativos. Pois, que é a História, senão o acontecimento vivido e repercutido no tecido social? Por isso, a par de todos os mecanismos e programas que no quadro das instituições, para tal vocacionadas, tenham como objectivo o incitamento ao voto, está o Governo disposto a contribuir, através dos meios que lhe são próprios, para que as eleições possam ser vividas como um acontecimento aglutinador do povo português. Entendemos que os nossos compatriotas não esgotam a sua capacidade social e política no acto material do voto. Ao afirmarmos as perspectivas globais da acção governativa, que nos propomos levar a cabo, queremos significar que a preparação de eleições é um envolvente de muitas acções diferenciadas. Vemos como indispensável a convergência dos esforços dos vários sectores da vida nacional, para a criação desse envolvente.

E, perguntarei, entre parêntesis: que um Governo prepare materialmente as eleições neste enquadramento e com estas preocupações, será sinal de falta de isenção ou sentido das responsabilidades políticas? Aos que desejariam apenas a lubrificação da máquina tecnocrática de preparação do voto, terei de dizer sem ambiguidade que este Governo não é um computador!

Espero que não restem dúvidas, neste momento, entre todos aqueles que estão interessados em preservar e desenvolver uma vivência livre e democrática, sobre a atitude e as «ambições» deste Governo, no que respeita à sua isenção perante o próximo acto eleitoral. Estão definidos por esta Assembleia, na legislação que aprovou, os mecanismos de controlo da veracidade do acto eleitoral. E recordo, mais uma vez, as intervenções que, neste campo, têm as Autarquias — elas já com representação pluripartidária — os partidos políticos como tais, os Tribunais e a Comissão Nacional de Eleições, esta também de composição pluripartidária.

Esquecer este facto ou iludir permanentemente o seu conhecimento não serve a ninguém.

O Governo deseja afirmar, uma vez mais, que, durante a sua actuação, manterá — para além de todas as perplexidades que certos comportamentos lhe venham ainda a causar — a sua firme intenção de contribuir para a pacificação e a acalmia social, procurando o contributo e o diálogo com todos os partidos e forças sociais, mesmo aqueles que parecem escusar-se a esse contributo conjugado e a esse diálogo.

Foi, para este Governo, particularmente grato verificar que a tentativa, que fez, da sua *própria estrutura interna e das suas áreas de actuação*, encontrou apoio e concordância entre a maioria dos Senhores Deputados, que a tal propósito se lhe referiram.





Gostaria de poder dizer, perante esta Assembleia, que o funcionamento do Governo revela já os inegáveis benefícios que decorrem da sua nova estrutura. A colegialidade impõe-se. As decisões são mais eficazmente preparadas. As acções são mais concertadas, desde o início. Segundo a Constituição, o Governo é livre de se organizar como entender. O facto de, internamente, o Governo ter autonomizado três grandes áreas de coordenação não implica, contrariamente ao que foi aqui afirmado, a existência de «superministros», que passassem o tempo a coordenar. Todos os ministros têm o mesmo estatuto. E a coordenação, a nível de áreas, significa que o Governo (e a primeiro-ministro, em particular) não têm do Poder, uma concepção concentracionária.

Mas a importância mais significativa da organização do Governo e do seu trabalho está na forma como esse trabalho se irá concretizar. O terminal de cada sector da governação deixará de ser um terminal isolado, como se o povo, que servimos, fosse sucessivamente consumidor, produtor, utente de serviços de saúde, educando, etc. Não. Esta estrutura pretende conduzir a uma forma integrada de prestação de serviços, de tal forma que o processo de desenvolvimento se destine, na prática, a todas as dimensões da pessoa humana.

Três observações apenas, de ordem geral, relativas aos comentários feitos sobre os objectivos e medidas:

1) É certo que os objectivos e medidas, apontados neste programa, carecem de um plano como quadro de referência. Mas esperamos, também, que a experiência deste Governo permitirá, ela própria, pensar no Plano em outros termos.

Se, como esperamos, for possível tornar operacional a participação do povo na elaboração do Plano, os terminais convergentes da acção governativa poderão fornecer o suporte adequado para tal esforço, enquanto o reforço do poder local, através da descentralização das decisões políticas e da desconcentração das decisões técnicas, dará garantia da adequação das acções às populações que servem.

2) Por outro lado, os objectivos e, especialmente, as medidas, foram formuladas deliberadamente sem recortes nítidos. É um conjunto de intenções programáticas a guiar a actuação do Governo e a impulsionar a aceleração dessa actuação.

Não foram incluídas acções pontuais que, essas, surgirão das «medidas políticas e legislativas», que são as únicas consignadas na Constituição. Por isso, quaisquer indicações relativas a mudanças de quadros se não incluem neste programa. Elas são da responsabilidade do Governo no exercício da sua gestão corrente.

3) Finalmente, quero assinalar que os objectivos e medidas foram prioritariamente concebidos, como muito bem verificou um dos Senhores Deputados, em termos qualitativos. Tal óptica não resulta, apenas, da dificuldade da situação actual em permitir melhorias em termos quantitativos. Resulta também da certeza que há muita coisa a melhorar no seu funcionamento, na criatividade com que é realizada. Este programa contém uma aposta de transformação qualitativa.

Fundação Cuidar o Futuro



Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados:

Vai o Governo, para levar a cabo a sua acção, pedir à Assembleia da República as necessárias autorizações legislativas nas áreas de competência reservada desta Assembleia. Feita que está, há vários dias, a listagem dos domínios previsíveis para a actuação do Governo, durante cem dias, não deixa de subsistir um problema que foi posto ao Senhor Presidente da República, bem como ao Senhor Presidente da Assembleia da República: a eventualidade de um bloqueio governativo.

Julgamos que mesmo para esta eventualidade, ainda que remota, os dois órgãos de soberania, perante os quais o Governo é responsável, não deixarão de encontrar uma solução constitucional.

Ao termos conhecimento, esta manhã, que, para os domínios de competência reservada da Assembleia da República, nomeadamente no que diz respeito a empréstimos e actualização do Orçamento Geral do Estado, há grupos parlamentares que não estão dispostos a dar essa autorização, não podemos deixar de mostrar a nossa perplexidade e de tornar claro, perante o povo português, que tal decisão significa que certos grupos de Deputados não querem que o Governo tome as decisões necessárias à vida normal deste país.

Antes de terminar, Senhor Presidente, permita-me que agradeça aos Senhores Deputados a contribuição séria e cuidada que deram ao enriquecimento do programa do Governo. Mesmo as perguntas que ficaram sem resposta — e reconheço que muitas houve — serão devidamente ponderadas.

Os limites deste Governo vinculam-no, como já tive ocasião de dizer dentro e fora desta Assembleia da República, à execução rigorosa da vontade claramente expressa na Assembleia da República. Esse será um dos marcos norteadores da sua acção.

O debate polarizou-se. Não por culpa expressa do Governo. Com a mesma consciência tranquila e serena com que aqui se apresentou na segunda-feira, o Governo aguarda a decisão sobre o seu programa. Apenas pode dar uma garantia, que os homens e mulheres de boa vontade serão os únicos a compreender: é que independentemente das posições aqui assumidas pelos diferentes grupos parlamentares, a isenção do Governo não sofre qualquer entorse.

Se a neutralidade objectiva do voto é um critério democrático que aplicamos a todas as leis votadas por esta Assembleia da República e que teremos de executar, o mesmo critério aplicaremos à votação que se vai seguir. Será o resultado final que conta e não quem constitui a maioria que o tornou possível.





**A** criação de uma «nova ordem internacional que possa transcender uma dimensão exclusivamente económica e política, para se colocar também no plano social, cultural e de informação» foi defendida pela eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo durante o discurso de cerca de 45 minutos que proferiu, ontem, perante a Assembleia Geral da O. N. U.

No discurso que publicamos a seguir na íntegra, a chefe do Executivo português afirmou estar convencida de que «não há nenhuma estratégia de desenvolvimento para os anos 80 que seja compatível com a actual política de corrida aos armamentos».

É o seguinte o texto do discurso proferido pela eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo:

«É para mim particularmente significativo poder dirigir-me a esta assembleia no limiar da década de oitenta.

É certo que os calendários podem ser considerados como meras convenções a pontuarem a rotina da continuidade.

Mas podem ser também a ruptura dessa continuidade, marcos a alertar-nos para a novidade dos instantes, para a erupção da história inédita, para o devir que a acção dos homens e dos povos modela e cria.

Estimulam-nos assim a encarar novas metas, a utilizar outras metodologias, a libertar-nos da ganga dos sedimentos acumulados.

São um convite a conceber alternativas viáveis e a optar corajosamente por aquelas que servem todos os homens e o homem em todas as suas dimensões.

São basicamente desafio ao conformismo e à imaginação, quando se esgotaram as linhas esboçadas na projecção do já adquirido e se avolumam as interrogações e perplexidades.

Com a década de oitenta o futuro invade-nos, sacode o presente a que estamos acomodados, interpela-nos sobre os traços deixados na história e interroga-nos sem transigência sobre o destino que antevemos e preparamos.

O encontro com a nova década é assim o encontro com a possi-

bilidade de um projecto comum da humanidade.

### Mudança qualitativa da Assembleia Geral

É nesta perspectiva que olhamos a agenda desta sessão da Assembleia Geral.

A ordem do dia cobre, é certo, pontos que vêm sendo discutidos desde há vários anos. Não fora a gravidade das situações e que dizem respeito e poderíamos quise dizer que a Assembleia Geral se auto-satisfaz num cerimonial repetitivo de intenções e preocupações.

Mas sabemos que não é assim. Por um lado, a frieza dos pontos de agenda é o que a puxa da comunidade que somos face à tragédia da nossa própria condição e à imensa dificuldade de a ela fazermos face de forma criadora. Há, em cada ponto, realidades humanas — das pessoas, dos grupos, das nações, do mundo — que ultrapassam a espessura da máquina burocrática em que todo o sistema tende a submergir e a neutralizar o que é vivo e vital.

Por outro lado, a Assembleia Geral tem hoje condições para colocar de forma radicalmente nova, velhas questões, problemas adormecidos ou latentes.

Foram-se acumulando nos últimos anos factos e acontecimentos que a Assembleia Geral analisou, resoluções a que deu forma e que adoptou. Põe-se inevitavelmente a questão de saber se o impacto da organização como livro associação de Estados soberanos, instância política última no plano internacional, se produz apenas em termos exponenciais do crescimento das suas palavras, resoluções, convenções, mecanismos institucionais de execução.

É nossa profunda convicção que esses esforços cumulativos das várias acções passadas das Nações Unidas se traduzem num salto qualitativo de funcionamento do sistema e — o que é mais importante — de consciência solidária da comunidade mundial.

A Assembleia Geral está, julgamos, em condições de funcionar como lugar de cristalização do já adquirido e simultaneamente como manifestação ainda balbuciente mas já audível de uma nova expressão da solidariedade mundial.

Para tanto é indispensável que nela convirjam as aspirações das massas populares de todo o mundo, a reflexão que equaciona em termos mais exigentes a solidariedade entre os homens e os povos, a decisão que deve animar os dirigentes na sua tarefa ao serviço dos povos e da paz entre as nações.

### O sedimento da década de 70 na O. N. U.

Ao tentar enunciar em termos muito sumários o que me parece como sedimento da década de 70 no quadro do sistema das Nações Unidas, deixo deliberadamente de lado os numerosos pontos da agenda que mereciam só por si uma intervenção no plenário. A delegação do meu País não deixará de nas comissões respectivas sobre eles especificamente intervir.

Noto, entre outros, as situações em Chipre e no Sueste Asiático, as iniciativas para a desnuclearização da África, Médio Oriente e Ásia do Sul, os passos necessários para a estabilização de uma nova ordem internacional da informação, a realização da conferência mundial para o desarmamento e bem assim as diversas questões relacionadas com a condição da mulher, nomeadamente a preparação da próxima conferência mundial em 1980 integrada na década das Nações Unidas para a mulher e a elaboração da convenção para a eliminação da discriminação contra a mulher.

[Que me seja permitido afirmar, em relação a este último ponto que o inegável progresso verificado no mundo quanto à participação de algumas mulheres em postos-chave de tomada de posição política não nos deve fazer esquecer que a imensa maioria das mulheres está ainda longe de poder contribuir em plena igualdade de direitos e de oportunidades para a criação dos novos modelos de vida e sociedade de que toda a humanidade tanto carece].

### A Carta da O.N.U., código de conduta

Neste fim de década, somos levados a encarar a nossa adesão à Carta da O. N. U. não como uma afirmação de princípio rígido e imutável (e por isso mesmo abstracta e desligada do real) mas como um código de conduta enriquecido, na sua interpretação, como os elementos de experiência vivida e de elaboração teórica da década de 70.

Consideramos que, em cada estágio da história das relações internacionais, novos tipos de direitos e correlativos deveres bem como regras cada vez mais aperfeiçoadas do comportamento se consubstanciam para darem renovado vigor e interpretação mais ampla aos princípios que a Carta afirma.

Na década de 70, profundas transformações de ordem social e económica vigente entre os povos bem como o carácter inusitado de não poucos conflitos mostraram que o código de conduta contido na Carta vincula todas as nações, grandes ou pequenas, poderosas ou fracas, levando umas a reconsiderarem a fraqueza da sua força e outras a medirem a força da sua fraqueza.

Neste contexto, «a declaração relativa aos princípios do direito internacional no que diz respeito às relações amigáveis e à cooperação entre os Estados em conformidade com a Carta das Nações Unidas» (Res. 2625 XXV) bem como a Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados (Res. 3281 XXIX) são exemplos claros do enriquecimento do código de conduta que a Carta permite.

1) \*

Nas saudações de introdução, o discurso constava também do seguinte parágrafo:

"Desejaria ainda evocar neste momento a memória do Presidente Agostinho Neto, da República Popular de Angola, cujo recente e inesperado falecimento tornou mais pobre África e a família das nações que se exprimem em português. Ao prestar-lhe sentida homenagem associo-me ao luto do povo angolano, que certamente saberá prosseguir a obra de consolidação nacional que o Presidente Neto vinha cumprindo com lucidez e determinação."



A preocupação crescente em todo o sistema e a experiência dos últimos anos tendente a transformar as posições antagónicas em plataformas de concertação, capazes de negociarem pelo diálogo e pelo esclarecimento mútuo veio substituir à tirania do voto a prática cheia de sabedoria do conselho.

O que está em causa numa tal evolução é a passagem gradual do juridismo à prática da solidariedade e da convivência.

### A O. N. U. e as questões políticas

Através dos esforços para a concertação deixou-nos também a década de 70 no quadro de O. N. U. um recorte mais nítido do que costuma chamar-se «questões políticas».

Com efeito, a este assembleia geral se referem dois órgãos fundamentais do sistema, ambos fontes do tratamento de questões políticas: o Conselho de Segurança e o Conselho Económico e Social.

Num se concentra a sede de avaliação das relações de forças no mundo e a tentativa de resolução pacífica dos grandes conflitos. Fácil é verificar que as grandes questões que têm sido levantadas no Conselho de Segurança a que o meu país tem a honra de pertencer, tem que ver, não só com a dimensão propriamente política dos acontecimentos, mas também com a grande problemática da injustiça social no mundo e com as condições infra-humanas de existência de grande parte da humanidade.

Paralelamente, se o Conselho Económico e Social trata especificamente das questões que dizem respeito à economia, à ciência, à cultura, à informação, numa palavra, ao social na sua acepção mais globalizante, tão-pouco as podemos deixar no limbo aparente das questões não políticas.

A resolução 187 (XXXII) desta Assembleia Geral que passou a exigir às agências especializadas do sistema o cumprimento imediato das resoluções da Assembleia Geral não deixou a esse respeito quaisquer ambiguidades.

Não são estas afirmações apenas resultado de uma interpretação dada ao político no interior do sistema das Nações Unidas nem de uma politização inadequada de todo o sistema.

E que esta década confirmou de forma inequívoca que a independência económica e a independência política estão íntima e profundamente ligadas.

Da tomada de consciência dos países produtores de matérias-primas, tornando de forma dramática a sua independência económica garante da independência política, à mais cautelosa afirmação da independência económica dos países que a industrialização parecera tornar poli-

ticamente incólumes e invulneráveis, uma profunda evolução teve lugar.

A tal ponto se ligam os dois sectores que nos podemos perguntar que critérios fundamentam hoje a verdadeira independência.

Estaremos já numa fase de troca económica que transcende o Estado-Nação (diminuindo porventura a sua força política)? E se assim é, que salvaguardas pode encontrar o Estado-Nação para garantir a sua própria autonomia, a liberdade das suas escolhas e opções

Enredados em mercados cada vez mais amplos, somos invadidos por modelos que nos são alheios, por aspirações que se situam a outras latitudes. A grande empresa é a de emergirmos, em plena afirmação de autonomia de cada povo, da teia de relações cada vez mais complexa e contraditória que o «mercado mundial» implica ligando politicamente os estados uns aos outros.

E com outro importante sedimento da década de 70 tornou-se clara a vacuidade política — entendamos a inutilidade para a boa relação entre os homens e para a sua felicidade — da ciência e da tecnologia quando não estão postas ao serviço do desenvolvimento.

É na relação do homem com o seu enquadramento natural e cultural, com o seu espaço e a sua história que se encontra o seu potencial de transformação. É aí que se podem erguer as barreiras impedindo o modelo único e que se devem criar, sobretudo as expressões da cultura. (A palavra «cultura» não se trata aqui de uma palavra necessária para estimular as tecnologias mais apropriadas, os sistemas económicos mais flexíveis, a afirmação de soberania mais rigorosa e mais tolerante.

Ora, um tal processo de desenvolvimento não é compatível com as limitações económicas tantas vezes impostas do exterior, fixando taxas de inflação, de desemprego, quando não também o próprio aumento da riqueza.

Constrangimentos deste tipo criam afil no seio de regiões inteiras ou na vida de um povo, a fixação irreversível, a médio ou longo prazo, do tipo de actividades científicas, técnicas, comerciais, impedindo-as de estarem verdadeiramente ao serviço de um povo e da sua cultura. São assim a negação do próprio desenvolvimento.

Por isso se pode dizer que hoje a ciência e a tecnologia são, muitas vezes, o cavalo de Tróia da dominação. Se podem veicular uma certa racionalidade que permite uma linguagem comum, podem também provocar a desintegração do tecido social. Para que se tornem instrumentos do desenvolvimento é necessário desalienar o trabalho científico e técnico que, por uma concepção irrealista de «pureza» científica, se subtrai, muitas vezes, aos movimentos sociais do mundo em que se insere.

O reforço dos valores culturais

é hoje a linha por onde passa necessariamente toda qualquer estratégia de verdadeira independência nacional. E isto não apenas na salvaguarda legítima da soberania de cada povo mas na defesa de uma comunidade mundial mais rica na sua diversidade, mais capaz de enfrentar os problemas com a contribuição própria de cada cultura e de cada povo.

Tal tem sido, dentro do sistema das Nações Unidas, a obra sistemática das suas agências especializadas e de forma singular da U.N.E.S.C.O., de cujo conselho executivo me honro fazer parte.

O desenvolvimento que procuramos para todos os povos é, assim, um desenvolvimento endógeno. Não se trata de um desenvolvimento em vaso fechado, na busca de uma qualquer raiz mítica que subitamente desse origem a uma nova ciência e a uma nova técnica. Não. Trata-se de respeito pelo ritmo de crescimento de cada região, do melhor aproveitamento das suas matérias-primas, entre o presente e a história feita ou por fazer. Trata-se da capacidade de uma dada sociedade fazer face, de forma dinâmica, à sua própria evolução histórica com a cultura que é a sua, com as técnicas e os materiais que são os seus. Trata-se da via original de cada caminho histórico.

### Direitos dos homens, direitos dos povos

Estabeleço finalmente neste fim de década um relação mais clara entre os direitos individuais e os direitos dos povos.

Os direitos individuais alicerçam toda a ordem interna dos Estados. Dizem respeito às liberdades e às garantias fundamentais da pessoa humana — à informação objectiva e à capacidade de usufruídos bens culturais e de participar no seu aprofundamento e feitura; dizem respeito sobretudo à possibilidade de cada homem escolher o seu destino, criar a sua história, dizer a sua palavra, acrescentar ao mundo natural e organizado que não fez o gesto pessoal que é a própria cultura em movimento — direito a ser diferente e a exprimir essa diferença. Direito à vida como bem fundamental e direito à satisfação das necessidades básicas que a preservam.

Mas não são estes direitos satisfeitos em todas e quaisquer situações. Eles têm que ver com os direitos dos povos.

Direito inalienável de soberania sobre o território — como sempre se considerou — mas direito também, e não menos importante, sobre os recursos naturais e sobre o património cultural que lhes dão a fisionomia própria. Direito a estabelecerem a sua própria estratégia de desenvolvimento, os contornos das suas escolhas políticas e os limites da sua própria actuação.

Direitos de todos a não serem meros subalternos que as circunstâncias vinculam a potências mais fortes, mas a serem considerados como parceiros de pleno direito no plano internacional.

Quanto parece inútil o esforço dos que no interior de cada sociedade trabalham a lutar por um futuro melhor, por eles desejado e querido, e que se vêem objecto de um jogo de xadrez cujas regras desconhecem e não podem influenciar.

(...) E nesta contexto que aparece na sua total falta de lógica a corrida aos armamentos. Face a um mundo que é entrópico em todas as dimensões, são questões de mera sobrevivência mais ainda do que considerações de ordem moral que postulam o desarmamento.

### Direito à paz

Digamo-lo com clareza: não à estratégia de desenvolvimento para a década de 80 que seja compatível com a continuação da actual política de corrida aos armamentos. Assim, ou a maior parte dos recursos financeiros, científicos e tecnológicos são «desviados» para a solução dos problemas de desenvolvimento ou o equilíbrio e a nova ordem mundial não passarão de mitos. Tão-pouco o desarmamento pode ser visto como uma intenção piedosa que impedissem o deflagrar de uma guerra mundial.

A corrida aos armamentos provoca a guerra hoje. Desde a Segunda Guerra Mundial até hoje tiveram lugar no mundo mais de 125 guerras, que envolveram directamente mais de sessenta países e indirectamente mais de oitenta. Não podemos deixar de enunciar que tais guerras parciais funcionem como «reguladoras» da perpetuação do sistema que o recurso à violência é norma dominante.

Dai que Portugal, respeitando embora as alianças que inquebrantavelmente honre, deseje — e deve afirmá-lo — que se caminhe para o desarmamento global e controlado.

Reconhecemos, é certo, a complexidade e o melindre das negociações de desarmamento e não esqueçamos o legítimo direito dos Estados de garantir a sua segurança. Afirmamos, no entanto, o imperativo moral e também pragmático de se criar o espírito e os mecanismos adequados em ordem a substituir a latente hostilidade que hoje separa vastas áreas do Globo por um ambiente de confiança e mútuo respeito. Só assim se conseguirá transferir para objectivos de progresso humano larga parte dos recursos técnicos e financeiros que a indústria de armas agora mobiliza.

Nesta perspectiva, o meu País congratula-se com as negociações S. A. L. T. entre as duas grandes potências, cuja continuação e respectivo alargamento poderão constituir significado passo para um efectivo desanuviamento internacional. De igual modo, Portugal atribui significativa importância às iniciativas encorajadas pela Organização no sentido de serem estabelecidos esquemas regionais de segurança, conforme ocorre com a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa.





## Direito à pátria

A consciência crescente da complexidade em que se insere a luta pelos direitos dos povos — de todos os povos — leva-nos a referir com particular inquietação a situação no Médio Oriente.

Ligado pela história e pela cultura aos povos afectados, o meu País tem por repetidas vezes insistido na necessidade de ser encontrada uma solução global justa e duradoura que garanta a todos os Estados da área o direito à existência e à paz dentro de fronteiras reconhecidas e respeitadas, conduza à retirada de Israel dos territórios ocupados desde 1967, bem como ao desmantelamento dos colonatos que ali ergueu, e assegure a concretização efectiva dos legítimos direitos nacionais do povo palestino, injustamente fracturado numa diáspora tantas vezes marcada pelo sangue, perseguição e desespero.

Portugal, que presidiu recentemente à comissão do Conselho de Segurança sobre os aldeamentos israelitas nos territórios árabes ocupados, desejaria deixar aqui o seu claro testemunho acerca das crescentes expectativas e ansiedade da gente palestina para que lhe seja reconhecido o inalienável direito humano de possuir uma pátria a que livremente se acolha, e seja posto termo a uma situação que afecta a consciência moral das nações.

## Direito à autodeterminação

Das diversas tarefas que as Nações Unidas têm cumprido para assegurar um efectivo exercício dos direitos fundamentais dos povos, a descolonização e a defesa do direito de autodeterminação têm ocupado lugar significativo e revelado as potencialidades de efectiva capacidade de intervenção moral. Permanecem porém algumas situações coloniais que afectam a estabilidade internacional e desafiam a consciência das nações. Assim ocorre na África Austral, onde na Namíbia e no Zimbábue persistem ordenamentos políticos ilegais, que não só têm impedido a livre autodeterminação das respectivas populações como ainda estão na raiz de condenáveis ataques a países vizinhos a que nos ligam laços de especial solidariedade.

Espera o Governo português que os esforços diplomáticos empreendidos no quadro das Nações Unidas para pôr termo à ocupação ilegal da Namíbia possam em tempo breve conduzir à independência deste país, no inteiro respeito das respectivas unidade e integridade territorial e da vontade livremente expressa de todas as suas forças políticas.

Paralelamente, porque conhecemos por anterior e dolorosa experiência própria o dramático e negativo ciclo da intransigência política em similares circunstâncias, temos a esperança de que na presente conferência de Londres se obtenha uma fórmula que restaure a legalidade, defenda com equidade os diversos interesses legítimos envolvidos e restitua ao povo do Zimbábue a liberdade efectiva da sua voz e vontade sem injustas tutelas da minoria interna.

Outro aspecto da mesma realidade negativa provalente nesta área revela-se na continuação do sistema do «apartheid», do que o recente estabelecimento de mais um Batsúto — significativamente apenas reconhecido pelos seus próprios criadores — constitui infeliz prova de persistência. Portugal, a cujo povo sempre repugnou qualquer discriminação assente em factores racionais, reitera com firmeza a sua condenação desta prática política e social, que ofende gravemente a

consciência moral das nações, e constitui negra barreira para um integral progresso humano.

Também a um outro povo — o de Timor Leste — este directamente ligado à história do meu País, continua a ser negado o seu legítimo direito à autodeterminação. Apesar de repetidas condenações das Nações Unidas, e não obstante as resoluções aprovadas por Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança, nem o povo timorense pode até agora exercer efectivamente aquele direito, nem Portugal, como potência administrante, tem possibilidade de por si só inverter a situação injusta ali criada. Apelamos, portanto, para a consciência internacional de modo a que rapidamente se encontrem condições para uma progressiva normalidade de vida das populações de Timor Leste.

## Direito ao património comum da humanidade

Paralelamente ao reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos nas suas diversas manifestações, vem emergindo, com maior clareza o imperativo de se criar e consolidar um direito que procura dar expressão legal a equitativa à presente interdependência das nações no plano do aproveitamento e defesa dos factores ecológicos e dos recursos físicos da humanidade.

A incorporação numa futura convenção relativa ao direito do mar de princípios como o do «património comum da humanidade» e de um sistema de exploração de uma importante área marítima baseada em tal princípio, a procura de soluções jurídicas visando uma mais justa redistribuição dos recursos naturais vivos e não vivos à escala mundial ou regional fornecem, de facto, precedentes de grande alcance para o futuro das regras que deverão reger as relações internacionais e são um passo positivo na construção de uma nova ordem mundial. Foi neste espírito que o Governo português propôs Lisboa para sede de uma das instituições que venham a ser criadas como resultado da futura convenção, dispondo-se a contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para a realização de uma nova ordem marítima mais justa.

## No limiar da década de 80

A reflexão sobre o sedimento que os anos 70 nos deixaram leva-nos a olhar com esperança a década de 80 que se avizinha.

A grande tarefa dessa década é em nosso entender, a criação de uma nova ordem internacional que transcenda os planos exclusivamente económico e político para se situar também no plano social, cultural e da informação. Não se trata de uma reorganização mais ou menos tecnocrática dos sistemas de trocas económicas e comerciais entre as nações. A esse nível urge descobrir atitudes mentais arriscadas e imaginativas e transformações estruturais.

Foçamos desde já afirmar que a expressão tão frequentemente usada de solidariedade mundial traduz uma nova sensibilidade da «cooperação internacional» e implica um novo tipo de relacionamento entre os povos e as nações. Não pode continuar o injusto desaproveitamento de vastas capacidades criadoras de muitos povos que, vegetando no limiar da sobrevivência, se encontra ainda longe do património acumulado do conhecimento intelectual, científico e tecnológico da humanidade.

Para podermos avançar em direcção a objectivos de desenvolvimento humano, paz, segurança, e equidade económica, não podemos esquecer a difícil realidade objectiva que nos diversos domínios compõe o mundo concreto e fracturado dos nossos dias; nem tão pouco iludir a constatação de que a comunidade das nações se encontra ainda afastada — no espírito, na prática e até no ânimo — de um quadro, mesmo que modesto, de boa vontade.

Se, sabemos-lo bem, para pouco contribuirão aqui idealismos excessivos, consideramos que existe um largo e possível campo de convergência de interesses e vantagens que poderá permitir, em clima de flexibilidade e transacção, começar a dar corpo às legítimas aspirações de uma vida internacional mais justa e estruturada.

É precisamente esta tarefa decisiva que o presente período parece impor às Nações Unidas. Evitando isolamentos ou radicalizações, cabe-lhe criar mecanismos de encontro e discussão, aperfeiçoar os sistemas e regras que os estruturam e lhe deem força concreta, dinamizar e concertar as vontades políticas que possibilitem os seus progressos, proceder ao exame crítico dos modelos de desenvolvimento presentes ou propostos.

Cabe assim à organização das Nações Unidas assumir o desafio deste novo período, sob pena de ficar marginalizado e impotente perante a tarefa histórica que hoje se abre à lucidez e sabedoria das nações.

A linha de consenso, apesar de difícil, não é irrealizável já que — conhecem-no com clareza uns e outros — a alternativa nem é moralmente limpa, nem tão pouco tranquilizadora. Por isso, a consciência da necessidade de um novo ordenamento internacional — do político ao económico, do social ao cultural — embora ainda no começo, vai ganhando amplitude e nem por tratar-se de um objectivo distante, quase na vertente da utopia, devemos abandoná-lo ou dele desistir também outras batalhas encetadas por esta organização — como a descolonização — pareciam no início impossíveis ou insensatas, pouco mais que meras apostas no futuro.

## O rosto moral do relacionamento entre as nações

O que está em jogo não é somente uma mudança da forma de vida de todos nós, nem apenas um novo pragmatismo nas relações entre os povos e países, nem sequer uma mera estratégia respeitável de sobrevivência internacional. Trata-se sobretudo da necessidade imperativa de juntos — pacientemente — desenharmos com fraternidade e à luz da nossa humana medida, o rosto que vem faltando ao relacionamento entre as nações.

Neste se definirá o perfil do homem dos tempos novos capaz de justificar a esperança na construção de um novo momento na civilização humana.

Não é por isso possível falar em termos mundiais quando se não afirma explicitamente o homem singular. É ele que é o princípio e o fim de todo o desenvolvimento, de todo o acto cultural, de toda a concepção política. A garantia das liberdades de cada homem deixa de ser o problema restrito para ser um problema mundial.

Venho de um país que, desde 25 de Abril de 1974, liga indissolúvelmente as liberdades de cada português à solidariedade activa com todos os povos do mundo capazes de integrarem factores que a época de domínio da ideologia industrialista deixou de lado.

Em duas frentes se tornam necessárias tais atitudes e transformações.

## Novos modelos para as sociedades industrializadas

Trata-se, em primeiro lugar, da descoberta de novos modelos para as sociedades pós-industrializadas. Contrariamente a certas ideias generosas no curto prazo mas maltusianas no médio prazo, pensamos que é hoje indispensável à evolução da humanidade o contributo específico dos países ricos e altamente industrializados. Tal como a máquina a vapor iniciou uma nova compreensão dos fenómenos da energia e do trabalho, também hoje se requer não necessariamente a descoberta material de relações socioculturais e de decantação das aquisições mais significativas da época da industrialização.

Tal matriz incorpora o abandono do egoísmo institucionalizado e a procura deliberada de metas sociais e culturais que se situam num registo diferente do do mero crescimento económico.

É nossa profunda convicção que aí se situa o contributo vital que os países ricos podem dar ao mundo nesta fase de civilização em que nos encontramos. Certos movimentos, ainda que relativamente marginais, quer no domínio da técnica (em particular da energia) quer no domínio das relações humanas (especialmente os movimentos feministas) apontam nessa direcção.

## Maior pragmatismo para os países pobres

Não é menos radical nem menos exigente a mudança de atitude que a nova ordem económica internacional supõe da parte dos países pobres. Havemos de cultivar uma maior capacidade de diálogo sem quebra da firmeza na defesa de posições justas; havemos de envolver por um sã pragmatismo que não fique cercado à partida pelo radicalismo verbal em que se escolhe muitas vezes a nossa impotência. Havemos sobretudo de redescobrir que uma ordem mais justa não depende somente da tolerância, da compreensão e das «concessões» dos ricos que cada país pobre pretende, à sua maneira, ganhar para si, mas da clareza dos nossos propósitos, das irrefutáveis conquistas que tivermos feito na ordem interna.

Teremos perdido toda a força de diálogo no concerto das nações a construir uma ordem interna mais justa.

Longe vão os séculos em que Portugal viveu essa solidariedade pelos mares e continentes fora. Hoje, levantadas as ambiguidades da história já passada, experimenta e constrói a sua parte da nova solidariedade mundial ainda em gestação.

Não admira, por isso, que um dos seus poetas contemporâneos assim exprima metaforicamente a ligação do povo português à humanidade inteira. Permita-me, senhor presidente, que termine lendo como um testemunho e um voto para a comunidade mundial esse poema:

## A minha aldeia

Minha aldeia é todo o Mundo.  
Todo o Mundo me pertence  
Aqui me encontro e confundo  
Com gente de todo o Mundo  
Que a todo o Mundo pertence.

Bate o sol na minha aldeia  
Com várias inclinações  
Ângulo novo, nova ideia.  
Outros graus, outras razões,  
Que os homens da minha aldeia  
São centenas de milhões.





discurso de Maria de Lourdes Pintasilgo  
na RTP , 6ª f. 30 de Novembro de 1979

Lurdes Pintasilgo na RTP:

## Porei lugar à disposição após eleições qualquer que seja o seu resultado

*João Paulo II aceitou convite para visitar Portugal*

«A minha intervenção de hoje perante as câmaras da Televisão tem, como primeiro objectivo, tornar claro que, qualquer que seja o resultado das eleições do próximo domingo, tenho a intenção de, como Chefe do Governo, pôr o meu lugar à disposição do Presidente da República logo que sejam oficialmente anunciados os resultados da consulta popular» — declarou ontem a primeiro-ministro ao dirigir-se aos portugueses através das câmaras da RTP e logo após o período reservado à campanha eleitoral, então já prestes a ingressar o seu termo.

Acrescentando que «a marca dos cem dias» tinha como horizonte o acto eleitoral, Maria de Lourdes Pintasilgo acrescentou que «uma vez consumado esse acto, resta ao Governo garantir que os mecanismos complementares do voto sejam devidamente accionados no termo desse processo, a decisão do Governo poderá considerar-se cumprida».

Numa outra passagem da sua alocução, da qual inserimos extensos extractos na página 3 desta edição, Maria de Lourdes Pintasilgo referiu que «para além da preparação técnica das eleições — preparação a que a equipa do Ministério da Administração Interna soube imprimir rigor, zelo e a eficácia que tal acto exige — sou forçada a interrogar-me sobre o modo como o Governo contribuiu para o fortalecimento do querer comum da Nação que somos».

Antes de terminar, a primeiro-ministro, aludindo à sua ida às Nações Unidas, onde se avisou com João Paulo II, disse que «tinha o gosto de tornar pública uma especial prova de apreço do Papa, anunciando que João Paulo aceitara, em princípio, o convite para visitar Portugal, e que essa visita será concretizada em termos a serem definidos oportunamente pelos bispos portugueses e pelo Governo, em contacto com a Santa Sé».



Lurdes Pintasilgo: «O povo saberá reconhecer a total independência e isenção que nortearam os membros do Governo»





«A minha intervenção de hoje perante as câmaras da televisão tem como primeiro objectivo tornar claro que, qualquer que seja o resultado das eleições, tenho a intenção de, como chefe do Governo, pôr o meu lugar a disposição do senhor Presidente da República logo que sejam oficialmente anunciados os resultados da consulta popular», afirmou Maria de Lurdes Pintasilgo, dirigindo-se ao País na intervenção que ontem fez através da RTP.

«O Governo está, pois, prestes a terminar o seu mandato — proseguiu a primeiro-ministro, que especificaria: «Na ausência da Assembleia da República, perante quem qualquer Governo é responsável, é directamente ao povo português que hoje devo uma palavra, daí o subordinar-me ao imperativo ético de prestar contas a quem, de pleno direito, deve ajuizar esta etapa da vida política nacional.

«Não vou, no entanto, sobrecarregar os que me ouvem com uma inventariação exaustiva das medidas tomadas pelos vários sectores governamentais nos 4 meses de vigência deste Governo. (Os elementos para uma tal avaliação estão já coligidos e espero poder dá-los a conhecer publicamente em devido tempo). Não me cabe, tão pouco, neste momento, justificar a prática do Governo nem responder às críticas que lhe têm sido feitas. Ao povo português caberá julgar.»

«Para além do muito que de falso se disse e se escreveu, dos boatos, das mentiras postas a circular, o povo saberá reconhecer a total independência e isenção que nortearam os membros do Governo e a sua acção. Cumprime, sim — e é isso que me proponho fazer — sublinhar o modo como este Governo entendeu o seu mandato e tentou cumpri-lo.

«No curso por ocasião da tomada de posse — lembrou a chefe do actual Governo — tive ocasião de dizer que o principal objectivo do V Governo era a mobilização das consciências e das vontades para o realização das eleições intercalares. E acrescentei: Vemos este projecto não apenas como um acto eleitoral em si mesmo, já carregado de profundo significado cívico mas como ocasião de aplicar e consolidar o *querer comum* do povo português.»

Para além da preparação técnica das eleições — preparação a que a equipa do Ministério da Administração Interna soube imprimir rigor, o zelo e a eficácia que tal acto exige — sou, pois, forçada a interrogar-me sobre o modo como o Governo contribuiu para o fortalecimento do *querer comum* da nação que somos.

«Disse no início do meu mandato que queria dialogar com o povo. E fi-la. Fi-lo porque entendo que fortalecer o *querer comum* é, antes de mais, ir ao encontro do povo, ouvir as suas queixas e aspirações, deixar que os gabinetes de trabalho e os centros de tomada de decisão sejam invadidos pelo eco das vozes dos marginalizados por carência de bens ou de justiça.

Fortalecer o *querer comum* é contribuir para que o povo português se reconheça como *um todo*; populações que labutam nos campos ou aqueles que habitam as cidades e, no seu reboço, procuram respirar; classes trabalhadoras ou cidadãos que, por conta própria, se lançam em iniciativas de produção ou de comércio; pequenos funcionários ou técnicos que asseguram a qualidade dos bens e dos serviços; artesãos humildes ou altas profissões a introduzirem a beleza no quotidiano; gente do Norte e do Sul, do interior e do litoral, das regiões agrícolas como das regiões industriais, do continente, das regiões autónomas e das comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.»

Foi neste contexto que a partir do mês de Setembro, tive a possibilidade de me deslocar com outros membros da equipa governativa a oito zonas bem defenestradas do País. Através dessas visitas pude ouvir o povo e os seus representantes e confirmar que, para além das diferenças existentes, as necessidades básicas que preocupam a população são as mesmas — o tecto, a saúde, o trabalho, a educação, a cultura, a segurança.

Encontrei um povo consciente do valor da terra, desejoso de poder dela extrair o seu sustento e o do País, capaz de formular os objectivos da produção mais adequada a cada solo, pronto a desenvolver formas de associativismo que tornem o esforço mais leve e os frutos mais visíveis. Encontrei um povo a braços com

uma carência generalizada de habitação. Ouvi como escasseiam as casas, os preços são inconcebíveis, o arretadamento urbano vigente provoca novas injustiças. Mas ouvi (e vi) também as sugestões concretas e bem definidas. Encontrei mulheres afirmando sem subterfúgios a sua condição de cidadãs de pleno direito, exprimindo as dificuldades criadas pela carestia da vida e mostrando-se dispostas a lutar pela justiça e pela liberdade para si mesmas e para outros.

Foi para ea resposta a tais necessidades e aspirações — especificou Lurdes Pintasilgo —, que se orientou prioritariamente a acção do V Governo. Aprovado, estão algumas das grandes linhas de conduta seguidas: o estímulo à agricultura de grupo e o apoio a projectos de investimento de cooperativas agrícolas; o desbocamento de impasses institucionais no domínio da habitação, permitindo que as iniciativas individuais e cooperativas encontrem rapidamente vias de solução; a melhoria das condições propícias ao investimento, tornando possível que a iniciativa privada se desenvolva e o sector público assumam a sua plena responsabilidade; a tentativa de correcção do aumento do custo de vida pelo aumento dos salários mínimos, do subsídio de desemprego, das pensões de reforma por velhice ou invalidez.

No contexto das respostas às necessidades básicas aro um parêntesis para dar especial relevo ao esquema mínimo de Segurança Social recentemente votado pelo Conselho de Ministros (e que os meios de comunicação quase ignoraram). Com efeito, esta medida exprime, da parte do Governo, a decisão de salvaguardar o direito que têm todas as pessoas, independentemente do seu vínculo de trabalho, a serem protegidas pela sociedade em caso de orfandade, doença, invalidez, velhice.

Há quem tenha tentado diminuir o impacto desta decisão, acusando-a de demagógica. Mas como é possível pensar que o dinheiro do Estado (i. e., de todos nós) continue a deixar na quase miséria os 2 milhões de portugueses (dos quais 512 000 crianças do meio rural e das zonas suburbanas) que com estas me-

das passam a viver um pouco menos mal?

Não foi esta decisão amilagre demagógica nem este Governo a si se atribui todo o mérito de a pôr em prática. Era possível em virtude dos efeitos na economia das orientações seguidas pelo I Governo Constitucional.

Mais: tal decisão situa-se na linha dos direitos e garantias sociais preconizados pela Constituição da República Portuguesa. Ao V Governo coube, apenas, a vontade política de dar forma, neste momento, a alguns desses direitos.

Mais do que a marca de quantitativo — decretos-leis promulgados, medidas tomadas — teve este Governo a *marca da intervenção qualitativa*, sempre que esta se apresentou como possível.

Assim se procuraram ultrapassar compartimentos estanques entre as realidades sociais e o progresso económico para se encontrar uma matriz em que a economia e o bem-estar constantemente se interpenetram e mutuamente se fecundam.

Assim se procuraram vencer as barreiras entre o centro e a periferia.

A realidade de um país sólido e sempre policêntrico. Não houve por isso descontinuidade entre o trabalho realizado nos Gabinetes ministeriais e as decisões tomadas a nível local ou distrital. Foram formas diversas de uma mesma acção.

Assim se procurou demonstrar que pode não existir dicotomia entre o local e o internacional. Foram ouvidos problemas ao nível das juntas de freguesia ou de pequenas associações — e a esses problemas está a ser dada a resposta pronta e pontual, através de uma estrutura de intervenção do meu Governo.

E simultaneamente foram ouvidos os problemas do mundo, nos quais, em múltiplas instâncias, nos encontramos envolvidos.

Houve quem se admirasse com o meu interesse pela nova ordem internacional julgando que ele prejudicaria o cuidado pela ordem nacional. Como se se não tratasse das suas faces de uma mesma realidade. Como se o não compreendesse o povo português, na sua sensibilidade ao universal.

É verdade que este governo atribuiu a esfera das relações internacionais uma particular atenção, declarou a seguir a primeiro-ministro. «Disso são

prova os passos dados em várias relações bilaterais e a nossa eleição para órgãos internacionais. Membros já do Conselho de Segurança das Nações Unidas, da Comissão dos Direitos do Homem, do Conselho Executivo da UNESCO, fomos na semana passada eleitos para o Conselho Executivo da Organização Mundial da Alimentação e da Agricultura. Que um tão pequeno país esteja simultaneamente em todas estas grandes plataformas da vida internacional diz muito da confiança que no regime político português põem povos de tão variados sistemas e tão diversas zonas geográficas.

Uma especial prova de apreço tenho hoje o gosto de tomar pública: o Papa João Paulo II aceitou, em princípio, o convite a visitar Portugal que lhe dirigí quando da audiência que me concedeu em Nova York. Essa visita será concretizada em termos a serem definidos oportunamente pelos bispos portugueses e pelo Governo em contacto com a Santa Sé.

Termino mais este diálogo com os meus compatriotas, na consciência nítida de que o que foi dito está muito aquém do que seria necessário dizer.

Falei mais do estilo que do conteúdo da governação. Falei mais do que o povo português sugeriu ao Governo do que do serviço que o Governo prestou ao povo. Deixei não enunciados os aspectos do programa do Governo que ficaram, por cumprir, as acções esboçadas mas não suficientemente estruturadas, as intenções e os desejos que não chegaram a tomar forma.

Na luta contra o tempo que este Governo travou não foi possível percorrer confortavelmente caminhos novos, disse a terminar Lurdes Pintasilgo. Foi apenas possível abrir sulcos que se esperam duradouros. Sulcos para novas formas de ser governo num contacto mais próximo com as realidades do concreto quotidiano. Sulcos para uma visão mais global e mais integrada dos problemas nas suas múltiplas dimensões sociais, culturais, económicas. Sulcos para uma participação mais activa e dinâmica de Portugal na rede das solidariedades mundiais.

Possam esses sulcos abrir caminho para um Portugal mais justo e mais livre — o Portugal que o espírito de Abril fez renascer em nós.



Fundação Cuidar o Futuro

# entrevistas

PORTUGAL





## A primeira entrevista com o novo chefe do Governo

Maria de Lurdes Pintasilgo a "O Jornal"

# "Tentarei criar um Governo com estrutura mais leve"



«Tentarei criar uma estrutura se possível mais leve do aparelho governativo, em que seja dado idêntico relevo às grandes áreas de coordenação da vida social, cultural e económica portuguesa» — disse-nos, ontem à noite, o Primeiro-Ministro indigitado, Maria de Lurdes Pintasilgo, em entrevista exclusiva a «O Jornal». Sentada numa sóbria mesa de trabalho do exiguo e simples apartamento da Alameda de Santo António dos Capuchos onde desde há longos anos vive, em instalações compartilhadas com outras mulheres integradas no GRAAL (organização laica católica), Maria de Lurdes Pintasilgo, embaixador de Portugal na UNESCO, depois de ter sido ministro dos Assuntos Sociais no II Governo Provisório (ver «A figura da semana»), fala-nos compassadamente e confessa-nos o cansaço que as suas primeiras preocupações governativas já lhe estão a provocar.

«Foi essencialmente o desejo de responder ao momento histórico que vivemos que me levou a aceitar a incumbência de tentar formar o Governo de gestão, mas não será por isso que irei agora inflectir a orientação e a

forma como tenho vivido a minha própria história que é tudo menos uma carreira» — dir-nos-ia ainda.

Onze dias antes, no seu confortável gabinete da Missão Portuguesa junto da UNESCO, no 6.º andar do n.º 1 da vila de Segur, Maria de Lurdes Pintasilgo falava-nos outras coisas. Da sua actividade na UNESCO, da evolução política que Portugal sofreu depois do 25 de Abril, da Constituição, do referendo, dos partidos políticos, enfim dos problemas da comunicação social estatizada. E contava que gostaria imenso de ver o Presidente da República na UNESCO quando da sua visita oficial a França e que tinha assegurada a realização no próximo ano em Portugal de um Simpósio Internacional sobre o Homem, o Oceano e a Ética, a maior realização deste biénio daquela organização.

Há já um (portugal) embaixador de Portugal junto da UNESCO mas sim o Primeiro-Ministro indigitado que fala a «O Jornal» na sua primeira grande entrevista aos órgãos de comunicação social. É essa importante e muito interessante entrevista, conduzida por CARNEIRO JACINTO, feita há onze dias em Paris e ontem, quinta-feira, à noite em Lisboa, que apresentamos de seguida.

«O Jornal» — Porque aceitou a incumbência de formar o Governo de gestão?

Maria de Lurdes Pintasilgo — Foi essencialmente o desejo de responder ao momento histórico que vivemos. É preciso que nesta caminhada de democracia o povo exprima livremente como quer determinar o seu modo de viver em sociedade. Se um Governo pode garantir instrumentos para que essa caminhada seja realizada na harmonia e com imaginação, estou disposta a ser parte integrante dele.

P. — Que tipo de estrutura de Governo pensa adoptar no seu gabinete?

R. — É ainda muito cedo para poder falar de aspectos muito concretos. Tentarei tudo o que me for possível no sentido de explicitar na actuação que vou ter, as minhas ideias, de que teremos oportunidade de falar. Isso quer dizer que tentarei criar uma estrutura se possível mais leve do aparelho governativo, em que seja dado idêntico relevo às

grandes áreas de coordenação da vida social, cultural e económica portuguesa. Decerto que haverá outras condições que terão de ser postas em marcha, mas essas teremos de as deixar para a surpresa do dia-a-dia.

P. — Pensa convidar muitos dos actuais responsáveis do IV Governo para integrar o seu Executivo?

R. — Julgo que neste momento não posso dar uma resposta muito concreta a essa sua questão. Apenas queria acentuar o seguinte: o Governo que terminou agora o seu mandato e o Governo de que vou ser parte integrante, têm características completamente diferentes. O primeiro funcionou nos quadros tradicionais e normais, podemos dizê-lo, com uma Assembleia da República, enquanto este funcionará para preparar eleições e na ausência da Assembleia da República. Ora, isso postula imediatamente uma diversidade de funções para o Executivo e possivelmente também diversidade de personalidades.

### Quero contactar directamente com o povo português

P. — E o que é que a preocupa mais nesta altura que assume a responsabilidade de chefiar o Governo de gestão?

R. — Compatibilizar a tarefa quotidiana da chefia do Governo com aquilo que me parece mais importante neste momento. Isto é, o diálogo que eu gostaria de instaurar não só com as forças organizadas mas com o povo no seu conjunto, de modo a que a inovação de que falava há pouco, venha directamente até mim. Em meu entender ela não decorre do Governo, vem do povo e espero que ela venha até mim de tal modo que esteja em condições de disponibilidade de espírito para as poder captar e tentar dar-lhes a execução que for possível.

P. — Como pensa passar essa sua ideia à prática?

R. — Gostaria de poder ter um

contacto muito frequente e directo com o povo português ao longo destes, no máximo 100 dias, que tenho na minha frente.

P. — Não pensa que com essa sua ideia poderá vir a ser acusada de pretender fazer carreira política? Foi com essa ideia que aceitou ser Primeiro-Ministro?

R. — Como pode verificar pelo meu currículo, a minha história é tudo menos uma carreira. Não será neste momento que irei inflectir a orientação e a forma como tenho vivido a minha própria história. Não penso que os portugueses ao ouvirem-me, e alguns ao lerem-me, vejam nisso uma promoção pessoal. Julgo que estou suficientemente sintonizada com aquilo que nos caracteriza como portugueses para poder ter o único diálogo de que sou capaz e que é o da procura e da franqueza total.



## Quero realizar a minha tarefa na solidariedade com as outras mulheres

P. — A senhora engenheira é a primeira mulher a chefiar um Gabinete das mulheres portuguesas?

R. — Atribuo a esse facto uma importância simbólica. Há um tributo que fica levantado e daqui para a frente já não será proibido uma mulher chegar a este lugar, será sempre possível. Isso é importante a nível desta função e é com certeza também importante a nível de muitas outras funções. Mas não considero que pelo facto de eu ser indigitada para este cargo fique resolvida a discriminação de que são vítimas as mulheres em muitas das funções que ainda exercem.

A minha atitude neste momento como mulher é a de considerar que é na solidariedade com as outras mulheres que eu quero realizar esta tarefa. Sinto-me em convergência

verno português. O que lhe parece que isso poderá significar para o de situação e de aspirações com as mulheres do nosso país que querem encontrar uma forma de contribuir para a vida social.

P. — Assusta-o o facto de existirem certas forças que não vêm com bons olhos a sua escolha para Primeiro-Ministro do Governo de gestão?

R. — O susto não é exactamente isso. Há um risco e o maior é o de verificar muitas vezes que forças que se podem mostrar contrárias à minha presença à frente do Governo, o façam a partir de interesses que me podem levar a mim a uma atitude de cepticismo em relação às pessoas e à coisa pública. É isso que receio mais do que outra qualquer coisa.

## Enquanto as estruturas governativa e administrativa não corresponderem a novas perspectivas, tudo o resto são paliativos

P. — Passados cinco anos sobre o 25 de Abril, que leitura faz da actual situação que vivemos. O que se fez de positivo e o que pensa que podia e devia ter sido feito?

R. — Penso, por exemplo, que em termos de aplicação rigorosa da Constituição, se agarrarmos nela encontramos definidos os direitos e os deveres fundamentais dos cidadãos. Em termos institucionais nós não fomos ainda capazes de criar uma estrutura governativa que, de algum modo, responda às necessidades, direitos e deveres do próprio povo.

Isto quer dizer que um Governo não é só um conjunto de ministros que segundo um esquema tradicional, carregam cada um a sua pasta e resolvem cada um de forma sectorial, o seu conjunto de problemas. Um governo que hoje deve fazer face de maneira adequada aos problemas da sociedade tem, necessariamente, de ser estruturado de maneira diferente.

Isto poderia significar que um governo deveria ter, tal como sucede, por exemplo, em Inglaterra, um pequeno gabinete coordenador das áreas-chave da actividade nacional. Depois de ter sido feita essa coordenação tratar-se-ia de executar algumas das medidas mais urgentes.

Julgo que já aí teríamos uma transformação institucional que me parece fundamental, e que estaria na sequência lógica das transfor-

mações que foram desejadas após o 25 de Abril.

Mas há, ainda que dizer que em termos institucionais a Constituição está longe de ser cumprida no que diz respeito à regionalização da vida nacional.

É certo que a Lei das Finanças Locais deu um certo contributo para uma nova forma de encarar os ambientes de dimensões humanas em que as pessoas vivem. Mas estamos ainda longe de termos chegado a uma concepção do nosso espaço geográfico e humano, em que tenhamos ultrapassado o macrocefalismo que herdámos e em que possamos encontrar de novo um «poli-centrismo» em todas as áreas.

Isso julgo que responde não apenas à tão falada descentralização — que para alguns é apenas uma utilização de boas correias de transmissão, com o Governo situado no centro, com os seus órgãos intermédios e periféricos — mas também ao que se chama a desconcentração, o que quer dizer que os centros da decisão não têm de estar todos no mesmo local nem no mesmo agregado, mas podem diversificar-se consoante a realidade geográfica e humana que servem.

Isto para mim é tão básico que enquanto a estrutura governativa e a estrutura administrativa do país não corresponderem a estas perspectivas considero que tudo o resto são paliativos.

## A Constituição está longe de ser aplicada no que tem de mais inovador

P. — Não lhe parece, portanto, como hoje certos sectores defendem que a Constituição é a cause de todos os males?

R. — Não, longe disso. A Constituição está longe de ser aplicada naquilo que tem de mais inovador. Reconheço a crítica que lhe tem sido feita em diversos sectores e que

resultou de compromissos vários.

O que ficou sempre na sombra é aquilo que na nossa Constituição pode ser caminho de resposta a aspirações que são próprias do nosso tempo e que nós, porque estivemos numa fase revolucionária, podemos exprimir de forma, talvez, selvagem mas certamente mais maciça e mais global do que em outros países.

## O referendo nesta altura é descabido

P. — Uma questão que anda no ar é mesmo a da necessidade de se proceder a um referendo que possibilite uma revisão global da Constituição. O que pensa a este respeito?

R. — Parece-me que nesta altura o referendo é perfeitamente descabido. Nós podemos ver na História que, de cada vez que um referendo é utilizado, é-o, sobretudo, para dizer sim ou não a alguém. Aconteceu-me estar em França, quando, em 69, o general De Gaulle pôs à consideração dos franceses o referendo e o texto de 29 páginas em que estavam os fundamentos da regionalização, que era a questão básica sobre a qual se referia. Ora, esse texto rapidamente foi rejeitado, quer

na televisão quer na imprensa.

É claro que foi o general De Gaulle que pessoalizou o problema convertendo o referendo num sim ou não ao general. Mas se neste caso histórico o processo foi nítido, a mesma transparência não é evidente em todos os processos. Não julgo assim que o processo português tenha suficiente clarificação para, neste momento, pormos ao povo um referendo cuja matéria é de difícil descrição. Gostaria, aliás, de ouvir as figuras políticas portuguesas e os profissionais da Informação que afinadamente têm vindo a defender essa ideia, explicar as questões-chave do referendo ao povo, em qualquer situação...

## Dois factores para as crises sucessivas: excessiva ideologização e diversidade de estratos sociais

P. — Em sua opinião, e para além da necessidade que já apontou da reformulação de estrutura do Governo e de se avançar com uma verdadeira regionalização, a que é que atribui as sucessivas crises de Governo que temos vivido?

R. — Estou longe de ter uma análise ainda que aproximada dessas crises... Mas penso que há dois factores que pesaram muito na sua eclosão. O primeiro foi, em meu entender, a excessiva ideologização de todos os problemas. Vejo debaterem-se, em termos de antagonismo ideológico, certas questões que a nível mundial se apresentam já co-

mo questões de civilização, de sobrevivência, mesmo da humanidade.

Esses antagonismos se não são superados numa síntese adequada, conduzem necessariamente a situações de rotura.

O segundo factor é a própria diversidade dos estratos sociais portugueses e a dificuldade de compatibilizar soluções que respondam a essa diversidade. Daí a precariedade de muitas soluções, a insatisfação nas camadas da população que se sentem preteridas e a consequente instabilidade governativa.





Foto Inácio Ludgero

Maria de Lurdes Pintasilgo na varanda do seu apartamento em Lisboa. «O único diálogo do que sou capaz é o da procura da franqueza total»

### Partidos reflectem as dificuldades de todos os outros regimes parlamentares dos países industrializados

P. — Parece-lhe que o mal estaria nos partidos políticos como alguns querem fazer crer? Isto é, parece-lhe que o facto de termos vivido muitos anos sem democracia e

de termos partidos políticos no país que ainda esteja a fazer a sua própria aprendizagem da democracia trará dificuldades e que a solução se encontrará fora deles?

R. — Bem, ao argumento que quer responsabilizar unicamente os partidos, evidentemente que tenho de responder que não. Não são apenas os partidos a causa das crises, embora sejam os actores dominantes na cena política. Os partidos exprimem, necessariamente, uma realidade sociopolítica.

Quanto à argumentação que normalmente se segue à que se refere à nossa inexperiência da democracia, terei de responder de uma forma quase violenta. É que nós tivemos, através daquilo a que muita gente

chama a agitação revolucionária do pós-25 de Abril, um período de «formação democrática acelerada».

O que é afinal a democracia? É a gestão das coisas pelo povo. Ora, o que é que nós tivemos durante esses dois anos? Tivemos uma irrupção enorme, a todos os níveis e em todas as estruturas sociais, da experiência do povo a gerir os seus próprios negócios e os seus próprios interesses. Portanto, tivemos um povo que durante aqueles meses, e eu diria mesmo durante aquelas três semanas que se seguiram ao 25 de Abril, deu um salto gigantesco em termos de democracia.

Julgo, aliás, que os partidos portugueses são talvez vítimas deste facto: é que, ao mesmo tempo que o povo fazia, durante os primeiros tempos da revolução, um certo caminho para a democracia em termos que poderiam conter aspectos complementares das forças partidárias, os nossos partidos seguiram a sua lógica própria, à semelhança do que se passa nas democracias institucionalizadas.

Assim, ao actuarem no contexto de um povo em plena eferescência, os partidos portugueses reflectiram, de forma mais aguda as dificuldades e a problemática que se levantam hoje em todos os regimes parlamentares dos países industrializados.

De facto, temos vindo a assistir nos últimos dez anos em países em que existem democracias parlamentares como a nossa, a realização: que são a expressão da necessidade que o povo hoje tem de se organizar para exprimir aquilo que deseja e para gerir aquilo que lhe diz respeito.

Toda a gente tem a sua iração, não só de exprimir as suas convicções, mas também de dar o seu contributo para a realização, mesmo sectorial, dos problemas que lhes dizem respeito.

### Portugal teve contribuição decisiva para a definição de importantes teses na UNESCO

P. — Poderíamos agora falar da sua actividade na UNESCO do ponto de vista de que ela tem revestido, e dos aspectos e sectores essenciais que tem abarcado. Como poderia definir este conjunto de questões?

R. — Em primeiro lugar a minha actividade na UNESCO tem tido como objectivo a contribuição para a criação de um pensamento comum, a um nível planetário, com as outras nações, de outros continentes e de outras convicções políticas.

Como sabe a UNESCO cobre vários sectores de actividade que estão agrupados em grandes áreas de interesse englobando sectores como a educação e a ciência, cultura e a comunicação.

Essas áreas são basicamente as seguintes: a possibilidade das sociedades construírem o seu próprio modelo de desenvolvimento e fazerem face de forma criadora à sua própria história; a utilização da ciência e da tecnologia como factor determinante do tipo de sociedade, das relações entre as pessoas e das estruturas que a sociedade vai criar; a acção educativa, encontrando resposta para as aspirações dos indivíduos e para as necessida-

des das sociedades; o enquadramento do homem e das comunidades no seu meio-ambiente natural e cultural; e finalmente a comunicação entre os homens, entre os grupos e entre as nações. É em todas estas áreas que se processa a nossa contribuição.

Ao fazer o balanço destes três anos e meio de presença à frente da Missão Portuguesa Junto da UNESCO, julgo poder afirmar ter sido a nossa contribuição, embora modesta é certo, de algum modo decisiva para o procedimento de algumas teses que em relação a estas questões nos aparecem como fundamentais. Nesse balanço julgo que posso concluir ter sido importante o facto da cultura portuguesa aparecer como distinta, não só capaz de abarcar as realidades presentes mas também numa perspetivação para o futuro. Tudo isto com a imaginação e a flexibilidade que, afinal, a nossa história mostrou que nos melhores momentos somos capazes de ter... E pelos ecos que as nossas intervenções e a nossa acção têm tido na UNESCO, a imagem que eu capto, é a imagem de um realismo criador e ao mesmo tempo original. E por isso fico satisfeito.



## A noção de «acesso das massas à cultura»

P. — Mas poderia referir alguns aspectos práticos e concretos da nossa intervenção na UNESCO, por sua intermédio?

R. — Um aspecto muito importante, é o que diz respeito à cultura, em que nós tivemos uma influência decisiva. Em dada altura processava-se na Organização toda uma orientação tendente a determinar as condições para «o acesso das massas populares à cultura».

A nossa intervenção nas várias fases do processo, foi a de desmistificar a própria noção de «acesso das massas à cultura» e isto por duas razões: por considerarmos que o conceito de cultura subjacente a tal formulação era uma cultura elitista, uma cultura depósito de saber acumulado que não é desprezível

de modo algum, mas que não é a única cultura. Esse conceito deixa de lado a criação contínua do homem e de grupos face à história que estão a viver. Por outro lado a expressão acesso das massas tornavam o povo objecto dessa cultura, dependente de um centro em que se encontrará tal cultura.

Conseguimos transformar, no conteúdo e na formulação, essa recomendação em qualquer coisa de mais dinâmico relativamente à participação das massas populares na vida cultural.

Também temos tido uma contribuição muito importante no domínio da utilização da ciência e da tecnologia no desenvolvimento.

Em Setembro do ano passado realizou-se em Belgrado a 2.ª Con-

ferência Interministerial relativa às políticas científica e tecnológica. Foi possível nessa altura, perante intervenções dos outros países da Europa (quando falamos da Europa na UNESCO falamos na Europa dos 35, na Europa que assinou o Acto Final de Helsínquia) e perante as intervenções dos vários ministros de outros países europeus, apresentamos por assim dizer «a voz do sul» dentro do Hemisfério Norte.

Pudemos apontar nas nossas intervenções, entre outros o facto dos nossos jovens diplomatas participarem em cursos de pós-graduação e em particular em doutoramentos em outros países da Europa em percentagens que são elevadíssimas (em 1976, tivemos mais de mil em actividades fora do país dos quais 30% no Reino Unido).

Todos esses jovens quando efectuem a sua tese estão a servir não a nossa política científica e tecnológica, mas a política dos países que os acolhem ou, ainda pior do que isso, dos professores que orientam as suas teses. E, naturalmente, quando regressam ao nosso país desejam, como é lógico, ter à sua disposição os instrumentos, o ambiente, o enquadramento estrutural, em que possam fazer render aquilo que aprenderam.

Ora isto (que é legítimo) traz um grande desperdício porque, dadas as dimensões do nosso país, nós não podemos pretender dar escoamento e utilização a interesses tão diversificados como têm os países altamente industrializados. O facto de termos acentuado este aspecto provocou uma reacção extremamente positiva nos outros países de todas as tendências. Para apontar apenas alguns exemplos referirei o ministro da Ciência, de Inglaterra, o vice-ministro da Ciência, da União Soviética, o ministro da Energia e das Infra-Estruturas, de Israel, que foram os que entraram em diálogo connosco a partir da nossa tomada de posição para procurarem criar alternativas para a cooperação neste domínio.

P. — E quais foram os resultados dessa decisão?

R. — Não houve logo uma resolução, nem poderia haver, que tivesse uma intervenção directa nas políticas internas dos Estados, uma vez que como sabe as organizações internacionais limitam-se a fazer recomendações aos Estados membros. Que significa isto então? Significa que há um caminho aberto para outro tipo de acções...

Este facto é um exemplo do que nós realizámos a nível da UNESCO: criar uma compreensão para um certo número de problemas que não nos são próprios nem exclusivos, mas que nós sentimos de uma maneira clara e particular, de tal modo que outras acções a outros níveis e através de outros canais se possam realizar. Penso, sobretudo, na reflexão interna de políticas que têm que ver com as questões que acabo de levantar.

## Não vim para a UNESCO para me sentar aqui silenciosa

P. — Sente que o seu trabalho na UNESCO tem sido apolido e que o significado das decisões tomadas tem tido repercussões?

R. — Eu creio que a minha resposta vai ser, necessariamente, ambígua. Não há dúvida que tenho recebido o apoio das mais altas autoridades do país, relativamente à acção que desempenho e tenho tido a liberdade de tomar decisões e exprimir opiniões.

Como calcula não vim realizar esta tarefa para me sentar aqui silenciosa! Vim para tomar opções, atitudes claras e mostrar a fisionomia do nosso país e os seus problemas reais. Essa liberdade tenho-a tido e tem sido totalmente coincidente com a orientação dos vários Governos com os quais tenho tido que trabalhar.

Além disso, como sabe o senhor Presidente da República interessa-se, também, muito, pela nossa presença na UNESCO uma vez que compreende a importância de que





## A grande polémica na UNESCO em torno dos meios de comunicação social

se reveste esta plataforma que é considerada, no conjunto das Nações Unidas, como a «consciência ética» do sistema.

É claro que há outros níveis de apoio, mas julgo que a minha experiência aqui não é uma excepção em relação a outras pessoas e a outros órgãos.

No nosso país estamos tão atare-

fados com as negociações entre forças políticas, que tem sido muito difícil chegar-se a definir quais são os verdadeiros nós da transformação estrutural do nosso país.

Quero dizer com isto que, ao longo deste processo, era urgente ter clarificado aquilo a que chamo o «módulo» da estrutura social e que são as grandes questões, as questões decisivas e determinantes. Ora isso não tem sido possível dada a ocupação por outro tipo de problemática.

### Nem sempre tive apoio porque não existem estruturas de coordenação

P. — Mas quais são, então, em sua opinião, essas grandes questões?

R. — A verdade é que nós, até aqui, temos estado em termos da nossa estrutura interna, intensamente preocupados com o problema económico e financeiro. É certo que o problema económico e financeiro é o que todos os governantes sentem de imediato.

No entanto, ele não é de modo al-

gum a base, mas sim a resultante, de um conjunto de esforços: da definição de uma política científica e tecnológica adequada; da definição de uma política cultural em que faço entrar toda a acção educativa e, diria mais, a rede de comunicação entre os portugueses.

Ora, não estando definido quem é o pólo que tem a responsabilidade última de cada uma destas coordenadas, necessariamente que a eco-



Maria de Lurdes Pintasilgo na sua casa das proximidades do Campo Santana. «Quero ter o diálogo da procura e da franqueza total»

nomia, mesmo quando os seus índices são favoráveis, torna o 1.º lugar e é praticamente impossível fazer introduzir algum factor de ordem externa de contribuição da comunidade internacional, como aquilo de que tenho estado a falar agora.

Daí a ambiguidade da minha resposta à sua pergunta. Nem sempre tive o apoio que desejava, porque não existem as estruturas de coordenação necessárias para dar corpo às perspectivas abertas pela cooperação internacional.

P. — De qualquer forma a sua presença na UNESCO ficou, sobretudo, marcada pela grande discussão que se gerou em torno do debate sobre a comunicação social. Agora que os ambientes serenaram, qual é a análise que faz de tudo o que foi dito nessa altura?

R. — Esta polémica transcendia os meios de comunicação e dizia respeito, fundamentalmente, ao diálogo Norte-Sul. Como sabe, houve uma grande reticência da parte de alguns países altamente industrializados em aceitarem a definição de uma nova ordem económica internacional feita pela Assembleia Extraordinária das Nações Unidas, realizada em 1974.

O problema do papel dos meios de comunicação, relativamente à propagação da guerra, do racismo, etc., e no aspecto positivo a sua contribuição para a cooperação internacional, tinha tido, à partida, como ponto fundamental, a reindicação feita pelos países do Hemisfério Sul (e de uma forma estruturada pelo «grupo dos 77») da necessidade de que a informação não fosse apenas veiculada pelas grandes agências internacionais — todas elas situadas no Hemisfério Norte, e não apenas no mundo ocidental — mas que fosse possível estabelecer também no Hemisfério Sul, infra-estruturas de comunicação, de tal modo que aquilo que lhe dissesse respeito não fosse automaticamente filtrado pelo Hemisfério Norte. Essa foi a primeira grande questão.

Mas a esta foi imediatamente superior a outra (que lhe parece aquela a que se deu mais relevo) relativa à interpretação, sobretudo, pelos países ocidentais, de algumas

disposições do texto inicial do projecto de declaração, que se referiam ao controlo do Estado sobre os órgãos de comunicação estatizados. Os países ocidentais interpretavam essas disposições como um atentado à liberdade de expressão.

Inversamente, outros países, em particular a União Soviética, insistiam em que uma cláusula deste tipo ficasse expressa. Este conflito Leste-Oeste veio escoriar-se no conflito Norte-Sul, desviando as atenções para um aspecto unilateral do problema.

Mas houve um terceiro nível de problemática que foi, a meu ver, igualmente intenso. Os profissionais da informação consideraram que estava a ser posto em causa o seu estatuto socioprofissional e sublevaram servir-se desse mesmo estatuto para defender a sua «causa», o que, evidentemente, não fez senão aumentar a confusão.

Julgo que houve estes três problemas que acabaram por dar a noção de que se tratava de uma questão magna (e era realmente importante). Não defendemos, desde o início, que o problema fundamental a resolver era o da injustiça entre o Norte e o Sul, que é flagrante.

Foi a partir dessa premissa que tivemos de raciocinar, contribuindo para a harmonização das posições antagónicas.

O que acabámos por ver acontecer foi que numa das reuniões finais da última conferência geral em Novembro, fundiram-se duas resoluções: uma que vinha do «grupo dos 77», liderado pelo antigo ministro da Informação da Tunísia e outra vinha dos Estados Unidos. A declaração acabou por ser aceite por aclamação!

### Essencial a reestruturação da comunicação social estatizada

P. — Falamos do controlo do Estado sobre os meios de comunicação social o que, como sabe, continua a ser tema essencial da actualidade política nacional. Qual é a sua opinião sobre esta questão na perspectiva de Portugal?

R. — Julgo que o que se passa em relação à informação estatizada, em Portugal deve, em princípio, ser semelhante ao que se passa com qualquer indústria que esteja nacionalizada.

O Governo não vai interferir na forma como se produz ácido sulfúrico, portanto, não vai intervir na técnica de funcionamento da informação. Este é o problema fundamental. Não posso, porém, deixar de referir duas questões que me parece necessário serem abordadas, fora de toda a polémica partidária e ideológica.

A primeira questão diz respeito às estruturas que devem permanecer estatizadas: há ou não sentido para instituições concorrentes exactamente no mesmo domínio e todas elas financiadas pelo Estado?

Julgo que a reestruturação do sector é fundamental. E isto para bem da informação, dos profissionais da informação e do povo no seu conjunto, e já agora para salvaguarda da nossa economia também...

Mas há ainda outro problema que não é menos importante: o problema da própria ética profissional. Quando digo ética profissional não digo que o jornalista da rádio, da televisão ou da imprensa escrita vai justapor a realização técnica da sua tarefa (seja ela crónica, reportagem ou artigo de opinião) um discurso moralizador. É no processo técnico que eu situo o problema ético.

Quer dizer, o jornalista, de qualquer meio de informação, tem de saber que o rigor é um elemento fundamental, e é ponto de partida de toda a actividade, e de modo muito especial quando essa actividade tem que ver com o direito fundamental (anterior à liberdade de expressão do jornalista, que é a liberdade de pensamento e da opinião dos indivíduos e do povo. Essa foi a nossa posição na Unesco e defendemo-la até ao fim).

O problema da Informação hoje é de tal ordem, é de tal maneira invasor da vida psicológica e mental de cada um de nós que nem e sequer na escolha da parte do leitor ou do telespectador, que o problema se situa. É ao nível da reformulação do quadro da ética profissional era que se movimentam os homens e as mulheres da Informação. E isto para mim é capital.





# LURDES PINTASILGO

Fundação Cuidar o Futuro

## FALOU EM EXCLUSIVO

## AO "JN"





**EXCLUSIVO JN:**

entrevista com M. L. Pintasilgo

**Tenho bastante  
dificuldade  
em me movimentar  
nos critérios  
de Esquerda  
e de Direita  
no contexto  
português**

•págs 5 e 6

Fundação Cuidar o Futuro





# LUTAREMOS CONTRA A ABSTENÇÃO ATRAVÉS DA ACCÇÃO DO GOVERNO

O primeiro balanço de um Governo faz-se ao cabo de cem dias. Mas, quando o Governo presidido pela eng.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintasilgo atingir os cem dias, está praticamente terminado o seu tempo de vida. A circunstância em que se formou constitui, de facto, o limite da sua permanência.

Por experiência vivida com anteriores executivos, nem sempre é preciso muito tempo para se deixar uma determinada marca de acção governativa. Que marca deixará este Gabinete de Lurdes Pintasilgo, numa altura em que os portugueses se preparam para uma nova opção eleitoral?

Certamente não pretenderá ser o Governo que fez mais um agravamento do custo de vida, por mais doloroso que isso tenha sido para os seus membros, nem o Governo de «muitas palavras e poucas obras»...

Personalidade comunicativa e bem disposta, Maria de Lurdes Pintasilgo está a procurar criar um estilo de diálogo directo com o país, através da facilidade que tem de se relacionar com os outros.

Mas, quando muitos dos seus interlocutores, daqui por algumas semanas, quiserem ver resul-

- ENTREVISTA DE FERNANDO LIMA
- FOTOS DE RUI OCHOA

## Fundação Cuidar do Futuro



ados das inúmeras solicitações feitas, será sem dúvida um momento delicado a que qualquer governante não pode furtar-se.

Na entrevista que agora concedeu ao «Jornal e Notícias» — o primeiro grande depoimento à imprensa portuguesa — em que abordou várias questões de fundo, como a Reforma Agrária, o sector Empresarial do Estado, a Comunicação Social, etc., o primeiro-ministro falou, também, das dificuldades que não conseguirá vencer neste curto curso.





## A CONJUNTURA EM QUE NASCEU O V GOVERNO

JN — A sr.ª eng.ª, há cerca de um ano, constava já da lista dos candidatos a S. Bento e admitiu, nessa altura, que havia ideias feitas sobre o seu perfil político que constituíam maior obstáculo à sua escolha do que a composição do seu Governo. O que é que se alterou num ano a seu favor?

MLP — O que se pode dizer é que o que se alterou foi de certa maneira a independência da escolha do sr. presidente em relação a esse tipo de factores que, no entender de algumas forças políticas, caracterizavam o meu perfil. Posso dizer que onde houve alterações foi justamente nesse facto. Penso também que a conjuntura é totalmente outra. A conjuntura em que agora surgiu o V Governo é completamente diferente da conjuntura de há um ano atrás.

Há um ano atrás, o sr. presidente estava a escolher um certo Governo para durar. Um Governo que iria governar até que os partidos conseguissem estabelecer entre si um acordo que permitisse formar Governo. Isso exigiria, nessas condições bem concretas — e creio que isso foi determinante para a escolha que o sr. presidente fez —, uma pessoa que não tivesse nenhum recorte político no seu perfil. Além, claro, de ter as qualidades que as pessoas escolhidas pelo sr. presidente tinham. Mas penso que esse elemento era determinante. Aquilo que na altura o sr. presidente referiu, e que alguns partidos têm referido até agora como a «equidistância dos partidos». O que é um conceito político bastante difícil de definir. Tem quase que se pensar que a «equidistância dos partidos» é a ausência de qualquer opção política.

A conjuntura actual é completamente diferente. É uma conjuntura em que os partidos não encontraram a tal plataforma de acordo e em que, portanto, o perfil, ou a possibilidade de equidistância do primeiro-ministro em relação aos partidos, já se punha com carácter secundário. Creio que foi isso, basicamente, que provocou a decisão do sr. presidente.

JN — Julga que o sr. presidente andou bem quando optou por governos com as características do III e IV constitucionais?

MLP — Bom. Como calcula, embora no nosso país nós estejamos a descobrir o gosto pela liberdade — isto é o prólogo da minha resposta — eu penso que há certo número de balizas ao exercício dessa liberdade. É uma baliza que há ao exercício dessa liberdade de resposta de um primeiro-ministro à pergunta que acaba de me pôr. É que não me compete julgar as escolhas feitas pelo presidente da República. A única coisa que um primeiro-ministro pode dizer, e que eu digo com toda a clareza, é que o sr. presidente da República punha determinadas condições à criação da maioria parlamentar permanente, coerente e estável, e que, não tendo encontrado essas condições, foi, em cada uma das conjunturas, procurar as pessoas competentes, técnicas e eficazmente capazes de realizar a função e basicamente independentes. Foi o critério de escolha do sr. presidente da República. Este critério há-de ter a aprovação de todos os portugueses e, portanto, também a minha, enquanto pessoa.

JN — De qualquer maneira, a sr.ª eng.ª disse a um jornal alemão (salvo erro o «Die Welt») que achava que o sr. presidente da República deveria abandonar, após o próximo acto eleitoral, a fórmula de um Governo maioritário, estável e coerente. Quando faz essa sugestão, significa que entende que falhou essa fórmula?

MLP — Tenho de clarificar o que o jornalista do «Die Welt» disse. Nós temos aqui a gravação de todas as entrevistas que eu dou e temos o original dessa entrevista, que foi dada em inglês. O que eu digo é que, justamente porque não foi possível satisfazer essa condição, é que o sr. presidente da República decidiu dissolver a Assembleia

4.  
para encontrar novo equilíbrio de forças: ver qual iria ser a vontade do povo português neste momento preciso. E, nessa altura, disse que, portanto, baseada em afirmações anteriormente feitas pelo sr. presidente da República, nessas condições, as premissas que estavam de pé para uma determinada constituição da Assembleia da República não ficam necessariamente de pé após uma consulta imediata à população. É isso que está em causa. Aliás, o sr. presidente da República disse-o. Não inventei, nem é uma especulação da minha parte. Embora a lógica também leve à mesma conclusão.

## CONTO COM O APOIO DO PRESIDENTE

JN — De qualquer maneira, espera contar com o apoio do sr. presidente da República até ao fim?

MLP — Essa pergunta é sempre muito engraçada — a questão do apoio de um presidente em relação a um primeiro-ministro. O presidente da República, ou quer, ou não quer, o primeiro-ministro. Se, na sua opinião, o primeiro-ministro está a exercer de forma capaz e segundo aquilo a que se comprometeu, a gerência da política do país e da administração — que é o que lhe cabe enquanto chefe do Executivo —, o sr. presidente da República, necessariamente tem com certeza uma atitude de apoio. Na altura em que não tiver, o sr. presidente da República tem toda a possibilidade de demitir o Governo e exonerar o primeiro-ministro. Nesse sentido, a minha resposta (de uma certa perplexidade perante a pergunta que, aliás, não é a primeira pessoa a pôr nem são só os jornalistas a pô-la) é que entendo que devemos tomar cada vez mais simples e mais cristalina a relação entre os órgãos de soberania. Evidentemente, um primeiro-ministro é escolhido pelo presidente da República e, na altura em que o presidente considerar que o primeiro-ministro não cumpre aquilo a que se comprometeu, ou, eventualmente (acho que uma circunstância dessas também é possível) as forças sociais criam uma tal dificuldade a um Governo que ele não pode governar, o sr. presidente da República tem toda a possibilidade de exonerar o primeiro-ministro.

Isto é um aspecto objectivo, legal, jurídico-constitucional. No entanto, é certo que há, depois, o aspecto inter-subjectivo: o que se passa nas relações entre o presidente e o primeiro-ministro. Aí, há sem dúvida um elemento de apoio moral. Se quiser, da confiança expressa, da acção das sugestões e da aprovação das decisões tomadas. E, nesse sentido, acho que posso dizer que conto com o apoio do sr. presidente da República.

## PORQUE NÃO É MAIOR O AUXÍLIO ÀS PME

JN — Ainda voltando à questão do seu Governo, portanto fazendo uma análise àquilo que, até agora, tem sido a sua acção, em que sectores tem sentido ser mais frágil a acção do Governo?

MLP — A acção do Governo ainda está no princípio. Ainda não tem um mês de acção real, na medida em que a discussão do Programa nos ocupou até ao dia 19 de Agosto. Portanto, não tem sequer um mês.

Eu penso que, neste momento, onde a acção do Governo é mais difícil é em todos os sectores simultaneamente sociais e económicos, onde o espantilho, se posso chamar assim, do Orçamento Geral do Estado nos impede de fazer transformações fundas. Isto diz respeito não só aos direitos sociais da população, que precisariam nesta fase de um arranque muito importante.





Refiro-me à habitação, à saúde, a tudo que é cobertura social, através dos esquemas existentes de segurança social, e às leis de trabalho. Em todo este domínio a população teria o direito de exigir, penso eu, uma série de medidas que respondessem ao seus direitos sociais e que nós não podemos satisfazer justamente pela limitação do Orçamento Geral do Estado.

Mas não é apenas aqui que há o estrangulamento. Igualmente grave, embora sentido de outra maneira, é o estrangulamento que diz respeito ao apoio que era indispensável dar nesta fase às pequenas e médias empresas, algumas em situação muito difícil. E tanto mais difícil quanto mais os tais direitos sociais forem satisfeitos, porque isso corresponde a aumentos de salários, maior cobertura para a segurança social, etc.

Aí, portanto, haveria que garantir condições de crédito bonificadas para as pequenas e médias empresas. E, por outro lado, haveria também que procurar, através do crédito, todos os meios que permitissem aumentar a produção agrícola, que é sem dúvida um dos objectivos dominantes deste Governo, ainda que de curta duração.

Ora, a nossa actuação tem que ser necessariamente frágil, também neste sector, em virtude dos constrangimentos de ordem económica

MLP — Eu gosto muito que tenha posto essa pergunta, porque corresponde muito a uma das minhas preocupações. É que, quando as associações que se dirigem a qualquer membro do Governo, ou mesmo ao primeiro-ministro, expõem um certo número de problemas, é muito interessante verificar — como agora verificarei nesta deslocação à Beira — que as populações também têm sugestões. As pessoas não têm apenas reivindicações a fazer, mas têm também sugestões, da maneira como isso podia ser feito.

Ora, isto põe-nos numa pista que eu julgo podermos encetar, embora, dada a limitação de tempo, não possamos dar toda a força que eu gostaria noutras condições, e que é a de organizar a resposta institucional do Estado às carências das populações, não só em termos dos «plân-fonds» económicos e da possibilidade de jogar com os recursos económicos do Estado, mas em termos das medidas qualitativas que permitem transformar as condições de vida das pessoas.



## Fundação Cuidar o Futuro

e financeira, visto que estamos a governar com um orçamento que não fizemos e no último trimestre do orçamento.

### O INTERESSE DE IR AO ENCONTRO DO POVO

JN — Tanto quanto sabemos, muitas organizações de base têm-se dirigido ao seu Governo pedindo audiências para a resolução de problemas que lhes dizem respeito. A sr.<sup>a</sup> eng.<sup>a</sup> pensa que o Governo jogará, na capacidade de resposta a essas solicitações, parte da sua credibilidade? As suas deslocações, agora programadas, tentarão responder a essas questões de algum modo?

Há vários aspectos em que é relativamente fácil trabalhar nesse sentido, mas isso supõe também que todo o aparelho administrativo compreenda isso. Ora, um Governo de poucos meses como é este luta, para além da boa vontade visível dos funcionários, com o inimigo que pertence ao inconsciente da máquina administrativa, e que é justamente o receio de uma aventura que vai durar muito pouco tempo. Ora, não se trata de uma aventura. Acho que, realmente, se trata de uma outra maneira de conceber, não só o acto governativo, como também a administração pública.

Penso que algumas coisas se podem fazer. Vou dar-lhe um exemplo, com esta viagem de trabalho à Beira. Por exemplo, entre as questões que foram levantadas, foi posto o problema de os incêndios terem atingido as proporções que atingiram porque os pinhais estão sem nenhum ordenamento. Os pinheiros estão muito perto uns dos outros, o mato não está limpo, não há os estrados que separam as várias zonas florestais, etc.. Ora bem: os serviços públicos, como se trata de uma zona de minifúndio e de propriedade privada, na sua totalidade, não têm nenhum direito de intervenção. No contacto directo com as populações e com os presidentes das câmaras, este problema foi ventilado e, ao pedido das popula-







## Fundação Cuidar o Futuro

ções que se abrissem os tais estradões e que se realizassem algumas dessas acções de base, os membros do Governo presentes tiveram de responder que nós não tínhamos autoridade para o fazer.

Mas, depois, as próprias populações pediram que isso se fizesse. Disseram: «Mas nós podemos associar-nos, fazer saber à Câmara que todos os que temos propriedades privadas naquela zona estamos dispostos...», digamos que é uma espécie de contrato de nível local (ou, se quiser, regional) que se pode estabelecer entre as populações daquelas zonas através das autarquias ou de outras associações que venham a formar, com o Governo, em que, nessa altura, nós podemos fazer o trabalho que é indispensável para aquela zona. Isto é: um trabalho que será de engenharia e que poderá ser feito de colaboração com a Engenharia Militar, através das Forças Armadas. Já tive ocasião de discutir isso com o sr. presidente da República (necessariamente serão consultados os chefes dos Estados-Maiores, sobretudo o chefe de Estado-Maior do Exército) e, em princípio, não há nada que impeça a colaboração da Engenharia Militar num caso destes. Está a ver, é uma maneira que eu chamo de ordem qualitativa. Não vai sobrecarregar o erário público. No entanto, é preciso encontrar a resposta para a situação concreta local.

«Mas a sua pergunta é se o Governo jogava nestes contactos a sua credibilidade. Eu penso que joga a sua credibilidade a muito curto prazo (falar de curto prazo num Governo que já tem um prazo curtíssimo é dizer quase no imediato),

A resposta tem que ser aqui e agora. Mas eu devo dizer-lhe que, mais que a credibilidade do Governo, preocupa-me a situação real das pessoas. O que me preocupa e o que me interessa é que sejam dadas respostas, hoje, às pessoas que põem problemas (tem este exemplo muito concreto e há muitos outros) e que se encontrem soluções que possam, de alguma forma, abrir caminho para os governos que venham a seguir poderem utilizar o mesmo tipo de evolução pragmática, que não tem nada de transcendente e muito menos sequer de ideológico. É uma tentativa de resolução pragmática dos problemas.

## ALGUNS JORNAIS SÃO PAPEIS ONDE SE DEBITA ÓDIO

JN — Relativamente aos órgãos de informação acha que já se deu um salto qualitativo? O presidente da República, na sua última comunicação, penso que em consonância com as ideias que tem defendido, declarou que compete ao Estado defender que a informação seja fidedigna e, quando não for, permitir que o povo disponha de elementos para compreender a intencionalidade da distorção. Como irá acontecer tal na prática, ou seja, o Estado fazer compreender a intencionalidade da distorção, e a que meios pensa recorrer?

MLP — É óbvio que não é a censura administrativa. Nós ainda não elaborámos nenhuma conclusão, nem projecto de resolução que nos permita dizer o que é que o Governo neste momento decidiu exactamente em relação aos órgãos de comunicação social. E isto até, se quiser, por uma deficiência da minha parte. Porque eu, como sabe, não estava a viver cá e só lia regularmente um ou dois semanários e, quando podia, um jornal diário, dada a sobrecarga de trabalho, devido a preocupações com que estava na representação do nosso país na UNESCO.



É certo que ouvia muitos comentários à nossa comunicação social. Mas uma coisa é ouvirmos e apenas vemos de vez em quando alguma referência totalmente falsa às notícias que me diziam respeito — invariavelmente falsas, descaradamente falsas. Nomeadamente, por exemplo, havia um semanário que, sistematicamente, com um pseudo correspondente em Paris, dizia que eu não tinha nenhum apoio dos países ocidentais. E era curiosíssimo. Uma vez, estava numa reunião do Conselho Executivo da UNESCO e pessei ao meu colega alemão a notícia de um jornal. Ele lê português e começou a escrever uma carta que queria mandar para o dito semanário, com a posição dos países ocidentais a meu respeito. Foi uma brincadeira entre nós e apenas a refiro a título de brincadeira. Tive a ocasião de verificar que o que me dizia respeito era quase tudo falso; mas, como não via toda a informação, quis também, eu própria, estar aqui e mergulhar na informação quotidiana, que é imensa.

Nós somos o país da Europa com maior número de jornais diários, de tiragem nacional. Claro que na França e na Alemanha há vários jornais regionais de grande tiragem. Mas, nos jornais de distribuição nacional, nós batemos o recorde. Não sei o que é que mostramos exactamente, mas pelo menos mostramos um sentido bastante curioso das realidades, num país onde ainda há mais de 30% de analfabetos. E isto é muito trabalho. E eu, mesmo agora, não consigo ler tudo.

Do que leio, faço uma verificação semelhante à que o sr. presidente da República faz. Sobre tudo verifico uma total ausência, na grande maioria dos órgãos de informação, de regras fundamentais, que são científicas, não são regras morais. Por exemplo: a distinção entre a crónica e o reportagem; a distinção entre a informação e o artigo de opinião; a distinção entre o ensaio e o editorial; etc.

Sabe muito mais disto do que eu e, portanto, sabe as numerosas categorias em que se divide a prosa dos meios de comunicação. O que tenho verificado é que nada disto está claro. Todos estes tipos de comunicação têm contornos muito difusos, não responsabilizados. Num jornal inglês ou norte-americano, os artigos ou as crónicas têm, logo à cabeça, o nome de quem as escreve e imediatamente alguém se responsabiliza por aquilo que se diz. Pode-se logo perceber se se está ao nível meramente factual, ou de opinião.

Tenho vindo a verificar que existe essa dificuldade de formação profissional aqui no nosso país e julgo, por isso, que o problema primeiro é o da formação profissional. Em meu entender, isso devia de alguma forma ser tratado o mais rapidamente possível, quer pelos representantes dos órgãos de comunicação social, quer pelos organismos sindicais correspondentes, de forma a que os profissionais tivessem acesso a uma formação profissional acelerada e actualizada. Para mim, é um ponto mais importante do que o das intenções morais. Embora o das intenções morais seja também muito importante.

Não há dúvida de que não podemos falar em comunicação social quando os jornais são os papéis onde qualquer pessoa que sabe ler e escrever vai debitar o seu ódio, ou, enfim, as calúnias que entende sobre as pessoas que não lhe convêm ou que não lhe interessam. Evidentemente, não podemos dizer que é um órgão de comunicação social. É um monólogo lançado para o ar. Penso que é um problema muito mais geral de mentalidade, se quiser, de honestidade intelectual, pura e simplesmente.

Nós estamos a trabalhar nesse sentido e penso que será possível, em conjunto com os representantes dos órgãos de Comunicação Social e representantes sindicais, tentar ainda estabelecer uma espécie de protocolo de acordo relativamente a um certo número de normas deontológicas que importa salvaguardar, no sentido de não serem ampliadas desnecessariamente determinadas notícias que causem pânico, que são alarmistas, e tão pouco de serem reduzidas à sua expressão mais simples notícias que não são significativas. Tentaremos, portanto, no período que se vai aproximar, pré-eleitoral, ter um certo acordo entre profissionais da informação e o Governo, quanto às balizas que determinam a deontologia.

Como nós não temos um estatuto de profissional de informação necessariamente que encontramos todas estas dificuldades. No entanto, queria dizer que, antes disto tudo, há uma condição prévia que é pôr em funcionamento, a funcionar, as leis que existem, relativamente à liberdade de imprensa, à Rádio e à Televisão. Desde que, do ponto de vista normativo, as leis estejam a funcionar e, do ponto de vista institucional, sejam criadas as estruturas que lhes dão execução, penso que temos aí uma garantia já muito forte.

Por exemplo, para citar um segundo ponto, o direito de resposta não é praticamente usado, nos jornais portugueses. E não é usado porque? Porque muitos dos jornais portugueses extrapolam e fazem uma coisa que, do ponto de vista do Direito Internacional, não é legítimo: o direito de resposta acaba por ser completamente camuflado e envolvido pela resposta do primeiro. E a maior parte das pessoas (eu própria começo a compreendê-lo) sabendo que, do outro lado, há sempre a possibilidade de contra-argumentação, desiste de utilizar o direito de resposta. Penso que isto é uma violação de uma liberdade fundamental e quem a está a fazer são os órgãos de comunicação.

## POSSUÍMOS AS LEIS E NÃO AS POMO EM PRÁTICA

JN — A sra. eng.ª disse há pouco tempo que o Conselho de Ministros decidiu tomar medidas de fundo para o sector empresarial do Estado. Isso quer dizer que a política seguida até agora falhou? Vamos ter grande mudança nesse sector? Em que termos?

MLP — O que nós temos em Portugal, em muitos sectores, e este não é distinto do que acabámos de falar, é que possuímos as leis e não as colocamos em prática. Evidentemente que o sector empresarial do Estado requer um cuidado muito especial, em termos de gestão. Para já, pela importância dos bens ou serviços que produz. Por outro lado, porque nesse sector está, afinal, a capital potência de todos nós. Daí que o Estado tenha de ter um especial cuidado na gestão, visto que é o intendente, por assim dizer, dos bens do povo. Nessa intenção cabe, sem dúvida, ao Estado zelar por essa gestão.

Isto não significa medidas radicais completamente ao arrempeio das leis existentes. Não significa apenas fazer funcionar as leis. Por exemplo, o sector empresarial como o sector público e como o sector privado têm que ter as contas da sua gerência em devido tempo, de forma transparente, e têm que aplicar à empresa as regras fundamentais de eficácia, de rentabilidade e de produtividade que exigimos, com certeza, ao sector privado. E ainda porque o sector público, pelo facto de ser público, não pode auferir de benefícios que o sector privado não tem. Portanto, há uma acção a realizar no sector empresarial do Estado, que tenda a responsabilizar, cada vez mais, aqueles que trabalham nesse sector. E não, como se podia supor, chamar para o Estado essa responsabilidade. Como sabe, alguns sectores empresariais do Estado são anteriores, não só à formação da Constituição, como ao «25 de Abril». E muitas vezes se criou a mentalidade que, fatalmente, as empresas públicas são empresas que dão défice e que o Estado nessa altura o cobre com o Orçamento Geral do Estado. Ora não pode ser assim. A exigência fundamental que se põe é uma exigência de gestão adequada e de não desperdício no seio das empresas.

Há toda uma mitologia relativa ao Estado que eu acho muito curiosa, que muitas vezes começa no próprio Governo e que depois se repercute no aparelho público, na administração pública, se estende às empresas públicas. É uma mitologia com uma certa sumptuosidade, que nos ficou de outros tempos. A empresa privada, quando é uma empresa dinâmica, de facto não tem isso. Está muito mais virada para a utilização de meios económicos, porque já se sabe: se gastar, no fim do ano as contas mostram-no claramente. Ao passo que a máquina pública, sobretudo se é muito grande e anónima, tende a pensar que há sempre algures uma cobertura. Ora esse espírito tem de alguma maneira de ser corrigido, e a todos os níveis.





## IMPORTA LUTAR CONTRA O DESPÉRDIO

JN — Mas, por exemplo, as empresas públicas nunca vão à falência...

MLP — Aí está! Está a tocar exactamente num dos pontos fundamentais. Nunca vão à falência até pela definição de empresa pública. Nessa altura havia a rotura da produção de bens, ou serviços, que são considerados fundamentais. Mas, justamente porque nunca vão à falência, têm de ter um sistema interno de autocontenção. Tem de ser contida internamente.

JN — Mas o Estado tem sido pouco rigoroso nisso...

MLP — Não lhe posso dizer que o Estado é pouco rigoroso por qualquer deficiência ou desonestidade. Não é disso que se trata, mas de uma acção de que as coisas são assim e funcionam desta maneira. Como lhe digo, pela extrapolação do que se passa na administração pública. Vou-lhe dar um exemplo muito simples, mas que é qualquer coisa que me choca sempre mais do que um sistema capitalista.

Em qualquer departamento público, alguém está a ler um papel e diz «agora não tenho tempo... tire-me aí uma fotocópia». Ora, se for a qualquer serviço público e verificar as fotocópias que estão nas secretárias das várias pessoas, vai descobrir que essas fotocópias nunca foram lidas, não são lidas, nem serão lidas. Quer dizer, há um desgaste enorme, um desperdício verdadeiro de bens. Dirá que isso é ridículo. Não é tão ridículo como isso. Uma folha de fotocópia fica cara. Sobretudo quando se tiram milhares de fotocópias que é o que está a fazer-se em todo o lado. E o problema não é só português. É internacional. É que as máquinas funcionam mais depressa que os homens e os homens só podem digerir uma certa quantidade de alimento mesmo visual. E o que acontece é que nós acabamos por ter um desperdício a todos os níveis, e que isto é apenas um exemplo, quase ridículo, mas que seria muito importante economizar, para sabermos o que poderíamos verdadeiramente economizar. Repare que não é por acaso que em muitos países europeus, em particular na França, neste momento em relação ao problema da energia, a luta real é a luta contra o desperdício. E isto poderá parecer-lhe uma filosofia, se calhar salazarista, de «produzir e poupar». Não é exactamente a mesma coisa. Pelo contrário, é a noção de que a luta contra o desperdício supõe, do ponto de vista filosófico, uma noção da relação do homem com o trabalho e com o ambiente. Não temos o direito de nos deixar escravizar por certos elementos do trabalho que nos aparecem como invasores das nossas prioridades ou da nossa intimidade, e também não temos o direito de gastar a Natureza, através dos seus produtos, para fins que são totalmente inúteis. Há uma filosofia subjacente a isto. Não é apenas uma mera poupança.

## NUNCA CHEGAMOS A TER CAPITALISMO A SÉRIO

JN — Concorde com os que têm sustentado que nos últimos tempos tem havido em Portugal uma política de recuperação capitalista?

MLP — Acho que não, porque julgo que nunca chegámos a ter capitalismo a sério. Em 1974, na altura da Revolução de Abril, nós estávamos num espaço económico que era o espaço capitalista e tínhamos mais-dózia de empresas que funcionavam dentro das leis do mercado, mas, enquanto estrutura interna da economia, tínhamos duas realidades. Tínhamos os chamados Planos de Fomento, com uma estrutura capitalista, e que estavam articulados em termos de relacionamento entre oferta e procura (e, aliás, nos últimos anos com progressos notáveis nos modelos criados), mas tínhamos uma realidade que era pré-capitalista e na maioria das empresas era, ao fim e ao cabo, um regime feudal, que é completamente diferente do regime capitalista. Isto quanto à minha análise anterior ao «25 de Abril» e porque trabalhei na, então, maior empresa do país e o sistema era feudal, mais do que um sistema capitalista.

O que me parece que existiu a seguir foi uma tentativa de transformação de estruturas, que ainda não eram capitalistas, em estruturas colectivistas e, necessariamente, nem uma coisa nem outra funcionou de uma forma adequada.

O que tem havido ultimamente, e para voltar à sua questão, é uma tentativa — que se pode ver a dois níveis de funcionamento interno das empresas — de maior rentabilidade. Se a isso se chama capitalismo, parece-me relativamente curto. Por outro lado, uma questão que se tem posto, é não quanto à reprivatização de alguns meios de produção, mas quanto à desintervenção que foi permitida. O decreto que foi feito logo nos primeiros governos provisórios quis atender à situação das pequenas e médias empresas que, com o aumento do salário mínimo — que na altura era insignificante, pois os salários eram baixíssimos — tiveram como que uma explosão interna que as levou quase à beira da falência. E como não se queria perder essa fonte de dinamismo da energia, surgiu esse decreto com a possibilidade de intervenção nas empresas. Mas essa intervenção foi concedida de uma forma limitada no tempo, até que as empresas pudessem recuperar.

JN — Acha que o Estado deve ter o menor número de empresas?

MLP — Não tenho uma posição teórica sobre a matéria. Acho que o Estado deve transformar as empresas públicas em dois tipos de actividades. Primeiro, os bens ou serviços que dizem respeito à segurança nacional e que têm alguma coisa a ver com a defesa da soberania. Bom, isto é um dado adquirido em todos os países e, necessariamente, também no nosso. De-





pois, há uma outra gama de bens e serviços que em meu entender são sempre variáveis e não podemos dizer «a priori» que tal ou tal sector deve ser público. Isso dependerá da evolução da técnica.

Por exemplo, quando o velho Alfredo da Silva, o fundador da CUF, hoje Químigal, começou a produzir adubos, o ácido sulfúrico que fabricava era altamente competitivo, dava imenso lucro e aquilo deu origem ao imenso grupo que era a CUF. Havia ali uma rentabilidade enorme. Claro, a técnica progrediu e além do ácido sulfúrico temos adubos, e depois começa a entrosar-se aí outro tipo de produtos de outras indústrias muito diferentes.

Nesta fase, o ácido sulfúrico não dá lucro e, no entanto, é uma indústria de base. É natural (e não ser que se trate de um complexo industrial privado enorme e só em grandes espaços como nos Estados Unidos ou numa Europa completamente integrada se podia pensar nesses termos) que o Estado tome para si a responsabilidade desses sectores básicos e em relação aos quais não há um lucro imediato, deixando-se pois à iniciativa privada tudo aquilo que é a ramificação desse sector. Isso faz com que em 1930, 40 ou 60, quando estava ainda na CUF, valia a pena que o ácido sulfúrico fosse indústria privada. Hoje não, deve ser do sector público.

## AUMENTAR PREÇOS NÃO É POLITICA DE DIREITA OU DE ESQUERDA

JN — O Governo Mota Pinto foi criticado por não ter aumentado os preços. Foi, também, atacado por fazer uma política de Direita. Aumentar os preços é uma política de Direita ou de Esquerda?

MLP — Nem é uma coisa nem outra. Aumentar os preços decorre de algumas destas coisas que temos estado a discutir. Podemos discutir se todas as empresas públicas que temos neste momento poderão ser ou não públicas. Podemos discutir se as condições internas das empresas são tais que justifiquem o aumento de preços que decorre da sua gestão interna (há sectores públicos onde os trabalhadores, todos os níveis de qualificação estão com quinze meses de salário e isto conta na gestão da empresa pública). E se a conclusão disto é aumentar os preços para todos os cidadãos, alguns dos quais não têm salário mínimo, isto põe uma grande interrogação. Portanto, é com esta interrogação que qualquer governo, de Esquerda ou de Direita, tem de se debater. Evidentemente, dir-me-á que não se pode ir contra direitos adquiridos. Pois não. Por isso é que há problemas, que não é com certeza este Governo mas que outros não podem deixar de considerar.

Claro que há outro factor relativamente ao aumento dos preços, que é a transformação mundial da economia. E não é só o aumento de preço do petróleo. É o facto de determinadas indústrias não terem escoamento no mercado mundial. As siderurgias são um dos sectores afectados, mas há outros sectores onde, por virtude da transformação da relação entre os povos e por virtude de novos produtos que entram no mercado, desaparece o interesse que têm.

Daí que surja neste conjunto de vasos comunicantes que é a economia mundial a necessidade de aumento de preços como agora se verificou. Evidentemente que não escondo que há outras formas de resolver o problema. Há, por exemplo, países como a Bélgica, a Jugoslávia e a Indonésia que foram capazes de viver durante um período limitado com uma taxa de inflação de mais de 100%. Simplesmente, para fazer isso, é indispensável que o país seja contido dentro das suas próprias fronteiras. É perfeitamente possível. É uma questão de fazer andar a máquina sobre si própria. Do ponto de vista da economia, até são possíveis soluções desse tipo, por um período limitado. Repare que há determinados momentos da História de um país em que uma solução destas é, até, a solução inadivável.

JN — Admite que isso em Portugal possa vir a acontecer?

MLP — Não! Não admito por muitas razões: porque estamos integrados num espaço europeu em que as relações são constantes e não devem ser travadas neste momento, sobretudo com o nosso pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia. Não julgo também possível, nem desejável, em virtude da nossa situação geográfica, e porque uma solução como esta tinha um sabor de limitação das liberdades individuais que só com a mobilização das consciências e das vontades é que seria possível conseguir e fazer ultrapassar. Não considero nem viável nem desejável. Apenas quero apontar como exemplo.

## REFORMA AGRARIA : HAVIA MUITAS COISAS FEITAS PELO TELEFONE

JN — Relativamente à Reforma Agrária, pensa activar o processo das expropriações e o da entrega das reservas poderá ser de algum modo entravado pela impossibilidade de fazer aquelas?

MLP — Nós viámos encontrar vários processos de devolução de reservas em curso, processos de exploração mas em relação aos quais não havia sequer «dossier» no Ministério. Havia muitas coisas que tinham sido feitas pelo telefone. Estava-se numa fase em que havia palavra dada, mas dada oralmente, quando muito com um ou outro documento que não podia, de modo nenhum, constituir neste momento a base de uma acção do MAP relativamente a essas entregas de reservas. No entanto, nós, como dissemos claramente no Programa do Governo, estamos a tentar cumprir integralmente a lei, e cumprir integralmente a lei significa que ela não tem desvios nem para um lado, nem para o outro, e que tudo tem de ser cuidadosamente observado. Nem sequer vamos tentar beneficiar uns em detrimento dos outros, mas estamos a tentar aplicar a lei com o rigor que exige, embora isso seja muito difícil.

## GOVERNO TEM DE SER MOTIVADOR DO VOTO

JN — Tenciona o Governo desenvolver algumas acções no combate ao abstencionismo?

MLP — Bom, toda a máquina montada em termos de preparação de eleições tem necessariamente o incitamento ao voto, que pertence à Comissão Nacional de Eleições. É ela a grande dinamizadora dessa acção.

O Governo apenas tem que facilitar à Comissão Nacional de Eleições todos os meios possíveis para que o incitamento ao voto resulte numa taxa de abstenções tão baixa quanto possível. Penso ainda — e disse-o na Assembleia da República — que toda a nossa actividade governativa neste tempo, tendo como mandato principal a preparação das eleições intercalares, tem ela própria de se tornar motivadora de voto.

Por isso mesmo, julgo que a acção de cada um dos membros do Governo, auxiliados pelos vários serviços públicos, é no sentido de estimular o voto, não em termos directamente do voto, mas do clima criado entre nós porque me parece que seria dramático se chegássemos às eleições intercalares com uma grande parte da população retendo para si própria as suas aspirações, os seus desencantos, e sem exprimir, de uma forma livre, aquilo que pensa. Julgo que será sobretudo através da nossa acção governativa que nós tentaremos estimular o voto.

JN — Julgo que se recorda daquela cena da Assembleia da República, do discurso de encerramento do debate, em que chamou desonestos a alguns políticos que antes a criticaram. Depois, essa palavra foi retirada do texto distribuído aos jornais. Porquê?





Fundação Cuidar o Futuro



JN — Há alguma razão de Estado forte para a sua próxima deslocação à ONU?

MLP — Há uma razão positiva, é que a minha nomeação despertou grande interesse em muitos países. Isso significou que estamos numa fase em que, por circunstâncias várias, aumentou de novo o interesse dos outros países de todos os continentes, dos mais variados regimes políticos, em relação ao nosso país.

Tendo aumentado esse interesse e havendo uma plataforma privilegiada para o confronto e o diálogo entre todos os países que é a Assembleia Geral das Nações Unidas, penso que tinha mesmo obrigação moral, e de algum modo, de testemunhar pela minha presença, e por aquilo que vou dizer, o que são as preocupações de Portugal, neste momento, perante as grandes questões da vida internacional. Para mim é uma razão de Estado.

JN — Mas não poderá ser apontado o facto de o Governo ter um tempo de vida limitado como um condicionamento, já que vai fazer um contacto que, depois, não terá sequência?

MLP — Aí é que está o ponto. O mais importante nesta Assembleia das Nações Unidas, contrariamente ao que dizem alguns políticos, não são as conversas de corredor nem as recepções. É, de facto, a presença na própria Assembleia, é aquilo que se lá diz. Isso, em si, é o acontecimento. Se no momento determinado, como agora é este, há um Estado, como é o caso de Portugal, que vai fazer um conjunto de afirmações sobre a sua política externa, que tem tido continuidade, desde o 25 de Abril, evidentemente que isso tem impacto e que tem para nós um significado, independentemente da duração do Governo. Não se pode mudar de política externa como se muda de Governo.

JN — Afirmou que se considerava subjectivamente exonerada a seguir às eleições. Significa que objectivamente poderá não o ser — e por quanto tempo? E significa que pedirá a sua demissão?

MLP — O que disse foi que subjectivamente considerava terminado o meu mandato. Objectivamente, foi a declaração de uma pessoa que não está interessada em mais nada senão em realizar este serviço no tempo para que foi necessário.

Na altura, verei com o sr. presidente da República, e, inclusivamente, em diálogo com outras forças políticas, qual a melhor maneira de dar tradução objectiva àquilo que é uma interpretação subjectiva. Ou peço a demissão ou o sr. presidente da República me exonera.





Maria de Lourdes Pintasilgo em declarações exclusivas

# Autoridades moçambicanas interessadas em desenvolver a cooperação com Portugal

*Moçambique está interessado em desenvolver as relações de cooperação técnica e cultural com o nosso país — afirmou-nos a eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo, que aceitou fazer declarações exclusivas a «Portugal Hoje», em jeito de balanço à sua viagem a Nova Iorque.*

*A Primeiro-Ministro recebeu-nos no seu gabinete do palacete de São Bento, falando-nos durante quase uma hora da sua visita à grande metrópole norte-americana e das impressões que lhe causaram os múltiplos contactos ali estabelecidos.*

Denotando embora um aparente e confessado cansaço pela sobrecarga da agenda nestes últimos dias, a Chefe do Governo não escondeu o seu optimismo no futuro do País e a sua imensa confiança na intuição e no profundo apego do Povo português à democracia e à liberdade.

Entristece-a a condenável campanha em que estão empenhados certos órgãos de informação no sentido de envenenar o ambiente político em Portugal, de dificultar a vida e destruir a acção do seu Governo. Avançou mesmo a sua indignação pela forma irresponsável como certos jornais, dos quais seria de esperar uma conduta diferente, procuram fazer crer, manejando falsidades, haver divisões no interior do Gabinete a que preside.

Nessa perspectiva a campanha de mentiras e especulações fere-a não tanto a ela, Primeiro-Ministro, como atinge a lealdade e honestidade de alguns membros do Executivo, na medida em que faz supor haver governantes que vêm relatar no exterior factos passados no Conselho de Ministros. Ora tal não acontece, de tal forma isso fere a ética política e ofende os mais elementares princípios da moral e de uma conduta responsável (soubemos, aliás, desmentindo a campanha em curso, que à sua chegada de Nova Iorque, a eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo tinha a aguardá-la praticamente todo o Governo, apesar do avião ter aterrado às seis horas da madrugada).

Voltando às relações de Portugal com Moçambique e ao encontro que teve com Joaquim Chissano, chefe da diplomacia do Governo de Maputo, disse-nos a Primeiro-Ministro:

— Enganam-se os que pensam terem sido cortadas as pontes que podem propiciar a normalização e o reforço das relações entre Lisboa e Maputo. E referiu de forma acentuada:

— Os africanos têm uma maneira positiva de encarar a vida e a evolução das situações. Talvez ao contrário de nós, europeus, eles não encaram a realidade e os vários campos em que ela se desdobra de forma compartimentada. A política, o cultural, o económico e o social não são domínios estanques para os africanos. Daí a minha esperança de que paralelamente às negociações destinadas a resolver o contencioso entre os dois países se torne possível retomar a cooperação cultural.

— Tive oportunidade de constatar ter o meu discurso perante a Assembleia Geral da ONU havido recebido de maneira positiva e calorosa por parte dos diversos representantes dos países africanos de expressão portuguesa. Crmo, sinceramente, não terem tido um cunho protocolar as palavras que a esse respeito me dirigiram e as declarações que a propósito fizeram. O facto de ter falado em português também não terá sido indiferente à reacção produzida.

## Diplomacia activa

— A elaboração do discurso obedeceu, portanto, a uma estratégia própria, a objectivos específicos?

— O meu discurso foi dominado por certas tónicas. Pretendi, por um lado, fazer o balanço da década de 70 e avançar no sentido da tomada de consciência quanto às grandes opções e problemas de fundo relativamente ao papel e actividade da ONU na década de 80. De resto foi com certa alegria que ouvi da boca do secretário-geral, Kurt Waldheim, a afirmação de que as Nações Unidas terão em conta as posi-

ções claras de Portugal quanto à evolução da Organização. Já no nosso país alguns representantes de governos estrangeiros me falaram do meu discurso em termos positivos e do impacto das ideias por mim defendidas em certos países, entre os quais o seu próprio país.

Deixe ainda que lhe diga ter alguém, no Palácio de Vidro, vindo ao meu encontro para me acentuar que eu falei da Carta das Nações Unidas, viste e perspectiva em termos de década de 80, o que é verdade e corresponde aquilo que efectivamente desejei.

Na minha opinião julgo termos um contributo a dar ao mundo, contributo que se deve basear numa reflexão a partir das nossas próprias circunstâncias encrostadas na evolução da sociedade internacional e do papel que cumpre às Nações Unidas na cooperação mundial.

Desde a passagem de Mário Soares pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, temos vindo a abrir caminho nas nossas relações com a comunidade internacional, a qual nos coloca em condições de termos uma diplomacia activa, dinâmica e não passiva, em atitude de defesa.

Foi nessa linha que me coloquei ao elaborar o discurso que dirigi à Assembleia Geral da ONU. Tive a preocupação de não escamotear os grandes problemas, situando-me no binómio direitos do homem — direitos dos povos. Derivou daí a abordagem que fiz da delicada situação do povo palestino, dos povos de Timor e da Namíbia, neste caso na vasta problemática da África Austral, entre a qual sobressai a questão do «apartheid».





## Um saudável camponês

— *Gostaríamos que falasse do seu encontro com João Paulo II, da impressão que ficou do contacto pessoal com o chefe da Igreja Católica.*

— A minha primeira e mais acentuada impressão foi a de me encontrar diante de alguém com uma forte personalidade, uma maneira de ser muito enraizada nas coisas concretas, na vida das pessoas.

João Paulo II pareceu-me ser extremamente simples, com a preocupação de fugir às formalidades tradicionais. Em vez, por exemplo, do plural magestático, ele prefere o eu personalizado, muito vivo. Com o profundo respeito que estas palavras supõem, diria ter visto na pessoa do Sumo Pontífice um saudável camponês, com uma grande atenção no olhar e uma excepcional receptividade à pessoa e às palavras do interlocutor.

— *E quanto à matéria abordada é possível saber de que temas se ocuparam?*

— O Papa começou por me falar da sua surpresa e satisfação por ver uma mulher exercer as funções de Primeiro-Ministro. Esse, aliás, foi um tema importante da conversa — o papel da mulher na sociedade moderna.

Várias pessoas me referiram — com o que, aliás, me senti lisonjeada — os aspectos e tónicas comuns ao discurso do Papa e às palavras que eu própria proferi perante os delegados às Nações Unidas: os direitos do homem e dos povos, as preocupações de ordem económica e cultural numa sociedade voltada para o serviço da pessoa humana.

## Uma mudança na ONU

— *A maneira como alguns órgãos de informação em Portugal se referiram ao tempo e condições da audiência que o Papa lhe concedeu, foi de forma a lançar a confusão...*

— É simples de explicar. Durante uma hora e trinta o Sumo Pontífice esteve com os representantes dos 15 países membros do Conselho de Segurança e com chefes de Estado ou de Governo presentes na altura na sede das Nações Unidas, entre os quais eu própria me contei. A cada um de nós João Paulo II consagrou alguns minutos em especial.

Além deste encontro fui recebida em particular pelo Santo Padre que, além de mim, também concedeu audiência pessoal a um chefe de Estado, a Alain Peyrefitte, representante pessoal do presidente Giscard d'Estaing e a ministros dos Negócios Estrangeiros de quatro países.

Deixe-me dizer-lhe, de resto, ter encontrado uma profunda mudança na forma como nas Nações Unidas se encara a dimensão transcendental do homem. Não é a primeira vez que, em circunstâncias diversas, contacto com a actividade das Nações Unidas e senti uma espécie de irrupção do religioso, de atenção ao lado transcendente da pessoa humana. A importância que na ONU se deu à visita e às palavras do Papa, o líder da religião com maior impacto no mundo de hoje é, para mim, católica, uma expressão do desejo e sentimentos crescentes de boa parte da humanidade.



O gigantismo do Estado já era um facto antes do 25 de Abril

## Tornar o sector público mais operacional

— *A terminar pode-nos falar dos contactos estabelecidos no jantar oferecido pela Câmara de Comércio Luso Americano?*

— Foi uma iniciativa muito importante, que reuniu mais de 300 individualidades do mundo da finança, do comércio e da indústria, além de empresários de renome, durante a qual constatei o interesse que Portugal despertou. Tratou-se de uma oportunidade de falar do nosso País, dos nossos quadros técnicos, que os temos tão bons como os países altamente industrializados, não sendo nesse domínio que carecemos de ajuda estrangeira.

Esse jantar deu-me ensejo a fa-

lar do nosso sector público e a explicar que as dimensões que o mesmo hoje comporta se explicam, em parte, pelo gigantismo do Estado mesmo anteriormente ao 25 de Abril. Aproveitei para sublinhar não haver motivos para receios ou alarmes por parte dos empresários de pendor mais liberal. E acentuei a determinação de tomar disposições tendentes a tornar o sector público mais operacional, tanto no sentido técnico como financeiro.

Registei, com satisfação, as palavras que no final me dirigiu um dos responsáveis da iniciativa, dizendo que com aquele encontro eu havia feito mais no plano das relações económicas entre os dois países do que através de longas e morosas negociações.





## M. Lurdes Pintasilgo indignada

EXTREMAMENTE ocupada, naturalmente, pelos contactos e negociações consubscritas à formação do Executivo a que deverá presidir — e cujo prazo de constituição já ultrapassou aquele que havia fixado — Maria de Lurdes Pintasilgo apenas tem tido contactos fortuitos com os representantes dos órgãos de Comunicação Social. Excepções, que tem havido dizem respeito, somente, a enviados especiais de órgãos estrangeiros, designadamente à brasileira TV Globo e a um jornal italiano, justificando-se pelo princípio natural de não deslindar coisa de longe pelo para escutar a sua opinião.

Tivimos oportunidade de apresentar a Maria de Lurdes Pintasilgo um breve questionário (apenas quatro perguntas, por termos conhecimento da sua falta de tempo), a que amavelmente se prestou a responder. A escassez de tempo disponível, que testemunhámos, impediram-lhe de

«No plano meramente pessoal, considero que sou objecto de um juízo injusto baseado em preconceitos e em factos totalmente fabricados sem qualquer fundamento real. Por isso, embora lamente tal situação, não me sinto verdadeiramente atingida. A pessoa que tenho visto descrita por alguns dirigentes dessas forças políticas é uma construção imaginária que nada tem a ver comigo. No plano político, considero as atitudes que refere como extremamente graves: em primeiro lugar, porque os Partidos políticos, antes de serem aparelhos para a conquista do Poder, devem ser escolas de formação cívica; isto é, treinar os seus militantes e filiados no amor à verdade, na procura da liberdade e no respeito pelos outros.

«Outra, a atitude referida incita à propagação da mentira. É atentória da liberdade de pensamento e de opinião de cada um. Instaura um clima de desconfiança e da abertura

hostilidade, clima que traição o princípio do respeito mútuo como base do civismo».

Em segundo lugar, julgo que tais atitudes constituem, pela virulência despropositada de que se revestem, uma grave ameaça aos valores que sempre cimentaram a vida portuguesa. Repugna-me profundamente que os meus compatriotas estejam a ser submetidos a uma lavagem ao cérebro; que deles parece pretender-se ver uma massa anónima incapaz de julgar por si própria. Repugna-me que, como em outras situações outros tentarem fazer, se esteja procurando julgar as pessoas não pelos seus actos mas pelas ideias que lhes são indevidamente atribuídas.

«Repugna-me, ainda que pessoas que tiveram o benefício do acesso aos meios de instrução não sejam capazes de contribuir para uma análise crítica mais rigorosa do momento actual, situando o debate, se ele tiver lugar, no nível que de tais pessoas se-

sobre todos se pretender. Ficámos, assim, sem saber a sua opinião sobre a Reforma Agrária e os moldes em que se processa a sua aplicação, acerca do carácter antidemocrático ou não do PCP, em função da actuação deste Partido no período de antes de 25 de Novembro, e ainda relativamente à usura que porventura a imagem do Presidente Ramalho Eanes terá sofrido com o apelo esquerdista concedido à personalidade que escolheu para primeiro-Ministro e o conseqüente repúdio do PSD e do CDS. Obtivémos, porém, esclarecimento quanto a uma interrogação que formulámos nos seguintes termos:

— Qual a sua reacção ao facto de o PSD e o CDS não lhe concederem o «benefício da dúvida» a que se acha com direito?

Esta a resposta de Maria de Lurdes Pintasilgo:

ria legítimo esperar.

«Por isso, reforça-se em mim a convicção de que a verdadeira cultura se encontra, não nos privilegiados da sorte, mas naqueles que através

do seu dia-a-dia, são capazes de julgar as situações com bom senso, lucidez e um sentido crítico muitas vezes mais agudo do que de muitos dos que em nome deles falam.»



Lurdes Pintasilgo à rádio espanhola

## “Não me tira o sono a crítica que me é feita”

«Não me afecta, não me preocupa e não me tira o sono a crítica que me é feita de eu ser uma pessoa «engagée», uma pessoa empenhada na vida social», afirmou Maria de Lurdes Pintasilgo, numa entrevista ontem concedida, em directo, à Rádio Nacional de Espanha.

«As críticas que me são imputadas decorrem, afinal, de eu ser uma pessoa deste século», acrescentou a primeiro-ministro. Nesta linha de pensamento considerou que as críticas significam que eu é curda pessoa profundamente ibérica, profundamente europeia e, tanto quanto é capaz, «profundamente universal».

«A crítica fundamental que me é feita», dissera, entretanto, «é o facto de eu não ser incolor, de não ser uma pessoa de quem não se saiba nada, inclusivamente a crítica de que sou uma pessoa que faz coisas. Pois, seria bastante triste que um primeiro-ministro, mesmo por 100 dias, não fosse uma pessoa com alguma cor, com algum sentido de força, de vitalidade, de desejo de realizar alguma transformação — que isso é o sentido próprio da gestão das coisas políticas. Queria dizer que alguns rótulos que, em Portugal, algumas forças políticas lançam — numa atitude talvez precipitada que julgo se devem mudar porque carecem de total fundamento — só deixam mal colocadas as pessoas de notável inteligência que os formulam».

### Não me afecta a crítica de ser pessoa «engagée»

Ainda a propósito, noutra fase das declarações, Lurdes Pintasilgo afirmou:

«Não me cabe julgar o comportamento dos vários partidos; cabe-me dizer que, pessoalmente, não me afecta, não me preocupa e não me tira o sono a crítica que me é feita de eu ser uma pessoa «engagée», uma pessoa empenhada na vida social. Não estaria aqui, não teria aceite esta função se sentisse que o não era. Mas o que me preocupa — isso sim é muito sério e penso que é um trabalho cultural (...) — e que os nossos povos, português e espanhol, não sejam intoxicados com os rótulos que, com muita frequência — talvez ainda vestígios de tempos inquisitoriais —, se queimam as pessoas e se as fazem arder na praça pública. Julgo que o povo tem de ser digno de mais respeito; a informação que é dada ao povo tem de ser uma informação objectiva. Só me preocupam as vozes dissonantes neste sentido.»

A primeiro-ministro teve também ocasião de se pronunciar sobre o horizonte limitado do seu Governo e da perspectiva — como lhe foi apontado — de não se dar o caso de os 100 dias serem simbólicos como a situação bíblica: sete vezes sete!...

«Para mim, os 100 dias, quero pensá-los como um horizonte limitado. Isto significa uma tensão muito grande, mas uma tensão de onde poderá brotar talvez uma criatividade. E já que falaram na Bíblia, digo que vejo este tempo como um tempo que virá abrir caminho aos que vierem a seguir. Estou e estarei até ao limite que for necessário dos 100 dias; partirei deixando a coisa política no caminho, tanto quanto for capaz, para quem vier a seguir.»



## Maria de Lurdes Pintasilgo responde ao EXPRESSO

### D — Maria de Lurdes Pintasilgo — a realidade do cargo de Primeiro-Ministro

#### 1 — "Não fugir às responsabilidades"

**EXPRESSO** — Porque é que aceitou o cargo de Primeiro-Ministro?

**Maria de Lurdes Pintasilgo** — Aceitei, quase espontaneamente, como se a minha aceitação correspondesse a uma lógica a que eu não podia fugir.

Porquê esta atitude?

Porque faz parte da minha maneira de estar na vida não fugir às responsabilidades com que sou confrontada. E, neste caso, sentia-me capaz de as assumir.

É que, analisando a correlação de forças existentes no país, não posso deixar de reconhecer que tenho uma proposta que considero válida e oportuna para a sociedade portuguesa.

Foi a consciência de que valia a pena começar a abrir caminho para essa proposta que sobretudo me moveu.

Além disso, senti que não tinha nada a ganhar nem a perder. E quando se joga desportivamente, vale a pena correr riscos...

#### 2 — "Se ultrapassaram os limites da correcção democrática"

**EXP.** — Porque é que na Assembleia da República, no termo do debate do Programa do Governo se mostrou tão irada e teve gestos considerados de irritação manifesta?

**M.L.P.** — Porque acho que se ultrapassaram, no debate, os limites da correcção democrática. Fizeram-se afirmações e ataques sem qualquer fundamento e isso levou-me a reagir com firmeza. Há quem diga que eu tomei as críticas de forma demasiado pessoal, dado que se tratava de um mero jogo parlamentar. Ora para mim, a mentira é mentira, no Parlamento ou em qualquer outro "forum". Considero que a Assembleia da República deve ao povo a verdade, mesmo que isso prejudique o jogo eleitoralista de alguns representantes dos partidos.

#### 3 — Se a greve dos médicos teve estas intenções...

**EXP.** — Considera justa a greve dos médicos que se sucedeu imediatamente à sua entrada em funções?

**M.L.P.** — Considero justa a luta dos médicos que: 1) procurem criar condições para que a cobertura sanitária de todo o país se possa realizar; 2) queiram descongestionar as cidades de Lisboa, Porto e Coimbra, que têm taxas de médicos por mil habitantes das mais elevadas de toda a Europa; 3) estejam dispostos a exercer a medicina em função das necessidades reais da população.

Se a greve dos médicos teve estas intenções, ela terá sido uma greve justa.

#### 4 — "Não prejudicar as festas do Natal"

**EXP.** — No tocante à marcação da data das eleições intercalares efectuada na sequência de uma reunião entre o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e o ministro da Administração Interna, qual dos três pesou mais na escolha feita?

**M.L.P.** — A data das eleições intercalares foi, de acordo com o artigo 175.º da Constituição, fixada pelo Presidente da República.

A reunião a que se refere teve como objectivo fornecer ao Presidente da República os elementos relativos à conjugação das datas das eleições intercalares com as eleições municipais, uma vez que a fixação da data destas últimas é da responsabilidade do Governo.

Procurou-se estabelecer um calendário eleitoral que não prejudicasse a celebração das festas do Natal e isso não deixou grande margem para a escolha das datas.

O acordo entre o Presidente da República, o ministro da Administração Interna e eu própria foi total em relação aos critérios que deveriam presidir a esta escolha.

#### 5 — A missão do "International Executive Service Corps"

**EXP.** — Que medidas tem o Governo em mente para a reestruturação do sector público empresarial a que se referiu criticamente na entrevista à RTP?

**M.L.P.** — As medidas do Governo neste sector já foram publicamente anunciadas na Resolução do Conselho de Ministros de 19 de Setembro de 1979.

A intenção dessa Resolução foi a de estimular, por todos os meios possíveis, a rentabilidade e a produtividade do sector público, considerando-o como o sector em que está investido o capital de todos os cidadãos. Procurou-se responsabilizar os gestores públicos e chamar a atenção para certas normas e critérios já definidos pela lei, mas nem sempre cumpridos.

A vinda a Portugal, esta semana, de uma missão do "International Executive Service Corps" — corpo de técnicos altamente qualificados em gestão empresarial, que dão assistência, a título benévolo, aos países que a solicitarem — é outra tentativa para estimular a procura de novos métodos de gestão empresarial.







### 6 — Só através dessa regulamentação

EXP. — Quando é que os trabalhadores da banca, seguros e empresas públicas industriais poderão exercer as funções de controlo de gestão, e eleger os seus representantes nos Conselhos de Gestão, nos termos da Lei das Comissões de Trabalhadores?

M.L.P. — É, como sabe, um assunto de grande actualidade, mas não posso, por enquanto, dar-lhe uma resposta precisa. Estamos a trabalhar na regulamentação da Lei das Comissões de Trabalhadores votada pela Assembleia da República e só através dessa regulamentação ficarão definidas as condições de participação dos trabalhadores nos Órgãos de gestão das respectivas empresas.

### 7 — Não deixa de ser paradoxal...

EXP. — Quais, em síntese, os aspectos que mais a impressionaram política e humanamente, nos incidentes de Montemor-o-Novo?

M.L.P. — Politicamente, a verificação de que a radicalização verbal de um problema — neste caso a aplicação da Lei de Bases da Reforma Agrária na zona de intervenção — conduziu à radicalização no terreno e à violência física.

Humanamente, a impossibilidade para um governante se manifestar face ao drama fundamental da existência que é a morte, sem que isso seja revestido duma carga político-partidária.

Nos dois planos, não deixa de ser paradoxal que um Governo que se propôs "facilitar a clarificação e a normalização da vida política portuguesa indispensáveis à segurança da Nação", fosse precisamente aquele em cujo mandato o confronto relativo à zona de intervenção atingiu a expressão mais dramática.

### 8 — Sempre que peçam para ser recebidos

EXP. — Porque é que recebeu Álvaro Cunhal, no dia dos incidentes de Montemor-o-Novo?

M.L.P. — Porque, enquanto chefe de um Executivo que governa com a Assembleia dissolvida, tenho por norma imperativa receber, sem quaisquer delongas, os dirigentes partidários, sempre que estes, formalmente, peçam para ser recebidos.

### 9 — Partidos:

#### coerentes desde o início

EXP. — Como vê a reacção dos seguintes partidos perante o seu governo, até agora: PS, PSD, CDS e PC?

M.L.P. — Coerente com as atitudes tomadas e as posições assumidas durante a discussão do Programa do Governo.

### 10 — Contributo para a estratégia mundial

EXP. — Resuma as facetas mais positivas da sua ida a Nova Iorque, do discurso na ONU, dos contactos estabelecidos e do encontro com o Papa João Paulo II?

M.L.P. — A sua pergunta toca exactamente os três aspectos em que considero a ida a Nova Iorque significativa para o País.

Em primeiro lugar, a minha intervenção na Assembleia Geral da ONU foi uma afirmação inequívoca da identidade própria de Portugal, enquanto País soberano, que tem uma palavra sua a dizer no concerto das Nações. Na análise que fiz dos problemas e perspectivas com que se confronta aquela Organização neste termo da década de 70, tornou-se óbvio que o nosso país tem um contributo próprio a trazer ao pensamento e à estratégia mundiais, não só no plano político, mas também no plano económico e cultural.

Em segundo lugar, os contactos que estabeleci permitiram-me verificar o reforço da confiança de muitos países — tanto a nível político, como a nível económico e financeiro — no regime político português e nas condições que oferece para uma cooperação internacional eficaz.

Em terceiro lugar, e como expressão espiritual dessa confiança, foi-me grato constatar o interesse do Papa João Paulo II pelo nosso País e a solicitude com que tem seguido a nossa evolução. Desse interesse e dessa solicitude os portugueses não deixarão de vir a ter provas.





### 11 — No Iraque, em Dezembro?

EXP. — Tenciona efectuar brevemente outras deslocações oficiais ao estrangeiro? Se sim, quais?

M.L.P. — Fui convidada pelo governo do Iraque a visitar oficialmente aquele País, durante o mês de Dezembro. Considero em aberto a decisão a tomar quanto a esta viagem, cuja utilidade para Portugal é manifesta, dada a importância das relações entre os dois países.

### 12 — Oásis de eficiência

na máquina administrativa...

EXP. — Quais os principais "handicaps" positivos e negativos que encontrou na Administração Pública portuguesa como Primeiro-Ministro?

M.L.P. — Não tive surpresas nessa matéria. A minha experiência, enquanto representante de Portugal junto da UNESCO, permitiu-me conhecer de perto a "máquina" administrativa e identificar os nós de estrangulamento e os oásis de eficiência que ele contém.

Enquanto chefe do Governo, não posso deixar de afirmar, como o fizera já noutras situações, em 1972 e 1974 — que é impossível qualquer transformação política sem uma renovação profunda das estruturas e metodologias da administração pública.

### 13 — Até à instalação da Assembleia

EXP. — Tenciona apresentar o seu pedido de exoneração ao Presidente da República logo após o apuramento dos resultados das eleições intercalares?

M.L.P. — Só considero o meu mandato terminado quando a Assembleia estiver instalada.

### 14 — Pluralista e coeso, pragmático e idealista

EXP. — Defina, em poucas palavras, o seu Governo.

M.L.P. — Em termos de composição, considero que o meu Governo é uma equipa simultaneamente pluralista e coesa, pragmática e idealista.

Em termos de projecto, estou convencida de que o Programa do V Governo contém muitos elementos inovadores que poderiam, a mais longo prazo, trazer à sociedade portuguesa certas mudanças qualitativas necessárias. Reconheço, no entanto, que se trata de um programa limitado, dada a conjuntura em que se inscreve, o que faz que, de modo algum, ele esgote o projecto que lhe está subjacente.

### 15 — Até ao Natal em Oeiras, numa equipa do Graal

EXP. — Vive habitualmente em S. Bento desde que é Primeiro-Ministro? Se não, onde e com quem vive?

M.L.P. — Passo a maior parte do meu tempo em S. Bento, mas estou a residir em Oeiras, onde conto ficar até ao Natal.

Vivo, como habitualmente, numa equipa do Graal. A partir dessa equipa, estou permanentemente em contacto com uma encruzilhada de pessoas de diferentes idades, experiências e culturas.

### 16 — Trabalhar com todos os ministros

EXP. — Quais os membros do Governo com quem trabalha com mais frequência fora do Conselho de Ministros?

M.L.P. — Num Governo de curta duração, como este, não considero método acertado estabelecer ritmos regulares de trabalho com os Ministros.

Tenho trabalhado com todos, individualmente ou nas respectivas áreas de coordenação.

A quantificação das sessões de trabalho não é o mais importante.

### 17 — Sem calendário à distância

EXP. — Quais as próximas deslocações dentro de Portugal, que tem planeadas? Qual o critério de escolha?

M.L.P. — Faço o plano das deslocações de acordo com factores múltiplos, o que torna difícil estabelecer um calendário à distância. Os critérios são, sobretudo, o da resposta a necessidades básicas da população e o da possibilidade de tomar, "in loco", decisões que desbloqueiem problemas acumulados.

Para além disso, as visitas, são verdadeiras sessões de trabalho, que têm como intenção pôr em prática uma forma de governação baseada na comunicação directa e na participação das populações nas decisões que lhes dizem respeito. Isso, só por si, contribui para desmistificar a função governativa, tornando-a mais próxima e mais exigente.

### 18 — Extremamente crítica sobre a informação portuguesa

EXP. — Vê a RTP, ouve a RDP e lê os jornais todos os dias? Se sim, considera genericamente positivo ou negativo o nível da RDP, RTP e da nossa imprensa?

M.L.P. — Oiço pouco o rádio, mas procuro não perder os noticiários da televisão. Sigo também a Imprensa diária tão regularmente quanto possível.

Quanto ao meu juízo sobre o conteúdo da informação, sou, como sabe, extremamente crítica. Verifica-se na maioria dos nossos órgãos de Comunicação Social uma grande ausência de rigor na forma como as notícias são dadas. Nos jornais, não se distingue, por exemplo, com facilidade a crónica da reportagem, o artigo de informação do artigo de opinião, o ensaio, do comentário de ocasião. Os vários tipos de notícias apresentam-se com contornos muito diluídos, o que dificulta a compreensão. Julgo que esses problemas só se resolverão com uma formação profissional.

Espero que ainda durante o V Governo se possa discutir com os representantes dos órgãos de Comunicação e com os dirigentes sindicais correspondentes, as formas como os profissionais de informação poderão beneficiar de uma formação profissional específica e actualizada.

### 19 — Ministro da Comunicação Social — uma etapa a ultrapassar rapidamente

EXP. — Como explica a existência de um ministro da Comunicação Social num regime democrático, por definição não ditatorial, não controlador da Informação, mesmo a estatizada?

M.L.P. — Considero-a como uma etapa transitória, correspondente à existência de muitos órgãos de Informação estatizados. Julgo que, no nosso país, essa etapa será rapidamente ultrapassada.

### 20 — Sim, mas ou não, mas?

EXP. — O que pensa do EXPRESSO?

M.L.P. — Enquanto jornal de uma determinada classe política, interessada na circulação interna da sua própria informação, julgo que o "Expresso", cumpre, jornalisticamente, a sua missão.

Enquanto jornal que vi nascer ao serviço de um projecto de jornalismo novo no nosso país, orientado para uma informação tão ampla e tão rigorosa quanto possível, não posso deixar de confessar que o "Expresso" em muitas ocasiões me tem desiludido.





entrevista após visita de trabalho ao Porto

**PRIMEIRO-MINISTRO FALOU AO JN**

**«ABALAM-ME OS OBSTÁCULOS ONDE NÃO OS ESPERAVA»**



Cansada mas a sorrir, a eng.ª Lurdes Pintasilgo falou-nos da sua visita ao Porto. Disse-se contente e triste. Falou-nos também do seu Governo e dos obstáculos que não esperava encontrar. E também do seu futuro político, ou seja, na determinação com que, num cargo oficial ou não, porá ao serviço deste país, que «terá de encontrar caminhos novos», procurando-os com ousadia e afastando com intransigência, todos os que entravarem o rumo. Mas não foi uma entrevista, antes uma conversa quase informal, onde coube, por parte do primeiro-ministro, um aberto elogio ao JN: o primeiro ministro viu em todos os dias a que admira pela sua objectividade e rigor.

— Durante estes dois dias, o que mais a alegrou e o que mais a entristeceu?

— O que me alegrou mais foi a espontaneidade e o calor humano das pessoas que, afinal, não têm nada que ver com a maneira como, muitas vezes, se recebe, em bloco, as pessoas do Norte. Realmente, apareceram diante de mim pessoas sem nenhum preconceito em relação à minha vida nem à minha actividade no Governo, antes pelo contrário, pessoas que exprimiram, a todo o nível, quer como as pessoas muito simples e muito desfavorecidas, como as do Barredo e algumas que eu vi agora na Câmara, quer os Industriais quer as pessoas do chamado mundo da cultura, que exprimiram também os seus interesses. Isso foi o que mais me alegrou, encontrar esse espírito aberto, espontâneo e caloroso.

O que mais me entristeceu, não posso deixar de o dizer, foi o problema gritante deste número enorme de pessoas que estão a viver em condições que considero, realmente infra-humanas. Num dos lugares que visitei, no Postiço do Sol, fiquei extremamente im-

pressionada. Já tenho visitado vários bairros de lata, muitas instalações deficientes de pessoas, mas fiquei profundamente chocada com a forma como as pessoas estão ali a viver e ao mesmo tempo cheia de admiração por elas porque, em vez de se queixarem, apenas pedirem desculpa por a casa não estar suficientemente arrumada. Isso supõe uma dignidade tal, no meio da sua miséria, que me fica a tristeza de não lhes poder responder.

— Há quem pense que a sr.ª primeiro-ministro vem perdendo alegria e jovialidade. Concorda?

— Alegria não perdi, apesar de não saber como é que ela se mede. Até hoje comprarei tantas fotografias de mim própria sempre a rir, que a certa altura disse: «Alguma vez tenho de aparecer com a seriedade fisionómica que as pessoas esperam». Acho que não perdi alegria, de modo nenhum. O que tenho encontrado, sem dúvida, ao longo destes meses, e isso abala-me, têm sido alguns obstáculos em pessoas e em instituições onde não esperava encontrá-los.

— Nomeadamente na banca?

— A banca está-se a comportar, na maioria dos casos, com regras que ela própria cria, ao que vejo e leio nos jornais. Isso parece-me um indício muito grave, porque a banca deve esperar e pedir ao Governo orientações para a sua própria atribuição de crédito. E, por outro lado, se é realmente banca nacionalizada, do povo, como na altura tão orgulhosamente quis fazer sentir e disse, nessa altura a própria banca deve fazer uma avaliação dos créditos que estabelece, a quem os dá e quem vai beneficiar com eles. Mas, evidentemente, que é uma organização que tem as suas regras próprias, que não pretendo subestimar, que tem vivida também sob a ameaça de possível rotura cambial ou de liquidez, e isso, necessariamente, põe as

pessoas cautelosas. Mas quando somos cautelosos de mais, acabamos também por deixar de lado aquele mínimo de risco e de aposta que é indispensável para contribuir na reconstrução do país.

**\* O que produzimos e como produzimos?**

— A sr.ª engenheira deixou hoje (ontem) de manhã uma perspectiva nova sobre as relações entre as associações patronais e os próprios sindicatos. Não se importa de a aprofundar ligeiramente?

— Isso para mim é muito importante e sinto isso desde o 25 de Abril. Desde o 25 de Abril o problema pôs-se exageradamente, a meu ver, em termos de luta de classes. Trabalhadores-capital, trabalhadores-capitalistas, trabalhadores-entidade patronal. Em muitos casos a entidade patronal era de facto possuidora da sua empresa, mas muitas vezes, em pequenas empresas nem sequer podíamos falar, em termos objectivos, de luta de classes. Mas quando se ultrapassou a fase de utilização verbal dessa terminologia, o que aconteceu foi que ficaram extremados os campos entre os trabalhadores e as entidades patronais, entre os sindicatos e as confederações que representam a entidade patronal. E, para mim, desde o início do 25 de Abril, o que está em causa não é só isso, mas é conjuntamente a grande interrogação: o que é que nós produzimos e o modo como nós produzimos? É esta pergunta que leva à definição de uma política industrial e de uma política agrícola. Nós não conseguimos ainda nem sequer formulá-la. Ainda bem que reconheceu que é uma perspectiva diferente e, de certa maneira, mais ampla. Eu considero que essa é que é a perspectiva verdadeiramente revolucionária. É dizer no país que somos hoje, no espaço em que nos inserimos, o que é que devemos produzir. E é a resposta a essa interrogação,



mesmo que ela nos obrigue a cortar um certo número de coisas e a alargar o nosso âmbito de acção para outras, é essa pergunta e essa resposta, dizia, que são determinantes do nosso futuro.

**\* Nenhum caminho  
está vedado  
às mulheres  
— é a sensação  
que já existe**

— Um Governo que tem como chefe uma mulher que fez em prol das mulheres?

— Objectivamente acho que fiz muito pouco. Por um lado porque ele tem uma duração muito limitada e não estava no meu horizonte imediato pôr em execução alguma medida específica. Mas também porque nós temos tido ao longo de uma série de anos — e tenho a impressão que posso dizê-lo com um bocadinho de vaidade que contribui para isso uma vez que fui a primeira responsável da Comissão da Condição Feminina quando ainda nem se chamava assim — temos tido ao longo de vários anos uma legislação que tem vindo a melhorar substancialmente as condições das mulheres. No entanto, se não realizei algum acto em prol das mulheres, acho, através das com que converso e das que me escrevem, que há qualquer coisa que não fui eu que fiz mas o facto de eu ser uma mulher, que é o facto de as mulheres, tendo uma mulher como chefe de Governo, vêem que nenhum caminho lhes está vedado e que é possível às mulheres afirmarem-se com a sua maneira de ser e de ver os problemas sem terem de se refugiar sempre na maneira tradicional. Repara que quando sou objecto de determinadas críticas, que uso um discurso poético ou que converso convosco, jornalistas, que falo muito, tudo isso decore da minha maneira de ser como mulher. Não me importo de o fazer porque tenho a consciência de que ao fazê-lo estou também a contribuir para que outras mulheres sejam fiéis e elas próprias nos sítios onde estão.

— Ainda não pensou no seu futuro político?

— Não, eu não penso em termos de carreira. Penso no sentido de levarmos este país para melhor. Temos de encontrar caminhos novos. Temos de ser ouzados nas coisas que desejamos. Temos de ser isso — mas não o estou a ser suficientemente neste Governo, temos de ser intransigentes com aqueles que nos travam o caminho, mas intransigentes de uma maneira absolutamente radical. Temos de ser muito mais concretos e muito mais estimuladores da grande dispersão de esforços que há entre nós. Isso faz parte do meu futuro político, na medida em que em qualquer lugar, ou função oficial ou sem ela é uma tarefa que não posso riscar da minha vida porque faz parte de um horizonte, e das nossas ideias...

Publicação Cuidar o Futuro



Lurdes Pintasilgo concede à AD  
o benefício da dúvida, mas afirma:

# Temo que a população seja “encurralada”



«Concedo à AD aquilo que ela não me concedeu: o benefício da dúvida»

Um  
exclusivo  
“DL”  
Fundação Cuidar o Futuro

«O meu grande receio não se equaciona naquilo que eu podia chamar termos pidescos, de perseguições, que isso seria trágico, inconcebível, o meu receio é que este povo de quem vi a potencialidade e a originalidade... seja 'encurralado', é o termo, num modelo que lhe é imposto, e seja metido dentro de baias de que não possa sair» – afirmou a Primeiro-Ministro, numa entrevista concedida ontem à tarde, em S. Bento, em exclusivo para o «DL».

Para Lurdes Pintasilgo este risco não depende das pessoas que fazem parte da AD, mas sim da lógica do sistema capitalista que está na base da AD, lógica essa sempre de imitação e que «não tem em linha de conta a própria transformação da vida».

Nesta longa entrevista, a chefe do Governo considera «muito séria» a interferência de certo clero no acto eleitoral e qualifica de primária a forma como foi feito o apelo ao voto qualificado num sector político determinado.







# Dou à AD

Numa longa entrevista concedida, em exclusivo, ao «DL», a Primeiro-Ministra Maria de Lurdes Pintasilgo analisa não só as consequências da vitória da AD para o futuro da sociedade portuguesa, como também a sua acção governativa e a interferência de alguns sectores da Igreja no acto eleitoral.

Embora reconhecendo que os riscos maiores se colocam ao nível económico, a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo tende a ver a evolução da sociedade portuguesa, à luz dos resultados eleitorais, não como um atraso, mas «como o anúncio de outra forma de encarar a democracia», de maneira a encontrar um 'pólo aglutinador do élan afectivo do povo'.

Conforme declarou a chefe do Governo, a vitória da AD constitui um atraso mais na via da recuperação do 25 de Abril. «Esta vitória é um sobressalto, embora já a esperasse» — disse.

Quanto à influência da Igreja sobre o eleitorado considerou-a de graves consequências para o futuro do nosso país, apontando como um «primarismo sem classificação» a ligação socialismo/comunismo/ateísmo.

Lurdes Pintasilgo também se autocritica. E fala, com entusiasmo, da sua prática governativa, do que é uma cidadã-governante. Aponta também o muito mais que gostaria de ter feito e os vários projectos a que o próximo governo poderá dar seguimento se para tal tiver vontade política, de forma a melhorar as condições de vida das classes mais desfavorecidas. Aqueles que, conforme disse um dia, no Porto, «devem ter o 1.º lugar».

Entre a papelada que lê a relê com atenção, um sorriso largo. De quem sabe muito bem o que quer e para onde vai, mesmo a poucos dias ou horas de abandonar um alto cargo. Maria de Lurdes Pintasilgo recebeu-nos, ontem ao fim da tarde, no seu gabinete, em S. Bento, interrompendo uma actividade que não é muito do seu gosto: assinar papéis. Gostaria mais de estar na rua a contactar com as pessoas a ouvir queixas e aspirações, a sentir a criatividade popular.

«Bom, desta actividade também gosto quando corre certinho» — diz, a Primeiro-Ministra, sorrindo.

E também uma tarefa importante a que não pode furtar-se nenhum primeiro-ministro por mais antiburocrata que seja. Só que este País continua a viver atalhado em montanhas de papéis, a máquina continua emperada. Há ferrugem a mais e, pior do que isso, a falta de vontade política bloqueou e bloqueia os circuitos do executivo, em muitos sectores.

Estamos todos ainda sob o espectro dos resultados eleitorais. A direita ganhou e vai governar. Este o tema quente da discussão política. Contaria a Primeiro-Ministra com a vitória da AD?

— Devo dizer que contava com a vitória da AD por razões muito óbvias, que tinham que ver, em primeiro lugar, com o desgaste do PS, por ter estado no Governo, que tinham que ver com o anticomunismo intenso que começou a vigorar no nosso país a partir de fins de 75, e que foi recrudescendo nos últimos tempos, e que tinha que ver, em terceiro lugar, com a aplicação do célebre método de Hondt a um grupo que aparecia como reunião de várias forças.

Na verdade antes de conhecer o resultado, aliás até tive ocasião de falar com o Marcel Niedergang no dia mesmo das eleições e disse-lhe estar mesmo convencida que a Aliança ganhava, na medida em que a distância, mesmo no anterior Parlamento, no sentido da esquerda, não era tão grande que pudesse compensar estes três factos.

## A CONSTITUIÇÃO É TRAVÃO?

Dentre as consequências que os resultados de ambas as eleições terão para a sociedade portuguesa, as opiniões divergem. Do pessimismo da esquerda ao optimismo da direita revanchista. Maria de Lurdes Pintasilgo não está nem numa ponta nem na outra:

— A curto prazo não me parece que possa haver uma grande inflexão na orientação da sociedade portuguesa, na medida em que a sociedade está regida por uma Constituição que foi aprovada pelos representantes do povo. Além do acto de confiança implícito face a qualquer Governo nascido de uma maioria parlamentar, faço confiança também aos outros órgãos de soberania cujo papel principal é a salvaguarda da Constituição, nomeadamente do Presidente da República e do Conselho da Revolução. Portanto não vejo que possamos considerar de imediato perigos muito graves para a sociedade portuguesa. É certo que apesar do enquadramento legal quando se governa há muitos actos pontuais que nas suas últimas implicações podem, de certa maneira colidir com os princípios constitucionais, mas isso não me parece apanágio só de um Governo

chamado de direita.

«Parece-me — continua Maria de Lurdes Pintasilgo — que a utilização dos métodos económicos (e aqui estou a tocar num termo que me é muito caro) por todas as forças políticas, qualquer que seja o seu sinal, acaba por ter, hoje em dia, os mesmos escolhos, as mesmas dificuldades num país em desenvolvimento como é o nosso».

Mas é um facto que existem no seio da AD pessoas do antigamente, pessoas que pensam que as coisas se resolvem à maneira de Salazar e de Caetano. Quanto a isto a Primeiro-Ministra afirma não conhecer «suficientemente as pessoas da AD para poder emitir um juízo». E mais: — «Também não me parece que o fantasma do passado nesses termos me deva preocupar excessivamente. Preocupam-me sim outros factores que estão contidos em algumas promessas feitas pela AD, nomeadamente quanto a salvaguardas a dar àqueles que são já os detentores, de mais poder ou de mais dinheiro. Isso preocupa-me, é certo».

Para além desta preocupação, alguns políticos têm-se mostrado muito receosos de que surja uma dinâmica revanchista impossível de travar. A boa-fé de Maria de Lurdes Pintasilgo afasta porém essa hipótese:

— Eu vejo cada pessoa na sequência dos actos praticados na sua vida. Recordo-me que o sr. dr. Sá Carneiro, que possivelmente será o Primeiro-Ministro do próximo Governo, quando através da lista da UN esteve na Assembleia como deputado, foi, na verdade, um grande defensor das liberdades individuais, e aliás apresentou vários projectos referentes às liberdades individuais. Tenho por isso, hoje, dificuldade em admitir que ele se prestasse a um jogo que por ser justamente «revanchista», seria um atentado à manutenção dessas liberdades individuais.»

## A MAIORIA DA MINORIA

— De qualquer forma a sr.ª eng.ª acha que os resultados reflectem as aspirações do povo português?

— Está a pôr o dedo na ferida do problema político, que para além de saber se ganhou A ou B, é o mais interessante hoje em dia, não só em Portugal como nos outros países onde se pratica a consulta popular. Porque nós estamos perante este facto já muito sublinhado pela imprensa e que é interessantíssimo, de que o sufrágio universal, que significa exactamente

«uma cabeça, um voto», determinar uma maioria e por uma aplicação aritmética a este conjunto de números, este sufrágio universal é transformado numa outra maioria, na maioria da minoria. É claro que, isto é possível justamente porque a diferença, entre a maioria aritmética é pequena. Se a diferença fosse muito maior o problema não se punha, nem sequer chegava a haver problema. Agora, o problema põe-se nesta pequena diferença e põe-se aqui como se põe noutros países. A margem tem sido mínima e, portanto, o interrogarmo-nos, sobre se isto corresponde ou não à vontade do povo português é extremamente difícil. O que nós podemos dizer é que na sociedade contemporânea, portuguesa, europeia... canadiana — acabámos de ver, ao fim de seis meses cair um governo que tinha entrado com toda a facilidade — há uma tendência a situar-se maciçamente à volta de dois blocos, embora esses blocos tenham dentro de si também contradições e diferenças há uma franja importante da população que flutua entre esses dois blocos e que faz o poder tombar ora para um lado ora para o outro. Com isto não estou a recapitular a questão da alternância que não me parece aplicável à situação portuguesa. Julgo que podemos falar em alternância em países como a Inglaterra em que a regra do jogo se põe nestes termos: há dois grandes partidos, entre esses dois grandes partidos balança o eleitorado. Julgo que em países em que a diversificação das forças políticas é maior, o falar em alternância deve ser qualquer coisa muito mais delicado, mais ponderado».

## UM SOBRESSALTO

— Há pouco mais de um mês Maria de Lurdes Pintasilgo disse ao «DL», no Porto, que «depois de vários sobressaltos havia condições para recuperar o 25 de Abril». Essa recuperação estaria a ser feita. Só que, um mês depois, a AD ganha as eleições. E agora essas condições ainda existirão ou a vitória da AD foi um sobressalto mais?

— Esta vitória é um sobressalto — responde Lurdes Pintasilgo — «embora já a esperasse. Esperava, mas, no entanto, é um sobressalto. Tenho dificuldades em prever qual vai ser a política da AD no Governo e por isso até gostaria de fazer o que a AD não me fez, dar o benefício da dúvida da continuidade em relação ao 25 de Abril».

Ao longo destes quatro meses foram muitos os jornais e jornalecos que da forma mais infame



# o que ela não me deu:



QUE O POVO NÃO SEJA 3.  
«ENCURRALADO»

Apesar de ter o apoio da Igreja poderá a direita, esta direita com franjas revanchistas governar o nosso país durante muito tempo? Pelo que conhece das democracias europeias, que pensa a Primeiro-Ministro sobre isto? Acha que a direita poderá governar durante muito tempo?

- Acho.
- E não teme essa situação?
- Temo não temo. Pode-me

entristecer, como também me entristeceria uma esquerda que violentasse as consciências. O meu grande receio não se equaciona naquilo que eu podia chamar métodos «pidescós», de perseguições; isso seria trágico, inconcebível. O meu receio é que este povo, de quem sempre via potencialidade e a originalidade e de quem sempre vi, agora no concreto, nas visitas que fiz, as capacidades espantosas de resolver os seus próprios problemas, seja encurralada, é o termo, num modelo que lhe é imposto, e seja metido dentro de baias de que não pode sair. Isso é muito fácil, não porque as pessoas A, B, ou C, fazem parte da AD, mas porque a lógica própria do sistema capitalista que está na base da AD, é uma lógica sempre de imitação que não tem em linha de conta a própria transformação da vida.

- Mas dada a situação económica em que estamos e os objectivos da AD acha que a direita tem possibilidade de se aguentar muito tempo no Governo?

- Acho que a Europa neste momento está face a um futuro que é um ponto de interrogação e acho que aí nós não estamos isolados da Europa. É certo que

levantaram mentiras e calúnias contra o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo. Chegaram a descer ao vil insulto e a inventar promessas que a primeiro-ministro nunca havia feito para, mais tarde, dizerem «não cumpriu o que prometeu».

- «Nunca vi coisa semelhante em qualquer outro país e conheço muitos» - garante a Primeiro-Ministro. - Se este assunto já era preocupante, mais o é com a vitória da AD. «Eu estou preocupadíssima com o futuro, preocupadíssima porque é muito difícil tocar neste ponto». Concretizando: «Aquilo que se diz olímpicamente como «liberdade de expressão de uma minoria», até com as suas centrais de informação e de controlo, etc., que distribuem para vários diários, semanários, etc., isso que se diz «liberdade de expressão» é, afinal, a violação do direito fundamental que é a liberdade de pensamento e de opinião de todos nós».

É claro que num País onde os mecanismos judiciais funcionassem adequadamente seria travada tal violação. Só que «há todo um mecanismo judicial que não tem funcionado» - reconhece Lurdes Pintasilgo. «O poder judicial levantou muitas dificuldades ao poder executivo «que se defronta com a impunidade total».

## INTERFERÊNCIA DA IGREJA TEM CONSEQUÊNCIAS GRAVES

Para além da Imprensa houve a influência da Igreja que durante

a campanha eleitoral foi evidente. No País interior, no Norte e nas ilhas fundamentalmente, mas também cá para baixo, na capital. Nem como católica, nem

como governante Lurdes Pintasilgo aceita essa interferência:

Como Chefe do Governo com a responsabilidade fundamental de preparar as eleições num clima de «independência e isenção» devo dizer-lhe que, na verdade, foi um problema muito sério e que considero de previsíveis consequências graves para o futuro de Portugal o que referiu como interferência de certos sectores da Igreja Católica na campanha eleitoral. É certo que não foi a Igreja Católica, nem a hierarquia como um todo. Os documentos oficiais são documentos em relação aos quais o Governo nada tem a dizer em termos de isenção. O mesmo já não pode dizer em relação às declarações públicas feitas por alguns bispos que se situaram nitidamente no apelo ao voto qualificado num sector político e isso já me parece muito grave. Foi ainda mais preocupante a atitude de alguns sacerdotes e isso levanta o problema dos dois poderes: onde é que está o poder temporal, político, e o poder espiritual. Eu julgo que a imunidade para um sacerdote que no exercício do chamado «munus» sacerdotal faz intervir um elemento claramente político, põe problemas a qualquer executivo, na medida em que para fazer comícios é naturalmente preciso uma autorização do Governo Civil.

Para este tipo de comportamento intervieram vários facto-

res, segundo Lurdes Pintasilgo: «O medo que o PC provocou pela sua prática em 1975 em certas camadas», o facto de o nosso clero ser quase todo muito idoso e o aspecto da perseguição à Igreja durante a 1.ª República. De qualquer forma o maior prejuízo neste tipo de campanha de muitos padres foi o PS. «Votar no PS é pecado mortal» - disse um padre em Vila Real.

Para quem não é católico de sacristia, esta igreja velha está cheia de reminiscências medievais. Está a séculos das exigências do nosso tempo. Por isso, para Lurdes Pintasilgo, «é claro que a ligação socialismo marxismo e ateísmo é de um primarismo que não tem classificação».





# o benefício da dúvida

à excepção da Austria — a Alemanha é um caso sui generis — toda a Europa tem estado a perder para a sua ala conservadora em todas as eleições que têm tido lugar nestes últimos dois anos. É certo que isso tem que ver com a insegurança económica, com a chamada crise. Julgo que há na Europa, neste momento, duas reflexões muito importantes, sendo uma delas a que tenta desmontar a crise para mostrar que não é passageira e que é preciso descobrir uma nova maneira de viver... Quando o pensamento daqueles que reflectem sobre a sociedade extravasar para o homem da rua, se assim quiser, nessa altura, nós estaremos em condições, na Europa toda, de fazer então, uma verdadeira mudança.»

Para Maria de Lurdes Pintasilgo esta mudança é imparável. Aquilo que nos cabe fazer é mudar a sociedade mudada e voltar a mudar essa sociedade mudada — disse em Novembro, em Viana do Castelo, perante o dinamismo cultural ali verificado.

Quando aquelas condições para a mudança na Europa surgirem «entramos num caminho dum esquerda capaz de propor alternativas, inventiva, original». Mas há outro aspecto: «alguns dos seus dirigentes, pela primeira vez, estão a ver os problemas da Europa e os problemas do mundo no seu conjunto.» É no contexto destas interacções que a Primeiro-Ministro insere a nossa transformação.

## «NÃO ESPERAVA REALIZAR TANTO»

Criticado pela direita e pela extrema-esquerda, este V Governo teve, apesar de tudo, uma acção meritória: promover a acalmia política depois dos sobressaltos causados por Mota

Pinto. E para além disso fez algumas leis — «Pacote Social» — capazes de criar melhores condições de vida e outra coisa, esta de grande relevo: deu uma nova dimensão, em termos práticos, de como se deve governar e das relações poder central/poder local e governante-governado.

Como encara Lurdes Pintasilgo a sua experiência governativa?

— Dizer que considero uma governação muito positiva, vai parecer muito pretensioso, mas o que é facto é que lhe posso dizer com toda a sinceridade, que não esperava, no ponto de partida, quer eu considere o ponto de partida a tomada de posse, quer considere o termo da discussão na A.R., não esperava que em 4 meses fosse possível tocar em tanta coisa e realizar tanto. Ao mesmo tempo, tenho que lhe dizer que estou muito insatisfeita porque ficou muita coisa por fazer, por reorganizar.

— Concretamente deixa o Governo com pena de não ter feito o quê?

— Fico com muita pena, mas estive sempre mentalizada para um governo de muito curto prazo, de por exemplo a produção legislativa ser exactamente idêntica no estilo à dos outros governos. Ora eu concebo o Direito de uma forma totalmente diferente; mas não consegui al introduzir modificação nenhuma. Eu concebo o Direito como traduzindo já a realidade, essencialmente pragmático, e não pude impedir ou uma elaboração muito geral ou então um tipo de diploma legal muito pormenorizado. Isso não está de acordo com a forma como eu vejo o Direito. Dal ser realmente uma falha grande

A esta autocritica, Lurdes Pintasilgo junta outra. Com a sere-

nidade de quem pensa que governar é também autocriticar-se:

— Gostaria também de ter aproveitado melhor a estrutura que criei das três grandes áreas, económica, social e cultural. Como sabe destinavam-se a ter uma interacção interna, cada uma delas, de modo a poderem definir-se as prioridades em cada uma e depois a relacionaram-se entre si. Tive reuniões com cada uma das áreas, algumas vezes, mas isso não foi suficientemente sistemático de modo a poder extrair dessas três componentes todo o rendimento que seria de esperar. Poder-se-ia ter tirado muito mais, mesmo assim considero que a experiência foi muito positiva. Criei uma grande solidariedade dentro de cada área e criou a possibilidade de interacção dentro dos respectivos Ministérios».

O peso da máquina burocrática que praticamente preserva ainda toda a estrutura fascista, foi também uma preocupação. Reduzir a administração Central a um mínimo de elementos que apenas tivesse um carácter normativo e fiscalizador e pôr toda a capacidade de decisão nas várias regiões, seria também uma ideia da eng.ª Lurdes Pintasilgo. «Isso não consegui fazer, pelo contrário há até um certo empolamento de quadros». Segundo a Primeiro-Ministro «vários mecanismos de origem ideológica diferente foram interferindo no aparelho de Estado, foram, por assim dizer, enquistando». E assim, «no limite de grandes ministérios muitas vezes o ministro é a pessoa que tem menos poder». Lurdes Pintasilgo explica porquê: «está justamente condicionado por todos aqueles que integram os serviços; e se lhe dizem que uma

coisa é impossível, o que é que o ministro pode fazer? Substituir-se às pessoas? Não há hipótese». Em contrapartida houve funcionários que deram uma colaboração para além de todos os limites.

## A AFECTIVIDADE NA POLÍTICA

Este V Governo foi um executivo de compromisso. Sabe-se que integra pessoas de direita e até mais além. Apesar disso um aspecto importante foi o contacto com as populações, de uma certa maneira a introdução da afectividade na política. «O Governo tem o privilégio de vir junto do povo» — disse a Primeiro-Ministro há poucas semanas, em Coimbra, durante uma das mais significativas visitas que fez no âmbito da sua rotina de governar.

Tive ocasião de acompanhar quatro das visitas de trabalho feitas por Lurdes Pintasilgo a outros tantos pontos diferentes do País. Precisamente metade das suas visitas. Populismo? Demagogia? Foram questões que se me colocaram inicialmente. Mas logo foram desfeitas. O contacto era franco, curioso, mobilizador. O esbater das fronteiras entre o poder central e o poder local. «Somos jovens, somos pobres / temos voz para falar / e dizer-te querida amiga / continua a governar» — canto de jovens na Figueira da Foz.

Mas em termos práticos será esta a melhor prática de governar numa sociedade cada vez mais tecnocrática?

— Para uma pessoa como eu é a maneira de governar, na medida em que Governar não é só





# Nem como católica nem como governante aceito o que foi a campanha da Igreja



Continuação de pág. 13

decidir para o bem dos outros, governar é contribuir para a construção do querer comum. Em segundo lugar, isto é muito importante para mim, porque penso que é a forma de tornar viva a democracia parlamentar completando-a com uma outra maneira do povo exercer o seu poder não só através dos representantes eleitos para a Assembleia, mas através da verbalização directa daquilo que sente e é, junto dos governantes. E ainda em terceiro lugar porque hoje em dia o Estado Nação, não é uma entidade que se baste a si própria. O Estado Nação é a mediação entre as comunidades de interesses de vizinhança de trabalho que existem em qualquer zona minifundista e a Comunidade mundial.

Portanto há aqui uma filosofia que está muito longe do populismo que me foi atribuído, é qualquer coisa, foi uma tarefa que me impus, porque entendia que ela era importante, importante a estes três níveis.

Pela sua prática, Lurdes Pintasilgo foi considerada uma cidadã-governante. As suas visitas desbloquearam inúmeras situações com o ranço de anos e até décadas. Que projecto estava subjacente a tal prática? Quais os seus contornos?

— Eu não faço isto por um impulso afectivo, sentimental, romântico. Ao mesmo tempo eu verifico que é verdade essa observação relativamente ao meu comportamento nessa matéria. Eu verifico que é verdade até na

maneira como neste momento estou a deixar o Governo. Estou a deixar o Governo como tenho deixado outras tarefas. Largo esta vou fazer outra coisa.

— Não está agarrada ao poder...

— Não, acho que não estou. Pelo menos não vejo em mim os sintomas de alguém que estivesse nessa angústia de ter que deixar o Governo.

## A RESPONSABILIDADE DO PRÓXIMO GOVERNO

Este V Governo fez e deixou muitas coisas em condições de serem concretizadas pelo próximo executivo, se houver vontade política para o fazer. Maria de Lurdes Pintasilgo gostaria de ter feito mais. E tem pena por isso. Mas o que é que gostaria de ter concretizado?

— São imensas coisas. O primeiro ponto que eu gostaria de ver no Governo bem explicitado era a transformação dos serviços e da produção em termos qualitativos. Penso que é possível a um Governo com estabilidade e com imaginação realizar imenso no domínio qualitativo. O que tem imenso que ver com a nossa vida quotidiana, desde as estradas, o trânsito, os transportes até aos serviços de saúde, tudo isso. Há imensa coisa que se pode transformar qualitativamente. Portanto isso é um ponto em que nem sequer pude tocar e que tenho a certeza, justamente pela observação destes meses, que é possível fazer e essa seria

uma fundamental viragem.

Depois há um outro ponto que tenho pena de não ter podido equacionar nos seguintes termos que é o da nossa política produtiva. Penso que estão reunidas as condições para se poder dizer claramente quais são as prioridades, como é que interessa converter a nossa indústria, como interessa converter as nossas culturas agrícolas de modo a que a rentabilidade seja máxima e que corresponda àquilo que está na nossa genuína tradição e de modo a que nos tornemos cada vez mais auto-suficientes em aspectos fundamentais, sobretudo no que diz respeito às indústrias agro-alimentares. Outro ponto que tenho pena de não ter realizado de forma mais clara — ele já deu até bastante barulho — foi tornado mais evidente: as medidas financeiras, que foram decididas no Conselho a que presidiu o sr. Presidente da República, não são medidas, decididas por alguém para quem o quociente social é muito importante e que por causa disso vai mexer em índices de ordem económica ou financeira. Mas são medidas que têm a sua lógica económica e financeira e que correspondiam justamente a um relançamento da economia.

Lurdes Pintasilgo recorda as decisões principais contidas no «Pacote Social» e prossegue:

— Isto ficou em termos de resolução de ministros, e justamente para deixarmos margem de manobra ao Governo seguinte nós não traduzimos estas medidas nos diplomas legais indispensá-

veis que se tornassem efectivas através do Banco Central, portanto são medidas que estão no «Diário da República» através de uma resolução de Conselho de Ministros podem ficar ou congeladas ou podem ser reforçadas e melhoradas através de diplomas que têm no seu conjunto uma repercussão enorme em todo o sector económico-financeiro, sem qualquer prejuízo, como algumas pessoas quiseram fazer crer para a nossa balança de pagamentos, aliás, possivelmente, quando terminar o mandato tornarei pública a justificação técnica desta matéria, porque não quero que ela seja entendida como uma decisão demagógica, meramente política.

— E ao nível da saúde?

— Lançámos as bases da regulamentação do SNS e tendo em linha de conta todo o trabalho que tem sido realizado no nosso País, criou-se um departamento de cuidados primários de saúde; foi criada a carreira de médico de clínica geral, a carreira da saúde pública. Em termos de estruturas há, portanto, as de base da saúde que ficaram claramente definidas e trabalhadas.

— Com bases nas análises pontuais e de conjuntura feitas pelo Governo que outros projectos estão em condições de ser viabilizados pelo próximo Governo?

— Há muita coisa em termos de projectos de leis que poderem ser viabilizados imediatamente ao nível da agricultura. Nós fizemos todo um conjunto de disposições legais: a protecção ao jovem agricultor para instalação

própria e para uma exploração dele; fizemos o enquadramento jurídico para a agricultura de grupo, isto é também extremamente importante para a enorme zona de minifúndio que nós temos; fizemos ainda o regime jurídico dos centros de gestão agrícola, também como apoio aos agricultores individuais ou associados em cooperativa. Modificações nos próprios serviços do ministério vão servir estas estruturas e são muito importantes. É claro isto está no papel, espero que o sr. Presidente da República promulgue e será publicado em «Diário da República». Agora, isto precisa de ser implementado. Penso que está também suficientemente estudada a questão do «Cabaz de Compras», o que é que é o «Cabaz de Compras».

## CONFIANÇA DE EANES

— Desde «Vasco Gonçalves com saias», a «meloantunista» e «afilhada de Eanes», a Primeiro-Ministro tem sido alvo de vários «cognomes». Considera-se ainda a chefe do Governo da confiança de Eanes?

— Não tenho razão nenhuma para duvidar da confiança do general R. Eanes. Antes pelo contrário, praticamente posso dizer-lhe que apesar de em muitos aspectos termos discutido o andamento e estranho seria que o não fizessemos, tenho a visão de uma grande coincidência de pontos de vista e até de apoio em

momentos em que fui violentamente criticada.

## UM GOVERNO DE ESQUERDA

— O seu Governo já foi considerado conservador, insonso e de esquerda. A sr.ª eng.ª acha que o seu Executivo teve uma prática de esquerda?

— Acho que este Governo no seu conjunto, no resumo da sua prática, foi um Governo que se pode considerar dentro das nossas categorias, um Governo de esquerda. O que eu procurei realizar não entra no entanto nos estereótipos que conhecemos. E também quero dizer, justamente, que respeitei o carácter colegial deste Governo. Nem poderia ser de outra forma.

Passavam as duas horas de conversa. Um diálogo sempre vivo, reconfortante e galvanizador.

Apenas mais uma pergunta. A última.

— Deixando o Governo que pensa fazer? Projectos políticos? Aceitaria formar um partido?

— Não. Penso continuar sempre a pensar nas relações sociais e nas forças que movem a sociedade. Continuar a reflectir sobre isso com várias pessoas, que nisso acredito imenso. E é nisso que estou inserida neste momento. É uma série de redes internacionais que de facto têm como objectivo primeiro pensar as novas forças sociais e as relações entre elas.

LUIS HUMBERTO



# "HÁ DOIS REGISTOS NO PODER QUE NÃO COINCIDEM"

ELA diz de si que é uma mulher que perturba... Penso que antes do mais, é uma mulher que agita. Pela vitalidade do seu raciocínio, pela vivacidade com que atrai a polémica para cima da mesa, pela energia das suas convicções sobre as quais afirma impetuosamente que estão no caminho certo, é como uma onda difícil — senão mesmo impossível — de travar... pois dá sempre a impressão de ir mais à frente.

E se é indiscutível que é destas pessoas que fazem andar o mundo, é discutível que sobre ela tenha recaído a escolha ideal para o cargo que durante quatro meses a levou em S. Bento, à presidência do Conselho de Ministros.

Com uma rara capacidade de estimular uma imediata adesão ou uma violenta rejeição, imprime um élan e uma marca singulares, ao menor gesto que faz, ou à mais insignificante palavra que profere.

## Um furacão na sala

DE REPENTE, é como se entrasse um furacão naquela sala, perturbando a quietude da manhã de Inverno.

Vestida de vermelho escuro, avança para mim de braços estendidos e sorriso aberto:

"Vamo-nos sentar aqui por causa do sol, não quer?"

Sentamo-nos à beira da grande varanda de vidro, semi-aberta para o jardim de relva da casa que neste momento habita em Oeiras. Explica-me que pertence a uns amigos seus que "em boa hora lha emprestaram porque viver ali é mais repousante do que em Lisboa".

Mas logo em seguida, dá uma grande gargalhada e exclama, enérgica:

"Como se eu tivesse tido

alguma vez tempo para gozar desta casa!"

"Vamos lá a ver o que é que dá..."

Enquanto agarro no papel e no lápis, penso para mim se a extrema vitalidade de Lurdes



Pintasilgo não esconderá afinal alguma amargura (ou outro qualquer sentimento parecido), agora que chegou ao fim a sua tarefa governativa.

O seu primeiro ímpeto é

Perante tal personalidade, a jornalista optou propositadamente por se apagar, para não colocar nenhuma espécie de dique, (nestas circunstâncias, indesejado) aos temas que no decorrer de quase quatro horas, absorveram o nosso diálogo.

Muita coisa passou por aqui. Quase tudo. Mas para além das coisas, dos factos e dos acontecimentos, das razões e das causas que determinaram este ou aquele comportamento, esta ou aquela das suas atitudes o que ficou entre estas linhas, foi uma tentativa — como todas, com altos e baixos, na sua intensidade e na sua verdade, — de retrato.

Ficou ainda, uma como que despedida (saudável) de um cargo que assumiu de "modo inteiro" embora mais uma vez, aqui também, de forma controversa e semeando, quase poderíamos dizer dia a dia, os mais contraditórios sentimentos...

disparar-me de imediato, quase espantada com a palavra:

"Amargurada? Não, não estou..." Ri. Depois, pensa, e ponderadamente, começa a detalhar os prós e os contras do que ficou para trás:

"Nas experiências sociais e na actividade sociopolítica há sempre um aspecto de risco e para mim, há sempre um aspecto de jogo. Não no sentido da artimanha, mas como os ingleses dizem, "playfull". Uma espécie de vamos lá a ver o que é que dá..."

E o que é que deu?

"Bem aí, eu tenho que distinguir vários planos: deus, em termos dos objectivos que eu me propunha alcançar — e para falarmos de uma forma muito fria —, que consegui fazer as eleições. Preparar as eleições, essa coisa toda, e fazê-lo num clima de acalmia,

como se costuma dizer! — Isso foi plenamente atingido... e com uma taxa de abstenção mínima, contrariamente a críticas que logo no início

Continua na pág. 2-R





Lurdes Pintasilgo (em retrato quase auto):

# "A classe política? Uma quadrinha:"

Continuação da pág. 1

foram feitas... E quando as pessoas duvidavam da minha isenção relativamente ao resultado das eleições, acho que ela ficou mais do que provada..."

As pessoas duvidavam da sua isenção?

"Bom... disseram-no publicamente... Mas foi a classe política que o disse e é preciso distingui-la do resto da população..."

A classe política? O que pensa dela?

"Excesso de quadrinha... «Promenade, change your pair»... Un ballado... Mas voltando ao Governo: há um segundo aspecto tão importante como o primeiro: fazer deste pouco tempo de Governo, um tempo em que algumas das necessidades básicas da população mais carecida fossem minimamente satisfeitas..."

E foram-no?

"Algumas... acho que sim... Para mim foi muito importante um conjunto de decisões que aliás levámos muito tempo a tomar, justamente pela responsabilidade que isso implicava para o futuro. Por exemplo: deu-se uma mão às viúvas daquelas pessoas que nunca tinham estado inscritos em nenhum esquema de segurança social. Aumentámos de oitocentos escudos para mil e oitocentos... Você dirá que isso é o que a gente gasta por dia! A pensão mínima estava em dois e setecentos e conseguiu-se passá-la para três e seiscentos.

E pouco? E pouco, mas houve uma subidal E repare que subir parece fácil, é só atirar com números cá para fora... Mas para isso foi necessário trabalhar com quatro ou cinco hipóteses de financiamento o que conduziu a um trabalho esgotante. Além disso... você já reparou na dificuldade de determinar quem são, numa sociedade, os que precisam mais?"

## Uma questão de opção política

Acusam-na de ter sido demagógica com essas medidas! De as ter tomado no fim da sua acção governativa, escamoteando as imediatas dificuldades financeiras que advirão da sua aplicação e de assim endossar a batata quente para os senhores que se seguem...

"Bom isso era se se tivesse tratado de decisões irresponsáveis... Mas eu tenho o cenário todo estudado! E de resto há que distinguir entre medidas sociais e económicas. Estávamos a falar das sociais. Sabe que foram postas na mesa pela primeira vez em Setembro e que só saímos com elas em Dezembro? Foram três meses à procura da melhor solução para as cobrir. E o facto é que se conseguiu que de um encargo que vai ser da ordem dos dezasseis milhões para o próximo ano, só ficasse a pesar no Orçamento Geral do Estado em cerca de cinco milhões! Para cobrir o restante, fizemos

um esquema que aliás eu já tinha feito quando fui titular dos Assuntos Sociais: fez-se de novo um pequenino aumento da contribuição quer dos trabalhadores quer da entidade patronal... O que se passa, é que eu entendi que as minhas prioridades eram estas!"

Houve então uma opção política?

"Claro que sim! Porque repare que se as minhas prioridades tivessem sido as indemnizações que no total são cerca de 100 milhões de contos, teria endividado o Estado num défice brutal! ... Ora eu não queria nem podia fazer isso! E há ainda outra coisa: eu não sabia que Governo vinha, não fazia a menor ideia, tudo se passou de modo totalmente independente de quem viesse a seguir! O mínimo de coisas que fizemos, só o faria um Governo que não tivesse nada a perder ou a ganhar com eleições...! Os dois milhões de atingidos ainda não sabem sequer que o foram, e além disso não têm peso eleitoral!"

Penso que têm...

"Bom... virão a ter mais tarde... primeiro que tudo isto arranque, que se ultrapassem mecanismos..."

## Remar contra a maré

Em resumo: são críticas que você repudia, encargos que considera menores...

"São mínimos, Maria João, são mínimos... Porque é que ninguém me fala dos pesados encargos que este Governo

assumiu ao começar as negociações com a Ford? Por exemplo? Sabe que há uma palavra no Evangelho que sempre me fez muita confusão e que é muito dura: «aquele que tiver muito, ser-lhe-á dado em abundância, aquele que tiver pouco, o pouco que tem lhe será tirado». Esta frase é terrível anh? Porque é uma pura constatação do mecanismo humano... Tem de haver alguém a remar contra a maré..."

Você?

"Sim... acho que sim... Para fazer isto foi necessário remar contra a maré... E até porque não me sinto nada detida de uma qualquer verdade nem política, nem técnica..."

É curioso dizer-me isso porque algumas pessoas dizem que você parece o contrário: possuir uma grande "suficiência", saber as coisas melhor que os outros...

## Radiografia

Pausa. Pela primeira vez, vejo-a hesitar. Não gostou do que eu disse.

"Ah sim? Não sabia que diziam isso..."

Parece quase consternada. E talvez mesmo algo irritada:

"Isso é engraçado porque eu hesito sempre imenso antes de tomar uma decisão... Em geral a decisão aparece-me no nível da intuição..."

É um facto que você parece ser extraordinariamente intuitiva...

"Ah! Mas é uma intuição no momento... Não pense que ela significa de algum modo improvisação ou irreflexão... Ou que eu seja catapultada para ela a partir do zero..."

Insiste nesta explicação. Pressinto que está farta de palavras atiradas sobre si, ao acaso umas, proposadamente outras. Hoje, não quer correr, mais uma vez; este tipo de risco. Por isso se atarda na explicação certa de si, insistindo nas nuances, e na razão de ser de cada gesto ou atitude. Está a fazer uma radiografia de si própria e para si, isto da "intuição" ainda tem que se lhe diga.

"É que esta minha intuição é fruto de uma grande reflexão, corresponde a um grande trabalho de pensamento, teoria, estudo, investigação. Praticamente de tudo aquilo que constitui a minha base de trabalho nestes últimos dez anos..."

Sinto-me à beira dos seus temas favoritos: a Nova Ordem Internacional, os projectos alternativos para uma sociedade melhor, a procura de um outro futuro...

Antes de entrarmos nesse capítulo gostaria ainda de insistir em algumas facetas da Primeiro-Ministro: falou há pouco das medidas sociais tomadas pelo seu Governo e eu falei-lhe das críticas que elas suscitaram. Passemos agora às medidas mais técnicas, isto é, de carácter especificamente económico, e que terão sido

alvo de ainda mais polémica.

"As medidas técnico-económicas tomadas — nomeadamente a redução da taxa de juro, o alargamento de crédito bancário, o apoio ao crédito para a habitação e agricultura, a redução da taxa de desvalorização do escudo, a abolição do tecto salarial e ainda as medidas sociais — são o enquadramento básico da orientação da política económica que este Governo adoptou. Essas medidas tiveram como objectivo principal o relançamento da economia e simultaneamente a redução do desemprego, a redução da deterioração do poder de compra das pessoas que vivem dos seus salários, pensões, etc. Mas também e ainda, o aumento de bens e serviços de necessidade básica (saúde, habitação social, segurança social, pensões, etc.). Houve também a preocupação de combater a inflação e daí o terem-se tomado medidas para diminuir a escalada dos custos, como a redução da taxa de juro e da desvalorização do escudo, esta última afectando os preços das importações de alimentos, matérias primas, energia, máquinas e equipamentos.

Simultaneamente, orientou-se o investimento para a agricultura e a habitação através de juros bonificados e transferências de capital. Estes sectores têm efeito positivo no emprego, além de fomentarem outras indústrias com eles relacionados através











## Minorar dependência do estrangeiro

Saldo positivo, então?

"Bom, em quatro meses eu não esperava tanto... Isto é tocar em tanta coisa, e ensaiar com resultados positivos esta tal outra forma de governação..."

E insatisfações... Há? Não há?

"Há, há... Procedendo a uma autocrítica, devo dizer que ao tomar esta opção pelo contacto directo com as pessoas, dei necessariamente menos tempo ao trabalho em conjunto com cada um dos ministros, aos quais deveria ter dado muito mais apoio! Também sinto a insatisfação por não ter levado até ao fim aquela procura de propostas de alternativas do crescimento económico que fossem verdadeiramente nacionais e que não nos coloquem na dependência do estrangeiro..."

Isso é possível? Isto é, você

acredita firmemente nisso?

"Sabe, eu fiquei muito bem impressionada com os nossos industriais, principalmente com todos os sectores — até à metalomecânica —, que eu não conhecia bem e que fiquei a conhecer! Têm de facto muita iniciativa, muito conhecimento dos mercados internacionais, grande capacidade de investimento... Não duvido um segundo de que são capazes, muito mesmo, de ajudar a resolver os nossos problemas..."

Você deve saber que há determinado número de leis no mundo do trabalho que não se compadecem por aí além, com esses sectores. Que contrariam a iniciativa privada, o investimento, etc., as molas que os fazem funcionar!

"Certo, certo... E note que não sou eu que digo que todas essas leis nas mãos de pessoas (ou governos) com tendências concentracionárias, estatais, autocráticas (e tanto faz que seja capitalista como socialista), não venham a criar dificuldades aos sectores de que falávamos... Mas voltando ao cerne da questão: acho possível sim senhor, minorar a dependência do estrangeiro! O

que é preciso é começar ao menos, a estar atento a isso!"

## Ordinã da psicanálise

Há uma característica sua que eu gostaria de discutir consigo, porque ela foi para mim imediatamente perceptível, mesmo antes de você ser Primeiro-Ministro: a sua capacidade de fazer brotar espontaneamente nas pessoas uma imediata adesão a si, ao seu modo de ser (particularíssimo) ou, pelo contrário, fazer nascer uma rejeição pelo menos tão forte como a tal adesão...

Ouço uma enorme gargalhada...

"Isso quase me pôe no divã da psicanálise..."

Depois olha para mim, mais séria e desabafa:

"É que é tal e qual isso! É uma experiência que eu tenho ao longo da vida... Sabe uma coisa? Quando era novita, um amigo meu dizia-me: «veja-a sempre a agarrar na vida como quem morde uma maçã»... Bom, esta atitude é de confiança, de vitalidade, de, de...

eu ia a dizer de alegria... mas..."

Hesita:

"Mas eu acho que isso perturba". Sorri:

"Este será talvez o primeiro ponto. Depois, tenho também a consciência de que me afirmo claramente no que sou e naquilo em que acredito e assim, estou a obrigar o outro a definir-se. E estou a julgá-lo sem querer julgá-lo... Olhe, pronto, o melhor é eu contar uma coisa! Mas o pior e que não sei como é que você depois arruma todos estes discursos..."

Eu também não sei, não faz mal, diga lá...

"Bom, mais uma confissão: não é a primeira vez nem a segunda — são centenas... — em que estou numa reunião e que tento apagar-me, mas quem fala, em vez de falar para quem está a liderar a reunião, fala para mim! Percebe isto? Uma vez, numa reunião internacional, de imensa responsabilidade, senti isso de tal forma que resolvi baixar os olhos, pôr-me a fazer riscos no papel... Até que no intervalo, um africano veio ter comigo e disse-me: «o que é que lhe deu?"

Continua na pág. 4

# "Costumam dizer que morde a vida como uma maçã"

5.

A discussão perdeu todo o interesse... Você não estava presente!..."

## Indeed very candid

Ri... E começa a falar-me das "vezes que a acusam de ingenuidade política". Críticas que segundo diz "não a perturbaram grandemente":

"Sabe que os americanos costumavam dizer-me: «you are indeed very candid»... mas eles mesmos, depois de discutirmos, acrescentavam que o «very candid» é o que é preciso na política neste momento... É o que aparece e diz que o rei vai nu... É indispensável que alguém diga isso..."

Você diz?

"Digo, por isso me chamam ingénua política..."

Não é só por isso... É por você pensar que resolve o mundo com idas às zonas dos incêndios ou das cheias... em acções desenquadradas de tudo o resto... como a gente falava há pouco..."

Ri e invectiva-me:

"Mas ouça lá: quem me julga assim, era preciso que pensasse que eu tinha aceite um cargo destes sem ter, em primeiro lugar, um mínimo de organização — que diabo, fui quadro da maior empresa deste país — e depois que eu não tivesse para mim uma certa teoria política... Porque essas tais visitas foram inseridas no tal quadro de direito de que falei, não aconteceram desgarradas! O que houve foi uma alternância do macro com o micro, que se traduziu por uma outra forma de ver e fazer a política: nem a opção populista de apenas ver o micro, nem a salvaguarda apenas do macro e tudo remeter para o facto de haver leis e despachos... Você não quer um café...?"

Levanta-se, vai fechar um pouco a cortina, serve os cafés, torna a sentar-se:

"Não quer uma fatia de bolo?"

E uma mulher contente consigo própria?

"Ai, não! Nunca! Crede! Deus me acuda! Nunca... Sabe, há aí uma coisa que me criticaram muito... foram as poesias... As pessoas riam e tal... mas se eu me quiser definir, há dois poemas que me vêm logo à ideia, nos quais adiro espontaneamente! Um é o «um pouco mais de sol e eu era brasa... um pouco mais de azul e eu era além»... Sei isto de cor! Quer ver?"

Recita todo o poema de Mário de Sá Carneiro... e no fim diz apenas:

"Isto cala muito fundo... É o que eu sinto... a dor de ser quase, em relação a tudo na vida! Porque nunca Maria João, eu disse: «já estou satisfeito!» Nunca, percebe? A outra coisa que me impulsiona e que talvez de esta ideia de simplicidade, é um poema de Fernando Pessoa..."

Faz uma pausa, olha para mim, sorri:

"Agora estou decididamente na poesia"...

Num repente:

"Pronto, não faz mal... Este poema ainda vem mais de trás, perde-se na aurora da minha adolescência e tem a ver com a intensidade que faz com que as pessoas gostem de mim ou me detestem... Quer ouvir? É pequenino...: «para ser grande sê inteiro, nada teu exagera ou exclui... sê todo em cada coisa... põe quanto és, no mínimo que fazes»..."

## Entre

## dois poemas...

Acaba o poema, fica um pouco perdida, e depois, com o mesmo ímpeto de sempre, lança-me:

"Pronto, entre estes dois poemas..."

Está você!

"Estou eu... O «nada teu exagera, ou exclui» sou eu, realmente. O «ser toda em cada coisa...» percebe? Mas ao mesmo tempo, com a dor de ser quase... Bom, mas a gente assim, perde-se! O que eu queria dizer é que ambos estes poemas têm que ver com aquilo que você diz das pessoas me adorarem ou detestarem... Mas sabe o que o facto de quase ninguém ficar indiferente à minha presença, traz-me uma grande responsabilidade. Já agora gostava que isto também ficasse claro..."

## Uma

## conversadeira

Tinham passado quase três horas... "Sou uma conversadeira", tinha-me ela avisado logo lá atrás, com alguma ironia.

Olha para o relógio, mas antes que ela me diga qualquer coisa, explico-lhe que há ainda muito que falar...

"Você não quer almoçar comigo? Vamos conversando à mesa..."

Diante da sopa de agridões, falamos do filme de Manoel de Oliveira, e com uma energia aflita ela diz:

"Se é assim tão bom, tenho que arranjar tempo para ir ver... Sabe, no fundo estou apenas à espera de que saiam os resultados oficiais das eleições no "Diário da República", para poder ir apresentar a minha demissão a Belém. Mas até lá, confesso que não disponho de muito tempo, para o que quer que seja".

A propósito de Belém: falou-se por aí que o Presidente teria previsto consigo a hipótese de em caso de empate eleitoral, você continuar em funções...

"Acho que não..."

Acha?





"Quer um pouco de vinho tinto? Bom... (um pouco rispidada) vou tentar explicar: eu mantive duas espécies de contactos com o senhor Presidente: os formais, cerca de uma vez por semana, e os outros. Por vezes, em conversa foram ventiladas certas hipóteses para o caso do resultado eleitoral ser inconclusivo. Digamos que essa, foi talvez uma delas... entre muitas outras... Por isso eu empreguei um verbo que a espantou e disse «acho que não»..."

Por falar em espanto, houve atitudes suas que o mínimo que se pode dizer é que espantaram as pessoas, ou pelo menos, algumas pessoas: por exemplo, o ter recebido Álvaro Cunhal, no dia dos acontecimentos de Montemor...

Reacção fortíssima... Começa no seu olhar e vai até ao fim das palavras:

"Aí não há de facto que extrapolar, que especular..."

Mas especulou-se... você até sofreu pressões para o não receber...

"Pois tive, pois tive... Mas aí, tratou-se de uma opção política muito clara, da qual falei logo no início do Governo: as pessoas para quem eu estava disponível, eram em primeiro lugar os ministros, os representantes das forças políticas e sociais e, até certo ponto, os representantes dos outros Estados..."

Mas acusam-na de exactamente ter estado apenas disponível ou mais receptiva, se quiser, para determinados sectores, em detrimento de outros...

"Isso não é verdade! Olhe... você há pouco disse-me se eu saía amargurada... eu disse-lhe que não... mas há uma zona de mim, onde há uma grande tristeza... O que acaba de dizer mostra de facto como se falou de mim, como se interpretou os meus gestos... É que quer se tratasse do dr. Cunhal ou de outro qualquer dirigente político, o dr. Sá Carneiro, naturalmente, o professor Freitas do Amaral, eu sei, eu teria recebido fosse quem fosse... porque isso faz parte da ética da própria função... E digo-lhe: a conversa com o dr. Cunhal não foi exclusivamente sobre o Alentejo..."

## Uma sessão histórica

Já agora, continuo a fazer-me eco de todas as críticas que ouvi a seu respeito... por exemplo: o facto de ter pedido ao general Eanes para presidir a um Conselho de Ministros seu, onde ia tomar medidas eventualmente controversas, que assim ficariam "cobertas" pela sua presença...

"Diz a nossa Constituição que o PR pode presidir aos CM's desde que convidado pelo Primeiro-Ministro. De resto, eu própria, quando começaram os Governos Constitucionais, me espantei de que isto não fosse posto em prática. Seria até uma das maneiras de ultrapassar aquela discussão mais ou menos tonta que por aí andou, entre presidencialistas e parlamentaristas..."

E seria uma boa maneira concreta de se poder observar como se comportam, como reagem dois órgãos de soberania... e que conclusão se tira dessa alínea... Bem. Logo ao princípio, disse ao sr. Presidente que teria muito gosto de que isso viesse a acontecer. O que se passou foi que infelizmente, logo os primeiros Conselhos ficaram absorvidos por problemas de gestão corrente, e não me pareceu correcto convidá-lo para uma sessão desse teor. Assim, ele foi convidado para uma outra onde eu sabia de antemão que o Conselho ia tomar medidas significativas... Tudo aconteceu de resto, como em qualquer outro Conselho! Fizemos algumas votações e algumas bem cerradas... discutimos engalfinhados, como se costuma dizer, e fizemo-lo com total naturalidade... Digo mesmo que em termos de correcção de comportamento entre dois órgãos de soberania face um ao outro, eu considero essa sessão absolutamente histórica... Críticas? Quem quiser que as faça... Você não come doce nem fruta... que aflicção! Mas toma um café a menos?"

## Os piores momentos

Levantamo-nos da mesa, regressando ao sofá, perto da varanda. O tempo voa, tem de regressar ao seu gabinete de S. Bento.

Mas alguma coisa ficou a pairar no ar... Amargura, disse ela... Pergunto-lhe se afinal de contas, valeu ou não a pena o risco...

"Risco? Não tenho nada a perder... As mulheres não tem nada a perder... estão tão marginalizadas em termos de tomadas de decisão que é difícil estar-se pior..."

Está-me a dizer que sofreu particulares revezes pelo facto de ter sido mulher à frente do Executivo?

"Mas você tem dúvidas? Olhe, pegando apenas na semântica dos adjectivos usados a meu respeito — tenho de resto esse estudo feito — chega-se a conclusões notáveis! Ao princípio, pensava que era tudo um problema político: as acusações de meloantunismo, socialismo africano — o que é isso? Depois apercebi-me de que houve um machismo terrível que veio ao de cima... A estrutura patriarcal da sociedade emergiu com toda a sua força... No fundo não se vêia uma postura autónoma da mulher na sociedade... mas o mais curioso é que nada disto veio do povo, ele via a minha participação com total abertura... Aconteceu-me de resto em quase todos os sítios por onde passei ouvir dizer: «afinal ela não é como dizem!» Como dizem afinal aqueles autores de todas as campanhas orquestradas contra mim, não é? Quer um exemplo melhor? O problema do aborto!... Quem na verdade pode dizer o que penso sobre isso, se nunca por nunca ser, me pronunciei?... E já agora, gostava de referir a minha mágoa perante o que ouvi de certos padres no altar, a meu respeito... Sabe que foi nas missas onde passei os piores momentos, onde mais fui magoada? Porque se por um lado, e pela primeira vez

desde a Revolução, o problema religioso originou um debate entre catolicismo e política... por outro..."

Aí, não estou de acordo... Penso que o seu catolicismo foi explorado e mal, por ambos os lados, compreende?... Cada um, puxou a brasa à sua sardinha, passe a expressão...

"Sim, isso aconteceu em certa medida... Mas houve um debate, também é um facto... Como eu ia a dizer e, por outro lado, senti grande mágoa perante certas atitudes da Igreja a meu respeito... E também o modo como certos padres intervieram durante a campanha eleitoral não pode ter o meu acordo... Houve certo tipo de linguagem, de intervenção que nada tem a ver por exemplo com a teologia contemporânea..."

E agora? Férias? Cinema? Leitura? Ou... mais trabalho?

"Sabe? Eu não sou uma grande consumidora de meios culturais... A cultura para mim, vem reforçar o pensamento, ajudar-me a ter uma visão certa do mundo... Por exemplo, vejo cinco ou seis filmes por ano, apenas, e chega-me! Este ano vi dois, maravilhosos: "A Sonata de Outono" e os "Interiores"... Ah! Já me esquecia, vi um filme colossal, colossal, "Percival de Gallois", do Rhomer."

E, de repente, parte, desaparece para a história do filme...

## Volto para onde estava

E agora? Pergunto, após aquela descrição...

Ri: "Agora? Vou-me embora... Bom, é um modo de dizer, volto para o sítio onde estava... Férias? Para começar, vou ditar para o gravador tudo o que está cá dentro..."

Um livro?

"Logo se vê. Agora estou interessada em continuar a trabalhar com uma série de gente ligada a sectores económicos relacionados com os problemas da Nova Ordem Internacional, com aspectos da evolução social, alternativas futuras, etc.. Trata-se de um grupo de pensadores, de teóricos, gente com literatura cá fora, grupos de reflexão..."

Neste momento estamos a reflectir sobre a influência das forças espirituais no processo de desenvolvimento..."

Para si, essa é, de facto, a única saída, melhor, a única porta por onde você entra?

"Mas é que não há outra!!! Estou tão convicta de que assim é... Não nos resta mais nada senão repensarmos as

relações uns com os outros, procurar uma nova fórmula de viver em sociedade..."

É por isso que você parece sempre desdenhar os esquemas clássicos de arrumação das coisas, dos blocos?... Por exemplo, a NATO e o Pacto de Varsóvia, o Ocidente e o Leste? Mas por outro lado não são essas estruturas, melhor, essas certezas, que aguentam o precário e instável equilíbrio entre as duas superpotências?

"Não! Se não se mexesse em nada... se tudo continuasse na mesma, a História era imutável, tudo tinha sido igual até hoje... E eu começo a ter a noção clara de que há mexidas neste momento no seio de tudo isso... De outra forma, como é que você justifica o que se passa neste momento quanto à reunificação das duas Alemanhas, facto que começa verdadeiramente agora a dar sinais de si? Ou na China? Ou no interior do bloco comunista com o Sudoeste asiático? Pelo contrário o que quanto a mim pode assegurar esse precário equilíbrio entre a URSS e os Estados Unidos é, em primeiro lugar, o Terceiro Mundo abandonar, ou ultrapassar, o seu radicalismo, a sua violência verbal, e depois a Europa pensar de facto em ter um projecto próprio..."

## Gente que pensa de outra maneira

Você está mais à frente? No fundo, a questão é essa?

Sorri... A pergunta não é de fácil resposta, ambas sabemos, isso... E curiosamente, tem (quase pela primeira vez ao longo destas quatro horas), uma resposta extremamente discreta, quase sumida:

"Digamos que estou ligada a gente que pensa de outra maneira..."

Metemo-nos no carro para Lisboa, com um sol, ainda brilhante, que ao longe se confunde com o rio Tejo... São quatro da tarde e para trás ficou muita coisa dita, mas muita coisa por dizer...

À entrada de S. Bento, perto do portão da residência oficial do Primeiro-Ministro, umas dezenas de crianças de uma escola, de bibe encarnado, passam em fila indiana...

Lurdes Pintasilgo abre o vidro, sorri-lhes, quase se lança para fora do carro e dispara-me:

"Deste desgosto não lhe faiei eu... De nunca ter tido tempo para trazer um dia estes meninos ao jardim desta casa..."

Lembro-me do que ela me disse no carro, já a caminho de Lisboa:

"É curioso que há dois registos de poder que não coincidem..."

Fundação para a História do Futuro







Fundação Cuidar o Futuro

## Maria de Lurdes Pintasilgo entrevistada pelo "DN"

- *Professo o marxismo no sentido em que o faz qualquer intelectual do nosso tempo.*
- *Nunca senti apoio da hierarquia católica. Nem penso que seja função da hierarquia manifestar apoio ou rejeição.*
- *Em qualquer circunstância, defendo a subordinação do poder militar ao poder civil*



# “Sou adepta do modelo autogestionário”



Em entrevista concedida ao “DN”, Maria de Lurdes Pintasilgo analisa a acção do seu Governo, recorda a sua experiência na Câmara Corporativa, comenta aspectos da realidade nacional e internacional e defende um modelo de autogestão

## Entrevista de Dinis de Abreu e Helena Marques

«Sou adepta de uma sociedade autogestionária. Parece-me que o modelo autogestionário é aquele que torna cada um de nós mais livre, mais participativo e mais criador» — declarou a primeiro-ministro demissionária, eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, numa longa entrevista que concedeu ao «DN».

Solicitada em Julho passado, logo que o Presidente da República indigitou o chefe do V Governo Constitucional, a entrevista só viria a ser-nos concedida no último sábado, no final de uma série dada pela primeiro-ministro a diversos órgãos de Comunicação Social, pelo que só hoje a podemos publicar e pelo que, também, surge inevitavelmente desfasada do contexto em que fora pedida. Não deixam, no entanto, e apesar disso, de se revestir de interesse as declarações de Maria de Lurdes Pintasilgo, particularmente quando procede à análise dos êxitos e falências do seu Governo, quando define o seu conceito de esquerda («Há sempre uma esquerda para a esquerda») ou quando, como acima referimos, refere o modelo autogestionário com uma possibilidade privilegiada de «encontrar um caminho».

«Diário de Notícias» — No seu discurso de posse, a senhora primeiro-ministro afirmou (e perdoe-me qualquer imprecisão, pois estou a citar de memória): «E' com esperança que inicio esta marcha de cem dias.» Gostaria de saber quais são os seus sentimentos no findar dessa «marcha».

Maria de Lurdes Pintasilgo — O sentimento dominante é o de um grande reconhecimento: reconhecimento para com a equipa com que trabalhei e que fez destes cinco meses uma tarefa que foi apaixonante a todos os títulos; e reconhecimento para com o povo português. Nos contactos directos que tive oportunidade de ter e na espontaneidade com que o povo, através das suas associações, representantes locais ou individualmente, quase anonimamente, se quis associar à tarefa deste Governo. Por isso, o reconhecimento com que deixo o Governo transborda também numa certa satisfação (isto parece pretensioso...) de que foi realizado mais e mais profundamente do que eu me tinha atrevido a esperar quando da minha posse.

DN — Perguntaria agora, após estes cento e cinquenta dias, qual terá sido o ponto mais positivo, mais conseguido, e qual foi aquele que não foi atingido, que lamenta não ter concretizado?

MLP — Penso que o ponto mais conseguido foi, indubitavelmente, o da protecção dos mais desfavorecidos. Pelas chamadas medidas sociais, portanto, o aumento das pensões mínimas e, por outro lado, pela criação do esquema mínimo de cobertura social. Eu considero este aspecto, talvez, a coisa mais expressiva deste Governo, porque significa que foi possível dar a todas as pessoas um direito que lhes é reconhecido na Constituição, que é o direito à saúde e o direito à segurança social, e isto independentemente do vínculo laboral. Havia ainda toda uma margem de pessoas que estavam fora dos esque-

mas tradicionais da chamada Previdência, e toda a gente, toda a pessoa, porque é pessoa, tem o direito à salvaguarda da sua saúde, às prestações mínimas de segurança social, à garantia da sua adequada situação na sociedade. Isso parece-me uma aquisição muito significativa, muito importante. Paralelamente, gostaria de dizer, ainda relativamente aos mais desfavorecidos, que as medidas que tomámos e que só vieram a ser promulgadas já depois do dia 2 de Dezembro, mas que foram decididas em Conselhos de Ministros anteriores, relativamente à agricultura e, em particular, às zonas do minifúndio, são também aspectos dos mais significativos para a população, na medida em que se estimula a colocação dos jovens agricultores, portanto, os agricultores que queiram organizar a sua vida de pequena exploração até à idade de 35 anos, com linhas de crédito e outros benefícios, em que se estimula agricultura de grupo em novas formas e em que se criam centros de apoio à gestão agrícola em toda a zona de minifúndio. Complementarmente, e como obrigação que cabia a este Governo e que alguns documentos só puderam ser aprovados já depois das eleições (como sabe, a lei de base do Serviço Nacional de Saúde dava ao Governo seis meses para regulamentar a lei, nós sabíamos que era uma tarefa que tínhamos de realizar e os seis meses vão terminar agora no princípio de Janeiro e, por isso, tentámos cobrir alguns desses sectores), conseguimos cobrir o departamento de cuidados primários de saúde, o que é um enorme avanço para a saúde da população e vai descongestionar os nossos hospitais, as urgências, etc. Conseguimos também, e de alguma maneira, regulamentar a carreira de clínico de medicina geral e de saúde pública, que é indispensável também para a cobertura do interior, que está completamente desprotegida. Considero este conjunto de medidas, medidas muito significativas.



## O positivo e o negativo

DN — Então, senhora primeiro-ministro, devo concluir, em termos meramente contabilísticos, que considera o saldo do seu Governo francamente positivo?

MLP — Nessa forma contabilística, considero.

DN — E aquilo que não conseguiu, ou aquilo que se sentiu incapaz de conseguir?

MLP — Há imensa coisa que não consegui. Mas há algumas coisas que me são particularmente dolorosas não ter conseguido. Uma é a de que me fartei de falar na descentralização e fiz da descentralização um objectivo. Eu própria me coloquei ao serviço dessa descentralização tentando, com um grupo de trabalho e em diferentes zonas do país, realizar essa descentralização, mas vi-me obrigada a reforçar, quase empolando, alguns dos quadros dos serviços centrais. Mas a verdade é que essa acção de descentralização precisa de um momento em que as coisas são postas em ordem de se poder descentralizar. Há como que uma influência para o centro antes da descentralização, sobretudo quando tudo está desordenado. Foi o que aconteceu durante a vigência deste Governo. Como sabe, de há cinco anos para cá, houve uma entrada nos serviços públicos de vagas sucessivas, não exactamente de funcionários mas de pessoas que começaram a ter um certo vínculo, dificilmente características, à função pública, pessoas que seria desumano deixar no desemprego e que estavam também preju-

dicando o andameamento dos quadros existentes. De maneira que foi necessário, praticamente em todos os ministérios, reformular os quadros ou fazer as leis orgânicas. Isso deu, na verdade, uma grande força, no meu entender talvez uma força excessiva, aos serviços centrais. Penso, no entanto, que numa acção governativa contínua (porque passam os governos, mas há uma continuidade da acção governativa em que eu acredito profundamente) penso que será possível aos governos seguintes agarrar, digamos assim, nos serviços assim reestruturados e proceder depois à descentralização necessária.

Mas há ainda uma outra coisa que me pesa não ter conseguido fazer. Penso que não o teria conseguido mesmo com o período alargado dos 149 dias em vez dos 100.

E que nós estamos muitas vezes a tomar decisões em conselhos de ministros em que levamos muito tempo e em que tentamos chegar a consenso sobre aspectos que são até de estrutura e outros de fundo, como é, por exemplo, a nossa industrialização. O que é que queremos produzir? Que fábricas queremos implantar? Que apoio queremos dar às nossas empresas ou se, por acaso, preferimos as empresas estrangeiras às nossas? Isso é um ponto que, até agora, não tem elementos de apoio institucional que permita ser resolvido de forma adequada. Quer dizer, eu parto com a sensação de não ter contribuído para a definição de uma política industrial que acho indispensável no nosso país.

## A igreja e a cristã

DN — Mudando de assunto: há uma questão sobre a qual muito se tem falado. E', designadamente, o que se entende pelo aproveitamento da sua qualidade de cristã que a senhora primeiro-ministro terá feito em benefício político. Eu gostaria que comentasse esse facto.

MLP — Não me recordo de ter referido nunca a minha qualidade de cristã como um argumento político, até porque não concordo com essa posição. Para mim, o cristianismo enforma, de facto, o pensamento daquele que professe a fé cristã, mas não se situa, de modo nenhum, ao nível do



argumento. No entanto, o que é facto é que, sendo eu uma militante católica imediatamente este aspecto apareceu ao de cima e provocou necessariamente, também da minha parte, em alguns momentos, uma clarificação necessária.

*DN — Como presume que a Igreja a julgou como governante? E terá sentido, em algum momento do seu Governo, um apoio nítido da Igreja?*

MLP — Há que definir os vários sentidos de Igreja. A Igreja é o povo de Deus estruturado desde o início através da hierarquia. O povo de Deus é um povo que reflecte a sociedade em que vive. Portanto, é um povo pluralista. Senti da parte de algumas comunidades cristãs uma recusa apriorística, não tanto do meu Governo, mas muito pela ideia que tinha sido difundida sobre o meu pretensão marxismo, e foi por isso...

*DN — Não o professa?*

NLP — No sentido entendido aqui, não. De modo nenhum.

*DN — Em que sentido, então, o professa?*

MLP — Professo o marxismo no sentido de qualquer intellectual do nosso tempo, que não pode prescindir da análise e do pensamento marxista, como não pode prescindir da análise de Freud, como não pode prescindir da Teoria da Relatividade, de Einstein, nem pode prescindir das tomadas de posição de Nietzsche. Como postura intellectual face ao pensamento. Dizia, pois, que se senti da parte de algumas comunidades cristãs essa recusa, detenho, por outro lado, um testemunho muito constante e que me acompanhou ao longo do Governo, de numerosos cristãos, alguns de comu-

nidades bem definidas, ou paroquiais, ou religiosas, apoiando-me de uma forma que não era incondicional, mas que era no sentido de apoiar apresentando críticas e sugestões.

*DN — E da hierarquia católica, sentiu alguma vez um apoio concreto a si, como primeiro-ministro, ou ao Governo?*

MLP — Não, não senti. Nem penso que seja função da hierarquia manifestar esse apoio ou essa rejeição. Seria a primeira vez que veríamos uma atitude desse tipo no nosso país. Eu mantenho relações de amizade, e já muito antigas, com uma longa história, com alguns dos bispos portugueses. E, naturalmente, com esses, embora o tempo me limitasse muito, tive alguns contactos durante estes meses.

*DN — Reconhece que houve uma acentuada influência da Igreja durante a campanha eleitoral no sentido de contribuir para a não abstenção?*

MLP — Sim, reconheço. Eu própria fui testemunha disso nas igrejas onde participei nos actos de culto.

*DN — E essa campanha contra a abstenção considerou-a modelar?*

MLP — Bem, custa-me referir-me, como primeiro-ministro, a um ponto que julgo dever esclarecer no meu foro próprio enquanto católica, portanto, na comunidade católica de que faço parte. Mas direi, como o primeiro-ministro ou como cidadã, se quiser, que alguns argumentos aduzidos em favor da não abstenção foram bastante primários e, vamos lá, como cidadã também tenho o meu ponto de vista de que foram teologicamente fracos.

## A AD e o "sobressalto"

*DN — Gostaria de passar a outro aspecto. A senhora primeiro-ministro referiu recentemente, numa entrevista, que a vitória da Aliança Democrática (e vou citar) «era um sobressalto» e que temia (também citando) que «o povo ficasse encurralado pelo modelo que lhe fosse imposto». Ora, como deveremos entender estas reservas da senhora primeiro-ministro? Como uma dúvida do valor, em democracia, da alternância no Poder?*

MLP — Não, não foi isso que eu quis dizer. Não, não foi o valor da alternância do Poder em democracia. Foi o facto de, durante a campanha eleitoral, eu ter ouvido, ou lido, algumas afirmações de dirigentes da Aliança pondo em causa as instituições da Constituição, nomeadamente o próprio Conselho da Revolução, pondo em causa algumas das balizas constitucionais. Is-

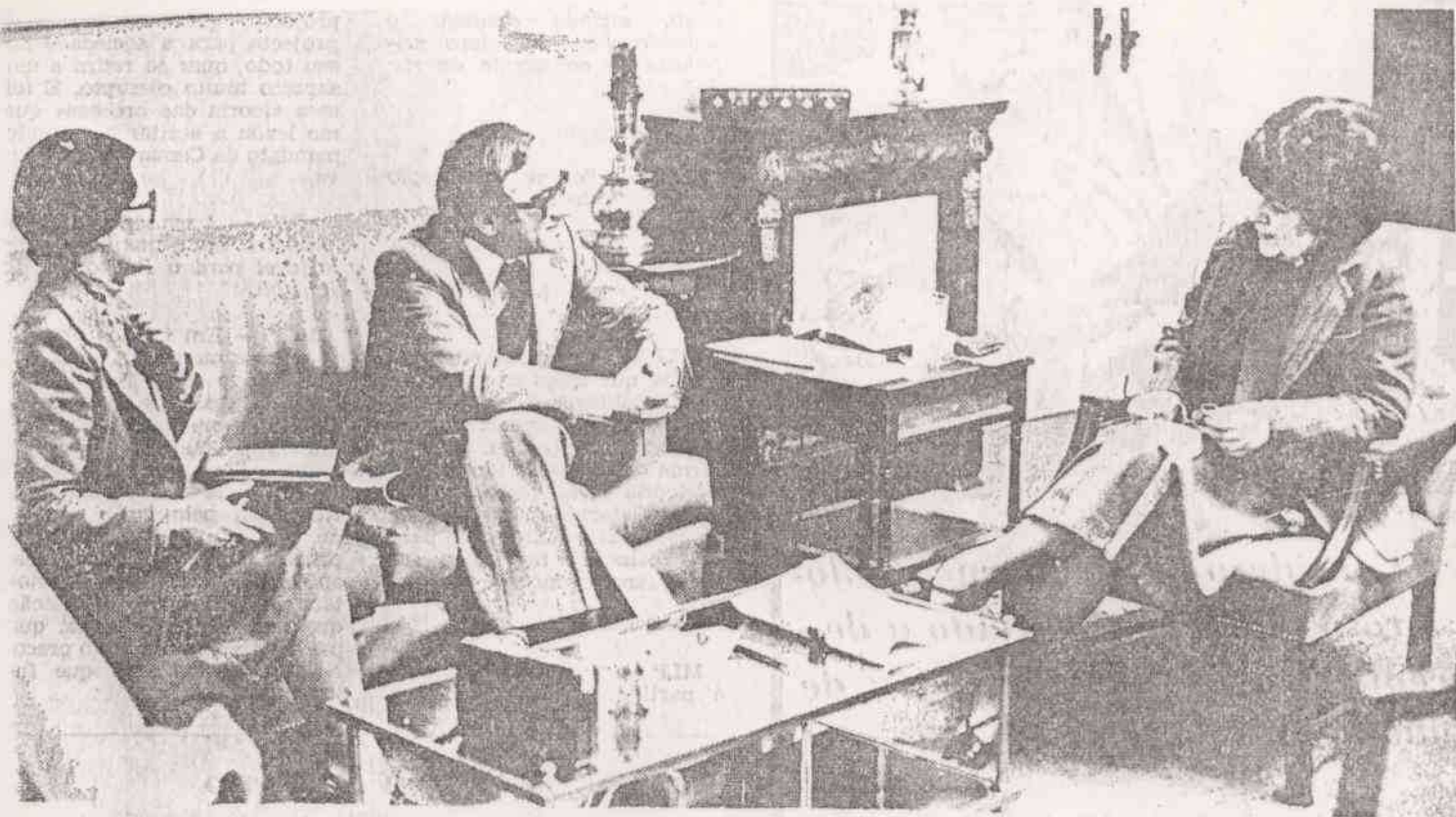
so, naturalmente, deixou-me, nos dias seguintes às eleições, talvez com uma certa preocupação que se desvaneceu e neste momento, praticamente não existe, relativamente às intenções da Aliança Democrática. Claro, é necessário fazer sempre uma distinção, sem dúvida, entre o período de campanha eleitoral, em que as posições são forçadas e vão até ao limite na sua própria expressão e as posições assumidas quando o grupo sai vitorioso e tem de pôr em prática essas afirmações feitas.

*DN — Digamos que o temor referido nessa entrevista desapareceu entretanto?*

MLP — Sim, desapareceu entretanto. Vejo no comportamento da Aliança Democrática que não há, neste momento, nenhum indício que me leve a recelar que a Constituição de algum modo viesse a estar em causa.







*Na perspectiva em que me situo, as formas conhecidas do socialismo e do capitalismo na Europa praticamente identificam-se, quer dizer, são perspectivas em que a produção e o crescimento económico têm o primeiro lugar, embora o que esteja em causa, na diferença entre os dois sistemas, seja a propriedade dos bens de produção.*

### **O Conselho da Revolução**

**DN** — Provavelmente, a senhora primeiro-ministro será também favorável a algum dos pontos que a Aliança Democrática referiu ser necessário rever na Constituição, quando for altura própria, como é o caso, por exemplo, do Conselho da Revolução que citou. Ou defende a permanência do Conselho da Revolução?

**MLP** — Não, mas repare, o ponto é este: há um tempo para cada coisa, lá diz *O Eclesiastes*. E o nosso tempo para a revisão constitucional é o tempo depois das eleições de 1980.

**DN** — Mas é favorável, por exemplo, à manutenção do Conselho da Revolução?

**MLP** — Neste momento, e estreitamente dentro dos limites da Constituição, penso que não. Penso que o Conselho da Revolução é um órgão de duração limitada, que tem um objectivo muito concreto que é o de garantir, de facto, o espírito da Revolução de Abril e que tinha de o fazer de

uma forma quotidiana. Não sei se conseguiu plenamente esse objectivo, isso será uma questão que a História dirá, mas penso que, asseguradas as estruturas democráticas fundamentais, a Constituição terá, com certeza, novas balizas e novas instituições.





DN — Devo entender que também é defensora da subordinação do poder militar ao poder civil?

MLP — Sim, sem dúvida. Mas o Conselho da Revolução — e aqui dirijo da postura um pouco tradicional que tenho encontrado e, por isso, gosto que me faça essa pergunta — não me parece que o que esteja em causa, na existência do Conselho da Revolução seja a supremacia do poder militar sobre o poder civil. O que esteve em causa foram duas fontes de legitimidade e, aqui, invoco o general De Gaulle. Há duas fontes de legitimidade na nossa Constituição actual: uma fonte que é aquela que decorre do sufrágio universal para a Constituinte, que elaborou a Constituição; e a outra fonte de legitimidade que é aquela que decorre do facto do 25 de Abril de 1974. E essa fonte de legitimidade teve como encarnação o Movimento das Forças Armadas. Ao ter como encarnação esse Movimento das Forças Armadas, a sua institucionalização, no contexto da Constituição vigente, não significa para mim uma subordinação do poder civil ao poder militar. Significa o reconhecimento de duas legitimidades.

DN — De qualquer modo, quando for ocasião de proceder à revisão constitucional, a senhora primeiro-ministro, como disse, é defensora do regresso ao sistema clássico das democracias, ou seja, à subordinação integral do poder militar ao poder civil?

MLP — Em qualquer circunstância, defendo a subordinação do poder militar ao poder civil. Isto é um ponto. Quando penso e com isso desarticulo, por assim dizer, o ponto, é este: quais são as instituições «clássicas» nas democracias? Aí é que já tenho um grande ponto de interrogação. Penso que estamos, as 21 ou 22 democracias existentes no mundo no sentido clássico do termo, penso que estamos todas à procura das fórmulas adequadas a uma maior satisfação dos direitos individuais e das necessidades colectivas. E por isso não sei dizer, com um ano de antecedência, o que no período posterior a 1980, portanto numa revisão da Constituição, que tem ela própria também limites já determinados pela Constituição, não sei quais serão as instituições que nessa altura terão emergido da efervescência que existe em toda a Europa, como sabe.

DN — Gostaria de colocar uma questão acerca da sua perspectiva quanto ao modelo de sociedade que poderá «encurralar o povo português», como disse na entrevista que já referimos. Ora, por aquilo que disse agora, nas suas últimas respostas, parece ter mudado, entretanto, a sua perspectiva. Parece reconhecer, a priori, que não haverá condições para ser imposto qualquer modelo nos próximos meses...

MLP — Bem, aí são duas coisas diferentes. Primeiro, mostrei uma dúvida que, como lhe disse, se esbateu, se esbateu agora pela prática da Aliança Democrática por ter remetido para a sua perspectiva própria o que foi dito no período eleitoral. Com essa expressão pouco feliz que utilizei, o «encurralado» quis dizer outra coisa. O modelo não é isso. É que me parece existir, em certas zonas do nosso país, talvez com alguma predominância na Aliança Democrática, mas que também existem noutros sectores políticos considerados de esquerda, a convicção de que o modelo de sociedade para onde nós devemos caminhar é aquele modelo que se construiu no pós-guerra na Alemanha, na Suécia ou, vamos lá, mesmo em França. Ora, era a esse tipo de modelo a que me referia e parece-me que se fosses por esse caminho — e isto, quer por um governo de direita, quer através de um governo de esquerda —, se fosses por esse caminho isso traria, na verda-



## Modelos de sociedade

de, ao povo, no meu entender, um grave pejuízo. Quer dizer: o povo iria percorrer, ver-se-ia empurrado para uma situação em que ia percorrer um caminho que outros já percorreram em circunstâncias completamente diferentes 30 ou 40 anos atrás e em que as condições do Mundo eram totalmente diferentes. E uma vez chegada a essa situação, iniciado esse caminho, o povo ficava metido, como creio que disse nessa entrevista, entre baías de que não podia sair.

DN — Que espécie de modelo defende concretamente?

MLP — Olhe, eu defendo um modelo em que, contrariamente ao que acontece praticamente em toda a Europa, quer capitalista quer socialista, a economia e o crescimento económico não sejam o primeiro objectivo da sociedade, mas em que as necessidades básicas da população sejam o primeiro objectivo.

DN — Há neste momento, a Ocidente ou a Leste, algum país que a senhora primeiro-ministro encontre coincidente com esse modelo?

MLP — Há alguns que estão mais próximos. No Ocidente, estão mais próximos deste modelo países como a Holanda e, em certo sentido, os nórdicos, embora falar de necessidades básicas para os países nórdicos seja um pouco lírico, porque já vão tão longe... E, por isso mesmo, eles próprios já dizem que entre as necessidades básicas — e





7.

• *Defendo um modelo que, contrariamente ao que acontece praticamente por toda a Europa, a economia e o crescimento económico não sejam o primeiro objectivo da sociedade, mas em que as necessidades básicas da população constituam o primeiro objectivo.*

• *O parlamentarismo hoje — e isso tenho de o dizer com toda a clareza — revela-se como um sistema incompleto, que precisa de outras formas de mediação entre o povo e aqueles que o governam. Daí também a minha simpatia pela forma autogestionária e outras formas que possam surgir.*



isto é muito interessante — está o direito de ser feliz, enquanto para nós as necessidades básicas têm o nome de saúde, tecto, alimentação, etc. E no mundo socialista, diria a Jugoslávia...

*DN — Entre os dois modelos está o modelo perfilhado pela senhora primeiro-ministro ou está mais...*

MLP — Bom, isto é uma aproximação. O que eu estou a tentar dizer é uma aproximação da maneira de abordar o governo e os objectivos (mais do que o governo) que uma sociedade se propõe. O modelo que tenho em mente (lá vai outra coisa pretensiosa) é um modelo que não está experimentado, que é o partir das necessidades reais de um povo, necessidades que não são só materiais (e já direi exemplos de como, em zonas muito pobres, se podem exprimir necessidades que não são só materiais) e, a partir dessas necessidades, ir construindo o esquema de resposta, em termos de produção, em termos de comercialização, em termos das trocas com o exterior e, portanto, em termos de feitura do Orçamento, quando aquilo que se faz, praticamente em todos os países, é determinar que o Orçamento é tanto, o défice vai ser tanto e agora, com isto, vamos compartimentar nos vários sectores de actuação e vamos ver o que é que se pode fazer. Evidentemente que eu estou a tentar matizar as duas posições.

## O caso suíço

*DN — Se me permite a interrupção, no fundo, não há muito por onde escolher em termos de modelo. Ou seja, temos o modelo socialista, perfilhado pela U. Soviética e pelos países membros do Pacto de Varsóvia ou por Cuba, e temos, do outro lado, o modelo estritamente capitalista. Temos no meio, talvez, o modelo social-democrata, o modelo com variações entre uma social-democracia mais socializante ou modelo mais liberalizante. Portanto, o modelo que a senhora primeiro-ministro defende encontra-se mais próximo de uma social-democracia? Encontra-se mais próximo do modelo socialista?*

MLP — Na perspectiva em que eu me situo, as formas conhecidas de socialismo e do capitalismo na Europa praticamente identificam-se, quer dizer, são perspectivas em que a produção e o crescimento económico têm o primeiro lugar, embora o que esteja em

causa, na diferença entre os dois sistemas, seja a propriedade dos bens de produção. Por isso, quando me pergunta com que é que eu me identifico mais, digo-lhe que me identifico com uma forma de sociedade estruturada através de comunidades de interesses e também de afectos, capazes de sugerirem a si próprias e depois de se seleccionarem através das estruturas adequadas. E já que me pede um exemplo, vou-lhe dar um que o vai deixar perplexo: neste angulo em que me estou a colocar, pretendo um tipo de organização como o da Suíça, em que cada comunidade tem plena responsabilidade da gestão daquilo que lhe diz respeito e, portanto, que se organiza nos campos da educação, da família, da habitação, etc., de tal maneira que o Presidente da Republica suíço, ao abandonar o cargo, agradeceu aos seus compatriotas e disse no seu discurso final que se ia embora muito satisfeito, por ter feito tão pouco.

## Presidencialismo e parlamentarismo

*DN — Ainda recordo-lhe a lista de modelos ou de sistemas, colocar-lhe-ia uma última pergunta: a senhora primeiro-ministro seria favorável a um regime mais presidencialista ou a um regime estritamente parlamentar? (Isto considerando, até, que a senhora primeiro-ministro chefiou um Governo num período que foi considerado o de maior intervenção presidencial.)*

MLP — Antes de responder à sua pergunta, gostaria de fazer uma observação sobre os modelos. É que, contrariamente ao que, possivelmente, poderiam esperar de mim, não tenho diante de mim nenhum modelo de um país, de um sistema, que diga: é este, Portugal deve ir neste sentido. O que penso e o que desejei sempre (e devo dizer que o 25 de Abril teve para mim essa novidade ou essa revelação, ou trouxe essa esperança, que gostaria de ter ajudado a construir) era tecer, ajudar a tecer os laços de uma sociedade e pôr as interrogações e dar as respostas, uma sociedade que fosse encontrada no nível da raiz da sua identidade cultural, aquilo que o País verdadeiramente é...

*DN — Um modelo um pouco utópico...*

MLP — Mas não é, e gostaria — e vou tentar escrever — de mostrar como apenas cinco meses puderam revelar-me que isso não é completamente utópico. O povo tem em si muito mais sabedoria do que aquela que nós lhe atribuímos. O povo tem soluções. Eu encontrei, ao nível de problemas de incêndios, de cheias, de resolução de questões de saúde, de exploração agrícola, de iniciativas culturais, encontrei uma criatividade pelo País fora que raramente encontro a outros níveis.

*DN — Poderemos concluir que, de certo modo, é adepta de uma sociedade autogestiva?*

MLP — Completamente.

*DN — A imagem daquela que é adoptada na Jugoslávia?*

MLP — ... Embora, como dizem os meus amigos jugoslavos que conheço melhor, a



autogestão não resolve tudo. E há uma anedota que corre lá: é que com a autogestão não se constrói a auto-estrada entre Belgrado e Zagreb...

DN — Apesar disso, a senhora primeiro-ministro é defensora do modelo autogestionário?

MLP — Sim. Parece-me que o modelo autogestionário é aquele que torna cada um de nós mais livre, mas participativo, mais criador e, se completado por uma estrutura parlamentar e governativa que agarre os grandes problemas de fundo, que têm de ser vistos como integradores das várias comunidades dispersas e fragmentadas, penso que aí temos possibilidade de encontrar um caminho.

MLP — Não vejo essas duas formas como antagónicas e, por isso, vou dizer o que é que entendo por uma e por outra.

Pelo parlamentarismo, entendo o sistema que leva a determinar as grandes orientações em plano nacional, através dos representantes eleitos do povo. Isto é uma «La Palissade» mas refiro-o para nos podermos situar bem. O parlamentarismo hoje — e isso tenho de o dizer com toda a clareza — revela-se como um sistema incompleto, que precisa de outras formas de mediação entre o povo e aqueles que governam. Daí também a minha simpatia pela forma auto-gestionária e outras formas que possa surgir.

## A intervenção do Presidente

DN — Daí também, se bem me apercebo, que a senhora primeiro-ministro defenda uma intervenção mais activa do Presidente da Republica?

MLP — O problema é distinto. Penso que a presença do Presidente da Republica ou a sua intervenção numa sociedade não se situa, necessariamente, ao nível da representatividade do povo.

DN — Portanto, a senhora primeiro-ministro não é defensora daquilo que usualmente se chama o presidencialismo, ainda que mitigado, porventura?

MLP — O presidencialismo, tal como ele tem vindo a ser referido aqui em Portugal, diz respeito a uma intervenção do Presidente da Republica, em termos do Executivo, o que é diferente. Repare, quando falamos de parlamentarismo estamos a dizer como se exprime a vontade do povo, não é? Por isso, são dois campos completamente diferentes.

DN — Utilizando dois exemplos, se me permite; entre o modelo italiano e o modelo francês, em termos de parlamentarismo e presidencialismo, por qual optaria ou do qual se sente mais próxima?

MLP — Bom... Se calhar nem de um nem de outro. Agora, o que considero perfeitamente viável é a coexistência do sistema parlamentar com um sistema em que o Executivo possa estar, constitucionalmente, dependente do Presidente da Republica, como é o caso dos Estados Unidos, enquanto na França isso não

está constitucionalmente expresso, mas está, na prática, adquirido. Mas o que me parece importante distinguir é que o parlamentarismo e a auto-gestão dizem respeito à organização da sociedade e da vontade do povo na expressão das suas necessidades e das suas soluções. O presidencialismo diz respeito à forma como o Executivo é estruturado. Se ele é estruturado por uma emanção do Parlamento e das forças políticas ou se ele é estruturado, tendo em linha de conta o Presidente da Republica, integrando o Presidente da Republica, são duas coisas distantes.

DN — Portanto, em Portugal, defenderia, por exemplo, que o Presidente da Republica interviesse no Executivo, chefiasse o Executivo, como acontece em França?

MLP — Neste momento, não vejo que essa seja a via mais adequada para a sociedade portuguesa. Mas, também, neste momento, não está em causa a revisão da Constituição. É um ponto sobre o qual eu gostaria de poder reflectir mais. Digo, no entanto, que me parece indispensável que, numa sociedade como a sociedade portuguesa, o Presidente da Republica possa ser, ele próprio, portador de um projecto para ser mais do que o símbolo da unidade nacional e o garante da estabilidade das outras instituições. Parece-me que isso é muito importante. Que relação é que esta ideia tem com a distribuição dos poderes do Executivo entre o Governo e o Presidente da Republica é outra questão, que, neste momento, não me sinto habilitada a discutir.

Fundação Cuidar o Futuro





## A conciliação social

DN — Ao longo do seu Governo, descontando incidentes conhecidos, observou-se uma certa acalmia social...

MLP — Ainda bem que diz isso.

DN — Acha que é previsível uma alteração dessa acalmia social no VI Governo?

MLP — Não sei prever, até porque não estou em contacto sistemático com as várias forças políticas e sociais, de modo a poder, neste momento, ter uma avaliação justa; o que posso dizer é que o que permitiu, do ponto de vista do Governo, essa paz social. Julgo que, por um lado, houve uma resposta das organizações representativas dos trabalhadores á proposta deste Governo, á proposta modesta mas simples deste Governo. Os trabalhadores fizeram uma certa aposta, vamos lá, na sinceridade de que punhamos na tentativa de responder ás necessidades da população. Mas em segundo lugar, e não menos importante, foi a equipa — a todos os títulos excepcional — que os títulos excepcionais — que tive no Ministério do Trabalho e a cooperação dada pela grande maioria, senão pela totalidade, dos funcionários dos vários organismos do Ministério do Trabalho. Foi uma equipa que não se poupou a esforços, que passou serões, noites até de madrugada, em discussão com as várias forças sociais, tentando conciliações, que considero espantosas. E já agora, queria-lhe dizer uma, que eu acho extraordinária: é que já depois de abolido o tecto salarial, quando foi discutido, em termos de contratação colectiva, o Acordo Colectivo de Trabalho, no domínio da Construção Civil, conseguiu-se esta coisa espantosa que é um aumento de 19,5 por cento, quer dizer, menos do que o tecto salarial que estava em vigor. Isto significa, da parte de todos os intervenientes, um sentido de responsabilidade e de cooperação em que eu só posso louvar as forças sociais e dizer que são elas, ao fim e ao cabo, que contribuem para essa paz, que são detentoras da alavanca da acalmia. Mas isto também não seria possível — e volto a dizer — sem o trabalho esforçado e diário e a capacidade de ajuste que teve toda a equipa do Ministério do Trabalho, chefiada pelo ministro Sá Borges.

## A questão TAP

DN — Falou em conciliação social e dos esforços do Ministério do Trabalho para a conseguir. Uma questão de que ultimamente muito se tem falado e que tem sido atribuída ao Governo em termos de cedência é a da TAP. Concretamente terão sido assumidos compromissos com determinados sectores da TAP, concretamente pessoal de voo, no sentido de lhe serem satisfeitos pela empresa os impostos a que são obrigados, o que, a confirmar-se, é um precedente. Há quem considere que este precedente poderá ter efeitos de arrastamento, quer dentro da própria TAP, quer noutras empresas publicas? O seu Governo teve uma diferente perspectiva?

MLP — Um problema muitíssimo complexo. Primeiro, antes de tudo, o Governo não cedeu. Depois quero dizer o seguinte: estavam em causa duas questões, relativamente ao pessoal navegante TAP, uma que é o contrato colectivo de trabalho, que deveria ter sido negociado em Junho mas que, enfim, por causa da mudança de Governo não foi e só veio a ser agora nas ultimas semanas. Esse contrato colectivo de trabalho tinha uma proposta do Sindicato do Pessoal Navegante que era perfeitamente inaceitável, sobre o qual a gerência tentou fazer alguma conciliação trazendo depois ao conhecimento do Ministério da tutela o que isso significava. É claro que o Ministério da tutela nem sequer o trouxe a Conselho de Ministros, pois envolvia somas que não podiam sequer ser consideradas no horizonte dos salários portugueses. Havia paralelamente um segundo problema — é esse a que se

refere — que diz respeito ao problema da isenção fiscal do pessoal navegante, quando fora do solo português, isenção essa que é concedida em alguns outros países em condições particulares. Ora, como sabe, tudo quanto diz respeito a isenção fiscal é da competência exclusiva da Assembleia da República e o Governo sobre isso não podia dar luz verde ou não. No entanto, dada uma certa obstinação do Sindicato do pessoal navegante, o conselho de gerência encontrou uma solução que seria, de certa maneira, um adiamento da empresa ao pessoal navegante relativamente ao montante do imposto complementar, adiamento que seria reposto no termo do ano ou consoante a decisão que sobre essa matéria a Assembleia da República viesse a tomar.

DN — Entretanto, salvo erro, havia uma pequena cláusula que era a da actualização automática dos mesmos salários, também no final do ano, o que, de certo modo, cobria o empréstimo...

MLP — A única coisa que lhe posso dizer é que o Governo não tomou sobre essa matéria nenhuma decisão de concessão. Portanto, os actos de gestão praticados foram no pelo conselho de gerência, que está além disso vinculado às normas que o próprio Governo indicou para as empresas publicas. Depois, antes de elaborados os contratos colectivos e tabelas salariais, qualquer conselho de gerência tem que examinar qual é a situação económico-financeira da empresa.

DN — Que neste caso é bastante má... Mas voltando

ao efeito do arrastamento, uma vez que o problema da ficalidade, como sabemos, tem uma incidência particularmente pesada no sistema português.

MLP — Penso que não haverá. Penso que isto é um acto interno de gestão do conselho de gerência da TAP. Penso que não terá efeito de arrastamento e penso que, além disso, se o problema existe — e compreendo que o pessoal navegante o ponha em termos de equiparação com outros colegas de outros países —, te-

nha que ser resolvido de outro modo. Como também penso que o pessoal navegante deverá situar o seu problema em comparação, por exemplo, com o pessoal de terra da mesma empresa e com as outras categorias sócio-profissionais existentes no nosso país. Julgo que isso é longo trabalho de persuasão. Poder-se-ia supor ainda que alguém esteja interessado em liquidar a TAP, como empresa publica, para construir uma empresa privada. Isso é uma hipótese possível.





## A Esquerda e a Direita

DN — Já que já lámos no Governo, a senhora primeiro-ministro considerou também, numa outra sua entrevista, o V Governo como de esquerda. Essa convicção devesse a uma análise do comportamento do seu Gabinete, da base para o topo, ou a uma orientação do topo para a base?

MLP — Isso é interessantíssimo, gosto imenso que me pergunte isso. Deve-se, justamente, a uma análise feita «a posteriori» e a um reconhecimento que acabo de fazer e, portanto, da base para o topo. Não foi qualquer coisa que tenha sido determinada «a priori». Reparou, com certeza, que eu, de início, nunca falava se era de esquerda ou se não era, até evitava essa resposta, por um lado porque, realmente, mantenho um grande cepticismo em relação às categorias esquerda-direita, como representando adequadamente o equilíbrio das forças sociais. Acho que é um tipo de divisão bastante ultrapassado. Mantenho isso. No entanto, o que verifico foi que, gradualmente, as opções deste Governo, não só o que estava no seu programa, mas as opções concretas da gestão quotidiana, o levaram a situar-se não do lado do que podemos chamar as forças conservadoras ou desejando perpetuar um certo número de privilégios, mas sim do lado da defesa da igualdade de oportunidades para todos.

DN — Hoje, como se sabe, a senhora primeiro-ministro é tida como uma figura política de esquerda. Considera-se como tal?

MLP — Ao fazer a leitura, agora, ao fim destes cinco meses, dos acontecimentos e ao verificar esta excessiva polarização que houve na sociedade portuguesa, tenho que dizer que sou de esquerda, sim, mas num sentido pouco tradicional. Quer dizer, sou de esquerda, na medida em que tenho um desejo de justiça constantemente por realizar e que se me impõe com uma urgência inadiável; e, por outro lado, porque me movimento em esquemas alternativos e acho que a esquerda, a existir, deve ser a possibilidade de uma grande quantidade de propostas alternativas aos esquemas que vamos tendo no dia-a-dia. Cada esquerda tem a sua esquerda.

## A Câmara Corporativa

«DN» — Logo, julgo que considerará, certamente, frustrante toda a experiência que teve no anterior regime, designadamente enquanto procuradora da Câmara Corporativa?

MLP — Não foi nada frustrante. Foi extremamente enriquecedora. E foi extremamente enriquecedora, porquê? Por que aquilo mesmo de que hoje falámos aqui, a propósito de modelos está escrito no meu voto de vencida de 1972, á proposta de Lei, relativa ao IV Plano de Fomento, apresentado pelo Governo de então á Assembleia Nacional e que foi analisado na Câmara Corporativa. Já então, eu defendia, claramente, que Portugal não tinha que seguir os modelos estabelecidos, mas tinha que criar o seu próprio modelo, ter uma via original. O que eu digo é que não foi frustrante. Pelo contrário, foi possível, no seio da Câmara Corporativa, dizer, afirmar, aquilo que eu era e aquilo em que acreditava e por ser possível essa afirmação é que de resto, aceitei essas funções.

«DN» — Não considera que tivesse havido, portanto, uma evolução na sua perspectiva política, de então para cá. Ou seja, no fundo, a julgar pelas suas palavras, a perspectiva que tem hoje era a perspectiva que já tinha nessa altura?

MLP — A perspectiva é a mesma. A posição política é a mesma. De então para cá, claro, não fiquei imóvel, aconteceram imensas coisas e o que se tornou para mim muito mais claro do que então era — e, portanto, agora afirmaria com muito mais convicção —, que a crise provocada pela escassez das matérias-primas e, sobretudo, a chamada crise do petróleo nos atira, inevitavelmente, para uma sociedade não uniformizada, não decalçada de modelos exteriores, mas em que cada povo tem a obrigação de procurar quais são os seus próprios recursos, de maneira não só a poder sobreviver num amanhã, em termos materiais, mas de ma-

neira a poder viver como entende e deseja.

«DN» — Há pouco, quando referia «o frustrante» na sua experiência na Câmara Corporativa, estava a admitir-lo, precisamente, porque recordo-me que a senhora primeiro-ministro permaneceu naquela Câmara, aceitando renovar o seu mandato, já numa altura em que a chamada ala liberal da Assembleia Nacional se retirava e se mostrava hostil ao professor Marcelo Caetano. Enfim, fê-lo por amizade a Marcelo Caetano, por uma certa fidelidade pessoal, ou fê-lo por manter ainda a convicção de que apesar dos liberais se afastarem, a sua presença na Câmara Corporativa ainda continuava a ser útil para afirmar posições de contestação ao próprio regime?

MLP — Estou a ver que percebe muito bem o meu pensamento. Na verdade, eu hesitei muito em aceitar o segundo mandato, que comecei em 73 (eu era procuradora da Câmara Corporativa na altura do 25 de Abril), mas fi-lo basicamente, não só pela imunidade política que daí decorria — e que era um elemento importante numa altura em que eu estava empenhada, com todas as forças que tinha, num esforço de consciencialização ao longo do País, que tinha como objectivo, em particular, a resolução do problema do Ultramar — mas fi-lo, também, porque acreditava que era possível actuar através dessa voz, dessa voz negativa (chamou-lhe de contestação, se calhar era), embora sendo uma voz isolada que não tinha força nenhuma, que poderia até reforçar o regime, não tenho ilusões relativamente a isso. A estrutura da Câmara e a forma como funcionava permitia que aqueles, como eu, situados noutro contexto e com outras opções, tivessem o que se chamava então os votos de vencido e, portanto, aí pudessem exprimir com clareza qual era a sua opção. E foi isso que tentei fazer.



Fundação Cuidar o Futuro



«DN» — Embora a senhora Primeiro-Ministro reconheça que, já nessa altura, o prof. Marcelo Caetano estava como revelou num dos seus livros, manifestamente ligado aos ultras de direita?

MLP — Pois, isso é que para mim foi uma revelação, quando li «As Memórias» do prof. Marcelo Caetano...

«DN» — Portanto, na altura, não se tinha apercebido disso.

MLP — Não. As conversas que o sr. prof. Marcelo Caetano teve comigo até fins de 73 (devo dizer que diminuíram muito em 72 e 73, na medida em que me opus frontalmente à reeleição do almirante Américo Tomás e tive com o prof. então primeiro-ministro, sr. Marcelo Caetano, algumas conversas extremamente violentas...).

«DN» — Eu creio que ele também se opunha, em certo sentido?

MLP — Pois esse era o drama. E ao dizer isso, eu digo-lhe: a minha fidelidade era compreender o drama do homem político, era compreender o homem que desejava outra coisa e que, por força da formação que tinha, talvez de um espírito legalista, enfim, muito formado pelo direito, não foi capaz de ter a firmeza suficiente para vencer esse último obstáculo.

«DN» — E nessa altura não se apercebeu já da dinâmica que os ultras da direita tomaram na Assembleia Nacional?

MLP — Sim. Isso com certeza.

«DN» — Mas isso levava a senhora Primeiro-Ministro, na

altura, a aproximar-se mais do prof. Marcelo Caetano? Ou era uma tentativa de lhe dar um «contrapeso» para esses ultras que tomavam, de certo modo, a rédea do Poder?

MLP — Não. Eu tive a minha última conversa com o sr. prof. Marcelo Caetano imediatamente após a demissão do general Spínola. Fui conversar com o sr. prof. Marcelo Caetano, a quem expus a minha indignação perante o facto, e essa foi, de facto, a última conversa.

«DN» — A senhora Primeiro-Ministro acha que o prof. Marcelo Caetano falou como político, isto é, que poderia, politicamente, ter evitado a revolução?

MLP — E' muito difícil dizer o que é que a história poderia ter sido. Houve um momento na evolução do regime, com o qual contactei só durante a liderança do prof. Marcelo Caetano (anteriormente não tive nenhum contacto com o pro. Salazar), houve, nesse momento, uma abertura e uma perspectivação em que talvez tivesse sido possível encontrar outra via para a sociedade portuguesa. No entanto, as frentes, as contradições, se quiser, da nossa sociedade eram de tal ordem que, de algum modo, a revolução me aparecia já como inevitável. Eu creio que, mesmo quando entrei para a Câmara Corporativa (não sei se é de 69, se é de 70) tenho qualquer coisa escrita, justamente sobre a revolução, considerando que a revolução, em determinados momentos da história, é a forma como o povo pode agarrar o seu destino.

## A revolução

«DN» — Deixe-me interrompê-la só para situar um ponto. Logo, quando assumiu o segundo mandato estava perfeitamente consciente do risco?

MLP — Certo.

«DN» — Porque a revolução estava á porta?...

MLP — Absolutamente.

«DN» — E porque correu esse risco?

MLP — Porque não sou uma pessoa que meça esse tipo de riscos políticos. Sou uma pessoa que vive naquilo que tenho chamado (enfim, de uma forma muito pouco ideológica) «a teoria das brechas», onde há um terreno possível de trabalho, aí me situo, não para me acomodar mas para ser extremamente confortável.

«DN» — Inconfortável?...

MLP — Sem duvida e não, á partida, por antagonismos

personais, mas porque defendo até ao fim o meu próprio projecto, quer ele seja um projecto para a sociedade no seu todo, quer se refira a um aspecto muito concreto. E foi essa «teoria das brechas» que me levou a aceitar o segundo mandato da Câmara Corporativa.

«DN» — A senhora primeiro-ministro sente que foi inconfortável para o Presidente da Republica?

MLP — Em termos objectivos, neste momento, julgo que sim. Julgo que fiz tombar sobre o Presidente da Republica algum ónus que, afinal, era um ónus que eu tinha de pagar, pela minha própria postura. E que o Presidente da Republica pelo facto não só de me ter designado como primeiro-ministro, mas pelo apoio — apoio pelo menos tácito — que deu á governação que realizei, sem duvida, que pagou também um certo preço. Nesse sentido, acho que fui inconfortável.





Fundação Cuidar o Futuro

• *Vejo, no comportamento da Aliança Democrática, que não há, neste momento, nenhum indício que me leve a recear que a Constituição venha, de algum modo, a estar em causa.*

• *Não considerarei necessárias as eleições intercalares. O sr. Presidente da República sabia da minha opinião a este respeito. Considero, no entanto, que foram úteis. Quanto à sua oportunidade, penso que só à distância é que se poderá vir a ajuizar*

• *Sou uma pessoa que vive naquilo a que tenho chamado "a teoria das brechas": onde há um terreno possível de trabalho, aí me situo, não para me acomodar, mas para ser extremamente desconfortável*





## A NATO e os mísseis

«DN» — Independentemente da posição que o Governo português assumiu no caso, perguntar-lhe-ia se concorda com a estratégia que a NATO adoptou para a instalação dos mísseis nucleares na Europa?

MLP — Eu, neste momento, não me posso manifestar relativamente ao problema, a não ser nas funções em que ainda estou investida. Há, sem dúvida nenhuma, uma estratégia que é alcançar o objectivo que temos na nossa Constituição, de um desarmamento controlado e generalizado através de um equilíbrio entre os dois blocos.

«DN» — Infelizmente, porém, há quem defenda que esse equilíbrio só se consegue se houver um esforço armamentista de um dos lados, isto é, a Ocidente, reconhecida a sua fraqueza. De outro modo, o diálogo desanuviador é impraticável. E' essa a sua perspectiva?

MLP — Como sabe, nós tomámos aí uma posição que decorre, sem dúvida, do nosso

vínculo á Aliança do Atlântico Norte e tem algo que ver também com o nosso passado realltivamente á NATO desde que, com a guerra colonial, a NATO nos apoiou e nós demos uma contribuição mínima para a NATO. Estamos ainda numa fase, relativamente á NATO, de encontrarmos o nosso caminho lá dentro.

«DN» — E, pessoalmente, reconhece que a NATO não tinha alternativa, neste caso, face ao crescente poderio dos países do Pacto de Varsóvia?

MLP — Penso que a NATO — e agora respondo como pessoa, como cidadã —, penso que, neste momento, a NATO talvez pudesse encontrar outros caminhos, em que a «detente» e em que a Acta Final de Helsinquia pudessem ser de alguma forma mais respeitadas. Há aqui uma dinâmica que nos ultrapassa. É evidente, e aí tenho que dizer com toda a clareza, uma acção armamentista não pode deixar de me repugnar. Mas talvez possa haver ocasiões em que seja o normal.

## Estar em S. Bento

«DN» — Aceitaria novamente ser nomeada primeiro-ministro?

MLP — Está a pôr-se em Julho, outra vez?

«DN» — Não, falo de hoje. Abstraindo as eleições, em tese, se fosse novamente convidada para primeiro-ministro, aceitaria?

MLP — Olhe, é um problema que não se me põe. Alguém me perguntou o mesmo, na própria noite das eleições, antes de se conhecerem os resultados. A única coisa que lhe posso dizer é que aceitar um cargo de primeiro-ministro supõe a realização de determinadas condições e supõe, antes de tudo, uma intuição. Eu não posso responder porque as grandes decisões da minha vida tenho-as tomado por intuição e, por isso, como não é esse o caso, não sei sequer dizer se aceitaria ou não. As condições teriam de ser postas e, com certeza, de maneira diferente do que foram para um governo que é completamente diferente dos outros governos, como há pouco referiu, em termos institucionais.

## Helsinquia e o Afeganistão

«DN» — Por exemplo, será conciliável á luz da Acta de Helsinquia e ao esforço de «detente» a intervenção soviética consumada no Afeganistão?

MLP — Pois aí está. É o outro lado da questão. Pela informação que obtive directamente em contacto com o embaixador da União Soviética, o Governo da URSS garante ao Governo português que retirará as tropas que, eventualmente, tenha no Afeganistão. E, nesse sentido, parece que se realizaram, em parte, os objectivos e compromissos da Acta Final de Helsinquia.

«DN» — Depois de um golpe

de Estado em que foi substituído um chefe de Estado por outro que é manifestamente pró-soviético?...

MLP — É tudo um pouco mais complexo. Ainda não está muito claro, ao que parece.

«DN» — De qualquer modo foi um envio de tropas e equipamento para um Estado soberano...

MLP — Certo. Evidentemente que condeno as ingerências nos assuntos internos. É evidente que condeno e vejo com repulsa a execução de chefes de Estado, de seja quem for, a execução de alguém em tribunais «ad hoc».

## O «Cercos ao Ocidente»

«DN» — Não vê a possibilidade de os países do Pacto de Varsóvia desenvolverem uma acção de intervenção directa através de forças convencionais na Europa?

MLP — Não, não...

«DN» — Portanto, a eventualidade de um «cercos» ao Ocidente será mais económico do que militar na sua perspectiva?

MLP — Há uma contenção dos países do Pacto de Varsóvia que só tem como paralelo a contenção dos países da NATO. Porque aqui o que está em causa para, todo o hemisfério norte, é a sua sobrevivência...

«DN» — Logo, a perspectiva da senhora primeiro-ministro é que o «cercos» será mais económico...

MLP — Sem dúvida. Se esse cerco vai depois trazer repercussões no plano político, é essa presentemente a nossa grande preocupação...

«DN» — De algum modo existe já esse «cerco»...

MLP — O económico? mas sem dúvida ...

«DN» — Estimulado pelos países do Pacto de Varsóvia ou por outras forças?

MLP — Não, de início fiz essa análise. Hoje já não faço...

«DN» — Então quem é que faz esse «cerco»?

MLP — Esse «cerco» é a revolta natural — o agora falo de uma maneira aparentemente desapaixonada — daqueles que, afinal, tinham as

matérias-primas, as exportavam e viviam (e vivem ainda na sua grande maioria, porque o problema não ficou resolvido) na dependência daqueles a quem vendiam as matérias-primas. Repare, nós próprios, pobres como somos, quando decidimos fazer o porto de Sines, para que foi? Para termos ali a possibilidade de os petroleiros fazerem a descarga do petróleo e, eventualmente, termos ali refinarias quando pensávamos que os países produtores de petróleo nunca conseguiriam construir as suas próprias refinarias. A propósito, eu já era contra Sines na altura em que isso começou.

Olhe, hoje Sines é qualquer coisa de necessário. Quer dizer, é uma coisa que nasceu errada, que se pode transformar numa coisa certa, se formos capazes de o fazer. É um grande desafio posto a qualquer governo.

## Planos pessoais e projecto político

«DN» — Esgotando os últimos minutos que nos concede, tinha ainda três questões muito breves. A primeira é muito pessoal: a senhora primeiro-ministro tenciona retomar o seu lugar na UNESCO?

MLP — Sim. Todos os membros do governo têm essa base, como dizemos.

«DN» — Não tem qualquer outro projecto?

MLP — Em termos de quê?

«DN» — Pessoais.

MLP — Ah, tenho sempre imensos.

«DN» — Como falámos da UNESCO, não tem outra alternativa?

MLP — Não, não tenho.

«DN» — Há pouco falou também na derrota do seu projecto político (isto, de resto, está um pouco relacionado com a culpabilização de alguma imprensa). A questão que lhe punha é esta: se de facto o V Governo (ou o seu primeiro-ministro) deveria conter um projecto político?

MLP — Deixe-me só corrigir. Realmente, utilizei a expressão de derrota do projecto político porque quem me estava a entrevistar, no 2.º Canal, usou essa expressão e eu não a contestei nessa altura porque tinha outras coisas a argumentar. Eu devo dizer que não

considero o projecto derrotado. O projecto não chegou a ser completamente desdobraado, pois precisaria de muito mais tempo para poder ser posto á prova. Precisaria, sobretudo, de fazer um orçamento e, então, mostrar aí quais eram as verdadeiras disponibilidades e saber exactamente onde ia buscar recursos. Depois, precisava de gerir esse orçamento nos termos que eu considero indispensáveis que o Governo possa gerir.

Mas a sua pergunta não era essa. A pergunta era se um governo de 100 dias tinha que ter um projecto.

Bem, eu na altura mesmo da discussão na Assembleia da Republica, disse e mantenho: quanto mais curto — aqui tem uma afirmação quase paradoxal — quanto mais curto for o mandato de um governo mais necessidade ele tem de um horizonte. Horizonte em termos de visão, de perspectiva, de para onde vai — e eu estou por demais influenciada negativamente por países e líderes políticos de outros países que, governando durante muitos anos, não apresentaram nada á população que não seja luta contra a inflação e luta contra o desemprego, o que na verdade não é mobilizador de ninguém porque não contém em si um projecto. Tem quando muito uma technicidade implícita. Daí que eu tenha considerado como indispensável, mesmo para 100 dias, a elaboração de um projecto.







*Considero particularmente doloroso não ter conseguido a descentralização administrativa de que tanto falei*

• *Parto com a sensação de não ter contribuído para a definição de uma política industrial, que acho indispensável no nosso país*

«DN» — Quando disse há pouco que quanto mais curto é o governo, maior deve ser o horizonte, estava a incluir também determinadas orientações económicas para os anos oitenta?

MLP — Considerarei que as decisões para 1980 foram decisões que podem ajudar o próximo Executivo, mas não o prejudicam. Vou explicar porquê: por um lado, foram dadas orientações aos serviços que têm a responsabilidade de preparar o Orçamento e isso foi objecto de uma longa resolução do Conselho de Ministros, aliás, publicada no «Diário da Republica». Considero que era um dos deveres deste Governo. Naturalmente, se este Governo tivesse funcionado entre Fevereiro e Agosto, isto não era necessário. Simplesmente, como está a funcionar até ao fim de Dezembro, tem obrigação de dar aos serviços — que nesta altura do ano têm que estar a trabalhar sobre o Orçamento (aliás, já o deviam ter feito) — algumas orientações. E foi o que se fez.

Para além disso, o Governo tomou algumas decisões em matéria económica e, aí, talvez, tenha havido algumas divergências que vão para além do aspecto técnico. Serão divergências políticas (e não tanto, não estou segura). Tomou algumas decisões de execução que consideramos imediata. Foram tomadas na reunião presidida pelo sr. Presidente da Republica (e não o estou a vincular de maneira nenhuma a isso, apenas estou a situar-me no tempo), em que foi descida a taxa de juro de um ponto e o deslizar do escudo se passou a fazer mais suavemente, passando de uma taxa de 11 por cento ao ano para uma taxa de 7 por cento

ao ano e em que, por outro lado, se determina uma maior flexibilidade de concessão de créditos a sectores preferenciais. São estas as linhas mestras...

«DN» — Considera que as orientações dadas, do ponto de vista económico, para os anos oitenta, em nada afectam a governação do próximo Executivo?

MLP — E' isso mesmo. Afectam, se o próximo Executivo quiser. Estas medidas que acabo de referir de execução imediata, portanto, a descida da taxa de juro, o abrandamento da desvalorização do escudo e a maior flexibilidade na concessão de créditos são consideradas por mim e pelo Conselho de Ministros, na sua decisão, como indispensáveis e, até, muito ténues para o que deviam ser. Sobretudo a descida da taxa de juro, que devia ter sido de dois pontos e não só de um, para o estímulo ao investimento interno dos portugueses, como canalização das nossas poupanças, e justamente correspondendo ao desejo dos nossos pequenos industriais e comerciantes de investirem e, por outro lado, terem acesso mais facilitado ao crédito da banca que, como sabe, é uma queixa unânime que encontramos pelo País todo. No entanto, para não vincular o próximo Executivo, eu tive o cuidado de assinar essa resolução, que foi publicada no «Diário da Republica», e de combinar com o sr. ministro das Finanças que essa resolução não seria posta em execução imediatamente, uma vez que, para ela se transformar operativamente numa fixação de taxas pelo banco central, precisava de um decreto-lei ou de um despacho do ministro das Finanças.

## As eleições intercalares

«DN» — Uma ultima pergunta: considera que foram uteis, oportunas e necessárias as eleições intercalares?

MLP — Não as considerava

necessárias. O sr. Presidente da Republica sabia a minha opinião a este respeito. Considero que foram uteis. Quanto á sua oportunidade, penso que só á distancia é que se poderá vir a ajuizar disso.





## Lurdes Pintasilgo a "O Jornal"

# "O meu projecto político enriqueceu-se com a experiência governativa"

Maria de Lurdes Pintasilgo não se sente com apetência para deputada, não pensa filiar-se em qualquer partido político, nem encara a possibilidade de aceitar uma propositura para a Presidência da República, como se avanta em alguns meios. Estes (não)projectos foram afirmados a José Carlos de Vasconcelos e a Cáceres Monteiro que a entrevistaram na residência oficial de S. Bento, nas últimas horas da sua permanência ali, antes da posse do VI Governo Constitucional. Lurdes Pintasilgo deverá partir já no próximo domingo para Paris, onde retomará as funções que antes exercia: embaixador do nosso país junto da UNESCO. «O Jornal», que publicou a primeira entrevista com Maria de Lurdes Pintasilgo no próprio dia da sua indigitação como primeiro-ministro divulga agora as suas últimas declarações como titular daquele cargo. Foi, pois, a sua entrevista de despedida, na qual tivemos o cuidado de não repetir perguntas que lhe foram feitas em outras entrevistas que recentemente concedeu a alguns órgãos de Informação, e na qual, como nos declarou, a própria Maria de Lurdes Pintasilgo também procurou não se repetir.

«O Jornal — Na primeira entrevista que deu, como primeiro-ministro, a «O Jornal» disse que o seu maior temor era que a experiência governativa que ia encetar a pudesse levar a uma atitude de cepticismo em relação às pessoas e à coisa pública. Esse receio concretizou-se?»

Maria de Lurdes Pintasilgo — Não. Contra todas as aparências, não. Porque o que pude observar de interpretação dos actos políticos e de construção de «verdades» políticas é susceptível, para mim, de uma análise racional. E como consigo fazer essa desmontagem, não me afecta ao nível que conduziria ao cepticismo.

P. — Isso quer dizer que a pode afectar a outros níveis?

R. — Afectou-me a nível da compreensão do que é costume chamar a vida política profissional. Tornou mais forte a convicção que eu tinha da necessidade da política ser exercida por qualquer cidadão consciente das necessidades dos seus compatriotas e capaz de exercer uma função de organização das estruturas sociais. Tornou mais claro ainda que a política profissionalizada é a negação da própria política.

P. — Teve, portanto, pelo menos uma decepção em relação aos políticos profissionais?

R. — Não foi decepção, foi a verificação de que os políticos profissionais funcionam segundo regras e códigos que parecem só responder parcialmente à evolução quer do pensamento sobre a política do nosso tempo e a participação dos cidadãos na política, quer quanto à própria realidade social.

P. — Um desses políticos profissionais disse que a sr.ª engenheira tinha usado do Governo com azedume.

R. — É muito curioso que os políticos profissionais possam adjectivar atitudes de um primeiro-ministro, seja ele qual for, levianamente, e sem reflexão. Não tenho o mais pequeno azedume, porque tenho a consciência de que o mandato que vinha realizar foi cumprido satisfatoriamente, com a colaboração, evidentemente dos meus colegas e dos serviços correspondentes. E, por outro lado, pude fazer uma verificação de algumas teses fundamentais no meu pensamento político o que considero muito positivo.

P. — Valeu a pena, então, acclamar o cargo?

R. — O saldo é positivo. Relativamente à governação mais ainda do que o quantitativo que tenho frequentemente referido, sublinho o facto de gente que não me conhece ou grupos que à partida não tinham afinidade comigo, fazerem agora uma leitura do meu projecto político e da minha forma de governar que está para além do esforço de racionalização que eu tinha feito sobre isso mesmo. O que me «devolvem» é uma imagem, sobre estes cinco meses, muito mais rica, muito mais intensa, mais original do que eu me tinha dado conta.



Lurdes Pintasilgo a «O Jornal»

Não a ser deputada e à hipótese de se deixar candidatar à Presidência da República





P. — Mas não há, pelo menos, alguns actos de governação de que já se «autocritiqua»?...

R. — Há, sobretudo, falhas que resultam de ter atribuído prioridades que nem sempre contemplaram algumas questões que eram importantes. Por outro lado, parti muito do princípio que a minha apreensão da economia hoje tal como ela se põe, não só nos países em vias de desenvolvimento mas também nos países industrializados, era um dado perfeitamente generalizado. Eu parti do princípio de que era uma evidência para todas as pessoas que não nos podemos movimentar com a linguagem económica tradicional; ora não é.

Acho também que houve erros em algumas decisões pontuais que não foram inteiramente coerentes. Um exemplo? A dificuldade que tive em «fazer passar» aspectos fundamentais que visavam a satisfação das necessidades básicas através de medidas económicas e sociais, que tinham como objectivo favorecer os pobres ou a pequena iniciativa e, paradoxalmente, a cedência que tive de fazer em relação aos grandes, quer em termos de indivíduos quer em termos de empresas.

P. — O Governo tomou algumas medidas nessa matéria que tiveram a oposição do seu principal responsável e de administradores do Banco de Portugal no tocante à taxa de desconto e à desvalorização. Porque é que foram tomadas e porque é que depois não foram feitas aplicar?

R. — Tomei-as porque elas correspondiam ao conceito que tenho da economia ao serviço de um projecto global do Governo. Em segundo lugar, tomei-as porque estão tecnicamente fundamentadas — essa fundamentação, no termo deste Governo, será enviada à administração do Banco de Portugal, uma vez que é uma discussão que eu — cidadã Maria de Lurdes Pintasilgo — quero ter com o Banco de Portugal, mas como primeiro-ministro não devia ter.

São duas escolas de economia face a face. Como sabe, eu não sou economista. No entanto, a economia, hoje, também já não é um apanágio dos economistas e ela é uma linguagem que tem de traduzir uma certa realidade. E hoje falam-se diversas linguagens económicas no mundo. Aquela que eu falo era também a da maioria dos membros do Governo e é diferente da de alguns dos nossos economistas e financeiros. E quero deixar bem claro que isto não tem nenhum aspecto pessoal negativo.

P. — Terá sido o conhecimento dos seus inconvenientes que levou à suspensão dessas medidas?

R. — Continuo convénida que essas medidas são correctas. Mas, normalmente, quando são decididas têm que ser imediatamente acionadas através de um mecanismo próprio que, neste caso, seria um decreto-lei ou um despacho do Ministério das Finanças para o Banco Central acompanhado de um decre-

to-lei. Ora, a data em que essa decisão foi tomada era demasiado tardia relativamente à duração deste Governo para se poderem desencadear todos os mecanismos do Banco Central e, através dele, instituições bancárias, correndo-se o risco de o Governo seguinte tomar outras decisões.

P. — Vários sectores criticaram o seu Governo dizendo que era um Governo transitório e por isso não se justificava que, por exemplo, abolisse o tecto salarial...

R. — Eu já agora gostaria de perguntar-lhes, se acham que é mais séria a abolição do tecto salarial ou o começo das negociações com a Ford e o que é que pensam do começo das negociações com a Ford e se também acham que este Governo não as deveria ter começado...

### Se voltasse a formar Governo teria de explicar aos ministros as muitas coordenadas

P. — O prof. Sousa Franco disse que, apesar das divergências havidas, se voltasse a ser convidado para ministro pela sr.<sup>a</sup> eng.<sup>a</sup>, aceltava. E a sr.<sup>a</sup> eng.<sup>a</sup>, se voltasse a ser primeiro-ministro, voltava a convidá-lo para ministro das Finanças?

R. — Eu não gosto de dizer o que é que poderia ter sido se. É evidente que conheço cada um dos elementos do Governo, melhor do que conhecia à partida, pois a grande maioria era desconhecida para mim, e é evidente que eu não partiria para uma nova fase de governação de uma forma tão pouco personalizada como o fiz, em relação à minha própria concepção, não só de governação, como também dos vários aspectos concretos. Portanto, não digo de modo algum que não convidaria o ministro a, b ou c, agora teria era de explicar ao ministro, a, b, ou c, incluindo o ministro Sousa Franco, as coordenadas em que eu me movimento.

P. — Quais são então, a seu ver, os sectores em que este Governo poderia ter aberto um melhor caminho, deixando o terreno melhor preparado para o novo Governo, e quais aqueles em que lhe deixou uma herança mais difícil?

R. — Este governo deixou aberto uma perspectiva de desenvolvimento que me parece positiva, e que devo dizer que tem encontrado muito apoio internacionalmente,

através não só dos observadores dos meios de comunicação mas também de alguns pensadores que têm estado a analisar o que aqui se passa. O que eu quero dizer com isto é que o facto de o Governo ter estado organizado em grandes áreas de intervenção, como a área económica, a área cultural e a área social foi um aspecto que considero extremamente importante. Eu não me tenho referido a isto, mas gostaria agora de dizer que, por exemplo, o sector dos transportes foi um sector que teve uma transformação enorme. Até aqui era apenas encarado do ponto de vista técnico e económico, agora passou a sê-lo também do social.

Como aspectos difíceis para o próximo Governo, que não ficaram resolvidos, saliento os das prioridades no campo importantíssimo da produção, quer agrícola, quer industrial. Nós teremos, neste princípio de década, que decidir o que é que vamos produzir, como é que este País se vai tornar menos dependente do exterior, por um lado e, por outro lado, vai conseguir criar indústrias, e como é que, com essas novas indústrias e essas tecnologias podem, por um lado, enquadrar-se nos problemas na Comunidade Económica Europeia e, por outro lado, sob o ponto de vista económico interno, criar a riqueza necessária para uma distribuição mais justa.

A meu ver, não são decisões que envolvem os dez meses até às eleições de 1980, mas que envolvem também o médio prazo.

### Os partidos não preenchem todo o espaço político

P. — A sr.<sup>a</sup> eng.<sup>a</sup> nunca foi uma pessoa de partidos. Depois desta sua experiência, aproximou-se ou afastou-se deles?

R. — Eu não sou uma pessoa de partidos, no sentido de que nunca pensei e não penso vir a fazer parte de nenhum. A minha militância exerce-se de outra forma. Tenho a noção muito clara, no entanto, de que os partidos são, neste momento, uma rede estruturadora da vida política, mas não os vejo preencher todo esse espaço político. Portanto, nesse sentido, eu não sei dizer se quer se estou mais perto ou se estou mais longe dos partidos; vejo-os como um relictado, como as estruturas dos cristais, e esse relictado da estrutura social é para mim preenchido pelos partidos, que são



quem aguenta a estrutura política de um país; mas que isto significa também que ficam grandes espaços vazios, entre os nós e o reticulado, que são constituídos por forças sociais que, não estando nos partidos, nelas se apoiam ou os apoiam, directa ou indirectamente. Estou neste momento com imenso interesse em ver como vão essas forças manifestar-se ao longo dos próximos anos.

P. — Mas acha que essa sua intervenção, deve continuar a fazer-se apenas integrada neesses mesmos movimentos e não de outra forma? Por exemplo, admite a hipótese de, em futuras eleições e se fosse convidada por um partido como o PS, a ser sua candidata a deputado?

R. — Não, não tenho vocação para deputado, pelo meu posicionamento em relação aos partidos. Vejo-me e mantenho-me como sempre tenho funcionado, em termos de correntes sociais e, portanto, é dessa forma que vejo a minha acção futura. Neste momento sinto-me um pouco na convergência de várias correntes sociais que manifestaram o seu apoio e a sua adesão ao tipo de política que procurei desenvolver e realizar.

### O Evangelho como fermento transformador da vida

P. — E quais são e são os critérios ou, pelo menos, as dominantes de entre elas?

R. — Não lhe vou dizer isso, vou só dizer-lhe que há, indubitavelmente, uma grande massa de cristãos que vê o Evangelho como fermento transformador da vida e como uma enorme exigência também para a vida política. E daí que, de todo esse grupo ou sector da Igreja eu sinto que há uma adesão muito grande — ela tem-me sido expressa — aquilo que vivi. Há, por outro lado, grupos diversos como, por exemplo, grupos de reflexão sobre a economia contemporânea, com trabalhos concretos já realizados, que também reconhecem, não necessariamente de uma forma pública, na maneira como tentei equacionar a relação económica e social, o mesmo projecto que está na base da sua actividade. E também poderei referir que há um certo número de grupos activos, até com uma certa militância, de gente que não está ligada a nenhum partido, mas que se reconhece no meu projecto político tal como ele apareceu nestes cinco meses.

### «Não encaro a minha candidatura à Presidência da República»

P. — Sabe que está em gestação uma comissão, integrada por figuras de vários sectores progressistas, incluindo bastantes mulheres, para propor a sua candidatura à Presidência da República?

R. — Essa ainda não tinha ouvido e acho muito engraçado. Não é verdade...

P. — Mas havendo um grupo de cidadãos que encare essa ideia, como seria a sua reacção?

R. — Eu não encaro a minha candidatura à Presidência da República de modo nenhum.

P. — Fossem quais fossem os eventuais apoios a esse candidatura e mesmo que o general Eanes não se recandidatasse?

R. — Tanto quanto senti que podia realizar as funções de primeiro-ministro nas condições concretas em que o fiz, sinto que não tenho as qualidades necessárias para ser Presidente da República, tal como ele é definido na Constituição.

P. — Qual a sua opinião sobre os dirigentes políticos portugueses com quem contactou e nomeadamente o próprio Presidente da República?

R. — Só tive contactos esporádicos e noticiados na altura, com alguns dirigentes políticos. Fê-lo dizer que a impressão com que fiquei deles correspondeu à que já tinha, nomeadamente quanto aos drs. Mário Soares e Álvaro Cunhal, pelo facto de termos sido ministros simultaneamente no II e III Governos Provisórios e trabalhado intensamente em conjunto.

Quanto ao sr. Presidente da República, foi um contacto que considero, do ponto de vista institucional, extremamente correcto e saudável, no sentido em que houve uma informação constante da minha parte sobre as questões que, sendo de ordem corrente envolviam decisões a médio prazo, que transbordavam para além do mandato deste governo e que, na ausência da Assembleia da República, não podia deixar de dar conhecimento ao sr. Presidente — sem, no entanto como é óbvio, o envolver nunca na decisão.

### Gratidão a Marcelo Caetano

P. — Que recordação tem do tempo em que tomou lugar na antiga Câmara Corporativa, da qual, aliás, também fez parte o prof. Freitas do Amaral, e de ter sido, se é que foi, convidada para deputada pelo prof. Marcelo Caetano, cargo que também foi desempenhado pelo dr. Sá Carneiro?

R. — A recordação mais clara que tenho desse período relaciona-se com a Revisão Constitucional, em que, se a memória não me falha, participei numa reunião de trabalho em que também esteve o prof. Freitas do Amaral, uma vez que tinha sido ele a pessoa que tinha trabalhado com o prof. Marcelo Caetano nesse projecto. Também foi apresentado um projecto proveniente da Assembleia Nacional que tinha como proponentes o dr. Sá Carneiro e outros deputados da «ala liberal». Ora, enquanto a quase totalidade da Câmara rejeitou logo na generalidade esses projectos vindos da Assembleia, tanto eu como o dr. Freitas do Amaral fizemos voto vencido.

P. — Nessa ocasião, a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo não teve, portanto, grandes contactos com o prof. Freitas do Amaral e com o dr. Sá Carneiro?

R. — Não, nenhum dos dois era pessoa que eu conhecesse pessoalmente ou com quem tivesse qualquer outro tipo de contacto.

P. — O prof. Marcelo Caetano parece ter feito declarações recentes em que elogiava a sua figura e actuação. Como interpreta este facto?

R. — Isso foi divulgado por um jornal de São Paulo, que julgo ter publicado umas coisas a meu respeito de portugueses residentes no Brasil. O prof. Marcelo Caetano escreveu ao director desse jornal uma carta em que repõe a situação das mulheres em Portugal, mesmo relativamente ao período antes do 25 de Abril, tendo em relação a mim uma atitude que eu só posso considerar de uma grande nobreza porque, embora discordando hoje, como já discordava antes do 25 de Abril, de algumas das minhas opções, não deixa de agir como homem honesto e intelectualmente sério que sempre foi, pois sempre o reconheci como tal. E julgo que esta atitude espontânea, de uma pessoa que está na situação particularíssima do prof. Marcelo Caetano, em relação a uma pessoa como eu, da minha parte só evoca gratidão e, por outro lado, também admiração, perante essa mesma grandeza. Penso que aqui temos a diferença entre um conservador que sabe respeitar os valores humanos e os conservadores que rejeitam esses valores.

Não vejo dificuldades em continuar embaixadora na UNESCO com Freitas do Amaral no MNE

P. — Agora, prepara-se para continuar a desempenhar o seu cargo de embaixadora de Portugal da





UNESCO, precisamente numa altura em que é ministro dos Negócios Estrangeiros o prof. Freitas do Amaral, uma das figuras que a contestou ou atacou, nomeadamente no que respeita às questões relativas a uma nova ordem internacional. Pensa que isso poderá constituir algum obstáculo?

R. — A posição do novo Governo relativamente à nova ordem internacional terá de ser definida, até porque, como sabe, as Nações Unidas vão ter que debater em 1980, na Assembleia Geral Extraordinária, a estratégia para a terceira década do desenvolvimento, e até lá o governo terá de se pronunciar.

Respondendo à vossa questão de uma forma mais directa, queria esclarecer que eu não me considero, e creio que nunca o demonstrei ser, uma adversária do prof. Freitas do Amaral.

P. — Ele é que pode ter demonstrado o contrário...

R. — Bom, creio que houve umas referências na Assembleia da República a eu ter tomado como pessoais, críticas que apenas estavam a ser dirigidas ao primeiro-ministro, distinguindo, portanto, a pessoa e a função. Não sei se o prof. Freitas do Amaral e o seu partido mantêm essa perspectiva ou não...

P. — Não vê, pois, dificuldades ao retomar a sua função de embaixadora de Portugal na UNESCO?

R. — Não, porque os problemas internacionais têm a sua lógica própria e nós temos um enquadramento em que a nossa posição tem sido muito clara e muito respeitada por todos os grupos políticos e não prevejo que Portugal vá intervir nessa matéria.

Por exemplo, um dos pontos mais importantes em que estive empenhada como embaixadora junto da UNESCO foi o das relações com os países árabes e tudo o que daí decorre. Ora, se é certo que, durante os primeiros tempos isso levantava algumas interrogações da parte de alguns países, nomeadamente dos Estados Unidos, as transformações desde então foram tão radicais que esses países se manifestam hoje de forma diferente e, ao que parece, também um dos partidos da maioria da Aliança Democrática está a procurar contactos muito intensos com os países árabes.

### Década de 70 e perspectivas para os anos 80

P. — Que balanço faz da década de 70 e do ano de 1979, e como vê agora a década de oitenta e suas perspectivas?

R. — Em 1979, deu-se uma transformação muitíssimo importante, de que decorre a situação que ainda estamos a viver no Irão. A faixa islâmica aparece como corporizando a revolta do Terceiro Mundo face ao hemisfério norte é como que a súmula de tudo aquilo que, quase em actos falhados, se foi esboçando ao longo da década de 70, e que atinge a sua força maior neste ano de 1979.

Nós começámos com a crise de 1973, que se julgou ser, na altura, a crise do petróleo, e que se foi prolongando e repercutindo em diversos momentos, e temos agora esta situação, que a meu ver não está suficientemente estudada e que carece de muita reflexão. Aceitará ou não o Terceiro Mundo a liderança do mundo islâmico? Estamos perante uma época inteiramente nova, em que este impacto do mundo islâmico como que deixa para segundo plano os problemas da África negra, que constituíram a maior preocupação da década.

Na África negra, ao mesmo tempo que se desenvolvem em alguns países processos relativos à autodeterminação, noutros está-se na segunda fase da independência. Já não é o problema da independência política relativamente às antigas metrópoles que se coloca, mas sim o da independência económica e até do «ajuste de contas» interno. Quer dizer, à liderança, por vezes carismática, que caracterizou a orientação dos países da África Negra na década de sessenta, sucedem-se formas que, não tendo o mesmo enquadramento institucional da democracia parlamentar revelam, no entanto, características muito semelhantes de luta de grupos para a obtenção do poder.

Assim como me parece muito significativo que, na América Latina, ao longo da década, se tenha visto, por um lado, o desabar da esperança de uma sociedade mais justa e o reforço do poder militar é, no termo da década, se esteja, de novo, a verificar-se uma abertura, não só para o exercício do poder civil, como para uma maior justiça.

Continua, para mim, a existir um grande ponto de interrogação: o pouco lugar que tem, em geral, na nossa reflexão, o continente asiático, apesar de aí viverem dois terços da Humanidade. Julgo que isso se verifica pela dificuldade em apreendermos os povos do continente asiático, até porque ele não é um todo homogêneo. Mas as transformações ocorridas na Ásia durante esta década levam-me a pensar que já houve um deslocamento (lento mas, na minha observação, indiscutível) do centro das grandes decisões para a Ásia, em prejuízo da Europa e dos Estados Unidos.

### «Quanto mais portugueses formos maior capacidade de diálogo teremos»

P. — Considera, portanto, que essa poderá ser uma das linhas de força da década de oitenta?

R. — Sim. E outra que acho importantíssima (e que tem muito que ver com a própria forma como o hemisfério sul se vai comportar e a própria Europa vai actuar. Para mim é extremamente importante que o continente asiático possa exprimir a riqueza cultural que contém e que as plataformas internacionais não veiculam adequadamente.

P. — À luz do que disse sobre as

novas linhas de força previstas para 1980, qual pensa que será o futuro do mundo na nova década e o papel e importância de Portugal nesse contexto?

R. — Eu penso que nós, tal como todos os países pequenos, teremos no mundo um lugar correspondente à sua própria vitalidade interna. Quer dizer, na medida em que nós formos capazes de centrar a nossa escolha na nossa própria cultura, estaremos também em condições privilegiadas para dialogar com os países asiáticos, ainda que a desproporção numérica seja enorme. Não tenho deixado de verificar, em contactos com representantes dos países asiáticos, como tem estado presente nesses países a passagem de Portugal pelo seu continente. Em certo sentido, e talvez até porque a decantação da História se processou já há mais tempo e porque essa passagem foi assimilada em culturas milenárias, em certo sentido, dizia, encontro uma consciência já muito mais trabalhada do que noutros continentes com quem temos tido uma convivência não interrompida e numericamente mais significativa.

Há um diálogo possível, e quanto mais portugueses formos, mais fiéis à nossa cultura, ao nosso passado e à nossa capacidade de construir o futuro à nossa maneira, maior capacidade de diálogo teremos com todos os países, inclusive os asiáticos.

### A «dor de ser quase»

R. — Na sua tomada de posse, citou uns versos de Carlos de Oliveira e, nas Nações Unidas, citou Gedeão. Recentemente, numa entrevista, definiu-se através de dois poemas, um do Fernando Pessoa — que traduz uma realidade evidente nas suas atitudes — e outro de Mário de Sá Carneiro, dizendo a propósito dele: «Tenho a dor de ser quase em relação a quase tudo na vida.» Como primeiro-ministro também se sentiu só quase...?

R. — «A dor de ser quase», no concreto da vida, é querer fazer melhor e não o poder fazer, ou porque as circunstâncias da vida o não permitem ou porque, na maioria das vezes, não sou capaz. Enquanto primeiro-ministro, acho que esse elemento também não deixou de estar presente. A «dor de ser quase», para um primeiro-ministro neste campo foi o não poder sempre fazer as escolhas mais certas e, portanto, saber quais elas eram e não as poder realizar; e, por outro lado, foi o apenas dar de um projecto político um fragmento que era impossível extrapolar para outros elementos e, portanto, mesmo em alguns momentos que foram intensos e significativos, ficar sempre com a noção de que havia outra coisa a fazer, outra coisa a dizer, mas que os limites do mandato não permitiam. E eu própria não era capaz, nesse mandato limitado, de revelar tudo...





## Lurdes Pintasilgo volta a ouvir ataques na missa

«Numa missa a que assisti no dia de Ano Novo, numa igreja de Lisboa, a homília acabou com uma referência aos governantes que não conseguiram impedir que os peixes que não tinham o seu peixe pago pelo quantitativo que desejavam, o atirassem ao mar, governantes que, ainda por cima, vêm para a televisão gabar-se do que fizeram», diria a eng.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintasilgo, a certo passo da entrevista que concedeu a «O Jornal» e em que focou o problema da «instrumentalização das consciências por parte de certos sacerdotes, nomeadamente durante o recente período eleitoral».

A então primeiro-ministro dir-nos-ia que não é seu hábito frequentar aquela igreja, e que a sua presença não era conhecida do celebrante. Ela percorre propositadamente vários locais de culto. Já anteriormente «O Jornal» relatou um caso idêntico

ocorrido com Lurdes Pintasilgo noutra igreja de Lisboa.

Lurdes Pintasilgo comentaria que «o que aconteceu com a Igreja católica durante este período não é o único papel da Igreja desde sempre em Portugal e tem muito que ver com certos períodos da nossa História, em que a Igreja já desempenhou um papel idêntico».

Por outro lado, referiu-se à «instrumentalização da Igreja por forças políticas» e declarou:

«Eu tenho tentado salvaguardar as actuações oficiais da Igreja no seu conjunto, portanto a Conferência Episcopal, da actuação, ainda que generalizada, mas pontual, de muitos sacerdotes que, ao procurarem defender uma linha sociopolítica conservadora, e ao tornarem-se instrumento de forças políticas, com o argumento de que é preciso obedecer à Igreja, estão eles próprios a desobedecer a essa mesma Igreja. Isso — acrescentou

— dá-me a urgência de uma revitalização da Igreja na sua dimensão verdadeiramente espiritual».

Referindo, por último, o facto de a sua fé e convicções, em lugar de prejudicadas, terem saído reforçadas desta experiência, no sentido do que é no verdadeiro astro espiritual que um novo caminho poderá encontrar-se para a Igreja, para o que está a ser especialmente importante o papel da juventude, pronta a quebrar barreiras, tradições e convenções sociais», Maria de Lurdes Pintasilgo declarou-se-lhe «ligada e solidária com os membros activos da Igreja, leigos, ou padres ou bispos que estão muito activamente empenhados numa transformação da sociedade», facto ainda mais reforçado pela sua «nova responsabilidade perante a experiência portuguesa que viveu e que não poderá deixar de ser objecto de reflexão».



Não nos

Fundação Cuidar o Futuro





Fundação Cuidar o Futuro

# entrevistas

## MUNDO



Intervista

## Il premier del Portogallo «Resteremo nell'Europa»

In un'intervista rilasciata al nostro giornale, il primo ministro designato portoghese, Maria de Lurdes Pintasilgo, il cui governo dovrebbe avere a breve scadenza il placet del Parlamento, ha dichiarato che la situazione del suo paese è delicata per via delle tendenze destrorse, ma ha precisato, però, che vi sono gli strumenti democratici per restare nell'ambito europeo.

IL SERVIZIO DI PINO CIMO' A PAGINA 18

Nostra intervista col premier designato

## «Il Portogallo possiede gli strumenti per restare democratico»

DAL NOSTRO INVIATO PINO CIMO'

LISBONA — La lista dei ministri l'ha già presentata al presidente Eanes. Sarà resa pubblica domani pomeriggio, ma se ne sa già abbastanza per farsene un'idea. Restano al loro posto due uomini chiave del precedente governo: Mota Pinto, il ministro della Difesa Loureiro Dos Santos (che era presente in tribuna durante il mitragliamento, dovuto a un incredibile errore dei piloti dei caccia «Fiat G-91» nella base aerea di Montijo) e il ministro degli Interni, tenente colonnello Goncalves Ribeiro. Sono due uomini di Eanes e due militari su chiare posizioni di destra. Cambia il ministro delle «comunicazioni sociali» Proen De Carvalho, che è stato il principale artefice dello spettacolare spostamento a destra dei mezzi di comunicazione di massa, televisione radio e giornali. Se ne va anche il ministro dell'Agricoltura Vaz Portugal contro il quale, a ragione, il partito comunista aveva scatenato una campagna durissima, accusandolo di volere distruggere e di avere, anzi, in parte già distrutto la riforma agraria, nello Alentejo e nelle altre zone agricole del paese. Entrano nel governo due donne, la socialista di sinistra Manuela Silva, a cui sarà affidato il ministero dell'Economia, e Teresa Santa Clara Gomes come assistente, per i problemi politici, del primo ministro.

Si sono scatenati subito. «E ora abbiamo anche doña Maria la Terza» ha detto, sfottendo, qualche monarchico nostalgico la sera stessa che il presidente Eanes, impassibile e solenne come sempre, annunciò il 18 luglio scorso di averle affidato l'incarico di primo ministro.

Qualche d'un altro ha malignato che prima di accettare la nomina Maria De Lurdes Pintasilgo si era consultata con il cardinale di Lisbona e che solo dopo il suo «OK» si era recata al palazzo presidenziale di Belem per sciogliere la riserva. E quando si persero le sue tracce per due giorni — sabato e domenica scorsi — c'è stato chi ha messo in giro la voce che si era ritirata in un convento a meditare e aspettare l'ispirazione di Dio per la scelta dei ministri del suo gabinetto.

«Ma sì, va bene — se n'è uscito qualcuno facendo finta di gettarsi più sul politico — così ci dà una mano ad entrare nel Mercato comune. Con la Veil sono amiche da tempo e con la Thatcher non dovrebbe avere problemi, visto che di grinta ne hanno tutte e due».

E tra una barzelletta e una malignità sono arrivati gli attacchi veri. Tutti da una direzione e tutti pesanti, impastati di calunnie e di colpi bassi. I socialdemocratici di Sa Carneiro, i democristiani del Cds, i monarchici del Ppm hanno fatto a chi colpisce più duro: «il presidente Eanes ha affida-

to il governo a una melantunista» (cioè a una personalità politica vicina al tenente colonnello Melo Antunes e alla sinistra del Consiglio della rivoluzione), «doveva essere un primo ministro indipendente» e sarà invece un primo ministro gradita alla sinistra e solo alla sinistra» (oltre che al presidente Eanes), «e ora inizia l'era del gonalvismo roccò in sottana».

La sinistra nel suo insieme si è tenuta cauta, come hanno fatto anche i militari. Qualcuno, tra cui Soares, si è spinto più in là dichiarando che Maria De Lurdes Pintasilgo ha le capacità per assicurare un governo neutrale ed efficiente durante il prossimo periodo elettorale. Gli altri, in particolare i comunisti, hanno detto che in linea di massima non avevano alcuna obiezione da fare ma sul governo avrebbero giudicato dopo la nomina dei ministri e la presentazione del programma in Parlamento. E, comunque, consideravano gli attacchi della destra al primo ministro incaricato come la prova che essa era in grado di garantire un clima elettorale «democratico».

Coperta a sinistra e dalla parte di Eanes e dai militari, «a Mafaldina», come ormai la chiamano i portoghesi (tutta ideale, buone intenzioni per salvare l'umanità e sensibile ai grandi e piccoli problemi di ognuno, come il personaggio di Quito), si è chiusa nel piccolo forte di Catalazete, a picco sul

Fundação Cuidar o Futuro







Il premier designato portoghese Maria de Lurdes Pintasilgo

mare, e con una sorprendente rapidità (ci ha messo meno di Nobre Da Costa e di Mota Pinto) ha varato il gabinetto.

Che non è, almeno fino a quando non si conosceranno i retroscena delle trattative, facilmente etichettabile e che quindi lascia aperto il discorso sul prossimo «governo dei cento giorni» voluto da Eanes per preparare gli elettori portoghesi alle politiche anticipate di novembre e i partiti politici a dare al Paese un governo con maggiori garanzie di stabilità. E che, inoltre, lascia aperto il discorso su lei stessa (Maria De Lurdes Pintasilgo, 49 anni, ingegnere chimico, non sposata, militante e dirigente dell'organizzazione internazionale di donne cattoliche Graal, politicamente attiva sotto Caetano e, dopo la rivoluzione, con i primi governi provvisori fino a quando non fu destinata a rappresentare il Portogallo all'Unesco, a Parigi) il ruolo che essa potrà avere in questo momento così complesso e delicato del Portogallo post-25 aprile.

Un discorso che, in parte, ti rimane aperto anche dopo che hai avuto — grazie probabilmente, almeno in parte, al fatto che scrivi per un giornale di Roma, letto dal Papa — la possibilità di una breve ma, sostanzialmente, schietta conversazione con la nuova Primo ministro portoghese

**La nomina a Primo ministro di una militante cattolica, dirigente di una organizzazione internazionale dichiaratamente cattolica, è destinata a inserire un elemento nuovo e gravido di conseguenze nella già complessa e delicata situazione politica portoghese?**

«Devo intanto premettere che è solo per una particolare coincidenza di circostanze che, in un Paese cattolico come il Portogallo, la nomina di una cattolica impegnata a Primo ministro produce uno sconvolgimento. Non dovrebbe invece costituire un problema. In particolare non so fino a qual punto il fatto che il Primo ministro sia cattolico e cattolico impegnato possa introdurre nel Paese un elemento di differenza. Io non ho certo l'intenzione di «battezzare» le strutture laiche dello Stato in cui dovrò

muovermi come capo di governo. Voglio dire che non intendo servirmi del mio cattolicesimo come di una ideologia, non voglio farne una bandiera e agitarla nel tentativo di cambiare le strutture laiche dello Stato, che a mio parere non devono subire interferenze dall'esterno».

**In concreto lei pensa che la gerarchia cattolica possa esercitare pressioni su di lei?**

«No, non credo. Anche perché per me la gerarchia cattolica, i vescovi e il resto delle autorità ecclesiastiche, non costituiscono la chiesa. La chiesa per me è tutto il popolo cristiano. Se però, da una parte, io sono e intendo restare fedele alla laicità dello Stato, non posso accettare l'atteggiamento emerso in certi ambienti politici dopo la nomina a Primo ministro. E' interessante il fatto che certi settori politici abbiano rivoltato le loro posizioni ristrette, reazionaria che hanno del cattolicesimo».

**Ovviamente lei parla degli attacchi della destra. Diciamo che hanno un po' buttato la maschera.**

«Esattamente».

**E' vero — o è solo una malignità — che lei si è consultata con la gerarchia cattolica prima di accettare la nomina?**

«Non ho nessuna difficoltà ad ammettere che, come cristiana, ho sentito il bisogno di consigliarmi con l'arcivescovo di Lisbona e con altri vescovi che conosco fin dalla mia gioventù prima di accettare l'incarico; ma questo non vuol dire che possa essere soggetta ad interferenze. Cosa del resto che non è nelle abitudini della gerarchia cattolica di questo Paese».

**Ma, veramente, per intervenire è intervenuta e come!**

«Diciamo che ha preso posizioni come è nel suo diritto. Per la responsabilità che ha verso i fedeli».

Stamane un settimanale ha ricordato ai suoi lettori che Salazar cominciò a costruire il suo potere accattivandosi la gerarchia cattolica. Senza nessuna allusione offensiva, lei pensa che il suo cattolicesimo possa fornire una sua prima base di potere?

«Capisco cosa vuol dire, ma, mi raccomando, Salazar è Salazar. Non lo so. Spero comunque che la mia presenza a Sao Bento possa rendere più favorevole l'atteggiamento dei vescovi verso l'attuale processo politico».

**Che ruolo svolse nell'amministrazione Caetano?**

«Quando il professore Caetano divenne Primo ministro mi propose (dato che mi conosceva da studente) di diventare deputata ma io rifiutai perché ero contraria al partito unico. Entrai però a far parte della Camera delle corporazioni con funzione di consigliere. E ne approfittai per oppormi alla legge fascista sulla stampa e al piano di sviluppo».

**Lei è considerata di sinistra. Si riconosce nei cattolici italiani che, per esempio, non hanno problemi a votare comunista o a presentarsi, come indipendenti, nelle liste?**

«Non conosco bene la situazione italiana. Ma sono favorevole alla pienezza dei diritti civili, anche per i cattolici, e credo nella maturità politica dei cristiani. Devono essere loro a scegliere».

**La mia impressione è che il Portogallo vada sempre più a destra e sarà difficile cambiare la tendenza. Che ne pensa?**

«La situazione è delicata, ma gli strumenti per restare un Paese democratico, nell'ambito europeo, ce li abbiamo tutti. Dobbiamo soltanto usarli. E in questo ognuno ha le sue responsabilità».





## PORTUGAL



Pintasilgo: desmitificando a tarefa pública

## Mulher e esperança

HELENA SALEM

Esse é o produto que Maria de Lourdes Pintasilgo promete ao país no seu governo de cem dias

Um sorriso muito solto, expressivo, os cabelos negros cuidadosamente penteados, vestido de jérsei discreto, mas alegre, colorido, a engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo, 49 anos,

chega atrasada e se desculpa para a entrevista, no terraço do Forte de Catalazete, em Oeiras, a poucos quilômetros de Lisboa (onde se discute a formação de seu gabinete). Ela não tem absolutamente nenhuma daquelas formalidades ou *mises en scene* tradicionais dos primeiros-ministros. E, à minha observação a esse respeito, responde sorrindo: "É que eles se julgam muito importantes..." Ela fala com desenvoltura dos movimentos feministas, da dupla jornada de trabalho, da opressão da mulher, insistindo sempre, porém, que não tem nada contra os homens: "Gosto muito deles".

Profundamente católica, ligada ao movimento leigo Graal, divide há anos, com companheiras desse grupo, um confortável mas simples apartamento em Lisboa. Se bem que, nos últimos três anos e meio, pouco tenha ficado em Portugal, já que residia em Paris como representante de seu país na UNESCO. Diz ter dois vícios, inve-

terados, nos poucos momentos livres; a literatura, particularmente a poesia, e a música. Pelo Brasil (que nunca visitou) o maior carinho: "É algo de diverso, novo, mais dinâmico que a realidade em que vivemos".

Desde a sua nomeação pelo presidente Ramalho Eanes, no último dia 19, as forças de direita não têm poupado críticas a Pintasilgo, insistindo em que ela é uma reedição "de saias" do "gorcálismo esquerdista" (1975). Ao que ela responde, tranquilamente: "Acredito que todas as pessoas devem ter na vida igualdade de oportunidades, qualquer seja o lugar ou família onde nascem. Se alguém chama isso de socialismo, a conclusão não é minha".

Ministra de vários governos provisórios, Maria de Lourdes Pintasilgo foi por diversas vezes cogitada para ocupar o cargo de primeiro-ministro, desde a queda do segundo governo Mário Soares. Mas seu nome acabou sempre sendo preterido por personalidades situadas mais à direita.

A engenheira Pintasilgo, porém, não disporá de muito tempo para realizar coisas. Uma vez aprovado seu governo pela Assembleia da Repu-

blica, esta será dissolvida e a primeira-ministra terá como tarefa preparar eleições intercalares em outubro ou novembro. Depois disso, ela não admite sequer a hipótese de permanecer no Palácio de São Bento. "Arrumo minhas coisas, quem sabe tiro umas férias no Brasil, e volto para o meu posto na UNESCO."

**ISTOÉ.** Como a senhora vê o fato de ser a primeira mulher a governar Portugal?

**Pintasilgo.** Espero que, por ser mulher, eu possa introduzir uma certa maneira diferente de viver as coisas políticas. Nós, mulheres movimentamo-nos em tantos círculos, mas estamos habituadas a não sermos importantes em círculo algum. Por outro lado, como sabe, os homens têm necessidade de uma zona em que se sintam importantes. Minha nomeação é, então, uma desmitificação da tarefa pública. Julgo que, no nosso tempo, não só eu, mas muitas outras mulheres pelo mundo afora sabem o que querem e estão a tentar realizar alguma coisa. Não por qualquer conspiração de mulheres no planeta (eu não tenho nada contra os homens), mas porque a corrente dos movimentos femininos contemporâneos é de fato muito forte. Portanto este é um aspecto que me parece fundamental. Depois, considero que o povo português quer uma razão de esperança. E julgo que, como mulher, também me movimento constantemente, face às contrariedades, com esperança. Não tenho que comunicar as dificuldades, o ceticismo, ou mesmo muitas vezes uma atitude puramente negativa. A esperança é-me um elemento determinante enquanto mulher. Finalmente, espero que a minha passagem pelo governo contribua para a luta das mulheres que continuam discriminadas pelo fato de serem mulheres.

**ISTOÉ.** A senhora julga que poderá encontrar maiores obstáculos para governar pelo fato de ser mulher, sobretudo em um momento tão complicado politicamente?

**Pintasilgo.** Penso que não. Embora admita que possam surgir algumas dificuldades, que decorrem evidentemente do fato de que nós, os povos latinos, temos um machismo inveterado. Com certeza, à falta de outros argumentos, aparecerá quem utilize o argumento machista. Mas isso não me preocupa demasiadamente.

**ISTOÉ.** Qual a sua opinião sobre os movimentos feministas?

**Pintasilgo.** Considero que são movi-



mentos que têm características diferentes. E gostaria de distinguir aqueles das sociedades industrializadas das sociedades do Hemisfério Sul ou em vias de industrialização. Nas sociedades industrializadas, os movimentos feministas, com todos os exageros das suas políticas e das suas atitudes, têm tido um comportamento e uma ação muito importantes na vida social, porque têm demonstrado que as estruturas familiares, sociais, de trabalho, tal como estão, não estão certas. É que elas não são apenas desfavoráveis à mulher. São simplesmente desumanas. E julgo que esse é o primeiro balanço positivo dos movimentos feministas no Hemisfério Norte. No Hemisfério Sul, os movimentos feministas têm características diferentes e resultam de que as mulheres com alguma preparação de ordem cultural, ou científica, ou técnica, ou mesmo política, imediatamente são transportadas para posições de grande responsabilidade. No Hemisfério Sul, muito mais que no Hemisfério Norte, as mulheres estão diretamente associadas à construção de sociedades novas. E penso que aí a contribuição delas pode-se ver em toda parte — na América Latina, na África e na Ásia. É uma contribuição extremamente importante, que se sente a cada dia, e julgo que ela vai beneficiar também o Hemisfério Norte.

**ISTOÉ.** Na sua opinião, a luta pela emancipação da mulher é uma luta específica?

**Pintasilgo.** Esta é uma velha questão, em que as próprias feministas estão divididas. Eu acho que a luta pela emancipação da mulher é uma luta específica, mas não julgo que ela se possa isolar das outras lutas na sociedade. Qualquer grupo oprimido só pode vencer a sua opressão se ligar as condições em que se encontra com a opressão global sentida na sociedade. Por isso, acredito que os movimentos feministas que se concentram só na emancipação da mulher a longo prazo não vão ter sucesso, porque não é só a emancipação da mulher que é preciso realizar.

**ISTOÉ.** De que forma a senhora acha que pode contribuir para a superação da crise político-económica portuguesa, nesse seu breve governo de cem dias?

**Pintasilgo.** Penso que posso contribuir sobretudo através da criação de um clima de isenção e de honestidade, por um lado, e, por outro, através de um apelo ao dinamismo que existe no povo português, o qual é capaz de se movimentar com mais perseverança e mais clareza do que têm mostrado

certas forças políticas em alguns momentos, nos últimos anos.

**ISTOÉ.** Como a senhora analisaria, em poucas palavras, a atual conjuntura política portuguesa? Terá Portugal se tornado ingovernável?

**Pintasilgo.** É certo que essa instabilidade governativa é muito complicada. Penso, contudo, que não é uma situação impossível, sem saída, de crise definitiva. Não. Penso que é possível definir algumas linhas fundamentais, alguns aspectos da política económica, nomeadamente na política industrial e agrícola, como no domínio social e cultural. Acredito que é possível também realizar algumas medidas, mesmo a curto prazo. Nós temos até uma abundância de leis que já foram feitas. Basta que essas leis sejam aplicadas.

**ISTOÉ.** Por falar em leis, a Constituição portuguesa é apontada como uma das mais progressistas e avançadas do mundo ocidental. Mas há setores políticos em Portugal — o CDS e o PSD — que querem a sua reformulação. Qual a sua opinião?

**Pintasilgo.** Sou a primeira-ministra numa altura da história de Portugal em que existe uma Constituição. É sobre essa Constituição que eu vou trabalhar, e não me compete resolver se ela deve ser revista ou não. Cabe ao povo português decidir. No entanto considero que a nossa Constituição tem de fato aspectos inovadores extremamente interessantes, mas isso não quer dizer que ela seja perfeita. Não há leis perfeitas. Traduz até o confronto de forças diferentes existentes em Portugal.

**ISTOÉ.** A senhora vislumbra alguma



Soares e Eanes: país ingovernável?

possibilidade de retorno à ditadura em Portugal? Acha que tem havido um avanço da direita nos últimos anos?

**Pintasilgo.** Acho que não há, de modo algum, vestígios de que alguma ditadura se possa impor em Portugal. As instituições democráticas estão todas a funcionar, todas elas segundo a sua lógica própria, com dificuldades que não nos são próprias, que existem em todas as democracias parlamentares. Estamos a atravessar uma crise de civilização: uma época nova, uma nova etapa em todos os aspectos, e Portugal participa dessa crise. Mas, com a existência das instituições democráticas, que estão funcionando, e com a figura de excepcional isenção, tato político e inteira dedicação ao povo que é o presidente da República, general Ramalho Eanes, eu penso que não há nenhum perigo de ditadura em Portugal.

**ISTOÉ.** E quanto à afirmação do Centro Democrático Social (CDS) de que o seu governo seria "um neogonçalvismo de saias"?

**Pintasilgo.** Essa acusação a partir de "ismos" é muito fácil. Postivelmente, isso decorre do fato de eu ter sido ministra, como muitas outras pessoas, de alguns governos de Vasco Gonçalves. Se com isso querem dizer alguma aproximação em termos demagógicos, em termos totalitários, a acusação carece de fundamento. Não tenho nenhum interesse totalitário, é óbvio. E nem me permite a Constituição, assim como o meu temperamento. E tampouco penso que se possa associar a minha maneira de ser, a minha atividade pública, técnica, social, cultural ou política ao que foi considerado o período do "gonçalvismo". Considero essa acusação um dos muitos rótulos que desejam colocar sobre mim, porque eu sou incômoda para alguns setores portugueses neste momento, apareço como incômoda, talvez por falta de informação. Somos um país pequeno, acostumado à tradição oral, e, ao nos vermos de repente com muitos jornais, televisão, dizemos às vezes coisas sem verificar a sua exatidão. Na realidade, julgo que o grupo político a que se referiu (o CDS) — a menos que ele coloque os interesses partidários acima dos do país — terá necessariamente que mudar de opinião.

**ISTOÉ.** Por que a senhora tem sido incômoda?

**Pintasilgo.** Porque sou inconformista e porque falo a verdade. E a verdade, como sabe, é sempre muito difícil para aqueles que põem acima de tudo os seus próprios interesses.





## Transition à Lisbonne

### Le nouveau gouvernement chargé de préparer les élections se présente devant l'Assemblée

Le président de la République portugaise, le général Eanes, avait, ce mercredi 1<sup>er</sup> août, installé dans ses fonctions le gouvernement formé par Mme Maria de Lurdes Pintassilgo. Le nouveau premier ministre aura dix jours pour présenter son programme au Parlement. Son investiture ne paraît pas faire de doute.

Le chef de l'Etat dissoudra alors l'Assemblée de la République : Mme Pintassilgo est, en effet, à la tête d'un gouvernement de transition, chargé d'organiser les élections législatives à l'automne prochain.

Bien accueillie par la gauche, ainsi que par une hiérarchie religieuse pourtant conservatrice, la nouvelle équipe est, en revanche, en butte à l'hostilité de la droite, dont les représentants ont décidé de boycotter la cérémonie de prise de fonction.

### La « leçon » de Mme Pintassilgo

De notre correspondant

Lisbonne. — Graphiques à l'appui, Mme Maria de Lurdes Pintassilgo expose la structure de son gouvernement, dont l'investiture devait avoir lieu ce mercredi 1<sup>er</sup> août en fin de soirée. Le nouveau cabinet comporte trois grands secteurs économique, culturel et social. Evoquant son expérience d'ambassadeur à l'UNESCO, le nouveau premier ministre explique les raisons d'une telle partition. « Dans une perspective de développement, il faut considérer ce qu'on produit, quel produit, et à qui est destiné ce produit. » Un nouveau style et un nouveau langage à Lisbonne. « Une bouffée d'air frais », dit-il à ses amis. « Une tentative de rendre populaire le projet présidentieliste cher au général Eanes », expliquent ses adversaires.

Ignorant délibérément la cérémonie d'investiture, les leaders du parti social-démocrate (P.S.D.), du Centre démocratique et social (C.D.S.) et du parti populaire monarchiste (P.P.M.), groupés dans une « alliance démocratique » de tendance conservatrice, ont ostensiblement partis à Madrid, sur s'y entretenir avec le premier ministre espagnol, M. Adolfo Suarez, avec le roi Juan Carlos. Les dirigeants portugais imaginent obtenir l'étranger des appuis pour la prochaine campagne électorale qui, sinon eux, risque de ne pas se

dérouler en toute liberté. « Un gouvernement de tendance marxiste ne donne pas de garanties d'indépendance », affirment-ils. Le 31 juillet, un quotidien de Lisbonne proche de la droite parlementaire titrait : « La guerre des deux camps vient de commencer ». Les mêmes milieux, qui critiquent l'orientation politique de Mme Pintassilgo, ne manquent pas de faire référence à ses relations amicales avec le premier ministre portugais d'avant la révolution de 1974, M. Marcel Caetano. L'objectif est évidemment de mettre l'accent sur la trajectoire « sinuose » d'une personnalité... qui ne devrait donc inspirer confiance à personne.

Dans son appartement de Lisbonne, Mme Pintassilgo nous donne des détails sur son activité politique avant la « révolution aux œillots ». Elle ne dément pas ses relations avec M. Caetano : « J'ai pour lui le plus grand respect en tant qu'homme et en tant que professeur. En tant que dirigeant politique, je l'ai critiqué pour son manque de fermeté. »

D'après Mme Pintassilgo, le successeur de Salazar aurait soutenu, au début, un projet visant à l'autonomie progressive des colonies africaines, et qui aurait dû déboucher sur un système fédéral. « Cette solution me paraissait, à l'époque, la plus adéquate. Mais il n'a pas su l'imposer. »

En 1969, l'actuel premier ministre a été invité à faire partie de l'Assemblée nationale. Elle a refusé : « Cela m'aurait obligé à me présenter aux élections sur les listes du parti unique, l'Union nationale, ce qui était contraire à mes idées. »

JOSÉ REBELLO.

(Lire la suite page 5.)

## Portugal

### La « leçon » de Mme Pintassilgo

(Suite de la première page.)

Un peu plus tard, elle fut invitée à siéger à l'Assemblée corporatiste. « J'ai accepté en posant trois conditions : je maintiendrai mes positions en faveur de l'autonomie des colonies ; je poursuivrai mes campagnes pour la redistribution des revenus ; on ne m'empêchera pas de me prononcer sur la corruption dans l'appareil de l'Etat. » « Ai-je été un alibi pour M. Caetano ou sa bonne conscience ? », s'interroge Mme Pintassilgo.

Elle s'insurge, d'autre part, contre les accusations de « marxisme » proférées par la droite, qu'elle considère « calomnieuses ». Situation paradoxale : elle qui compte aujourd'hui sur l'appui du P.C.P. et sur la bienveillance des socialistes bénéficie également des égards de l'épiscopat portugais, ouvertement conservateur ! En revanche, elle subit les attaques de la droite catholique, notamment du C.D.S., d'inspiration démocrate-chrétienne : « Choix déchirant pour le prêtre de province », nous disait ironiquement un dirigeant socialiste ; « doit-il écouter les avis du cacique local ou bien ceux de l'évêque ? »

Selon le nouveau chef de gouvernement, les milieux d'où viennent les critiques les plus vives sont ceux qui n'ont pas accepté le concile Vatican II : « Ils brandissent le drapeau de la lutte contre le marxisme athée et de la défense de la chrétienté. » Or « le christianisme ne peut plus être considéré comme une idéologie », déclare-t-elle. Aussi, Mme Pintassilgo s'attend, de la part de la hiérarchie catholique, à une attitude de modération. Elle maintient, d'ailleurs, des liens très étroits avec la plupart des évêques.

Si la désignation du nouveau premier ministre renforce la question

religieuse, elle ravive aussi la flamme du féminisme. Est-elle favorable à l'avortement ? Mme Pintassilgo se prend la tête entre les mains, hésite, puis choisit de ne pas répondre. « Ce problème est devenu un véritable abcès de fixation, y compris à l'échelle mondiale. De toute façon, la courte durée de mes fonctions ne me permettra pas de toucher à ce sujet. »

Mme Pintassilgo évite aussi de répondre directement aux questions sur son programme de gouvernement, qui sera présenté à l'Assemblée la semaine prochaine. Elle se réfugie dans des métaphores. Ainsi, le secteur économique nationalisé sera comme les « racines de l'arbre » et peu importe le feuillage. Le dialogue entre le public et le privé doit être motivé par des raisons d'ordre technique et pragmatique, et non idéologique.

Les unités collectives agricoles de l'Alentejo ne trouveront sans doute pas dans le nouveau premier ministre un défenseur acharné. Elle leur prête la formule des coopératives, d'orientation socialiste. « Une base communautaire, et une structure coopérative paraissent correspondre mieux à la tradition de notre monde rural. »

Alors que Mme Pintassilgo ne songeait pas encore à diriger le gouvernement portugais, elle soutenait en privé que l'accord signé avec le Fonds monétaire international n'était pas la seule arme à la disposition de l'économie portugaise. Investie dans ses nouvelles responsabilités, maintiendra-t-elle ce point de vue ? L'Assemblée de la République ne manquera sans doute pas de lui poser la question.

JOSÉ REBELLO.



# Frau Premier ermuntert die Portugiesen zur Mitsprache

ROLF GÖRTZ, Lissabon

„Ich glaube nicht, daß die Portugiesen an ihrer Demokratie verzweifeln, sie gar für funktionsunfähig halten. Schließlich funktionieren unsere Institutionen. Das Problem ist vielmehr, daß sie zu oft und zu schnell reagieren“, sagt Ministerpräsidentin Maria de Lurdes Pintasilgo in einem Gespräch mit der WELT. Sie antwortete damit auf die Frage nach dem stark nachlassenden Interesse der Portugiesen an der Politik als Folge des allzu häufigen Regierungswechsels.

Mit Schwung und recht realistisch sieht Frau Pintasilgo, die von Staatspräsident Eanes als Regierungschefin eingesetzt wurde, ihre Hauptaufgabe darin, bis zu den „Zwischenwahlen“ Ende November das Interesse der Nation an der Politik „neu zu motivieren“. Dafür hat sie auch einen festen Plan: „Ende nächster Woche nach der Abstimmung über ein paar Finanzfragen wird das Parlament aufgelöst; 90 Tage danach müssen die Wahlen organisiert sein.“

Ihre Landsleute stöhnen schon jetzt. Kurz nach den „Zwischenwahlen“ für das Parlament sind Kommunalwahlen fällig. Mitte 1980 folgen dann die in der

Verfassung vorgeschriebenen Parlamentswahlen, und 1981 wird der Staatspräsident neu gewählt. „Kein Zweifel, das ist ein bißchen zu viel.“

Die fünfte Regierungschefin der ersten Legislaturperiode gibt zu, daß viele Portugiesen der Instabilität müde sind. „Aber deshalb können sie doch wieder geweckt werden“, lacht sie und erinnert an „die Wähler bei den ersten Wahlen nach der Revolution im April 1974, die durch ihre beispielhafte Beteiligung ein hohes Maß an demokratischer Verantwortung zeigten“.

Die Hauptaufgabe ihrer Regierung ist die „Dezentralisierung unserer großen und schwerfälligen Verwaltung“. Den einzelnen Bürger will sie für die Mitarbeit interessieren, ihn auch mehr an der Entscheidung beteiligen. Das soll in der Gemeinde bei den Distrikt- und Provinzverwaltungen beginnen und bis in die Landespolitik reichen. Wahrlich ein volles Programm für die kleine, dunkelhaarige Dame.

Sie weiß von der Furcht vor der Verantwortung „unten“ angesichts des ständigen Wechsels „oben“. Das heißt für sie: „... und warum sollte ich das nicht zugeben —, daß meine Regierung eine pädagogische Aufgabe auch gegen-

über dem Staatsapparat hat. Was meinen Sie, was ich jetzt schon alles auf meinem Schreibtisch vorfind — Dinge, die ein leitender Beamter selbst zu entscheiden hat, und die ich ihm deshalb auch zurückschicke.“ Die Demokratie will Frau Pintasilgo von unten neu beleben — über Berufsverbände, Genos-

## WELTGESPRÄCH

senschaften, Gewerkschaften und Gemeinderäte.

Dennoch werden die Zwischenwahlen, das läßt sich leider schon jetzt absehen, keine klaren Mehrheitsverhältnisse bringen. Die Instabilität, die General Eanes veranlaßte, die Regierung des Sozialisten Mario Soares durch eigene, unabhängige Regierungen zu ersetzen und das Parlament aufzulösen, bleibt erhalten. Lurdes Pintasilgo dazu: „Das äußere Bild mag nach den Wahlen vielleicht dasselbe sein; aber ganz bestimmt werden neue Elemente hinzukommen.“ Vor allem: Der Präsident dürfte sich diesmal mit dem Wahlergebnis abfinden und nicht mehr auf den von ihm bisher

stets geforderten „stabilen Mehrheitsverhältnissen“ bestehen. Die Parteien müssen dann einen Weg finden.

Frau Lurdes Pintasilgo ist politisch unabhängig, bezeichnet sich selbst aber als „fortschrittliche Katholikin“. Sie kommt aus der katholischen Frauenbewegung Gral und steht deshalb der Linken näher als der Rechten.

Der von den Kommunisten Italiens angestrebte „historische Kompromiß“ läßt sich nach ihrer Ansicht nicht auf Portugal übertragen. „Die italienische Situation ist völlig anders und ebenso der historische Hintergrund, das Temperament der Portugiesen und ihre Art zu leben. Die Christdemokraten Portugals haben überdies erklärt, daß sie sich nie mit den Kommunisten an einen Tisch setzen werden.“

Da die Regierungschefin als Ingenieurin ihre ersten beruflichen Erfahrungen in der Wirtschaftspolitik machte, hat sie auch eine klare Vorstellung von der industriellen Entwicklung des Landes. Für sie ist nicht die Behebung des Defizits in der Zahlungsbilanz das Allerwichtigste. Sie gibt einer mittelfristigen Entwicklung der Wirtschaft Vorrang. „Was fehlt, ist eine Grundlinie unserer Industriepolitik, die Wahl zwischen Schwer- und Leichtindustrie.“

Portugal sei in der Vergangenheit der Versuchung unterlegen, wahllos das nachzuproduzieren, was in anderen Ländern hergestellt wurde. „Die Aufgabe meiner und der folgenden Regierungen wird es deshalb sein, uns auf die Bedürfnisse unseres Binnenmarktes und auf die Zusammenarbeit mit der EG zu konzentrieren und uns zu fragen: Was brauchen wir von Europa, was braucht Europa von uns.“ In diesem Sinne will Maria de Lurdes Pintasilgo die private Wirtschaft des In- und Auslandes zu Investitionen ermuntern und die verstaatlichte Industrie wettbewerbsfähig machen.

Auch über die leidige Agrarreform spricht sie offen: „Unsere politischen Führer haben sich zu lange an dem Thema festgebissen. Schließlich stammt aus dem Reformgebiet nur ein Fünftel unserer Produktion, die nur 40 Prozent unseres Bedarfs deckt. Das Problem unserer Landwirtschaft geht weit darüber hinaus. Wenn wir erst einmal wissen, was wir anbauen wollen, dann müssen wir die Landbevölkerung, vor allem die vielen armen Kleinbauern im Norden, zur Zusammenarbeit in Genossenschaften und Kooperativen anregen. Nur anderthalb Kühe auf eine Bauernfamilie, das ist wirklich zu wenig.“ (SAD)



Portugals Regierungschefin Maria de Lurdes Pintasilgo war nach der Revolution von 1974 Sozialministerin, dann Botschafterin bei der Unesco.

FOTO: GAMMA/STUDIO X

DIE WELT, 24.8.1979

Diário (matutino), conservador-direita,  
grupo Springer  
Bonn  
247.000 ex.

T r a d u ç ã o

A SENHORA PRIMEIRO-MINISTRO  
ENCORAJA OS PORTUGUESES A COLABORAREM

Ralf Goertz, Lisboa

Fundação Cuidar o Futuro

"Não creio que os portugueses duvidem da sua democracia e que a julguem até incapaz de funcionar. De resto, as nossas instituições funcionam. O problema será, antes, que eles reagem muito frequente e rapidamente" - diz a Primeira-Ministro numa conversa com o "Welt". Ela responde, assim, à pergunta sobre o acentuado reduzido interesse dos portugueses pela política como consequência das demasiadas mudanças de Governo.

Com ímpeto e bastante realista, a Senhora Pintasilgo, que foi empossada pelo Chefe do Estado Eanes como Chefe do Governo, vê como sua tarefa principal "motivar de novo" até às eleições intercalares" nos fins de Novembro o interesse da Nação pela política. Também tem para isso um plano estabelecido: "No fim da próxima semana, após a votação sobre um par de questões financeiras, o Parlamento será dissolvido; 90 dias depois, têm que ser organizadas as eleições".







Os seus compatriotas, entretanto, já se admiram: pouco depois das "eleições intercalares" para o Parlamento, realizam-se eleições municipais. Seguem-se então em meados de 1980 as eleições parlamentares prescritas na Constituição e em 1981 será eleito o novo Chefe do Estado. "Não há dúvida, que isto é um pouco a mais".

O quinto Chefe do Governo do primeiro período de legislatura admite que muitos portugueses estão cansados de instabilidade. "Mas por isso mesmo eles poderão voltar a ser despertados", ela sorri e relembra "os eleitores nas primeiras eleições após a Revolução de Abril de 1974, os quais através da sua exemplar participação mostraram um elevado grau de responsabilidade democrática".

A tarefa principal do seu Governo é a "descentralização da nossa grande e pesada Administração". Ela pretende interessar o cidadão comum na colaboração e também a que participe mais activamente nas decisões. Isso deve começar pelos municípios dos distritos e províncias administrativas e ir até à política do país. Na verdade, um programa pleno para a pequena Senhora de cabelos escuros.

Ela tem consciência de receio perante a responsabilidade "em baixo", em vista da mudança constante "em cima". "Isto quer dizer para mim - e porque não deveria eu confessar isso? - que o meu Governo também tem, em relação ao aparelho de Estado, uma tarefa pedagógica. V. bem poderá fazer uma ideia de tudo o que eu já encontrei na minha mesa de trabalho - coisas cujas decisões cabem a um funcionário público superior e a quem portanto também as remeto". A Senhora Pintasilgo pretende, a partir de baixo, voltar a reactivar a Democracia - através de associações profissionais, cooperativas, sindicatos e conselhos municipais.

Todavia - e isso pode infelizmente já prevêr-se - as eleições intercalares não trarão quaisquer relações claras de maior ou menor estabilidade, que levou o General Eanes,



a substituir o Governo do Socialista Mário Soares por um Governo próprio, independente, e a dissolver o parlamento. Lurdes Pintasilgo a esse respeito: "a imagem externa poderá talvez ser a mesma após as eleições; mas seguramente haverá que tomar em conta novos elementos". Sobretudo: O Presidente conformar-se-ia desta vez com o resultado das eleições e não insistiria mais nas sempre até aqui por ele exigidas "relações de maioria estáveis". Os partidos deviam então encontrar um caminho.

A Senhora Pintasilgo é politicamente independente; qualifica-se porém a si própria de "católica progressista". Provém do Movimento católico de Mulheres "Cral" e encontra-se, portanto, mais próximo da esquerda do que da direita. Segundo a sua opinião, o "compromisso histórico", ambicionado pelos comunistas da Itália, não consegue contagiar Portugal. "A situação italiana é completamente diferente, e bem assim o fundamento histórico, o temperamento dos portugueses e a sua maneira de viver. Os demócratas-cristãos de Portugal esclareceram, além disso mais, que nunca se sentariam a uma mesa com os comunistas".

Dado que o Chefe do Governo teve, como engenheira, as suas primeiras experiências profissionais na política económica, possui também, por via disso uma clara interpretação do desenvolvimento industrial do País. Para ela, o mais importante de tudo não é a supressão do défice da balança de pagamentos. Ela consegue prioridade a um desenvolvimento a médio prazo da economia. "O que falta é uma linha geral, básica, à nossa política industrial a opção entre industria ligeira e pesada".

No passado, Portugal sucumbiu à tentativa de reproduzir indiscriminadamente aquilo que era fabricado noutros países. "A tarefa do meu Governo e dos Governos seguintes será, portanto, a de nos concentrarmos sobre as necessidades do nosso mercado interno na cooperação com a EE e dos interrogarmos: - Que precisamos da Europa e que precisa a Europa



de nós? "Neste contexto, Maria de Lurdes Pintasilgo pretende encorajar nos investimentos a economia privada do País e do estrangeiro e tornar competitiva a indústria nacionalizada.

Ela também fala abertamente sobre a específica Reforma Agrária; "os nossos diferentes políticos debruçaram-se demasiado tempo sobre esse Tema - Na realidade, porém, apenas um quinto da nossa produção, provém da agricultura, que cobre apenas 40 por cento das nossas necessidades. O problema da nossa agricultura é muito complexo. Se começássemos por saber o que primeiramente deveríamos cultivar, então deveríamos motivar a população rural, sobretudo os numerosos pequenos e pobres lavradores do Norte, no sentido de cooperação em sociedades e cooperativas. Apenas vaca e meia por família de lavradores, isso é, na realidade, demasiado pouco!".

## Fundação Cuidar o Futuro

SII, 28/8/79

AQ.



# THE SMILING SENHORA'S PATH TO THE TOP

Portugal's woman Prime Minister, (below) talking about herself for the first time to JACQUELINE REDDITT.



**P**RIME Ministers are traditionally serious, forbidding and male. Portugal's new premier is jolly, easy to talk to and female. Her constant smile and ready laugh are already becoming legend, but behind the smile is, if not an "Iron Lady" certainly a woman to be reckoned with.

Senhora (Miss) Maria De Lourdes Pintasilgo, considered Left-wing though not a member of any political party, was recently appointed by Portugal's President Antonio Bernardino de Sousa to be Prime Minister for about 100 days, until general elections.

A comparison between Europe's first two women Prime Ministers is inevitable. To begin with, both are from middle-class backgrounds and both are industrial chemists. The two have never met, but Senhora Pintasilgo said of Mrs Thatcher: "She appears to me as a person of tremendous determination and at the same time pragmatism and—something I admire a lot—she doesn't seem to get lost in the midst of many

contradictory events and challenges.

"She seems to know very well what she wants and that, for me, is a very important quality in a leader and very special in a woman leader."

After speaking to Senhora Pintasilgo, I had the impression that these words could equally well apply to her.

From the age of 12, the young Maria De Lourdes showed a defiance and determination that started her on the path to her present position. A rather sickly child, she had until then concentrated on the piano and literature. She had already read bits of the Portuguese novels and classics: "I cannot say I read. I devoured all the books that appeared in front of me," and she developed a lasting love of poetry.

In spite of this natural interest in the arts, she then decided to opt for a course in engineering. The reasons were simple. Other girls she knew had tried the course and failed. It was the most difficult course, with 48 hours of classes per week as well as a lot of practical work. She explained: "All the time, the question was,

can women do the same things as men do? So engineering appeared a challenge to me."

Catholicism was an early and lasting influence on Senhora Pintasilgo, and whilst studying for a degree in chemical engineering, she became president first of the Catholic women students, and then of the International Catholic Students Organisation, known as Pax Romana.

She attributes her later move away from a career in industry to the sphere of social sciences largely to these activities. During this period, she became used to public speaking and, more important, through travel and contact with students of other nationalities became aware of a need for changes and social justice.

With the reputation of being Left-wing, feminist and a militant Catholic, Senhora Pintasilgo is regarded by many as something of a contradiction. She explains that on the contrary, her feminism and Left-wing sympathies sprang naturally from her Catholic belief that: "All humanity, man and woman, are made to be free and equal in dignity."

She thinks of herself primarily as a Christian, believing that "unity among those who believe in Jesus Christ is more important than the cleavages between the different denominations." Of her alleged Leftist leanings, she said: "I see society as a social fabric that needs continuous understanding and change, for people to be able to live in a happier and more just way. Maybe that's what links me to the Left wing. Certainly equality of opportunity is for me a key question."

As Secretary of State for Social Security and Minister of Social Affairs in the first two provisional governments after Portugal's 1974 "Flower Revolution," which ended 50 years of dictatorship, Senhora Pintasilgo set up a committee for the status of women and was largely responsible for changes in women's rights legislation.

Laughingly, she admitted: "You may call me chauvinistic," but she quickly pointed out: "If I'm a champion of anything, I'm a champion of rights for everyone."

I asked Senhora Pintasilgo what her plans were after the autumn elections. Would she return to UNESCO, where she has been Portugal's ambassador since 1975? Frankly, she said, she didn't know.

She had only one definite thought. "First, I need a holiday. I would like to go to Scotland, people say it is so beautiful and so peaceful."

Fundação Cuidar o Futuro







Una mujer al frente del Gobierno de un país como Portugal? Pues sí: una mujer al frente del Gobierno de un país como Portugal. María Lurdes Pintassilgo. Lo que quizá parecía impensable en sociedades del tipo latino (y más todavía, ibérico) se produjo en una de esas combinaciones gubernamentales, tan movidas, a las que últimamente nos tienen acostumbrados nuestros vecinos. Ciertamente que María Lurdes Pintassilgo quizá no sea, precisamente, un común denominador de lo que alguien pudiera entender como típica mujer de esos ámbitos latinos. «A senhora primeiro ministro» de Portugal es soltera, y su profesión, aparte de la política, se encuadra en los campos de ingeniería química e industrial. Pero, por muy excepcional que su carrera pueda parecer, el hecho de que haya accedido a la Presidencia del Gobierno significa, sin duda, un gran paso en la promoción de la mujer portuguesa.

Sus labores: gobernar Portugal

# María Lurdes de los cien días

Fundação Cuidar o Futuro

Entrevista: Nicole Guardiola

Fotos: Manuel Moura

Tiene 49 años, es ingeniera química, soltera y desde hace unos meses es la mera mujer jefa de un Gobierno de un país latino, ibérico por añadidura ajita, gordita, con una extraordinaria vivacidad en los gestos, en la mirada y en la voz. Los que la conocen dicen que es capaz de hacerse mil amigos por hora, pero la verdad es que la campaña que se abatió sobre ella, desde su nombramiento, por parte de algunos partidos políticos y de un sector de la prensa portuguesa, la más cruel, la más despiadada y a veces oscura que ha tenido lugar en la vida política portuguesa. Pero, aparentemente, estos ataques no han alterado la determinación y el buen humor de María Lurdes Pintassilgo.

En esta entrevista se dejan transparentar varios aspectos fundamentales de su personalidad: idealismo (ella dice romanticismo), entu-

siasmo, cultura y una preocupación por ser rigurosa y concreta en todas sus actividades. Hay que decir que la conversación terminó como se había iniciado, con una careajada. La señora Pintassilgo irradia simpatía, pero una simpatía exigente, sin familiaridades ni complicidades, ni mucho menos «maternalismo». Da en todo momento la impresión de ser una persona que sabe lo que quiere y que lo quiere con pasión.

**Pregunta.** Su nombramiento ha despertado una curiosidad que se extiende más allá de las fronteras de Portugal. Ser la primera mujer jefa de Gobierno de un país latino; es un fenómeno político importante. ¿Usted se considera una mujer «fenomenal»?

**Respuesta.** No considero mi destino excepcional, pero tampoco mi caso es común. Tengo conciencia de haber sido muy privilegiada en mi vida como mujer. Tuve que trabajar muy tem-

prano para poder estudiar. Y cuando era todavía estudiante participé en encuentros internacionales católicos, que me pusieron luego en contacto con muchos problemas nacionales e internacionales. He adquirido progresivamente una multiplicidad de experiencias que me permiten ejercer las funciones que actualmente desempeño. Pero no creo que esto me convierta en una mujer excepcional con respecto a las demás. Hay otras mujeres en mi país y en otros países en quienes reconozco valores y trayectorias que podrían igualmente llevarlas a ejercer funciones como las mías.

Además, quiero subrayar que se habla muchas veces de las mujeres en Portugal, en Iberia, en los países latinos. Sin embargo, no es en estos países donde yo encuentro la mayor discriminación hacia las mujeres. Aquí la relación hombre-mujer es mucho más clara, más sexual-





## Fundação Cuidar o Futuro

Está siempre presente, en la vida diaria, en el bajo, en todos los contactos que se establecen. En los países aparentemente más avanzados hay una promoción, una emancipación de la mujer que la nivela con el hombre: la mujer es competente, es capaz cuando se iguala al hombre. Esto es imposible en los países latinos, donde todo lo que uno hace se ve afectado por el machismo al que pertenece.

Dicho esto, y en el caso concreto de Portugal, a vez corregidas las disparidades económicas sociales, puede verificarse que la situación de mujeres es bastante satisfactoria en relación con los demás países de Europa occidental y en términos de funciones y profesiones ejercidas. He oído muchas veces comentarios acerca de la limitada participación de mujeres, por ejemplo, en las delegaciones encargadas de discutir problemas económicos a nivel internacional: tene-

mos funcionarias públicas de alto nivel, economistas muy cualificadas y competentes, cosa que no es habitual en países mucho más industrializados.

P. Entonces la campaña desencadenada contra usted por determinados sectores de la prensa portuguesa, por el solo hecho de ser mujer, ¿no corresponde a un prejuicio generalizado, a un sentimiento popular?

R. Esta campaña es, sobre todo, una campaña política, una manera fácil de expresar una oposición ideológica. Pero es indudable que el hecho de que una mujer sea primera ministra puede también hacer aflorar a la superficie prejuicios que uno pensaría superados en personas de nivel cultural de quienes precisamente las formulan. Reconozco con espanto que cierta categoría de hombres y mujeres que han tenido acceso al más alto nivel de instrucción tienen

más prejuicios sexistas que el pueblo en general. Los sondeos de opinión realizados en la calle demuestran que el hecho de tener una mujer como jefa de Gobierno no crea problemas particulares al pueblo portugués.

P. Puede incluso decirse que la presencia de una mujer en la dirección del Gobierno ha suscitado muchas esperanzas entre las que tienen la pesada carga de «gobernar» sus casas. Pero sus adversarios señalan que en lo que se refiere a las tareas domésticas su ignorancia es tan grande como la de sus colegas masculinos.

R. Se dice, pero no es verdad. Me gustan las tareas domésticas, que suponen para mí una manera alegre de hacer felices a las personas que amo. Crear un ambiente agradable, con un cierto elemento de belleza es para mí algo necesario. Forma parte de mi manera de ser, y las tareas domésticas que se relacionan con este



ambiente estético son para mí muy importantes. Tampoco admito una transformación social que no incluya una dimensión estética. Hay también en este tipo de trabajos un aprovechamiento, una racionalización de las tareas, que ayuda a desdramatizar lo que acontece en la vida cotidiana. Lo único negativo consiste en pensar que estar tareas son responsabilidad exclusiva de la mujer. Yo, que soy soltera, recibo muchas veces en casa a mis amigos, hombres y mujeres. Entonces me parecería muy mal que tuviera que ser yo siempre quien hiciera el café, o que la tarea de fregar los platos estuviera siempre a cargo de una mujer.

P. El hecho de ser soltera es una condición que suscita sospechas, que no se acepta aún con naturalidad...

R. En lo que a mí se refiere, es una opción consciente. Vivimos en una época en que no se puede considerar uno como persona en abstracto, asexuada, neutral. Hay que ser necesariamente hombre o mujer. Desde muy joven he vivido casi exclusivamente con hombres: en la universidad éramos muy pocas mujeres, y en todas las tareas a que me he dedicado he sido siempre la única o la primera mujer. Desde entonces tengo una idea clara de lo que significa en todo momento ser mujer y cómo este hecho marca todos los actos de una persona. Quedarme soltera ha sido una elección personal de cara a conservar una mayor disponibilidad hacia las tareas que consideraba interesantes para mí.

P. ¿Como una especie de sacerdocio?

R. No. Para mí, el verdadero sacerdocio es el de la mujer casada y con hijos. Y precisamente porque yo sabía que, dado mi temperamento, si me casaba y tenía hijos me iba a dedicar exclusiva y totalmente a su servicio, decidí permanecer soltera. Mi vida está orientada hacia una multiplicidad de relaciones, a la responsabilidad más total para fidelidades siempre nuevas, convencida de que esta es otra forma de realización sexual para la mujer, en el sentido exacto de la palabra. Ahora que tengo cerca de cincuenta años puedo decir que ser mujer se refleja también en esta actitud, que se traduce en una serie de realizaciones concretas, en felicidad e incluso iba a decir en placer. No fue para mí un sacrificio muy difícil. Tampoco lo veo como una fatalidad; no lo fue, y mi elección estaba también orientada a abrir nuevos caminos a la mujer.

P. Su calidad de militante católica es otro de los puntos que ha generado más polémicas. En su rueda de prensa usted se refirió a la crisis de las democracias clásicas. ¿Estaba incluyendo a la democracia cristiana?

R. Incluyo a todos los partidos que entran en juego en las democracias parlamentarias. Aunque quiero precisar que reconozco la necesidad de este tipo de democracias, de los partidos políticos, y que considero además que los cristianos tienen todo el derecho legítimo de asociarse, si quieren, en nombre de su cristianismo. Mi crítica tiene otra base, aparte de que más que ser una crítica es una apreciación de las tendencias contemporáneas, es necesario completar la democracia parlamentaria con otras formas de democracia. Nuestro interés de ciudadanos no se agota en las actividades de un parlamento. La vida humana es mucho más rica que los aspectos que se debaten en los parlamentos. Por eso me parecen también importantes las formas directas de asociación y expresión de la voluntad del pueblo.

## Un pisito de soltera

*De Maria Lurdes Pintassilgo no puede decirse, estrictamente, aquello que aparece en los documentos de tantas y tantas mujeres portuguesas: «De profesión, sus labores.» O su casa. Para empezar, la presidenta del Gobierno de Portugal es soltera y su actividad profesional se encuadra en el campo de la ingeniería. Eso sin contar su actividad más absorbente, que es y desde hace muchos años, la política.*

*Así y todo, Maria Lurdes Pintassilgo tiene una cierta afición por la casa. Hasta el punto de que, durante sus años de representante portugués ante la Unesco, solía llevarse los asuntos oficiales a su residencia que, poco a poco, llegó a convertirse en especie de despacho, cosa que —según nuestras informaciones— no agradó mucho a los otros diplomáticos portugueses que trabajaban con ella en París.*

*Durante su estancia en Lisboa y hasta el momento de acceder a la Presidencia del Gobierno, Maria Lurdes Pintassilgo vivió en un piso comunitario (más bien pisito) situado en la orilla izquierda del río Tajo. En el piso, algo parecido a una residencia laico-religiosa, la actual jefe del Gobierno portugués vivía con otras mujeres, todas ellas pertenecientes a la organización GRAAL (nombre inspirado en el santo Grial), de matiz católico confesional. El piso es sobrio, pero elegantemente decorado.*

*En el momento de convertirse en jefe del Gobierno, Maria Lurdes tuvo derecho a vivir en la residencia de los primeros ministros portugueses, que será su dirección oficial durante el mandato, establecido en unos tres meses, hasta que se celebren elecciones generales y se constituya el nuevo Parlamento. Hasta ahora, no hay indicios de que Maria Lurdes Pintassilgo pretenda imponer su estilo en «la casa de los primeros ministros» portugueses.*

Personalmente, como militante cristiana, mi fe no me liga a ninguna opción política en particular. Tal vez me identifique con esa definición, la primera que Jesucristo dio de sí mismo, cuando se presentó en la sinagoga y citó las profecías de Isaías: «He venido a anunciar una buena nueva a los pobres, dar la vista a los ciegos, liberar a los cautivos y redimir a los oprimidos.» Y después, cerrando el libro, dijo: «Y ahora se completan las escrituras.» Pero esta misión es tan profundamente humana que puede realizarse desde cualquier partido que esté inspirado por un humanismo profundo. Mi cristianismo no me liga a ningún partido, ni siquiera a una ideología específica. Reconozco que los partidos son necesarios para la educación y formación cívica de los ciudadanos en general, y para el equilibrio político de un país. Pero yo no tengo vocación de militante de partido.

En el terreno ideológico pienso que ningún dirigente puede hacer abstracción de las ideologías corrientes. Nadie se atrevería hoy a cuestionar la trilogía clásica de la revolución francesa: «Libertad, igualdad, fraternidad.» Pero, desde entonces, se han producido transformaciones que deben ser tomadas en cuenta. Hay, por ejemplo, las concepciones introducidas por Einstein, que considero tan ideológicas como los elementos claramente políticos, que nos dieron una idea de la unidad del universo, cosa que considero muy importante y que gusta toda mi acción política. Es también muy importante el camino recorrido desde los primeros trabajos de Freud hacia el conocimiento de las estructuras de la personalidad humana y de los mecanismos que articulan estas estructuras. El tercer factor importante son las ideologías nacidas de las corrientes que se expresan en *El capital* y en las obras de los pensadores que siguieron a Marx e intentaron dar una nueva interpretación de la historia. Ningún pensador, ni mucho menos un gobernante, puede hoy ignorar estas corrientes, so pena de mantenerse en un atraso de siglo y medio.

P. Pero también existen las instituciones. Para los cristianos, por ejemplo, existen la Iglesia-institución, los partidos que se dicen cristianos, los sindicatos...

R. Cualquier organización de hombres y mujeres que se diga cristiana a nivel sindical o político tiene todo mi respeto. En junio de 1974 el episcopado portugués dirigió una carta pastoral a todos los cristianos de este país para recordarles que el mensaje del Evangelio no se agota en ningún partido. Me parece que la orientación de la jerarquía católica portuguesa ha sido muy clara en este plano, y esto ha podido causar sorpresa en un país básicamente cristiano. Pero lo que mucha gente ignora es que la Iglesia ha sufrido en Portugal, desde la segunda mitad del siglo XVIII, persecuciones clericales, bajo varios regímenes, con el marqués de Pombal, a lo largo del siglo XIX y bajo la primera República, que impidieron una implantación sistemática de la vida pública como la hubo en Francia o España, por ejemplo.

Como militante cristiana, no separo la Iglesia institucional de la otra. Para mí, la jerarquía es el elemento estructurador del pueblo de Dios que es la Iglesia, y en el que algunos están en

**«Como cristiana mi fe no me liga a ninguna opción política en particular»**







Fundação Cuidar o Futuro

cargados de un servicio especial. Según el Vaticano II, cabe a los obispos la unidad del pueblo de Dios, y nada más. Pero esto mucha gente lo ignora, y a veces ni los propios obispos lo saben. Como jefe de Gobierno, estoy a la cabeza del ejecutivo de un Estado laico. Por mi parte, como por parte de la jerarquía católica, existe el mayor respeto a esta separación entre la Iglesia y el Estado.

P. Se la compara a usted con Juan Pablo II: muy abierta en el diálogo, pero intransigente con sus principios.

R. Es una comparación que me gusta mucho. No tengo más que dos cosas que lamentar: no ser tan deportista como el Papa, porque es una cosa que me encanta, y no ser una mujer de oración, como él es hombre de oración.

P. Han sido muy criticadas sus presuntas posiciones a favor del divorcio y del aborto.

R. El problema del divorcio está resuelto en Portugal sin que se haya producido ninguna perturbación ni del poder temporal ni del eclesiástico, que no tomó posición al respecto, cuando fue modificado el Concordato.

Sobre el aborto no pienso manifestarme en absoluto mientras esté a la cabeza del Gobierno. Considero imprescindible salvaguardar los valores que el cristianismo atribuye a todas las formas de vida, aun cuando se trate de una vida embrionaria. Creo que las leyes relativas a la limitación de la natalidad y a la legalización del aborto deben de ser objeto, antes de ser decididas en cada país, de un amplio y largo debate nacional, en el que todos tengan la posibilidad de expresar sus opiniones. Pienso que deben ser las mujeres las que se manifiesten en primer lugar. No por el eslogan fácil de que la mujer es la dueña exclusiva de su cuerpo, sino como un intento de profundización de lo que significa para la mujer la maternidad, y la relación que se establece en su seno entre ella y la nueva vida humana en gestación. Y para ello tiene una importancia insustituible la experiencia vivida. Confieso que estoy muy preocupada por la clandestinidad del aborto y las graves consecuencias que esta situación tiene para la salud física y psíquica de las mujeres, sobre todo en los medios rurales.

P. ¿Le parece que un debate de este tipo puede tener lugar sin hipotesis en un país como Portugal, que tiene una legislación social y laboral tan poco protectora de una maternidad feliz, consciente y protegida económicamente?

R. Está colocando el problema en la perspectiva correcta. Hay que conocer y resolver las razones que llevan al aborto.

P. Pero no hay nada en su programa de gobierno sobre la protección de la familia...

R. No es verdad. No hay nada en términos de protección de la familia como tal y tuvimos la preocupación de evitar el planteamiento del tema en términos de «familia» porque pensamos que se trata de derechos que asisten a todos los ciudadanos, independientemente de su situación presente. Sin embargo, es evidente que el Gobierno ha tomado especial interés en favorecer la salud pública, mejorar la situación de la seguridad social y de la vivienda. La nueva situación y los beneficios para la familia deben







## Tres mujeres para Europa

producirse como consecuencia de una toma de conciencia de las necesidades fundamentales y de la programación que se establezca en consecuencia.

P. Usted ha sido durante tres años representante de Portugal en la Unesco. ¿Cómo enfoca ahora las funciones de jefa de Gobierno transitorio de un pequeño país, económicamente débil, como Portugal? ¿Como un desafío, un sacrificio o un banco de pruebas...?

R. Lo veo ciertamente como un desafío. No diría como un banco de pruebas, porque no considero a mis compatriotas ni a la vida portuguesa como simples cobayos. Pero encaro mi trabajo de gobierno como un intento serio de innovación y experimentación social, y esto lo asumo con entera responsabilidad. Esta experiencia me obligará a hacer más claras y precisas las opciones que venía defendiendo desde hacía tres años en la Unesco. Tampoco enfoco mi vida como una carrera en que se sube o se baja en relación a una jerarquía de funciones. Pienso que la verdadera evolución de las personas, tanto en el plano profesional como en la vida social, se hace en términos horizontales. Para mí, ser primera ministra no significa realizar una función más importante de la que realizaba antes, o que los contactos que pude establecer el año pasado cuando era profesora de la Universidad Católica de París, al dirigirme a un público de jóvenes. Tampoco me parece menos importante dedicarse a tareas aparentemente más limitadas, como pueden ser las llamadas «experiencias-piloto».

P. Pero usted pertenece al grupo Grial, cuyo nombre sugiere la idea de búsqueda.

R. Precisamente en la leyenda medieval que dio nombre al grupo al que pertenezco, la búsqueda del Santo Grial, era un caminar de aventura en aventura buscando en cada una de ellas una señal, una revelación que nos enseñe quiénes somos y que permita la transformación de la sociedad en que vivimos. Cada etapa es tan importante como las demás. Por cierto, la versión cristiana de la leyenda del Grial, escrita por Chretien de Troyes, no tiene fin, se quedó inacabada, lo cual es muy significativo en relación

*Tres son tres las mujeres que, en estos tiempos, se colocan en una suerte de cúspide europea: Margaret Thatcher, primera ministra (o señora primer ministro, a elegir, que el término aún no parece haber recibido su juicio solomónico); Maria Lurdes Pintassilgo, idem de idem portuguesa, y Simone Veil, antigua ministra (o) del Gobierno francés y recientemente elegida presidenta (e) del Parlamento europeo y a la que algunos llaman «primera dama de Europa». Tres mujeres de características muy distintas, desde luego. Maria Lurdes Pintassilgo es soltera y su vida aparece muy marcada por sus creencias católicas. Margaret Thatcher podría ser definida como una típica ama de casa británica dispuesta a llevar al Gobierno los principios, las energías y hasta las habilidades con que, tradicionalmente, se gobierna un hogar. Simone Veil, en cambio, lleva al Parlamento Europeo esa «charme» —un punto, siempre, aristocrática— que adjudicamos, a veces por puro papanatismo, a las élites francesas.*

*Pero, en cualquier caso, tres, son tres las mujeres que han conseguido situarse en los más altos niveles políticos de nuestra Europa occidental, y con ellas se abre la esperanza de que la condición femenina se abra nuevos caminos y más amplios cada vez en el llamado viejo continente. Esperanza que —por aquello de no perder la fe— aplicamos también a la mujer de nuestro país, aunque, francamente y tal como van las cosas, nos parece que, por desgracia, las posibilidades de ver a una española situada en la categoría de estas tres damas para Europa son, aún, bastante lejanas.*

*Las veinticuatro mujeres del Parlamento español son una baja cota en un país en que comienzan a diseñarse los cauces de la liberación de la mujer. Con una incorporación limitada en las tareas de responsabilidad social, los grupos feministas —de proliferación intensa en los últimos años— reivindican un papel más importante para la mujer española.*

con nuestra trayectoria humana: nunca llegamos, porque la búsqueda no tiene fin.

P. ¿Qué motivación inconsciente le ha llevado a escoger para el Gobierno este nombre de Gobierno de los cien días? ¿Tiene miedo de algún Waterloo?

R. ¡No, no! Lo llamo Gobierno de los cien días porque es lo que debe durar exactamente.

P. Pero ya se sabe que va a durar más...  
 R. Tal vez dure realmente un poco más, para dar lugar a que los partidos se adapten al nuevo equilibrio del Parlamento. Pero en rigor, y si se cumplen todos los plazos, disponemos de cien días hasta que esté formalmente constituida la nueva Asamblea, es decir, diez días después de la publicación de los resultados electorales. Pero se quieren buscar las motivaciones inconscientes, tal vez lo haya decidido así por la necesidad que tengo de fijarme plazos cortos y precisos cuando realizo una tarea. Puede que se trate de una necesidad resultante de mi condición de ingeniera, que contradice otra de mis tendencias naturales: la romántica.

P. ¿Iba a decir lírica?  
 R. Exacto. Es una tendencia a prescindir del tiempo, dejando que nos invada y que la medida hora que pasamos juntas pueda parecer un tiempo muy largo, precisamente porque es un tiempo lleno.

**M**i formación de ingeniería me indica que la vida no se transforma a base de ideales exclusivamente, no basta si quiera tener un programa: es necesario que este programa se realice en un tiempo concreto, aunque no resulte perfecto.

P. ¿Porque su ministro de finanzas no se lo va a permitir?

R. Mi ministro de Finanzas hereda, lo mismo que yo, una situación muy compleja que no afecta tan sólo a la gestión portuguesa. Una importancia decisiva tiene también la solidaridad que encontremos o no por parte de los demás países.

P. Usted habló en su toma de posesión de «dar la palabra a los que están sin voz. ¿No le parece que los tiempos de crisis que atravesamos, lejos de facilitar la intervención de los «sin voz», favorecen los egoísmos nacionales o particulares?

R. Tiene usted toda la razón, estoy completamente de acuerdo. Pero precisamente por eso hay que desmitificar la crisis. Lo que está pasando ahora en el mundo es que se está produciendo una transformación radical de las premisas de la industrialización. Es necesario oír la opinión no sólo de los técnicos tradicionales, sino la de todos aquellos que no tuvieron hasta hoy la posibilidad de hacerse oír.

P. ¿No le parece un desafío excesivo?  
 R. Lo es. Pero es la tarea por la que lucho y lucharé hasta el último de estos cien días.

P. ¿Y después?  
 R. Después también, pero de otra manera... Mientras nos despedimos, su realismo vence: «Vamos a ver lo que se puede hacer. Cien días es realmente muy poco tiempo...» Incluso para un ingeniero, sobre todo porque un país no es un laboratorio. Hay que contar con Dios y con los hombres, como dijo Maria Lurdes Pintassilgo en el Parlamento.



# Pintassilgo diz que sistema parlamentar está em crise

MARCO ANTONIO LEÃO

Exclusivo para O GLOBO

LISBOA — Tecnoerata e apartidária, a primeira-ministra de Portugal, Maria de Lurdes Pintassilgo, é atualmente a personalidade política mais polêmica do país.

Escolhida pelo presidente Ramalho Eanes, ela não tem compromissos eleitorais e não goza da confiança dos partidos. Para muitos de seus críticos, a escolha de seu nome é uma prova dos planos continuistas do presidente.

Atualmente em Portugal, o debate político-ideológico não gira mais em torno do modelo de sociedade — socialismo, social-democrata ou capitalismo — e sim da tese institucional: regime parlamentar ou não. Em entrevista ao GLOBO, no Palácio de São Bento, Maria de Lurdes Pintassilgo negou qualquer mudança na Constituição e analisou uma série de outras questões da atualidade portuguesa:

— Para os partidos políticos, foi inesperada sua indicação como primeira-ministra do "Governo dos Cem Dias" até às eleições. Sabendo-se da existência de um projeto presidencialista, amplos setores políticos sustentam que sua nomeação faz parte da estratégia continuista do presidente Eanes, que visa a reeleger-se, mas não num regime parlamentar. Isso é verdade?

— Não concordo com essa interpretação. Conheço alguns regimes que são presidencialistas de fato, como o da França, desde o general De Gaulle. Outros, como o dos Estados Unidos, o são constitucionalmente. Em Portugal, o nosso regime é parlamentar. E nosso presidente, embora siga de forma empenhada e engajada a evolução política, tem mostrado que não quer fazer uma inflexão na Constituição. Pode-se ver na formação de diversos governos, por sua atitude em relação à Assembleia da República, que mostra muito bem não querer modificar a Constituição.

— É o adiamento das eleições intermediárias, em troca da manutenção da atual Assembleia, isolando a direita e conseguindo a neutralidade benevolente do PC?

— Não, não é isso. Um governo para funcionar cem dias necessita movimentar dinheiro. O último Governo (Motta Pinto) já demissionário, tomou numerosas decisões que afetam o orçamento geral do Estado. Nós não podemos governar, a não ser que alteremos o orçamento, nem negociar empréstimos externos. Nosso Governo não seria responsável se não propusesse à Assembleia da República as leis de que necessita para trabalhar.



Maria de Lurdes Pintassilgo

— A crise do parlamentarismo em Portugal estimula a convicção de que os povos latinos, as culturas mediterrâneas, adaptam-se aos governos de Gabinete. Entre as razões, pode-se citar a inexistência de um consenso das forças sociais que compõem a cena política; ou a inexistência de uma classe empresarial forte e comprometida ideologicamente com um projeto liberal-democrático — a falta de um "ethos" democrático. Concorda com essa interpretação?

— Acho que aí está um ponto importante no que me está a dizer. Concordo totalmente. Existe nas chamadas sociedades mediterrâneas — e Portugal inclui-se nelas — um conceito de poder que é sacral.

— Teria sido por falta da Reforma protestante?

— E, acho que é isso. O poder concentra a investitura inconsciente das aspirações populares, personificadas num líder carismático, num salvador qualquer. Isso faz com que um regime parlamentar se pulverize, se ramifique e termine em muitas tendências que resultam em conflitos, como na Itália.

— Não seria então Portugal a antevisão de uma Itália sem o norte industrial e numa conjuntura econômica desfavorável, se a compararmos com a Itália do pós-guerra?

— Os nossos partidos políticos têm uma história diferente. Além disso, penso que os italianos têm uma expressão verbal muito maior do que a nossa, embora os nossos políticos também falem muito. Mas nós temos uma tendência para o compromisso vivido.



— Seria o conhecido espírito de conciliação português?

— Exatamente. Ele faz parte do ser português. A propósito da crise da democracia parlamentar nas sociedades do Mediterrâneo, acho que essa crise é geral. quadros, a famosa burguesia média capaz de assumir suas responsabilidades e satisfeita com o grau de decisão política que tenha a seu nível.

— Isso se refere aos dirigentes do Estado ou da sociedade civil?

— Ambos. Quando falo dos quadros, falo principalmente aqui da nossa estrutura portuguesa, dos técnicos especializados: os chefes de serviços, os diretores-gerais. São uma camada extremamente importante da nossa administração, principalmente os diretores-gerais. Mas hoje eles têm

muito diminuída a sua capacidade de decisão. Na França, por exemplo, pode subir ou cair o Governo que a sua administração continua. Aqui não. Os nossos diretores-gerais pararam.

— Isso acontece também no setor privado?

— Exatamente. Isso não acontecia antes da revolução. Trabalhei durante algum tempo no que era, então, a maior empresa portuguesa, a CUF. Vivíamos sob um regime feudal, naquilo que o feudal tem de melhor. O patrão se interessava pelo bem-estar dos trabalhadores. Havia uma grande lealdade em relação ao patrão. Pois bem, mesmo numa empresa desse tipo, nós os quadros, tínhamos grande capacidade de decisão.

Ora, com as transformações econômicas e sociais após o 25 de abril, seja o setor nacionalizado ou o que continua privado, os quadros não querem assumir suas responsabilidades. Mas, penso que já estamos muito melhor. Nossa economia é uma economia mista.

— Os partidos que constituem a Aliança Democrática e amplos setores empresariais consideram que a atual Constituição é incompatível com uma sociedade de mercado. Uma Constituição que é socialista e defende a socialização dos meios de produção. Concorda com a necessidade de revisá-la?

— Não estou de acordo. Não vejo quais os artigos que negam a economia de mercado. Só se for o setor nacionalizado. Mas, se formos à Inglaterra ou em países mais capitalistas, o mesmo acontece.

— Mas não em termos constitucionais...

— Mas o que importa é a prática. Na prática, cada vez mais as grandes empresas pertencem ao setor nacionalizado. Com exceção dos países escandinavos, onde houve muito poucas nacionalizações, a tendência é para o aumento do setor público na economia.

— Acha que foram erradas as nacionalizações?

— Não os critérios dessas nacionalizações é que foram errados. Por falta de conhecimentos técnicos, nacionalizou-se o que não era necessário. Nos setores indispensáveis, setores ligados à segurança do país, setores ligados à manutenção e aprovisionamento de matérias-primas. Por exemplo, no grupo em que trabalhei havia uma unidade de ácido sulfúrico. Não há dúvida de que, na nossa época, ácido sulfúrico é fundamental e, com a siderurgia, é perfeitamente lógico que esteja sob o controle estatal. E um encargo financeiro a ser suportado pelo Estado em nome do povo. Mas na empresa havia outras unidades como de adubos ou plásticos, que não têm nenhuma necessidade de serem nacionalizadas.

— Numa de suas entrevistas, a sra. se definiu como não sendo de direita nem de esquerda, mas de uma sociedade alternativa. O que é essa sociedade alternativa?

— É o que estou procurando. Os meus atos de governo não vão ter uma

lógica de direita nem de esquerda no sentido tradicional. O que quero é equacionar os problemas reais. O problema da saúde, por exemplo. É evidente que todos os portugueses devem ter acesso aos cuidados médicos. Para tanto, torna-se indispensável o Estado intervir para que todos possam ter acesso. Isso seria o que muitos chamariam de socialização da medicina.

Bem, eu pretendo esse acesso, mas digo que quando alguém está doente não está apenas porque lhe dói o fígado e, portanto, vai ao especialista como se fosse uma máquina avariada. Se cair, dói-lhe o fígado porque a vida está a lhe correr mal. Ora, quando encontrar alguém que perceba isso, cure-o, o que significa que o Estado tem a obrigação de cobrir as necessidades fundamentais do povo em termos de saúde. Mas, cada pessoa deve ser livre para escolher o seu médico. E não ver o médico como se vai a um guichê pedir um papel a um funcionário.

— E os movimentos feministas? O que pensa do feminismo?

— Acho que do ponto-de-vista sociológico eles representaram uma tomada de consciência das mulheres. Serviram para sacudir, abalar certas tradições enraizadas. Mas é preciso não esquecer que esses movimentos nasceram em sociedades altamente industrializadas e nas classes médias. Por vezes parecem a nós, sociedades em vias de desenvolvimento, ridículos e exagerados, mas temos de vê-los no seu enquadramento respectivo. Penso, no entanto, que há neste momento a nível mundial um movimento feminista muito mais forte que estes casos pontuais, que há uma consciência da mulher do seu papel na História.

— O que pensa da reivindicação das mulheres de disporem dos próprios corpos — palavra-de-ordem dos movimentos feministas? E do aborto?

— O aborto nada tem a ver com o direito de as mulheres disporem dos seus corpos. Isso não pode ser colocado de maneira materialista. O que está em causa transcende essa afirmação. O que está em causa é a estrutura social. Por que só a mulher deve tomar a decisão da vida e da morte? E o homem? O que faz quando se alheia completamente da semente de vida que deixou no corpo da mulher?

Sou contra o aborto sou contra todas as formas de alimentação da vida humana. Penso que o aborto surge no termo de uma série de erros da nossa sociedade. Por isso, acho que as mulheres devem dispor de seus próprios corpos, mas também de seu espírito. Os homens dispõem livremente de seus corpos sem que isso signifique autonomia de pensamento.

— No programa de seu Governo existe o projeto de criação de um serviço nacional de informações, além da ênfase dada à segurança nacional interna. Isso não seria um passo para a limitação das liberdades individuais?

— Não creio que haja nenhum perigo. Os órgãos de informação, de inteligência, foram destruídos com a revolução. Faz-se necessário racionalizá-los. Existe hoje uma sobreposição dos serviços de informação. E só isso.

Fundação Cuidar o Futuro





# Les cent jours de Maria de Lurdes



Un entretien avec le Premier ministre portugais

Fidèle lectrice de *Témoignage-Christien* Maria de Lurdes a accédé à 43 ans au poste de Premier ministre du gouvernement portugais. La surprise a été générale dans les milieux conservateurs, tandis qu'à gauche c'était l'expectative. Amie personnelle du général Eanes et du lieutenant-colonel Melo Antunes, cette femme, au sourire chaleureux, mais dont la fermeté est légendaire, milite depuis de nombreuses années au sein du mouvement chrétien *Graal* dont elle a occupé le poste de vice-président au plan international. Depuis le début de la révolution, elle a eu successivement des postes de responsabilité : comme membre de la délégation portugaise à l'ONU, secrétaire d'Etat aux Affaires sociales dans les deux premiers gouvernements provisoires, et depuis 1975, ambassadeur du Portugal auprès de l'UNESCO, à Paris.

Au cours du débat à l'Assemblée de la République, il y a une semaine, où Maria de Lurdes Pintasilgo présentait son programme de gouvernement, les Portugais ont découvert un autre visage du nouveau Premier ministre : agressif face aux attaques des partis de droite, autoritaire dans le ton, démontrant, par là, que son ambition politique dépassait largement le cadre des cent jours de son gouvernement. Pour la première fois, les Portugais ont le sentiment d'être gouvernés.

• Vous avez accepté de diriger un gouvernement de durée limitée, en raison de la tenue d'élections législatives anticipées, au mois de novembre prochain. Votre décision se situe-t-elle quand même dans une nouvelle perspective pour la gauche au Portugal ?

— Les élections qui ont suivi ma désignation par le président de la République m'amènent à penser, en effet, qu'il s'agit d'une nouvelle possibilité pour la gauche. Mais, étant donné le contexte institutionnel dans lequel se situe l'action de mon gouvernement — c'est-à-dire l'absence d'une assemblée contrôlant l'exécutif — le moment n'est pas venu, pour moi, de mettre en place mon projet de société. Il faut préparer les élections.

Néanmoins, une certaine façon de regarder les choses peut éventuellement me classer dans un cadre que l'on appelle traditionnellement de gauche.

Mais je ne me reconnais pas dans aucune des formations politiques qui représentent aujourd'hui la gauche au Portugal. Certes, nous avons des points de rencontre ; toutefois, mon projet ne saurait se rapporter au clivage traditionnel gauche-droite.

• On parle beaucoup, à l'heure actuelle, de la formation d'un parti présidentiel dont vous seriez, en quelque sorte, le leader.

A ma connaissance, le président de la République n'a jamais formulé un souhait de ce genre. Pour ma part, mon option de base, en terme de structure politique, est plutôt dans le sens de la politique non professionnelle. Ce qui m'amène à penser que les hommes et les femmes, doivent être suffisamment engagés dans leur travail respectif, pour qu'à n'importe quel moment, ils puissent assumer des tâches politiques. Etant entendu que je

vois le politique — et non la politique — comme une dimension de toute la vie.

• Vous allez vous heurter aux ambitions légitimes des partis politiques.

Naturellement ! Je suis consciente de ce problème. Il y aura des affrontements entre eux et moi. Cela ne veut pas dire que je ne respecte pas les partis politiques. Bien au contraire, je considère qu'ils sont indispensables à l'évolution des démocraties. Mais il me semble que la société serait terriblement mutilée si tout le politique était épuisé par l'action des partis. Je crois qu'il y a place également pour d'autres formes d'associations : coopératives, associations de locataires, de consommateurs, de parents d'élèves, etc. qui sont, elles aussi, une expression très valable et très authentique de la volonté populaire. La société aurait à gagner si, finalement, l'appareil de l'Etat n'assumait pas seulement, à son sommet, les partis politiques, mais s'il exprimait aussi ces autres forces organisées et d'ailleurs changeantes. Mais la participation au niveau politique n'est pas épuisée par cette seconde voie. Il faut en chercher des nouvelles.

• En cent jours de gouvernement que pensez-vous offrir comme nouvelles perspectives au peuple portugais ?

Grâce à mes expériences antérieures, et en raison d'un travail effectué à la demande du président de la République, j'ai, depuis longtemps, une certaine idée de ce qui pouvait constituer le squelette d'un programme de gouvernement. Ces cent jours changent évidemment la nature des problèmes.

Avec mes collaborateurs du gouvernement je vais essayer de voir, dans chaque domaine de la vie sociale, quels sont les besoins les plus urgents. Prenons quelques exemples.

## Il faut décentraliser

Sur le plan de l'organisation de l'administration publique, nous avons un appareil d'Etat hors de proportion qui compte 400 000 fonctionnaires. Ils sont concentrés dans les services centraux des grandes villes (qui sont peu nombreuses), tandis que le reste du pays est dépourvu de tout. Il faut décentraliser les pouvoirs.



Nous avons des dizaines de lois qui ont été approuvées par le Parlement et qui attendent toujours les décrets d'application. Ainsi : la loi de base du service de santé. Voilà un domaine où mon gouvernement peut agir.

Sur le plan économique, nous n'avons toujours pas défini une optique. Grosso modo, deux thèses s'affrontent : le Portugal doit-il concentrer sa production sur l'idée de l'auto-suffisance alimentaire (nous dépendons à 60 % du reste de l'Europe) ; ou bien, au contraire, continuer à importer, et développer deux ou trois secteurs industriels qui pourraient devenir compétitifs à l'extérieur, rétablissent ainsi l'équilibre de notre balance commerciale ? A travers la nouvelle structure du Plan que mon gouvernement met en place, je vais essayer de créer les mécanismes adéquats pour que ce choix s'impose de lui-même aux prochains gouvernements.

Pendant cette période, il faut que le Portugal renégocie certains emprunts extérieurs. Je tiens à souligner que je menerai cette négociation avec la plus grande fermeté. Mon pays doit être accepté en pleine souveraineté.

Enfin, dans ce bref tour d'horizon, je souligne que, pour la première fois dans l'organisation d'un gouvernement, le social et le culturel tiennent autant de place que les problèmes économiques.

• Comment envisagez-vous de résoudre les problèmes soulevés par l'application de la réforme agraire ?

Vous connaissez la loi ! Là où il existe des associations de paysans, sous forme de coopératives (au sens large du terme), il faut sauvegarder ce qui constitue cette volonté populaire dont je parlais tout à l'heure. Dans certains cas, il doit y avoir restitution aux propriétaires, suivant deux conditions : en premier lieu, que soit délimitée clairement la limite supérieure de la dimension de la propriété ; en second lieu, le propriétaire doit exploiter la terre et non être un grand seigneur habitant Lisbonne ou Paris qui perçoit les profits d'une terre que d'autres travaillent. Mais la zone de la réforme agraire ne représente qu'un cinquième de notre production agricole, laquelle à son tour s'élève à peine à 40 % de nos

besoins. Nous devons donc favoriser dans les autres régions du pays — où la structure agricole est complètement différente — de nouvelles formes d'associations. Pour mener à bien cette tâche, j'ai choisi comme secrétaire d'Etat à la Restructuration agraire un homme du milieu, de l'action catholique rurale, très au fait de ces problèmes.

• Avec les syndicats, quel langage aurez-vous ?

Dans un Etat démocratique et pluraliste, les différentes centrales syndicales doivent être reconnues. Le rôle de l'Etat est de dialoguer et non pas d'arbitrer les conflits entre des formations qui sont libres et souveraines. Sinon, c'est prolonger une mentalité héritée de l'Etat corporatiste passé.

• Quelles sont les grandes lignes de votre politique étrangère ?

D'abord la reconnaissance pratique que le Portugal a changé de dimension. Et cela sans porter un jugement sur la dernière période de la guerre coloniale, contre laquelle, comme beaucoup d'autres amis, j'ai lutté à l'intérieur du pays. Le Portugal appartient à l'Europe. L'adhésion de notre pays à la Communauté européenne est une décision qui a été prise. Il revient à mon gouvernement de la mettre rapidement en application, sans essayer de dépasser, par excès de zèle, les conditions du traité de Rome. C'est une adhésion à la CEE et non la formation d'un bloc politique !

## Liens africains

Cette politique va de pair avec une diversification des rapports et des liens avec les autres pays. Je ne cache pas qu'il y a un fort désir de ma part de nouer des relations étroites avec les pays africains de langue portugaise. Il est vrai, un contentieux existe avec l'Angola et le Mozambique. Mais les négociations doivent se situer dans un cadre de relations entre Etats souverains. Je suis également attentive à la situation de l'Afrique australe en raison des centaines de milliers de Portugais qui vivent en Afrique du Sud témoins ou



Maria de Lurdes

« Je vois « le » politique, non la politique, comme une dimension de toute la vie »

réfugiés). Quant à la nature de ce régime, notre position à l'ONU a été clairement exprimée, je n'y reviens pas. Je suis également attentive à la situation dans le sud-est asiatique. Le problème de Timor est non résolu pour le Portugal. Nous avons été dépassé par les circonstances et le pouvoir armé. Enfin, vis-à-vis d'un point chaud qui est celui du Moyen-Orient, notre position est claire. Il n'est pas question pour nous de revenir sur l'existence de l'Etat d'Israël avec lequel nous avons des relations diplomatiques normales. Mais il est indispensable que les droits du peuple palestinien soient reconnus.

Bien sûr, j'ai fait une division rapide Nord-Sud. En ce qui concerne l'autre clivage Est-Ouest, le Portugal, en tant que signataire du traité d'Helsinki, entend avoir des liens diversifiés avec les pays des deux

blocs. Ainsi, nous avons des accords de coopération avec la Roumanie.

La situation du Portugal deviendra exemplaire si nous n'établissons pas d'antagonisme, au départ, entre une présence européenne qui va de soi et une présence dans le reste du monde qui est partie essentielle de l'histoire et de la vocation portugaise.

• Vous appartenez au mouvement catholique. Depuis le 25 avril 1974, l'Eglise portugaise s'est montrée très réservée vis-à-vis des mutations de la société.

Vous parlez naturellement de l'attitude des évêques. Je tiens à le souligner, car, pour moi, l'Eglise, c'est vraiment l'ensemble du peuple de Dieu. Je crois que chez les évêques a joué le souvenir de la

1<sup>re</sup> République au Portugal, où l'Eglise a été très persécutée. Etant donné que certains partis — surtout le plus grand — au début, apparaissaient dans la continuité historique du mouvement républicain, il y a peut-être eu, de leur part, une certaine inquiétude. Celle-ci a été confortée par l'attitude d'un parti qui a montré, pendant une courte période, un visage du communisme, amplifié par les mass média, qui certainement a renforcé ce sentiment de crainte.

Mais chaque fois que les évêques ont pris ensemble la parole, leur position a été nette. Ainsi, en juin 1974, ils ont parlé de la démocratie en disant clairement qu'aucun parti ne pouvait s'approprier la désignation de parti chrétien. Ceci est très important, surtout en ce moment où les questions religieuses sont très brûlantes. Au début de cette année, dans une lettre pastorale, les évêques ont parlé de justice sociale, de paix et de respect mutuel. Cela se situe parfaitement dans la ligne de Vatican II. On ne peut donc pas parler d'attitude réactionnaire.

Je n'exclus pas, cependant, un élément important : nous avons un clergé âgé. Les prêtres les plus jeunes ont plus de quarante ans. Cela signifie que nous avons des personnes de bonne volonté, mais qui ont des difficultés à comprendre les événements. Il y a, parfois, chez certains prêtres une espèce de fixation sur des aspects d'ordre moral souvent au détriment de l'aspect religieux. Mais cela change.

Propos recueillis par  
 Alain ECHEGUT



# Portugal : une femme à la barre

*Elle dirigera le gouvernement jusqu'aux prochaines élections. Elle vit en communauté. Elle lit la presse féministe. Retenez bien son nom : Maria de Lourdes Pintassilgo.*

PAR CLAUDE SERVAN-SCHREIBER

« Une femme nommée à la tête du gouvernement portugais, le monde entier en a été surpris. Vous aussi ? » La réponse fuse, sans hésitation aucune : « Pas tout à fait. » Une façon de dire, sans fausse modestie, qu'on sait ce que l'on vaut. Maria de Lourdes Pintassilgo, Première ministre depuis quelques heures, me reçoit. Pour me dire qu'elle ne croit pas au hasard. Et que si elle occupe ce poste, c'est en raison de la « logique de l'évolution politique au Portugal ». Quelle logique ? Quelle évolution ?

Nous sommes à Lisbonne dans un palais rose cerné de jardins, qui fut, des années durant, la résidence de Salazar. La révolution des œillets, il y a cinq ans, n'a rien détruit, rien dérangé. Les meubles, exquis, sont encore ceux qu'avait choisis l'homme qui inscrivait en 1933 dans la Constitution de son pays que, « si chaque personne est égale devant la loi, les femmes ne peuvent l'être, compte tenu de la différence de leur nature et de l'intérêt de la famille ».

Maria de Lourdes occupe superbement le bureau de cet homme-là. Exubérante, forte, perpétuellement souriante, elle a aujourd'hui quarante-neuf ans. C'est dire que la plus grande partie de sa vie s'est déroulée sous la dictature de celui qui, pendant des dizaines d'années, a maintenu les Portugaises en esclavage. En 1966, encore, le Code civil, pourtant « révisé » cette année même, confiait au mari la direction exclusive de la famille. Les épouses ne pouvaient exercer d'activité professionnelle ni quitter le pays sans l'autorisation de

leur conjoint. Les hommes ouvraient librement le courrier de leur femme; lesquelles n'avaient pas le droit d'être juges ou diplomates. Et ne votaient que si elles

étaient mères de famille nombreuses ou diplômées d'université... De surcroît, elles risquaient de se retrouver inculpées ou emprisonnées — comme le furent les célèbres « Trois Marias » (1) si elles se mêlaient de dénoncer l'abjection de la condition des femmes au Portugal.

Portée par la révolution, une femme a joué un rôle décisif dans les changements intervenus depuis. Il s'agit de Mme Pintass-



Maria de Lourdes Pintassilgo, Première ministre du Portugal.





silgo. Ministre des Affaires sociales dans les premiers gouvernements révolutionnaires, on lui doit le nouveau statut juridique des Portugaises. Le Code civil reconnaît désormais l'égalité des femmes au sein de la famille ; l'annulation du concordat imposé par Salazar permet à ceux qui ont contracté un mariage religieux de divorcer ; la loi accorde des droits égaux à tous les enfants qu'ils soient « légitimes » ou non ; progrès significatifs dans un pays encore fortement dominé par une Eglise conservatrice.

La « logique de l'évolution politique au Portugal », c'est donc d'abord cela : la sortie des femmes du ghetto hérité du fascisme. Mais c'est aussi, ponctuellement, l'arrivée sur la scène politique d'une personnalité « indépendante » qui se trouve, en plus, être une femme intéressante. Grande lectrice de publications féministes, célibataire, elle s'est installée dans une communauté de femmes, près de Lisbonne. Combien de Premiers ministres ont choisi de vivre ainsi ?

Petite fille d'origine bourgeoise, elle avait décidé de devenir ingénieur « parce qu'une étudiante que je connaissais n'avait pu décrocher ce diplôme ». Comment mieux dénoncer la prétendue infériorité des femmes qu'en réussissant brillamment ? Ce qu'elle fit. Après quelques années passées dans l'industrie, elle entre à la Chambre haute portugaise alors que Caetano, le successeur de Salazar, tente de sauver le régime. Collaboration à la dictature ? Elle s'en défend : « j'ai fait exprès d'entrer à la Chambre corporative parce que, chaque fois qu'un projet de loi y était discuté,

(1) Auteurs d'un ouvrage féministe, les « Nouvelles Lettres portugaises », Maria Isabel Barreto, Maria Velho da Costa et Maria Teresa Horta furent l'objet de poursuites sous l'ancien régime. Les féministes du monde entier se mobilisèrent pour venir à leur secours.

il y avait naturellement un vote, accompagné d'explications. Grâce à la publication des débats au Journal officiel, je pouvais me faire entendre quand je n'étais pas d'accord. A une époque où la liberté de la presse était nulle, j'en ai profité pour m'exprimer. Pour dire « non. »

Après avoir servi la Révolution et s'être assuré des appuis solides parmi les militaires « politiques », elle acceptait, il y a trois ans, le poste d'ambassadrice du Portugal auprès de l'Unesco, à Paris, poste qu'elle vient de quitter pour occuper ses fonctions actuelles.

Si elle a été choisie par le président de la République, le général Antonio Ramalho Eanes, c'est qu'elle n'appartient à aucun parti, bien que ses prises de position personnelles la placent nettement à gauche. Aboutissement d'une crise qui dure depuis un an, sa nomination traduit l'incapacité des formations politiques de constituer, dans le Parlement élu en 1976, une majorité capable de gouverner. Mis en place pour trois mois, son gouvernement de gestion est chargé de « préparer dans la neutralité » de nouvelles élections législatives. La dissolution de l'Assemblée nationale devrait en principe permettre à une majorité claire de sortir des urnes avant la fin décembre. D'ici là, le pays sera gouverné d'une manière discrétionnaire par le gouvernement sous le contrôle du président de la République. C'est dire à la fois la réalité et les limites des pouvoirs de Maria de Lourdes Pintassilgo.

*« Vous illustrez en devenant chef du gouvernement, la schizophrénie de la société portugaise concernant les femmes : d'un côté quelques-unes occupent des postes de responsabilité, importants ; de l'autre, 34 % de la population féminine ne sait ni lire ni écrire. Et le bond en avant juridique de leur condition, résultat de la révolution, ne semble guère avoir entamé le climat lourdement sexiste du pays... »*

« C'est vrai. La grande majorité des femmes reste un prolétariat dans le prolétariat. Tout de suite après le 25 avril, des ouvrières du textile, de la confection, de l'électronique ont activement participé au mouvement révolutionnaire. Mais, à l'époque, on a vu, de façon très nette, les hommes freiner leur élan. Même lorsque ces pères, ces frères, ces maris faisaient eux-mêmes la révolution ; ils avaient parfaitement compris que ce n'était pas seulement leur condition d'ouvrières ou de paysannes que les femmes voulaient changer, mais leur rapport aux hommes. Par exemple, quand quelques-unes ont pris des responsabilités syndicales, on a

assisté à des divorces, des séparations. Inédit, dans ces milieux. »

*« Depuis, elles sont rentrées à la maison ? »*

« La polarisation idéologique des syndicats, leur rapprochement des forces politiques a eu pour effet d'en éloigner les femmes. Elles ont vu — c'est du moins mon analyse — que cette lutte idéologique, bien qu'importante pour elles, ne réglerait pas leur situation au fond. Ce mouvement des ouvrières et des paysannes s'est donc estompé mais il reste en veilleuse et peut exploser à la moindre étincelle.

« Ce qui me paraît néanmoins acquis, pour beaucoup de Portugaises, est un changement de conscience, une conviction qu'elles expriment désormais en disant : "Je peux décider de ma propre destinée." »

Un changement dont on voit mal comment il va s'intégrer à la réalité sociale d'un Portugal économiquement faible. Même dans les exploitations agricoles collectives de l'Alentejo — organisations révolutionnaires contrôlées par le Parti communiste — les salaires féminins sont inférieurs d'un tiers aux salaires masculins. Et on ne s'en cache guère. Une avocate vient d'ailleurs d'être chargée par la commission de la Condition féminine — organisme rattaché au gouvernement — d'éplucher toutes les conventions collectives qui, au mépris de la Constitution, maintiennent une forte discrimination salariale contre les femmes. Situation scandaleuse, mais qui n'émeut pas plus les partis politiques que la question, pourtant dramatique, de l'avortement.

En effet, même si la contraception — dont le droit est inscrit dans la Constitution — entre lentement dans les mœurs, les avortements clandestins font encore des ravages. On estime leur nombre à 180 000 par an alors que la population portugaise atteint moins de dix millions. Ici, encore, à l'euphorie née du 25 avril a succédé la désillusion. Pendant plusieurs mois des groupes de femmes, inspirés par la lutte du Mlac en France, pratiquaient des avortements, diffusaient de l'information, organisaient des séances de discussion. Avec la retombée de la poussée révolutionnaire, ces militantes, comprenant qu'il n'y aurait pas d'institutionnalisation de leur action, ont baissé les bras. Seules quelques femmes journalistes ont tenté de continuer de témoigner et de donner la parole aux avortées. Au milieu d'une répression croissante. C'est ainsi que, récemment poursuivie pour « incitation à l'avortement » en raison d'une émission de télévision sur le sujet, Maria-Antonia Palla a dû son





acquiescement à la solidarité de personnalités influentes et au soutien international dont elle a bénéficié (2).

L'avortement reste donc un crime aux yeux de la loi. Des poursuites sporadiques sont engagées contre les avortées dénoncées à la police. Aucune formation politique n'envisage présentement de poser la question de la révision de la loi.

« L'avortement clandestin sévit au Portugal. Le problème a été, au moins en partie, résolu dans d'autres pays catholiques. Pourquoi pas ici? »

« Pour des raisons historiques, les partis de gauche ne souhaitent pas raviver le conflit qui les a violemment opposés à l'Eglise lors de la première République portugaise, avant Salazar. Alors, on minimise les chiffres que vous

situation économique, les conditions de logement, tout ce qui fait que, pour beaucoup de femmes, il n'y a d'autre issue que l'avortement. »

« Allez-vous dépénaliser l'avortement ou, tout au moins, prendre l'initiative d'un débat national sur le sujet? »

« Le problème ne se pose pas dans l'immédiat, parce qu'une loi de cette envergure ne peut être envisagée sans une discussion au Parlement. Il y a des limites aux options que je peux prendre et aux domaines auxquels je peux toucher pendant ce gouvernement de transition. »

Dont acte. Mais alors quel crédit les femmes peuvent-elles accorder à celle qui occupe les plus hautes fonctions gouvernementales tout en se déclarant impuissante à exercer ce pou-



En compagnie des femmes de sa communauté

Fundação Cuidar o Futuro



En conseil des ministres

connaissiez pour dédramatiser la situation. Pour moi, l'avortement clandestin est à l'origine de véritables drames physiques et psychiques. Sans parler de l'horrible exploitation commerciale qui en est faite. Des groupes féministes au Portugal ont fait de la question de l'avortement un drapeau. Mais en le séparant d'autres formes d'oppression qui, finalement, sont aussi importantes : la

voir ? Si au moins on connaissait clairement ses positions sur le sujet...

« Supposons que vous ayez la possibilité de faire voter une loi autorisant l'avortement, le feriez-vous? »

« Je ne peux pas répondre dans l'abstrait. Je vois avec beaucoup de sympathie la loi Veil. Mais il me semble que nous avons tort de nous fixer sur des questions qui sont certes importantes, mais



Recevant Claude Servan-Schreiber

(2) voir « F Magazine » n° 18/18 bis, juillet/août 1979.



dont le soubassement, plus profond, n'est pas suffisamment objet de réflexion. Je veux parler de la sexualité. Le grand débat qu'on escamote, c'est celui-là.»

Maria de Lourdes n'en dira pas plus. Il n'est pas facile d'être en même temps féministe — qualité qu'elle revendique — et catholique. Or, c'est précisément son passé de catholique de gauche engagée qui lui a attiré la confiance du président Eanes. Après avoir été présidente de la Jeunesse universitaire catholique et du mouvement Pax Romana, elle a créé, en 1957, la branche portugaise du Graal, association internationale de catholiques laïques, fondée aux Pays-Bas dans les années vingt, afin de « développer le potentiel des femmes pour le mettre au service de l'Eglise et de la société ». La Première ministre fait en effet partie d'une génération fortement marquée par les écrits de Simone Weil et l'expérience des prêtres ouvriers. Le Graal — un millier de membres au Portugal — proclame que le changement social passe par une façon d'organiser l'existence autrement. Et que la transformation de la société

dépend pour une large part de ce que les femmes voudront qu'elle soit.

Pourquoi alors, ne pas avoir pris davantage de femmes au gouvernement? Car il n'y en a qu'une, Maria Teresa Santa Clara Gomez, secrétaire d'Etat.

« Deux femmes à côté d'une quinzaine d'hommes au gouvernement, c'est peu? »

« Ne croyez pas que je n'ai pas essayé. Mais tout s'est passé trop vite. Nous n'avons pas eu le temps à ce moment-là de trouver des femmes immédiatement disponibles. »

On a déjà entendu ça quelque part... Le 13 août, donc, pour la présentation de son programme devant l'Assemblée, Mme Pintassilgo est la seule femme au banc du gouvernement. Prudence, après que des réactions misogynes aient accueilli sa nomination? Faisant allusion aux liens qu'elle entretient avec la gauche militaire, ses adversaires ont déclaré : « Nous ne nous laisserons pas bernier par un tiers-mondisme militaire rococo, en jupon et corset ». Et, pour lui signifier leur refus de soutenir son programme, ils donnent la parole à une des rares femmes que comptent leurs formations. Atmosphère tendue dans l'hémicycle où la Première ministre et la députée s'affrontent. A l'évidence, il ne suffit pas qu'une femme devienne chef du gouvernement pour que les mœurs politiques s'adoucissent...

« Comment réagissez-vous aux réactions de misogynie qui ont accompagné votre nomination? »

« J'ai rencontré d'abord une opposition de caractère politique... Mais affectée d'un coefficient de misogynie. Ce n'est pas la première fois. Au cours de ma carrière, dans l'industrie, dans les instances nationales ou internationales auxquelles j'ai pu participer, je l'ai souvent constaté : une femme dérange. A partir du moment où elle dit sa parole, celle-ci apparaît comme insolite, même si, techniquement, son discours est semblable ou parallèle à celui que tiendrait un homme. Et cette parole est immédiatement perçue comme insolente si elle n'est pas conformiste. Dans les milieux presque exclusivement masculins, les hommes s'entourent de rites et de liturgies, obsédés par l'image qu'ils veulent

donner. Je n'ai jamais accepté de me soumettre à ces codes. Non pas par préoccupation d'originalité mais au nom de choses très simples : la vérité, la spontanéité, la créativité, l'anticonformisme comme condition de changement, d'innovation. Je sais que mes attitudes apparaissent souvent comme déroutantes, provocantes. Mais je crois que je vais continuer d'être ce que je suis, sans me soucier de l'image que je donne. »

Quel avenir politique attend la première Première ministre de l'histoire portugaise? Ce ne sont pas des élections mais le fait du prince qui l'ont portée au pouvoir. Dans l'imbroglio politique portugais, ses adversaires la soupçonnent d'être l'instrument — volontaire ou non — d'une opération du président Eanes visant à instituer au Portugal un système présidentiel. Si aucune majorité de gouvernement ne se dégage des prochaines élections, pourquoi en effet Mme Pintassilgo ne se verrait-elle pas confirmée dans ses fonctions, quelles que soient les entorses ainsi portées au régime d'assemblée? Mais a-t-elle cette ambition?

« Considérez-vous désormais que vous faites une carrière politique? »

« Non, car je ne vois pas ma vie en termes de carrière. J'ai un mandat à remplir. Je ferai tout pour que le peuple puisse manifester sa volonté. Dès la nouvelle assemblée constituée, je me considérerai comme démissionnaire. Après, on verra bien. »

« A quoi donc vont servir ces trois mois? »

« A tenter de mettre en place les réformes indispensables à la situation des Portugais les plus défavorisés. Des mesures économiques s'imposent, même si elles doivent être impopulaires. Dans ce domaine, le gouvernement ne s'abstiendra pas de prendre des initiatives dont les conséquences se feront sentir au-delà de ses 100 jours d'existence. »

Maria de Lourdes Pintassilgo se lève, le conseil des ministres l'attend. En la voyant quitter la pièce, il ne m'apparaît pas clairement quelles conséquences de son action se feront encore sentir au-delà des trois prochains mois... A moins que ce soit d'une manière imprévue? Elle vient d'entreprendre une correspondance — jusqu'ici secrète — avec l'une des Trois Marias : « On s'écrit, parce que j'en ai besoin, précise-t-elle. Je vis une expérience tellement intense qu'il me faut en parler. Je réagis aux événements, je les prends sur le vif. Peut-être au bout du compte garderons-nous tout cela pour nous? »

Ce serait dommage. F



Fundação Cuidar o Futuro





PORTUGAL

# Una feminista en el poder



Fundação Cuidar o Futuro

«Sí, soy feminista, porque, sobre todas las cosas, pretendo una igualdad de oportunidades para todos los seres humanos».



## Entrevista exclusiva con la primer ministro *María Lourdes Pintasilgo*

Por JORGE MARRONE

Fotos:  
 FERNANDO YOVERA  
 (Enviados especiales  
 a Lisboa)

*María Lourdes Pintasilgo, 49 años, ingeniera química, es desde agosto la primer ministro de Portugal. Como mujer y de izquierdas, incomoda por igual a los machistas y a los fascistas. Ella, sin embargo, no se inmuta. Para franquear la valla de sus infinitas tareas, el enviado especial de INTERVIU apeló como último recurso a un télex donde decía: «Me recibe o me suicido». La ministro, decidida a no perder el tiempo, pero mucho menos el humor, accedió a la entrevista.*

María Lourdes Pintasilgo es una ferviente católica y, a la vez, una «pecadora». La derecha portuguesa (gente de oración) no le perdona a la nueva jefa de gobierno su «pecado»: ser una independiente cuyo único compromiso político es con el pueblo o, en todo caso con la Iglesia de los pobres, con los abandonados de la mano del hombre. Esto y su afinidad con

los sectores más progresistas del Movimiento de los Capitanes que el 25 de abril de 1974 derrocó a la dictadura del país lusitano generó, por parte de los sectores más reaccionarios, una agresiva y grosera campaña político-periodística contra la nueva premier.

Es una mujer de estatura mediana y de simpatía arrolladora. Aguda y reflexiva durante el ping pong de preguntas y respuestas, si un tema determinado le producía íntima alegría, lo demostraba con una dulce carcajada, una constante que comenzó al recibirme y terminó al despedirse.

Dos magnetófonos, el mío y el de presidencia, «por una cuestión de seguridad», y las cuatro paredes blancas del despacho presidencial del Palacio de Sao Bento, fueron testigos mudos de esta charla.

—Usted fue designada por el presidente Ramalho Eanes quizá como último recurso para resolver la crisis política de Portugal, debiendo convocar a breve plazo a elecciones. En este contexto, ¿no cree que su acceso a la primera magistratura aparece claramente como un sacrificio político?

—En cierto modo lo es. Sobre todo, teniendo en cuenta que en el plazo de unos pocos meses no podré realizar todo lo que pienso y quiero. Durante mi mandato, me verá limitada a tomar sólo aquellas medidas que tengan por objeto remediar lo que está manifiestamente mal.

—Antes de adentrarnos en la cuestión estrictamente política, quisiéramos conocer algunos detalles sobre su vida particular, por ejemplo dónde y cómo vive en la actualidad...

—(Sonriendo). En realidad, debo decirle que no vivo aquí, en la residencia oficial, y creo que esto es lo que usted quiere saber. Lo cierto es que prefiero, en la medida de lo posible, seguir mante-

niendo el modo de vida que tenía antes de ser nombrada primer ministro. Al menos, en las cosas mínimas. Por eso, todas las noches me voy a dormir a casa. Esto me gusta, me hace bien.

—¿Vive en el centro de la ciudad?

—No, cerca de Lisboa, al otro lado del río Tajo.

—¿Sola o acompañada?

—(Ahora, riéndose abiertamente). Bueno, parece estar bien informado... Sí, vivo con cuatro amigas, en una comunidad católica, eso para mí es una experiencia muy interesante.

—¿Quién hace la comida, la primer ministro o las amigas?

—No, la primer ministro no hace la comida porque se levanta muy temprano y se acuesta muy tarde. Aunque los domingos generalmente sí, porque por lo menos al mediodía trato de olvidarme de que soy jefa de gobierno y me pongo a cocinar como cualquier mujer de su casa.

—¿Pero le gusta cocinar?

—Sí, claro, mucho.

—¿Cuándo y a partir de qué estímulos inició su actividad política?

—Como ingeniera, he trabajado durante muchos años en la industria. Allí, una primera realidad, la situación social de los obreros, no tardó demasiado en sensibilizarme. Después, al final de los años sesenta, empezó a crecer en mí, como entre tantos otros compatriotas, la preocupación por la guerra colonial.

—¿Cómo definiría, brevemente, la situación actual de Portugal?

—Yo diría que nos encontramos en un momento en que el país está encarnando claramente todas las contradicciones del mundo moderno. Como las sociedades del hemisferio sur, Portugal tiene



problemas de desarrollo, problemas de organización de sus capacidades en términos de potencialidad científica y tecnológica, y también en términos de utilización de los medios económicos y financieros de una manera razonable. Pero, simultáneamente, Portugal tiene mucho que ver con las sociedades altamente desarrolladas, entre otras razones, porque tenemos un segmento significativo de técnicos y cuadros, tanto en el sector público como en el privado, con un nivel de formación muy similar al de los del resto de Europa y Estados Unidos y, en algunos casos, con el mismo tipo de preocupaciones. Este es, sin duda, un conjunto extremadamente contradictorio.

—Usted es católica. ¿Cómo se expresa ese catolicismo en su ideología política?

—Es algo que no podría explicar claramente. En principio, porque el catolicismo es algo que llevo muy dentro de mí. Significa, por ejemplo, que cuando mañana vaya a discutir con mis colegas del Consejo de Ministros el aumento de los precios de los artículos de primera necesidad, será igualmente importante para mí, tan importante como lo otro, la situación concreta de mis compatriotas que van a sufrir las consecuencias de esos aumentos de precios.

La campanilla del teléfono interrumpe la charla. María Elisa, secretaria de la premier le anuncia:

—Es una cuestión de Estado.

La misma María Lourdes Pintasilgo, disculpándose, pide que abandone la sala.

—Por favor, dispenseme, es sólo un momento.

Pocos minutos después la jefa de gobierno se sentaba para escuchar las preguntas con su sonrisa decidida y sincera.

—Señora, en política, ¿busca tantas fórmulas como las que puede intentar en ingeniería química?

—¡No, claro que no!, porque en política lo que busco son soluciones nuevas. Las fórmulas químicas en cambio ya están dadas de una vez por todas... con una salvaguarda: si utilizamos la

energía nuclear, pues entonces sí, las fórmulas químicas van a cambiar radicalmente todo.

—¿Es más fácil trabajar con los números o con los seres humanos?

—No creo que sea más fácil, es una realidad completamente diferente. Claro, algunas veces se habla de ingeniería humana, también de política y de transformación social como una forma de la ingeniería humana. Yo creo que ésta es una manera muy mecanicista de entender lo humano.

—Desde que asumió su cargo hasta el día de hoy, ¿se sintió alguna vez impotente de cara a la realidad política?

—Sí, frente a la crisis económica, concretamente. Frente a ella me siento en verdad impotente. Esta crisis no sólo es resultado de las peculiares condiciones del desarrollo portugués, sino, además, de posturas poco clarificadas de otros gobiernos, en particular del que me precedió. También es consecuencia del contexto internacional, ya que, tras la revolución de abril, muchos países que pudieron ayudar a Portugal han dicho: vamos a esperar a que los portugueses tengan su estructura, sus instituciones democráticas... Así, han esperado dos años, y esto ha sido fatal para la economía de nuestro país.

—¿Portugal es un barco que navega en aguas tormentosas?

—Nosotros siempre hemos navegado. Desde el siglo XIV. Estamos habituados...

—¿A qué puerto le gustaría llevar este barco que hoy comanda?

—En verdad, no me queda mucho tiempo de navegación. Sin embargo, me gustaría llegar a un puerto de libertad, de independencia nacional para los portugueses, de verdadera independencia nacional. En el sentido de que los

portugueses puedan elegir libremente su destino, dejando de estar sometidos a exigencias exteriores, y de que podamos acceder a la forma de vida colectiva que deseamos.

—¿Usted es feminista?

—Bueno, en el sentido de que las mujeres deberían tener exactamente las mismas posibilidades que los hombres, sí, soy feminista. Porque, sobre todas las cosas, pretendo una igualdad de oportunidades para todos los seres humanos. Y en el sentido de que las mujeres puedan hacer en la historia una contribución nueva, como una fuerza solidaria a través del mundo, también soy feminista. Pero no lo soy en esa otra forma, un poco loca, de algunas personas que abogan por la segregación, por el aislamiento de la mujer respecto del hombre. En esto no estoy de acuerdo.

—Finalmente, ¿siente usted que está pagando un precio muy alto, personal, individual, por intentar resolver los problemas de su pueblo?

—Sí, ese precio está dado por los ataques personales que se me han hecho desde el momento mismo en que asumí la jefatura del Gobierno, y que, verdaderamente, no me esperaba.

—¿Se puede decir que esos ataques vienen dirigidos desde sectores machistas?

La señora Pintasilgo dibujó su típica y frecuente sonrisa y respondió:

—Tal vez..., tal vez...

La premier habla y entiende castellano con relativa facilidad, pero me quedó una duda, y no tuve tiempo de preguntarle si había comprendido «sectores machistas o fascistas». ¿Machistas a ultranza o a ultranza derechistas? Ella, simplemente dijo:

—Bueno, me ha gustado mucho la charla. Extendió sus brazos hacia adelante y me estrechó la mano con fuerza, con decisión. Con esa misma fuerza que tiene para llevar el timón de ese barco secular llamado «Portugal».

Lo que tampoco pude decirle fue:

—Señora, ojalá llegue a buen puerto.







# Las Potencias Arrastran al Mundo a la Muerte Económica

## Las Consecuencias, Imprevisibles

- ★ Ante Desarrollo o Armas, Escogen Estas: la Premier Portuguesa Pintassilgo
- ★ Se Enriquece con la Mano de Obra Subproletaria la Europa Industrializada
- ★ Explotan al Trabajador Migratorio, en el que se Apoya Toda la Producción
- ★ Mi País, Dice, Víctima del Egoísmo del Mercomún, que Cuestiona su Ingreso

Por ALEJANDRO IÑIGO, enviado de EXCELSIOR

LISBOA, 27 de octubre—María de Lourdes Pintassilgo, una de las dos mujeres que en la actualidad gobiernan en el mundo —Margaret Thatcher es la otra en Gran Bretaña—, afirmó hoy que la economía mundial está muriendo.

Ante los efectos de la crisis mundial que padece su propio país, víctima del egoísmo del Mercado Común Europeo que cuestiona su ingreso, la Primer Ministro de Portugal, una "buena cristiana" que se confunde entre los feligreses en las misas dominicales de la iglesia de San Pablo, dijo que la opción para el mundo en la próxima década es desarrollo o armamentismo.

Y todo indica que las grandes potencias optan por lo segundo al arrastrar al mundo a una crisis económica de consecuencias imprevisibles.

Robusta, de baja estatura, soltera y de cuarenta y nueve años de edad, lee a Marguerite Duras, autora de "Hiroshima con amor", y se declara a sí misma como una feminista. Su trato es directo, jovial. Va al fondo de los asuntos y llama a las cosas por su nombre sin preocuparse por pulir las frases, como estilan los políticos, para obtener efectos retóricos.

Durante el transcurso de la entrevista, que se prolongó durante dos horas en la residencia oficial del Palacio de San Bento, la Primer Ministra portuguesa censuró duramente a los países industriales de Europa que, dijo, se han enriquecido después de la Segunda Guerra Mundial con la mano de obra subproletaria y des-

protegida de España, Italia, Yugoslavia, Africa, Medio Oriente y de su propio país, sin considerar que si estos dieciséis millones de trabajadores migratorios pararan, automáticamente se frenaría la producción europea. Hablo ampliamente de la situación económica de Portugal inmerso en los momentos actuales en la euforia preelectoral, dijo confiar en el espíritu democrático de los partidos y rechazó cualquier posibilidad de un golpe de Estado militar propiciado por las fuerzas conservadoras que intentan hacer retroceder al país al status que prevalecía hasta antes del 25 de abril de 1974 en que se produjo la Revolución de Los Claveles y terminó con una dictadura fascista de 45 años.

Al frente de un gobierno de transición que deberá entregar los poderes a quienes obtengan la mayoría electoral en los comicios del 25 de diciembre próximo, María de Lourdes Pintassilgo se muestra preocupada por la situación económica del país—que alcanzó ya 25 por ciento de inflación, donde hay desempleo y una población flotante de 900,000 portugueses que salieron de las ex colonias para reintegrarse a la "madre patria"— y ratifica su afirmación en la Asamblea General de la ONU de la semejanza de Portugal con los países del Tercer Mundo por lo que fue duramente censurada al retornar a Lisboa.

Después de seis gobiernos provisionales a partir de 1974 y cuatro cons-



# Las Potencias Arrastran al Mundo a la Muerte Económica

Sigue de la primera plana

titucionales, llega a integrar un nuevo gobierno ante la sorpresa de la mayoría de los portugueses que ven en ella a una "persignada de izquierda", sin más trayectoria política que haber sido miembro del Consejo de la UNESCO con sede en París.

Sin embargo, pronto comienza a actuar y a mostrar preocupación casi obsesiva por moralizar la política, la ataca el Opus Dei y continúa viviendo en un modesto departamento al otro lado del río Tajo con cuatro compañeras de un grupo de Acción Católica, lo que alimenta rumores y chistes de mal gusto en los corrillos de café de la Avenida de los Restauradores.

Esta es la entrevista:

## DESARROLLO DE LA ENTREVISTA

Pregunta: En términos generales, ¿cómo ve usted la economía del país?

Respuesta: Tengo que considerarla en relación con los años que hemos vivido después de la revolución. Puedo decir que en este momento la situación económica es mejor que hace dos años. Por ejemplo, en términos de balanza de pagos.

El poder de compra de los portugueses es bajo. Claro que cuando le hablo en esta forma, estoy planteando los dos parámetros que para mí son importantes en términos económicos. En esto le contestaría que es una situación bastante mejor que hace tres años, que se ha desarrollado más la responsabilidad de la iniciativa privada que en un determinado momento de nuestro proceso revolucionario ha tenido temores que sería sofocada por las nacionalizaciones y que las pequeñas empresas han sufrido necesariamente las consecuencias del establecimiento de condiciones sociales más dignas para los obreros.

P.—Usted me hablaba hace un momento de la balanza de pagos y quisiera preguntarle acerca de los créditos del exterior a Portugal y su deuda, porque al parecer hasta hace poco las instituciones internacionales se negaban a otorgar empréstitos a Portugal, debido a la nacionalización de su banca.

R.—El problema no es esto. No ha sido la nacionalización de la banca un obstáculo a las inversiones y créditos externos. Estos vienen en su gran parte de los países del mundo occiden-

tal. El desarrollo de las diferentes fuerzas políticas y la clara mayoría de izquierda en el Parlamento, el Partido Socialista con la mayoría relativa y también el Partido Comunista ha dado a diferentes países, y sobre todo al sector de la banca de países occidentales, la convicción de que nosotros no acogeríamos en forma positiva los créditos externos, pero esto no corresponde a la realidad, en tanto que lo que se ha hecho ha sido una reglamentación de inversiones extranjeras, y la deuda externa se ha realizado por medio de diferentes países, particularmente de Estados Unidos, y

la República Federal de Alemania, entre otros, y también de las instituciones internacionales de carácter más universal y regional, como la Comunidad Económica Europea, el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional.

Yo no pienso que la banca nacionalizada sea un obstáculo para los empréstitos del exterior. Es un obstáculo la forma como nosotros hemos nacionalizado la banca, que no ha sido suficientemente lógica. Voy a explicar por qué: Hemos nacionalizado, pero hemos mantenido todas las estructuras de la banca privada como estaba antes. Esto sig-

nifica, en consecuencia, que no hemos hecho la racionalización total de los recursos del sistema bancario. Y un ejemplo concreto, práctico, es el hecho de que estando la banca nacionalizada, usted llegue a un pequeño pueblo y se encuentre con tres bancos diferentes, con nombres diferentes. Son tres bancos que se han sostenido con todo su aparato, triplicando personal y esfuerzos de pago de instalaciones, papelería, etcétera. Lo cual resulta una operación poco rentable.

## REDUCCION DE LA DEUDA EXTERNA

La deuda externa se en-

# Las Potencias Arrastran al Mundo a la Muerte Económica

Sigue de la página ocho

se encuentra reducida en este momento en una forma sustancial, que nos permite trabajar de tal manera que podríamos decir segura. Esto será así hasta fin de este año, pero para fines del año 1980 se presenta una ocasión muy propicia para hacer algunos cambios de estructuras en términos económicos. Esto quiero acentuarlo: que cuando me ha preguntado sobre la economía del país, es muy importante que usted tenga en cuenta que las fuerzas políticas existen en el país. Nuestra economía se encuentra nacionalizada en sectores muy importantes, como la banca, algunos sectores de la industria básica, los grandes servicios ferroviarios, eléctricos y

otros. Pero en esta evolución no hemos logrado en los gobiernos precedentes hacer un plan de desarrollo global para el país, lo que nos conduce a una situación paradójica. Hasta la revolución habíamos nosotros tenido cuatro planes de desarrollo en una economía que se decía liberal. Después de la revolución, poseyendo nosotros una Constitución en la que el plan de desarrollo es fundamental, estamos trabajando sin plan, sin estructuras que deberían, siendo nacionalizadas, ser conducidas por una política integral, y como no existe un plan, esto no se puede hacer.

Si entramos en la resolución coyuntural del problema, que sea en términos de

los empréstitos externos, de las inversiones extranjeras, que sea también en términos de la política industrial de producción, lo que debemos producir y para qué. Esta es una pregunta que no podemos contestarla hasta ahora. Porque estamos flotando sin los apoyos estructurales necesarios. Usted me preguntará entonces ¿cómo es que siendo Jefe del Gobierno no puede hacerlo? pero no puedo porque esto es un gobierno de transición, y lo máximo que puedo hacer en esto, y lo que estoy haciendo con mis colaboradores es preparar las estructuras para un plan de desarrollo integral de tal forma que el próximo gobierno, después de las elecciones, pueda rápidamente elaborarlo. Esto considero que es el aspecto más importante.

P.—Cualquier gobierno que venga, en las próximas elecciones, de cualquier tendencia, podría no estar muy de acuerdo con este proyecto inicial suyo de dejar sentadas las estructuras. Entonces, su trabajo sería inútil en un momento dado se le echaban abajo.

R.—Eso es verdad, pero yo creo en la continuidad gubernamental del país, independientemente del cambio de los gobernantes y de la orientación misma de sus plataformas políticas, porque pienso que más importante que las tendencias ideológicas, y las diferencias políticas es la salvaguarda de todo lo que es esencial para el pueblo portugués. Lo que es un hecho es que en estos momentos estoy trabajando para el futuro del pueblo portugués. Claro que al cambiar el gobierno esto pudiera transformarse, pero siento que sería altamente irresponsable que todo el trabajo que se está preparando fuera desperdiciado.





Sigue de la página nueve

P. —¿No podrían dejar varias alternativas previendo la ideología del gobierno que pueda llegar?

R. —Mire usted una cosa: primero, lo que estamos preparando son estructuras de funcionamiento, donde se puede despejar una tendencia de la otra: estructuras de producción, de coordinación horizontal entre los diferentes sectores, de participación activa de la población en el procedimiento y construcción del plan. Por-

que hasta ahora el plan ha sido hecho prácticamente sólo en el trabajo del gabinete, con colaboración de comisiones regionales, pero también de técnicos. Muy poco con la colaboración real de la población.

Otra cosa que puedo decir en cuanto a diferencia ideológica de que usted está hablando, es que estamos en una época en que la economía no es más que un arma que se puede utilizar de formas diferentes según la ideología. Creo que la economía que nosotros hemos conocido y que han producido las sociedades del hemisferio norte, no importa que sean capitalistas o que sean economías planificadas centralmente, es una economía

que se está muriendo, que está desapareciendo. En esta economía está el corazón de la crisis mundial, en términos prácticos. Es muy difícil aclarar esto, porque es fácil decir que el problema es la energía, la inflación, que es el empleo. Pero lo que está subyacente en todo esto es el concepto mismo de economía, que finalmente está operando en todo el mundo industrializado y claro, lo que pienso, entonces, es que la estructura del plan bien preparada debe intentar entender los mecanismos de la economía, en una forma diferente de la tradicional. Esto no es una cuestión sólo de Portugal. Me puedo colocar desde los dos puntos de vista: de país que está muy cerca de las

naciones en desarrollo aunque no es verdad que están en desarrollo; es el nombre que nos han dado, pero también el punto de vista de inserción en Europa, ya que somos un país europeo. Como país que somos en desarrollo, tenemos necesidad de establecer una economía que tenga como punto de partida nuestras posibilidades reales, nuestras formas de utilizar los recursos naturales, de ser fiel a todas las expresiones de la cultura popular, y de transformar esto, a través de una mediación tecnológica altamente desarrollada, por ejemplo, con la utilización de computadoras. En una u otra forma de producción que sea natural y lógica con nues-

SIGUE EN LA PAGINA DOCE

Sigue de la Página Once

tras raíces. Como sabe usted muy bien, la tendencia en los países en desarrollo, más que algunos sectores, actúan con mentalidad conservadora.

## PAIS NO MUY INDUSTRIALIZADO

Portugal no está muy industrializado, no tiene grandes posibilidades de recursos naturales, pero es necesario invertir y hacer un esfuerzo económico similar al hecho por otros países europeos después de la Se-

gunda Guerra Mundial. Esto es una forma de pensar que he oído de muchos europeos, infelizmente también de compatriotas míos. Considero absurda esta observación extremadamente peligrosa para la economía y la independencia nacional, porque más de treinta años después del término de la segunda Guerra Mundial, todas las cuestiones se plantean diferentemente. Y el sentido de espacio económico, por ejemplo, es diferente. Después de la segunda Guerra Mundial, ¿qué teníamos? Teníamos

pequeños países como Bélgica, los Países Bajos, o más grandes como Francia, Inglaterra, Italia, Alemania que en su esfuerzo de reconstrucción nacional se han encerrado en sus fronteras y han trabajado también. Sabemos lo que han hecho. Hoy no es posible pensar en estos términos. Portugal, con sus diez millones de habitantes, no está interesado en hacer un desarrollo tan cerrado. Esto desde el punto de vista de las políticas comunes con los países en desarrollo.

Pero también, si pensamos ahora en términos de economía de un país que es parte de Europa, lo que puedo decir es que tenemos que pensar en el desarrollo de la economía portuguesa dentro del conjunto del espacio europeo, y esto es un hecho que se impone en términos históricos, es una realidad histórica y no en primer lugar una realidad política. Claro que tenemos nuestro proceso de integración en la Comunidad Económica Europea, pero esta integración es parte de un proceso mucho más amplio, que es la concepción de las naciones europeas dentro del espacio europeo, donde se puede hacer una distribución racional de la producción y de la circulación de los bienes de consumo y de capital. Y creo que es en ese sentido que Portugal está cerca de los países industrializados de Europa, porque es una parte de ese espacio más amplio.

P. —Respecto a la posición de Portugal con el resto de Europa, ¿trata de formar parte del Mercado Común Europeo? ¿Esto en qué beneficiaría al país? ¿Cuáles serían los ángulos

positivos y negativos para el país?

R. Lo de positivo es el planteamiento de desarrollo de que le he hablado a usted. Creo que Portugal, al integrarse al Mercado Común sería conducido a mejorar su producción en términos de decisiones sobre los bienes que va a producir y también en la rentabilidad de su producción, porque se va a hacer competitivo en un mercado mucho más amplio que el actual mercado tradicional que tiene por herencia histórica. Aquí creo que será muy positivo el hecho de que se generen beneficios en términos económicos por la necesaria distribución de intereses en diferentes partes de Europa. Pero creo que más importante que este aspecto es la libre circulación de personas y bienes en el Mercado Común Europeo, que espero pueda ser una realidad de este espacio amplio al que me refería. Entonces, el hecho de que nosotros tenemos ahora más de un millón y medio de emigrantes trabajadores en los otros países del Mercado Común,





es que se encuentran ya como subproletarios. En estas economías estarán necesariamente más protegidos y se encontrarán trabajando allá en pleno derecho, en cuanto el Mercado Común permita, supone, la libre circulación de personas y sería una protección adecuada de estos trabajadores portugueses que necesitan aportar recursos a

su país. Esto me parece un hecho muy importante. Un aspecto negativo, lo puedo decir claramente, es que el Mercado Común no tiene perspectiva social y cultural más allá de lo económica. Me parece que afixia el elemento social y cultural en este dominio de ajustes de economía de productos en el mercado. Pasan por encima de condiciones muy particulares, lo

digo muy sinceramente porque considero que Europa tiene necesariamente que pensar en objetivos a mediano y largo plazo.

¿Qué quiere hacer este Viejo Continente? ¿Un simple mercado? ¿Factor de equilibrio entre oriente y occidente? No, definitivamente no lo creo. Pienso que tiene mayores perspectivas sociales y culturales

SIGUE EN LA PAGINA 32

Sigue de la página doce

y un mayor respeto a su cultura y al individuo como ser humano. Portugal lucha para que su industria textil, por ejemplo, sea realmente competitiva en el mercado europeo.

P. Giscard d'Estaing se ha opuesto a la entrada de Portugal a la CEE porque no quiere verse frente a una oleada de inmigrantes portugueses en busca de trabajo en Francia. ¿Qué opina al respecto?

#### MANO DE OBRA EN OTROS PAISES

R. Vamos a desmitificarlos: Francia tiene más de tres millones de trabajadores extranjeros. Si éstos paran, se detiene la infraestructura económica de ese país. Lo mismo le puedo decir de Suiza y de la República Federal Alemana. Estos países tienen necesidad de esta mano de obra extranjera procedente no sólo de esta parte de Europa, sino de países árabes y africanos. En consecuencia no es un acto de caridad, sino que han fortalecido sus estructuras económicas mediante el uso de una mano de obra desprotegida.

P.—Respecto a la participación de Portugal dentro de la OTAN, ¿hay alguna correlación de fuerzas entre el aspecto meramente económico de los países y el aspecto bélico, armamentista?

R.—Como usted sabe muy bien, no hay coincidencia entre los dos ejes. Los miembros del CEE no son los mismos miembros de la OTAN, entonces esta relación que usted ha hecho yo no la quiero hacer. Porque todo es diferente. La posición de Portugal en la O.T.A.N. es una posición que ha sido constante en nuestra política externa en el orden pragmático. Respetamos las condiciones de la Alianza en que participamos. Esto significa una participación en cierto armamento bélico y una participación de hombres portugueses en las fuerzas de la OTAN. Nuestra constitución es muy clara, cuando plantea que Portugal quiere trabajar para el desarme general y controlado. Entonces, el pragmatismo de la primera posición se complementa con una actitud de país pequeño que piensa por sus métodos propios de colocar en el plano internacional los grandes pro

blemas del desarme. Para nosotros esto es tan importante que lo he dicho claramente en la Asamblea General de las Naciones Unidas, donde he afirmado que en la década de los 80 tenemos que tomar con visión clara de la geopolítica universal, la alternativa: desarrollo o armamentismo. Si continuamos con la carrera armamentista no podemos pensar que la próxima década será de verdadero desarrollo para el mundo. Esto es el equilibrio difícil entre las posiciones que tenemos que adoptar.

P.—Al parecer en la ONU usted se refirió a Portugal como un país del Tercer Mundo y esto le provocó muchos problemas internos. ¿Cómo puede calificarse a un país, al ponerle una etiqueta de país que forma parte de un grupo de subdesarrollados y que al mismo tiempo tiene alta tecnología como en la construcción de barcos o en la técnica metalmeccánica?

R.—Verdad que así calificamos a Portugal y que recibí aquí bastantes críticas. Claro que en el sentido Portugal no pertenece al Tercer Mundo. Esto tengo que decirlo claramente. Es un país muy antiguo, más de 8 siglos de historia. Es un país europeo, no tiene una nacionalidad reciente. No ha sido una potencia dominada como lo han sido civilizaciones antiguas, como la India y otras.

Entonces, no es un país del Tercer Mundo en ese sentido, lo que podemos comprobar por su estructura socioeconómica, por la actitud de su gente en los pueblos y las ciudades, el tipo de comunicación por la relación entre lo individual y lo comunitario. Tiene posiciones y plantea los problemas en una forma que es muy semejante a la forma como los países del Tercer Mundo que han ya vivido una etapa de reflexión sobre sus propios problemas y su situación. En ese sentido hay una afinidad muy grande. Esto no lo niego, por lo contrario, tengo que aceptarlo.

En los foros internacionales hemos coincidido en los problemas y posiciones planteadas con los países del Tercer Mundo y eso significa que tenemos problemas semejantes.

P.—¿Cómo está usted siguiendo el problema del Sahara Oriental?

#### EL PROBLEMA DEL SAHARA

R.—Esto para nosotros es un problema en que no nos sentimos directamente implicados. Claro que para nosotros, todas las maniobras de violencia y de perturbación en el mundo nos preocupan, porque nos consideramos parte del mundo. Y la libertad y la paz en todas partes nos preocupan. Pero en este punto, Portugal no ha querido tomar una posición decisiva y no quería anticipar decisiones. No nos sentimos particularmente, podría decir, responsables. Hay problemas como el del Medio Oriente y África Austral, y si hemos tomado una posición bien clara, porque en términos históricos están muy cerca de nosotros y además somos miembros del Consejo de Seguridad.

P.—Sobre las próximas elecciones. ¿Qué es lo que más le preocupa a usted en lo personal?

R.—Tenemos ahora que la violencia verbal es una forma muy saludable porque da libre curso a nuestros impulsos, una forma de resolver también los conflictos. Estoy hoy mucho más aprensiva y reticente en cuanto a esta interpretación, pienso que hay aquí alguna cosa como el fenómeno de masa crítica de la energía atómica: cuando la violencia verbal adquiere un cierto grado en cantidades e intensidad, yo creo que se puede alcanzar súbitamente una situación diferente, y que la violencia verbal se puede transformar, sin más. Esto es lo que me preocupa en términos personales, como ciudadana de este país. Pero al mismo tiempo estoy naciendo un tipo de gobierno poco ortodoxo, poco tradicional aquí, y es que prácticamente todas las semanas tengo dos días de trabajo que no es en mi oficina ni tampoco en el Consejo de Ministros, sino con tres o cuatro miembros de mi gobierno que estamos trabajando en el interior, hablando con la población, con sus representantes, con los alcaldes, que nos plantean todas las cuestiones. En estas sesiones de trabajo es muy interesante observar que el pueblo portugués está muy abierto, lleno de esperanza y con muchos deseos de que se puedan hacer algunas cosas importantes. Entonces, vemos el otro







### LA CUESTION DE LAS TIERRAS

R.—En lo que se refiere a la cuestión de las tierras, estamos en el cuadro legal portugués que da posibilidad de una postura diferente de la practicada hasta muy recientemente por los diferentes gobiernos. Quiere decir que no podemos pensar en términos de propietarios agrícolas igual a productividades cooperativas

agrícolas de trabajadores campesinos igual a no productividades. Esto no se puede pensar así, pero no se puede pensar a la recíproca tampoco. El problema es más complejo y naturalmente que este gobierno está muy empeñado en encontrar nuevas formas, establecer una racionalización en la aplicación lo que es la reforma agraria. Porque no ha sido una reforma agraria completa. Se ha limitado a una zona y se ha limitado a una redistribución de la tierra.

La reforma agraria de un país es otra cosa, esto todavía no ha sido hecho. Es, primero, la determinación, de que todo el territorio nacional, las prioridades de la producción agrícola y después de la determinación para las diferentes formas de las propiedades de la tierra, de las condiciones más operacionales para su rentabilidad. Esto todavía no ha

sido hecho. Claro que mi gobierno tiene solamente 4 meses de existencia. Ha sido una de las condiciones que hemos planteado como fundamentales, en las que hemos de concentrar nuestras prioridades y nuestro interés como lo estamos haciendo y de promoción muy activa en los campesinos, que forman la mayoría de la población rural y también la mayoría de la tierra cultivable.

En cuanto a la banca nacionalizada, personalmente no creo que esto sea un problema muy grave, por las razones que he dado en el inicio de esta plática. No creo que haya una diferencia muy grande entre la banca nacional y la banca privada en términos de su capacidad de respuesta a las necesidades nacionales. Esto para mí es un problema que lo pongo entre paréntesis está terminado.

La cuestión de los im-

puestos. Creo que cuando dice que es una forma muy tradicional de la economía, es verdad. Lo que estamos intentando hacer, preparando algo para el próximo gobierno, son los fundamentos de una reforma fiscal. Se va a basar necesariamente en las divisiones de la vida del individuo en comportamientos diferentes en que los impuestos se encuentren en una realidad en el ejercicio de su profesión, impuestos prediales, esto es lógico de una economía pasada, entonces pensamos para una reforma fiscal que es necesaria a uno o dos años. En el último Consejo de Ministros decidimos el número único para cada ciudadano en términos de impuestos, tratado de informática, que permitirá en forma racional que los millones que se escapan hoy puedan ser recuperados.

P.—¿Hay peligro de que si la derecha no gana en las urnas pueda utilizar a sus partidarios dentro del ejército para propiciar un golpe de Estado?

R.—No tengo miedo a un golpe de Estado. Me extrañaría mucho que las fuerzas partidarias que van al voto y que se dicen democráticas utilizaran este sistema para llegar al poder. Entonces dejaría de ser una postura democrática. Pero no lo creo. Estoy firmemente convencida que las fuerzas armadas portuguesas no permitirán ser instrumentos en favor de una o de otra tendencia. Estoy segura que los jefes actuales y el consejo de la revolución que está como órgano de soberanía hasta fines de 1980, y el Presidente que es al mismo tiempo Jefe del Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas, no se dejarán instrumentar, sería ilógico. Esto no es solamente un deseo o una profesión de fe, sino que en cinco años de transformaciones las fuerzas armadas no han utilizado su fuerza para orientar en una u otra dirección al poder civil.

lado de la realidad. Quiero ayudar, como Jefe del Ejecutivo de este país y tengo labores que fuera de mi trabajo, durante las semanas próximas, durante la campaña electoral, sea posible contribuir más para que la población en su conjunto participe, no sea negativamente estimulada por el discurso verbal de los partidos, sino que sea motivada a votar masivamente en una forma pacífica y pueda dar expresión a la sociedad sobre la forma en que desea ser gobernada.

P.—¿Qué papel desempeñará, en todos estos procesos electorales, el abstencionismo? ¿Va a beneficiar, si se incrementa, a algunos grupos? ¿En qué medida puede entregar las riendas a un partido surgido de una minoría pulverizada, por los votos de tantos partidos y por tanta gente que no acuda a las urnas?

R.—Yo estoy esperanzada en que el abstencionismo no será muy elevado. Claro que hay desilusiones, pero estoy esperanzada en que haya una mayor participación de los portugueses en esto, pero si el abstencionismo se impone, yo creo que habrá de beneficiar más a los partidos que tradicionalmente llamamos aquí de derecha.

P.—¿Por qué?

R.—Porque es el voto de los disidentes. La izquierda es siempre, se puede decir, independiente de otros conceptos, un paso de cambio, una rama donde se pueden hacer y decir cosas diferentes. La derecha es un sector conservador. Es una forma legítima, claro, de concepción de la economía, de los valores, que están muy ligados a formas tradicionales en las sociedades industrializadas. En nuestro país esto se verifica. Creo entonces que los que no votan serán aquellos que tienen miedo de cambio, de formas diferentes pero que tampoco se encuentran disponibles para votar por quienes se sitúan en un plano conservador, y esto va a beneficiar claramente al bloque conservador.

P.—Dentro de la violencia verbal a que usted se refiere hace un momento, se ha hablado mucho, de que para que Portugal vuelva a formar un incremento en su economía se hace necesario devolver las fincas a sus antiguos propietarios para aumentar la producción agrícola, devolver la banca al sector privado, para dar confiabilidad y dentro de todo esto, que dejen los impuestos para dar mayor juego económico de acuerdo con bases muy tradicionalistas, de la economía clásica.



Elle a gouverné tout un été. Si dimanche, une majorité gouvernera peut-être encore. A sa manière. Com

# PORTUGAL: FEMME, CHRETI



Fundação Cuidar o Futuro

Madame le Premier ministre en tournée dans le nord du pays. Elle visite une usine à Viana do Castelo. Les ouvriers applaudissent.

ENOS ENVOYES  
ECIAUX  
ME SAVARD  
FRANÇOIS  
UTEREAU

**A**u milieu d'une foule d'ouvriers en bleu de travail, qui l'applaudissent frénétiquement une femme s'avance, souriante. Vêtue d'un tailleur gris, elle répond aux vivats en agitant le bras, et serre les mains qui se tendent. Elle s'appelle Maria de Lourdes Pintasilgo : c'est le Premier ministre du Portugal. Nous sommes aux chantiers navals de Viana do Castelo, au nord du pays.

Quelques instants plus tôt, dans une modeste salle de cette

entreprise nationalisée, des cadres, des ouvriers, des employés au coude-à-coude, se pressaient sans protocole autour du chef du gouvernement, devant la maquette du port. Le directeur a fait un bref exposé sur la situation des chantiers. Mme Pintasilgo a lancé : « Et les travailleurs ? ».

« Notre représentant est là ! » ont crié les ouvriers, désignant un délégué élu, vêtu d'un blouson de cuir. L'homme a évoqué les difficultés des salariés, ces dernières années. Il s'est félicité

que la situation soit devenue satisfaisante et a observé que les travailleurs partageaient, en gros, l'analyse de la direction, c'était un militant de l'« Intersindical », la grande centrale ouvrière dominée par les communistes.

Mme Pintasilgo, elle, n'appartient à aucun parti. Le président de la République l'a chargée, en juillet dernier, de constituer un gouvernement pour tenter de sortir de la crise politique provoquée par l'absence de majorité parlementaire. Puis, il a dissous



sort pas des urnes, Maria de Lourdes Pintasilgo elle l'a raconté en exclusivité à « La Vie »



# INE ET PREMIER MINISTRE

l'Assemblée de la République, et convoqué les électeurs pour en élire une nouvelle, le 2 décembre.

Madame le Premier ministre attache une attention particulière aux questions sociales ainsi qu'à l'éducation et à la culture. Ingénieur de formation, elle milite depuis longtemps sur ces deux fronts. Sous la dictature, elle s'était insurgée contre certaines mesures qui pénalisaient les plus défavorisés. Responsable du Graal (1), elle a mis en œuvre et coordonné des projets de développement et d'alphabétisation organisés par ce mouvement de femmes chrétiennes.

## DANS UNE MAISON DE LA BANLIEUE

Après la révolution du 25 avril 1974, cette expérience lui a valu de devenir ministre des Affaires sociales, poste où elle a mis au point le système de sécurité sociale portugais. Depuis 1975, elle était ambassadeur de son pays auprès de l'Unesco, à Paris. Elle a ainsi complété une riche expérience internationale acquise, notamment, comme présidente du Mouvement international des étudiants catholiques Pax Romana, de 1956 à 1958.

Toutes ces responsabilités n'ont rien enlevé au franc-parler, au tempérament chaleureux et même quelque peu exubérant de cette femme de 49 ans. Cinquième femme au monde à accéder aux charges de chef d'un gouvernement, Mme Pintasilgo se rend chaque jour au Palais de São Bento, résidence officielle du Premier ministre portugais, mais elle continue d'habiter une maison de la banlieue de Lisbonne, où elle vit en communauté avec d'autres célibataires du Graal. Elle y retrouve des amies qui partagent son engagement chrétien et qui travaillent à la promotion des femmes et au développement du monde rural.

C'est dans cette maison que Maria de Lourdes Pintasilgo a reçu les envoyés de La Vie, la veille de son voyage dans la province de Viana do Castelo.

Je lui ai demandé quel enseignement elle tire de sa courte expérience du pouvoir.

« Mon engagement de militante chrétienne donne à mon action à la tête du gouvernement une tonalité particulière, a-t-elle répondu. Cela est ressenti par des non-chrétiens, notamment par des agnostiques convaincus, désireux de réaliser un véritable changement social. Nous nous rencontrons, eux et moi, sur les motivations profondes de notre action dans la société. Même si, pour moi, ces motivations sont de l'ordre de la foi, tandis que, pour eux, elles relèvent d'autres conceptions du monde et de l'homme.

« Par rapport à mes compatriotes catholiques, ce qui se passe est plus complexe. Assumant les fonctions de Premier ministre, alors que mon engagement chrétien est public, j'introduis dans la vie du catholicisme portugais un élément de perturbation. En effet, certains ont du mal à accepter un catholicisme qui se veut engagé dans le changement social, qui prône les droits des plus défavorisés et qui ne s'excuse pas d'assumer le pouvoir.

## VRAIE, PARCE QUE CHRETIENNE

« D'autre part, je crois profondément que la vérité vécue comme chemin du christianisme ne peut être étrangère au discours et à la pratique politique. C'est à cause de cette conviction que je deviens, pour certains, extrêmement gênante.

— De quelle façon ?

« A cause de ma foi, je crois devoir aborder chaque problème qui se présente avec un souci de vérité. Parce que je suis chrétienne, je n'ai pas le droit de recourir à des subterfuges ou à de faux-semblants.

« Or on a l'habitude d'entourer l'exercice des responsabilités politiques de tout un rituel qui les sacralise, qui coupe les dirigeants de la réalité et qui tend à devenir la seule source de leur pouvoir. Mon souci

d'agir en vérité exclut ce rituel et, finalement, dérange ».

Est-ce à cause de cela que Mme Pintasilgo est probablement le Premier ministre portugais le plus attaqué de tous ceux qui se sont succédé depuis la révolution d'avril 1974 ?

« Désacralisé, le pouvoir devient très vulnérable, dit-elle encore. Surtout dans le cas de mon gouvernement mis en place pour une durée très limitée : quatre mois. Je fais l'expérience de cette vulnérabilité, de cette fragilité du pouvoir — et je ne m'en cache pas. Et, je

constate que les pauvres — et aussi beaucoup d'intellectuels — en ont aussi conscience. Cela me permet de rencontrer une grande compréhension parmi les gens simples et profonds.

« Il y a quelques semaines, dans un village de pêcheurs, une femme m'a dit : « J'ai dix enfants. Mon mari gagne 6 000 escudos par mois (environ 510 F). C'est très dur... ». Puis, elle s'est brusquement interrompue et a ajouté : « Mais vous devez avoir une foule d'autres problèmes à résoudre.



Maria de Lourdes Pintasilgo, 49 ans. Solidement axée sur l'Évangile.



## PORTUGAL

« J'aurais pas dû vous parler d'ancien ». Le peuple sent bien le pouvoir est très limité ». C'est d'abord pour rencontrer des gens simples et profonds ». Mme Pintasilgo a fait de ses années en province une véritable méthode de gouvernement. Entourée d'un petit nombre de collaborateurs, elle parle à la fois le plus de gens possible : responsables locaux, hommes d'affaires, femmes de la rue. Pas de bureaux métalliques, pas d'appareil policier. « C'est la première fois qu'on voit un Premier ministre sans policier », criait une femme à côté de moi, tandis qu'elle visitait une Maison de la culture.

### LA SAGESSE DU PEUPLE

Dans la foule, il y a moins de timidité que de spontanéité. Et moins de timidité. On appelle par son nom le Premier ministre par son nom, comme il est d'usage en Portugal pour les femmes. Un vieux mutilé l'arrête pour lui parler de l'insuffisance de sa pension. Une femme évoque avec vivacité les dures conditions de vie des familles de pêcheurs. « Elle a raison », crient celles qui l'entourent. Inlassamment, elle écoute, répond brièvement.

« Je ne veux pas me laisser dépasser du peuple, m'a déclaré Maria de Lourdes Pintasilgo. Ma mission de gouverner se réalise à travers les instruments, les médiations des institutions de la démocratie : le gouvernement, les lois, les décrets, etc. Mais il existe d'autres types de médiation. J'ai pris l'engagement que mon action gouvernementale serait fondée sur des contacts directs avec le peuple, pour qu'il puisse exprimer ses besoins, et aussi avec les pouvoirs locaux, un autre instrument de la démocratie, trop souvent négligé ».

Ainsi une matinée de voyage dans le nord a été consacrée à une réunion de travail avec tous les maires de la province qui ont abordé toutes les questions qu'ils voulaient, débordant très rapidement le temps prévu.

« Habituellement, le peuple ne demande pas des choses absurdes, commente Mme Pintasilgo. Le plus souvent, il va à l'essentiel. Et surtout, il propose des solutions. Le gouvernement doit écouter ceux qui vivent les problèmes.

« Pour un responsable gouvernemental chrétien, il me semble que cela va de soi. Être chrétien, c'est vivre en membre d'un peuple. L'Eglise est le peuple de Dieu où chacun a sa place, par-delà les différences de race, de classe, de culture, etc. Un responsable politique catholique ne prend pas de bain de foule. Il appartient à la foule. Bien sûr, depuis que je suis Premier ministre, j'ai le sentiment d'être mise un peu à l'écart de cette foule, d'être plus regardée. Mais je ne cesse pas pour autant de lui appartenir.

— Votre vision du monde, des êtres et des choses a-t-elle été modifiée par l'exercice du pouvoir ?

que jour, un monde où le salut n'est pas encore intervenu et qui a besoin d'être sauvé de l'intérieur.

— Existe-t-il une contradiction fondamentale entre le pouvoir, avec ses contraintes, et les valeurs évangéliques ?

— Je ne vois absolument pas de contradiction entre l'exercice de responsabilités politiques et les exigences de l'Évangile.

« Au cœur de l'Évangile, on trouve l'appel à tout quitter pour suivre le Christ ; on trouve l'annonce de la Bonne Nouvelle aux pauvres ; on trouve les Béatitudes ; on trouve la Croix. Et l'on constate que c'est parmi les siens que le Christ n'a pas été reconnu.

de Paredes de Coura, j'ai vu le visage de Mme Pintasilgo se figer lorsqu'une infirmière l'a entraînée dans une salle où des malades reposaient entre des murs sales, noircis par la moisissure. Impuissante devant la situation dramatique, elle écoutait les plaintes et les revendications du personnel, puis discutait avec les infirmières et un jeune médecin. Compte tenu qu'un nouvel hôpital ne verra pas le jour avant plusieurs années, et compte tenu de la pauvreté du pays, faut-il entreprendre, dès maintenant, des travaux dans l'ancien établissement ? Débat sérieux et digne entre gens responsables qui s'écoutaient, se respectaient, se faisaient confiance.



Cinq ans après, toujours des celliers sur les trottoirs de Lisbonne.

— Non. Je rencontre des situations classiques, habituelles. Mais, comme il faut les analyser avant de prendre des décisions, chacune de ces situations apparaît comme un cas mis à nu. Un peu comme dans les films de Bergman : on y trouve des situations tout à fait classiques de la condition humaine, mais l'art du cinéaste nous en fait tout à coup ressentir intensément l'épaisseur, la densité. Les relations interpersonnelles comme les rapports de force dans la société, m'apparaissent, maintenant, dans toute leur nudité. Et ils éveillent en moi un désir de conversion.

« Oui, c'est un monde à convertir que je rencontre cha-

« L'exercice du pouvoir est vraiment traversé par la Croix. Je ne veux surtout pas escamoter cette dimension. Chaque jour, on doit prendre des décisions qui sont d'inévitables compromis, choisir des solutions qui ne sont pas idéales mais apparaissent comme les seules possibles dans des circonstances données. On est, à chaque fois, affronté à une mort à soi-même, à une mort de ses désirs pour les autres et — pourquoi ne pas l'admettre ? — pour soi-même. Pourtant, cette mort est toujours imprégnée d'une volonté d'aller quand même de l'avant, d'espérance... ».

En visitant l'hôpital du bourg

Tout cela paraît bien loin des Béatitudes. Ce n'est pas l'avis de Maria de Lourdes :

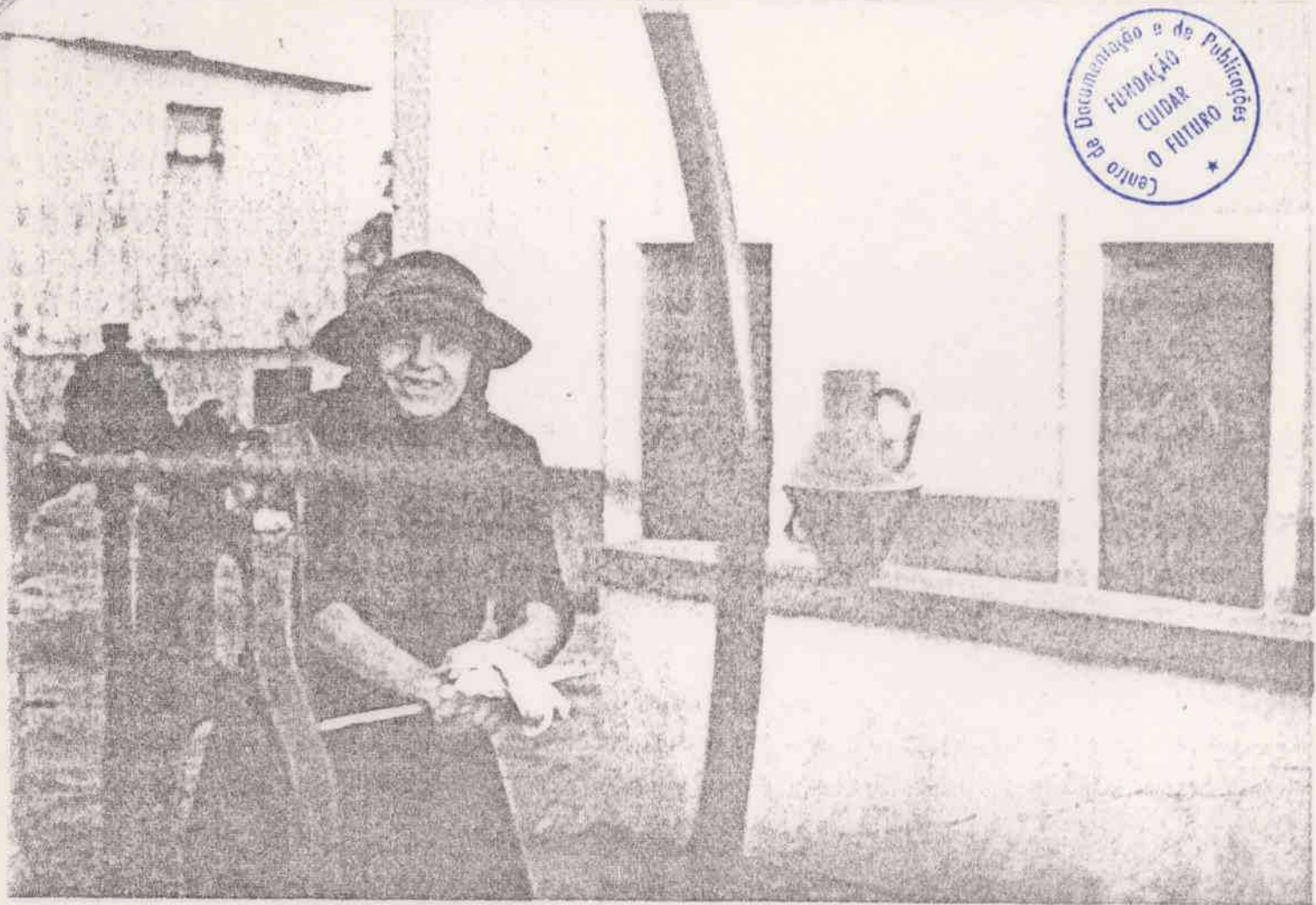
— On projette trop souvent les Béatitudes dans un lointain Royaume de Dieu. C'est dans le présent qu'on peut les vivre. Y compris dans l'exercice du pouvoir politique. Quand je lutte pour plus de justice et que je subis — même si ce n'est que verbalement — la persécution, j'ai bien le sentiment que le Royaume est déjà là.

— Vous êtes-vous heurtée à des contradictions entre les nécessités du service de l'État et les préceptes de la morale évangélique ?

— Non, je n'ai pas connu de







Halte au village, près d'un puits. Femme et paysanne : doublement exploitée.

situation où j'aurais dû passer outre à des exigences morales. Il faut démystifier cette idée selon laquelle un responsable politique ne pourrait assumer ses fonctions en respectant les règles morales qui s'imposent aux autres hommes. L'exercice du pouvoir politique n'est pas fondamentalement différent de celui d'autres tâches dans la société. Il n'est pas plus facile

## Fundação Cuidar o Futuro

pour un responsable de gouvernement chrétien que pour n'importe quel autre chrétien d'obéir aux exigences évangéliques. Mais ce n'est ni plus difficile, ni plus dangereux ».

Pendant les deux jours où nous l'avons suivie sur les routes du nord, Mme Pintasilgo a rencontré beaucoup de femmes. Combien de petites vieilles, enveloppées dans leurs voiles

noirs, ont voulu l'embrasser comme si elle était le symbole d'une revanche, d'un espoir, pour les femmes plus jeunes.

### LA FORCE DES FEMMES

Le cas personnel de Maria de Lourdes est-il significatif de l'évolution du rôle de la femme dans la société portugaise ?

— Oui, j'ai tendance à le penser, m'a-t-elle répondu. Au Portugal, les femmes de milieux populaires, ouvriers ou paysans, sont encore victimes de beaucoup de contraintes et de limitations dans la pratique d'une société qui est fondée sur le pouvoir mâle. En revanche, dès que les femmes atteignent un certain niveau scolaire, leur accès à des postes de responsabilité se fait de manière assez étonnante si l'on compare à d'autres pays européens. Il y a une grande proportion de femmes ingénieurs. La moitié des étudiants en médecine sont des jeunes filles.

« Je constate que mon passage à la direction du gouvernement aide les autres femmes, par référence, à s'exprimer et à sentir qu'elles ont droit de cité et peuvent prendre leur avenir en main ».

Cependant dans une coopérative agricole de l'Alentejo, un jeune militant de gauche m'a dit : « La femme portugaise ne s'intéresse pas à la politique. Elle adopte les idées de son mari ». J'ai cité l'anecdote à Mme Pintasilgo.

« Il est significatif que ce jeune homme vous ait dit cela à propos de femmes doublement exploitées : comme paysannes et comme femmes. Après la révolution, on a vu des femmes liées à des militants de gauche, empêchées par ceux-ci — mari, père, frère — de poursuivre leur action militante. Cela traduit un chauvinisme mâle qui existe aussi — mais de manière moins efficace — dans les milieux dits cultivés, plus particulièrement, dans les milieux de droite.

« Tout projet dit « de gauche » qui n'inclut pas une volonté de libération de la femme est un projet mutilé, amputé d'une dimension fondamentale. Il y a soixante ans, la volonté collective des travailleurs de changer leur condition a constitué une nouvelle force sociale ; de même aujourd'hui, l'intervention, dans la vie publique des femmes, c'est-à-dire de la moitié de l'humanité, peut



« Affiche » du parti communiste. Des artistes ont réalisé ces fresques.



# PORTUGAL

SUITE DE LA PAGE 28

représenter une force de transformation essentielle.

Mme Pintasilgo suscite l'irritation des milieux conservateurs, compris dans l'Eglise. « Délivrez-nous des forces du mal qui nous gouvernent » a dit un prêtre au cours d'une messe à laquelle Maria de Lourdes assistait incognito. Qu'en pense-t-elle ?

— En tant que chrétienne, je suis naturellement gênée par certaines affirmations de quelques prêtres, parfois de quelques évêques, qui utilisent une théologie à mes yeux dépassée. Mais collégialement, la Conférence épiscopale portugaise a adopté une attitude

« Le marxisme ne m'apparaît plus comme une doctrine à prendre ou à rejeter en bloc, mais comme une étape de l'humanité dans sa recherche d'une meilleure compréhension des problèmes sociaux, de la réalité économique et du mouvement de l'histoire.

Il faudrait avoir à l'égard du marxisme, comme à l'égard d'autres idéologies, une attitude lucide et critique. La pensée chrétienne ne peut pas passer à côté du mouvement des idées dans l'histoire. Et le marxisme est une des expressions de ce mouvement ».

Je n'ai pas parlé avec Mme Pintasilgo des graves problèmes actuels du Portugal. Mais j'ai voulu savoir comment elle voit l'avenir de son pays.

— Dans la décennie qui vient, nous devons surtout surmonter la mentalité que j'appellerai

Pour vivre comment ? Dans quelle société ?

« On veut éliminer le chômage ? Sans doute. Dans le contexte actuel, c'est un fléau. Mais comment doit-on concevoir le travail ? Est-ce l'homme qui est fait pour le travail ou le travail qui est fait pour l'homme ?

« C'est au niveau des buts qu'il faut repenser la société. Qu'est-ce qui peut nous permettre de nous retrouver les uns les autres pour une vie harmonieuse ? Est-ce seulement la quantité de biens matériels accumulés ? Il ne faut pas élaborer une nouvelle théorie, mais inventer une nouvelle manière de vivre ensemble. Dans ce but, il faut écouter ce que disent les masses, regarder ce que cherche le peuple.

« D'autre part, le Portugal doit redéfinir son identité culturelle.

dans la Communauté économique européenne constituera une étape décisive de son histoire ?

— Cette adhésion est indispensable pour la vie portugaise et aussi, je crois, pour l'Europe. Mais l'Europe à laquelle on rêvait dans les années 50 allait bien au-delà de l'échange économique et de la suppression des barrières douanières. Il existe une idée de l'Europe comme brassage des cultures, circulation des personnes et des idées, à laquelle il ne faut pas renoncer. Peut-être qu'en suite on arrivera à une expression politique de l'unité européenne. Mais il faut commencer par l'échange et le dialogue culturel.

## LES HORIZONS DE L'EUROPE

« Depuis vingt ans, la C.E.E. s'est trop souvent réduite aux débats sur l'économie. L'Europe manque d'une stratégie. Non pas pour conquérir le monde, mais comme volonté commune à l'égard du reste du monde. La recherche collective d'un horizon qui nous serait commun me paraît faire défaut. Les échanges intellectuels, la présence d'émigrés — un million de Portugais en France — les visites des touristes pendant les vacances, en favorisant le brassage culturel, peuvent aider à cette recherche.

« C'est un continent tout entier qui est en jeu. C'est le bond en avant de la civilisation qui a façonné nos pays. C'est un nouveau rapport entre l'Europe et les autres continents. C'est — je l'espère — l'annonce d'une solidarité nouvelle ».

Ainsi s'exprime celle qui gouverne le Portugal jusqu'au scrutin de dimanche prochain. Ensuite ? Si l'alliance de droite ne gagne pas ces élections, l'Assemblée risque de ressembler à la précédente. Et l'impasse politique de persister. Maria de Lourdes Pintasilgo pourrait alors rester au pouvoir au moins jusqu'en juin prochain, où auront obligatoirement lieu d'autres élections prévues par la Constitution.

Dans ce cas, elle disposerait de plus de temps pour traduire ses idées en actes, et engager des réformes. Et peut-être y aurait-il de nouveau un bel avril au Portugal ?

Aimé SAVARD

(1) — Mouvement catholique international, le Graal réunit des femmes, mariées et célibataires. Tout en restant laïques, une partie de ces dernières vivent en communauté.



Des paroles aux actes. « Ecouter ce que disent les masses, regarder ce que cherche le peuple ».

idée sur le respect du pluralisme politique des baptisés.

« Néanmoins, je regrette que certaines philosophies ou théories économiques soient encore considérées par des catholiques, y compris des pasteurs, comme des idéologies globales immuables, et non pas dans les termes historiques qu'elles ont pris au cours de ces dernières années.

— Vous pensez au marxisme ?

— Oui, notamment. Le marxisme, comme la psychanalyse de Freud, sont — au même titre que la théorie de la relativité d'Einstein — des acquis de la fin de notre siècle.

« techniciste » ou « économiciste », m'a-t-elle répondu. C'est-à-dire l'idée, très généralisée ici, que le progrès résulte de l'accroissement quotidien et de l'accumulation des acquis techniques. Conception basée sur l'idée que la technique est politiquement neutre.

## REPENSER LES BUTS DE LA SOCIÉTÉ

« On continue de miser sur une croissance économique comme celle que l'Europe a connue depuis trente ans. On veut combattre l'inflation, mais pour quoi faire ? Que veut-on produire ? Dans quel espace ?

Un pays qui a vécu cinq siècles avec un empire et qui se voit réduit à n'être plus qu'un petit Etat au bout de l'Europe, est obligé de redéfinir son identité. Qui sommes-nous ? Que voulons-nous être ?

« Il faut chercher la réponse à ces questions en puisant aux sources, c'est-à-dire en écoutant le peuple dans ses profondeurs, et les artistes et les penseurs dans leurs intuitions. Et en cherchant quel est notre avenir commun. Cette quête d'identité est, aujourd'hui, le fait de bien d'autres peuples notamment de tous les peuples européens.

— Croyez-vous que la prochaine entrée du Portugal



"Diário dos Açores"

13/9/79

# Os valores açorianos estão tão enraizados e há um laço tão grande com Portugal que qualquer perigo separatista parece-nos afastado num futuro próximo

— declarou Maria de Lurdes Pintasilgo

Numa extensa entrevista concedida a Palmeira Bicho da Musgrava e transmitida esta tarde pelo Clube Asas do Atlântico, a primeiro-ministro referiu-se detalhadamente sobre os primeiros dias do seu governo e de um modo particular sobre as relações entre Governos Regionais e da República, bem como outras questões relacionadas com a vida dos arquipélagos.

Quanto ao incidente verificado com a anunciada deslocação aos Açores do congressista americano Edward Beard, Maria de Lurdes Pintasilgo afirmou ter existido uma certa imprudência do congressista que aliás não teve como objectivo qualquer ofensa a Portugal e que foi corrigido a seu tempo, sem ser necessária uma intervenção declarada das autoridades portuguesas.

Mais adiante afirmou que vistos de longe, os Açores situam-se numa zona particularmente interessante do mundo, virados como estão para dois universos diferentes, e no entanto complementares.

Compreendendo o interesse dos açorianos pelos Estados Unidos e pelo Canadá a que estão ligados por laços familiares, Lurdes Pintasilgo declarou também que essa situação dos Açores significa certa tensão que não ignora nem os membros do seu governo.

No entanto não dramatiza pois que sente que os valores culturais açorianos estão tão enraizados e a existência de um laço com Portugal tão grande que qualquer perigo separatista parece afastado num futuro próximo.

Quanto à existência de forças separatistas, FIAMA e FLA, nos dois arquipélagos, a pri-

meiro-ministro afirmou que a organização de forças internas nas regiões autónomas têm uma responsabilização dos governos regionais. Juízo que mais do que o governo central, os governos regionais estão em condições de medir o valor e o impacto da importância da existência de forças que, eventualmente, tenham sinais opostos. De um ponto de vista, meramente jurídico, parece-me dificilmente conciliável com o respeito integral pela Constituição a existência de grupos que em qualquer parte do país neguem a própria unidade do país.

Mais adiante o primeiro-ministro deu a entender que como razão para o aparcimento de forças separatistas estão as carências que os habitantes dos arquipélagos sentem, carências que por vezes não têm merecido o cuidado por parte do governo central numa resolução eficaz.

Maria de Lurdes confirmou ao mesmo tempo o seu optimismo no que respeita à consolidação da autonomia, classificando de positivos os trabalhos que teve na reunião com Mota Amaral.



Fundação Cuidar o Futuro



# «A ORGANIZAÇÃO DE FORÇAS INTERNAS

(Conclusão da 1ª página)

pôr em prática (não poderá ser agora, durante o meu governo, porque é indispensável o funcionamento da As-

sembleia da Republica) mas penso que será um dos aspectos mais importantes ainda a pôr de pé até 1980».

## «Tenho o maior interesse em contactar os Açorianos radicados nos Estados Unidos»

—O primeiro-ministro de Portugal vai falar na ONU no próximo dia 1. Pensa, aquando dessa sua deslocação aos Estados Unidos, ter contactos com as comunidades açorianas naquele país?

—Tenho o maior interesse. Os Estados Unidos são enormes e, como sabe melhor do que eu, as grandes colónias situam-se nas duas costas. Não será ainda desta vez que terei contacto com a costa ocidental, portanto, a zona toda da Califórnia, mas espero tê-la com os Estados Unidos limítrofes de Nova Iorque, em particular com o Estado de Massachussets, com que mantenho relações parti-

cularmente amigáveis, justamente com o representante na Câmara dos Representantes, que é também uma senhora, e que tem uma grande preocupação pela população açoriana do seu Estado.

Não sei ainda — isso depende agora do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do nosso cônsul em Nova Iorque — das condições que terei para um encontro eventualmente como açorianos representantes de Estados mais próximos ou no Estado de Massachussets. Mas é óbvio que esse será um dos pontos altos do programa de estadia em Nova Iorque, embora muito curto, claro.

## «Qualquer perigo separatista parece-nos afastado num futuro próximo»

—Já no seu Governo, houve uma intervenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros a obstar uma deslocação aos Açores dum congressista americano. O que é que houve, de facto, à volta deste problema?

—Houve, julgo eu, uma certa imprudência da parte do senador, que, aliás, não tem como objectivo qualquer ofensa a Portugal.

Como sabe, os americanos, sempre que alguma coisa está fervendo em qualquer ponto do mundo, têm uma atitude imediata de tentar ir e ver.

Julgo que, neste caso, tratava-se de uma preocupação idêntica (não vou tirar outras conclusões), mas naturalmente que para o Governo português, para o Governo central, e o Governo dos Estados Unidos está perfeitamente consciente desta questão) há um certo número de limites ao contacto, não só nas regiões autónomas como também aqui, no continente, dos representantes dos órgãos do legislativo ou do executivo de qualquer país relativamente a problemas internos.

O que se passou tinha um certo número de laivos de ingerência nos assuntos internos portugueses que não nos parecia muito oportuno.

De resto, repare que nem sequer foi precisa uma intervenção clara do Governo Português, na medida em que, mesmo dentro dos Estados Unidos,

houve um movimento — digamos — de autocorreção do processo. Até agora, as autoridades americanas têm manifestado sempre a maior compreensão. Visto de longe, é evidente que os Açores situam-se numa zona particularmente interessante do mundo, virados como estão para dois universos diferentes e, no entanto, complementares.

É claro que é muito natural que exista, mesmo ao nível cultural, perante o povo dos Açores, um interesse grande pelos Estados Unidos. Há laços enormes entre as famílias açorianas e famílias já radicadas...

De resto, a população dos Açores é mais numerosa nos Estados Unidos e no Canadá do que propriamente nos Açores.

— Exacto. Mas o que eu acho muito interessante é manterem justamente essa característica de população açoriana, mesmo quando já radicados nos Estados Unidos e no Canadá.

Evidentemente que essa situação entre estes dois mundos significa uma certa tensão entre duas forças. Julgo que não é de ignorar esse problema. Eu não ignoro e penso que os meus colegas do Governo Central também não ignoram. Mas tão pouco o dramatizamos, porque sentimos que os valores culturais açorianos estão tão enraizados, há um laço tão grande

com Portugal que qualquer perigo separatista nos parece afastado, assim, num futuro próximo.

Por outro lado, conhecendo a política dos Estados Unidos, a política do seu governo, que nem sempre coincide com a política do Congresso (é que convém fazer uma distinção, e muito menos com a dos senadores, tomados

individualmente) a política americana tão pouco, neste momento, a de interferir na soberania dum Estado com quem lhe interessa manter relações pacíficas e perfeitas.

Eu julgo que foi este tipo de questões que estiveram em causa no incidente que acaba de referir. E não foi mais do que isso.

## «Penso analisar todos os problemas que dizem respeito às Regiões Autónomas»

—Como primeiro-ministro de Portugal, como vê a existência dos dois movimentos nacionalistas — A FLAMA, na Madeira, e a FLA, nos Açores?

—Bom, repare que a organização de forças internas nas regiões autónomas têm, sobretudo, uma aprovação ou responsabilização do governos regionais.

Julgo que, mais do que o Governo Central, os Governos Regionais estão em condições de medir o valor, o impacto, a importância da existência de forças que eventualmente tenham sinais opostos.

Dum ponto de vista meramente jurídico, dir-lhe-ia que me parece facilmente conciliável, com o respeito integral pela Constituição, a existência de grupos, em qualquer parte do país, que neguem a própria unidade do país, enquanto tal.

Por outro lado, posso reconhecer que, em determinados momentos, haverá forças que se exprimem, ou por influência alheia ou também por carências, que muitas têm havido, de preocupação do Governo Central em relação às ilhas dos Açores e da Madeira, e que essas forças precisem dum certa expressão para que os governos centrais exerçam a sua responsabilidade dum forma mais séria e mais continua. Não digo que não tenha sido séria, mas mais continua.

Recordo-me, quando pela primeira vez, fiz parte de um governo, em 1974, sabia de algumas ilhas que não tinham sequer acesso a cuidados médicos no arquipélago dos Açores, e recordo-me da dificuldade que então encontramos, na tentativa de descobrir médicos que aparecessem como voluntários, para prestar serviço nas

## «Aprenderia muito para toda a vida nacional num contacto com os Açores»

—Não pensa um dia visitar os Açores em visita oficial?

ilhas.

Ora, aqui está uma responsabilidade do Governo Central que me parece decisiva, e sem a qual se justificam depois o aparecimento de outras forças.

Mas, devo dizer que a situação concreta dos dois movimentos que referiu ainda não foi suficientemente analisada, nem pelo Governo Central, nem por mim em ligação com os Governos Regionais. Portanto, seria prematuro dizer mais.

—Pensa no futuro, numa próxima oportunidade, vir a analisar a situação desses dois movimentos, em contactos com os Governos dos Açores e da Madeira?

—Eu penso vir a analisar, com mais cuidado, todos os problemas que dizem respeito às regiões autónomas, e não apenas no aspecto defensivo, no sentido de manter a integridade nacional. Não só por isso. Isso, sem dúvida, é um imperativo, que cabe a qualquer chefe de governo e que toda a gente compreende; mas porque considero, por um lado, que o povo dos Açores tem que encontrar, no Governo Central, um apoio e uma valorização dos seus recursos e das suas qualidades muito maior do que encontrou até agora; por outro lado, porque penso que a evolução da autonomia nos Açores e na Madeira podem ter uma grande influência na criação de regiões dentro do continente. Portanto, nesse sentido, quero levar, tanto quanto puder, o exame desta experiência, até ao fim das minhas próprias possibilidades de análise que o tempo me permitir e também do contacto com os Governos Regionais.

—Só lhe posso dizer que gostava imenso e que é uma das minhas



# FORÇAS INTERNAS

que qualquer perigo parece afastado, a curto prazo.

Conhecendo a política dos Estados Unidos, a política do que nem sempre coincide do Congresso (é que uma distinção, e muito dos senadores, tomados

individualmente) a política americana não parece, neste momento, a de interferir na soberania dum Estado com quem lhe interessa manter relações pacíficas e perfeitas.

Eu julgo que foi este tipo de questões que estiveram em causa no incidente que acaba de referir. E não foi mais do que isso.

## Analisar todos os problemas que dizem respeito às Regiões Autónomas

Primeiro-ministro de Portugal sobre a existência dos dois movimentos nacionalistas — A FLA e a FLA, nos Açores.

parece que a organização das regiões autónomas, uma aprovação da organização dos governos re-

mais do que o Governo Regional estão de medir o valor, a importância da existência eventual, tenham

de vista meramente a que me parece difícil, com o respeito Constituição, a existência, em qualquer parte do que a própria unidade tanto tal.

lado, posso reconhecer momentos, há se exprimem, ou por heia ou também por muitas têm havido, de do Governo Central em ilhas dos Açores e da que essas forças precisem expressão para que os ntrais exerçam a sua res- de uma forma mais séria inua. Não digo que não éria, mas mais continua. ne, quando pela primeira de um governo, em de algumas ilhas que não ter acesso a cuidados me- quipêlago dos Açores, e da dificuldade que então s, na tentativa de desco- s que aparescessem como para prestar serviço nas

nderia muito para o com os Açores

a um dia visitar os Açores

ilhas.

Ora, aqui está uma responsabilidade do Governo Central que me parece decisiva, e sem a qual se justificam depois o aparecimento de outras forças.

Mas, devo dizer que a situação concreta dos dois movimentos que referiu ainda não foi suficientemente analisada, nem pelo Governo Central, nem por mim em ligação com os Governos Regionais. Portanto, seria prematuro dizer mais.

—Pensa no futuro, numa próxima oportunidade, vir a analisar a situação desses dois movimentos em contacto com os Governos dos Açores e da Madeira?

—«Eu penso vir a analisar, com mais cuidado, todos os problemas que dizem respeito às regiões autónomas, e não apenas no aspecto defensivo, no sentido de manter a integridade nacional. Não só por isso. Isso, sem dúvida, é um imperativo, que cabe a qualquer chefe de governo e que toda a gente compreende; mas porque considero, por um lado, que o povo dos Açores tem que encontrar, no Governo Central, um apoio e uma valorização dos seus recursos e das suas qualidades muito maior do que encontrou até agora; por outro lado, porque penso que a evolução da autonomia nos Açores e na Madeira podem ter uma grande influência na criação de regiões dentro do continente. Portanto, nesse sentido, quero levar, tanto quanto puder, o exame desta experiência, até ao fim das minhas próprias possibilidades de análise que o tempo me permitir e também do contacto com os Governos Regionais.»

toda a vida nacional num

—«Só lhe posso dizer que gostava imenso e que é uma das minhas

vergonhas, no plano internacional, cada vez que me encontro com amigos, que, quase todos, sobretudo se atravessaram o Atlântico e visitaram os Açores, eu realmente apareço como uma analfabeta em termos açorianos. Gostaria imenso de poder realizar essa visita.

Não posso, evidentemente, não me cabe a mim, Governo Central, impor-me à população dos Açores, e, por isso mesmo, não lhe posso dizer: «Pois claro, vou imediatamente». Isso teria que partir, em primeiro lugar, do próprio povo dos Açores e do seu governo.

Por outro lado, tenho limites de tempo, como há-de reconhecer, que pesam sobre mim com um grande acuidade Mas que esse interesse é muito real e que tenho a certeza que aprenderia muito para toda a vida nacional num contacto com os Açores, não tenho dúvidas.»

para a Região e, até, corre de esbulhar os seus recursos em projectos que n- taria isoladamente.

## O navio oceanográfico

### «SHACKLETON

### no porto de Ponta Delgada

Chegou ontem de manhã de Ponta Delgada, para fazer, o navio oceanográfico «Shackleton», de 994 toneladas e 43 tripulantes.

Procede de Cardiff e de Gibraltar.

O «Shackleton», que se encontra na Casa Bensaude, deve partir tarde.

## Entrevista de Lurdes Pintasilgo

### Pintasilgo causa agitação nos meios governamentais lisboetas

Segundo notícias chegadas de Lisboa, ontem à noite, as declarações de Maria de Lurdes Pintasilgo causaram certa efervescência nos meios governamentais portugueses, e círculos próximos do Conselho da Revolução não ocultaram a sua estranheza por algumas das declarações.

Uma leitura atenta das declarações da Primeiro-Ministro não detecta razões para tais comentários, em nosso entender, o que torna ainda mais estranha a posição dos círculos lisboetas referidos. Mesmo as suas afirmações sobre os movimentos separatistas e a regionalização de algumas áreas do Continente não nos parecem conter nada de especial.

Um facto curioso é que, até ontem à noite, a «ANOP» não tinha distribuído qualquer noti-

cia sobre a entrevista de Maria de Lurdes Pintasilgo, transmitida ontem pelo «Asas do Atlântico», através do programa publicitário «Musigrava». A propósito, refira-se que os círculos, contactados ontem pelo «Açoriano Oriental», estranharam que a Primeiro-Ministro tivesse concedido uma entrevista a um programa comercial, com publicidade, o que, em nossa opinião, nos parece absolutamente aceitável, visto tratar-se de uma emissão de rádio com larga audiência e no qual são também tratados assuntos de interesse geral.

De qualquer forma, parece-nos muito significativo o ambiente criado em Lisboa à volta das declarações de Maria de Lurdes Pintasilgo.



# «A ORGANIZAÇÃO DE FORÇAS INTERNAS NAS REGIÕES AUTÓNOMAS TÊM A RESPONSABILIZAÇÃO DOS GOVERNOS REGIONAIS»

—Declarou Maria de Lurdes Pintasilgo em entrevista ao «Asas do Atlântico»

O programa comercial da «Musigrava» transmitiu ontem, pelas 13h30, na estação emissora do Clube Asas do Atlântico, uma entrevista com a primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintasilgo.

A chefe do V governo constitucional respondeu a várias perguntas sobre a conjuntura política nacional.

Transcrevemos nessa entrevista a parte que se refere aos Açores.

*A pergunta como via as relações Governo da República/Governos Regionais na construção das respectivas autonomias, respondeu Maria de Lurdes Pintasilgo:*

—Pela experiência que tive até agora, claro que tenho tido contacto com os dois Ministros da República para os Açores e para a Madeira, que regularmente vêm a Lisboa, e tive já um contacto directo com o Dr. Mota Amaral, não tendo ainda tido contacto directo com o chefe do Governo da Região Autónoma da Madeira.

Devo dizer-lhe (e respondo assim, já de uma forma muito personalizada; que me parece que isso é importante, não se trata de uma posição teórica) devo dizer que na prática, vejo com uma expectativa muito positiva esse contacto.

A sessão de trabalho que tive com o Dr. Mota Amaral, considero-a da minha parte extremamente positiva. Também creio que foi essa a avaliação que o Dr. Mota Amaral fez.

Temos uma visão bastante semelhante quanto ao significado da autonomia em termos nacionais, em termos europeus, em termos universais. Quer dizer, eu considero que hoje há patrias, mas não há estados uniformes monolíticos; há patrias unifica-

das e eu penso que os Açores e a Madeira, como parte integrante de Portugal, são parte dessa pátria, mas não de um estado uniforme que fosse todo ele idêntico nas suas partes. Isso é um fenómeno que diz respeito não só a Portugal mas a toda a Europa, diz respeito, de uma forma institucionalizada, por exemplo, a um país como a Suíça, em que os 23 cantões funcionam de forma completamente autónoma. Diz respeito, já com uma certa tensão, a um país como a Bélgica em que há três sectores, três regiões que se podem considerar diferentes.

Vemos, nesta altura, na Europa, mesmo para a construção da Europa, o crescimento do movimento de autonomia regional.

Vejo a autonomia dos Açores e da Madeira, dentro do espaço territorial português, como fazendo parte desse movimento europeu que tem também um eco para além da Europa.

Dai que, ao ter encontrado no Dr. Mota Amaral preocupações bastante semelhantes (numa primeira conversa, claro; ainda há muitos aspectos concretos a analisar), eu possa dizer que as relações julgo que poderao ser sinceras, claras.

Evidentemente, o Governo Central

sempre com a preocupação de unificar (não no sentido de tornar monolítico e tornar tudo absolutamente uniforme, mas no sentido de tornar uno e coeso), e, por outro lado, os Governos Regionais com a preocupação da defesa da identidade cultural

que justifica a autonomia das regiões

E penso mais: que o nosso território continental ganhará muito também com uma regionalização que aliás, está consignada na Constituição, e que é, portanto, um aspecto

(Conclui na 8.ª página)



"Açoriano Oriental"

14/9/79







## The Woman Who Runs Portugal Is a Feminist!

Maria de Lourdes Pintassilgo, a prime minister of all the people

AN EXCLUSIVE INTERVIEW BY  
MARIA ISABEL BARRENO

Since April 25, 1974, when the more than 40-year-long dictatorship of Antonio de Oliveira Salazar and Marcello Caetano was overthrown, 10 governments have been formed and unformed in Portugal. The turmoil has been such that people have even moved in and out of political parties. In fact, many of the deputies currently in the Legislative Assembly no longer belong to the party from which they were elected, and form a large group of independents.

In response to the unrest, President Antonio Ramalho Eanes concluded this summer that since the political parties had proved incapable of forming a stable government and the assembly was no longer representative of the choice of the electors, he would call for new elections and appoint a new prime minister to govern until they could be held.

His choice, appointed in July, was Maria de Lourdes Pintassilgo—49 years old; a chemical engineer; a feminist; a radical Catholic who believes in reproductive freedom; single and living in a commune of Catholic women; a member of no political party, who served in both pre- and post-revolutionary governments.

Prime Minister Pintassilgo came into office amid much criticism—some of it due to the ongoing interparty squabbles and some of it pure antiwoman prejudice. Nevertheless, she proceeded



"Women's fight cannot be isolated. . . . It is like racism, a social plague."



to choose a cabinet and a program for her government and set out to keep a low profile until the elections, scheduled for December 2.

Maria de Lourdes Pintassilgo was born in 1930, in a small Portuguese town. She got a degree in 1953 in chemical engineering from the University of Lisbon. (She explains that she went into engineering to prove she could do it; several of her friends had tried and failed.) While in school, she became president of the national Catholic women's student group, and later she headed the International Movement of Catholic Students. One of her first jobs was as a researcher on nuclear energy for the government, after which she worked in research and planning for CUF, the country's largest industrial complex, where she learned the universal truth that women professionals had to work twice as hard as their male counterparts. In 1960, she left industry to work full-time for the Graal, an international movement of Catholic women, with activities ranging from rural development to intellectual discussion of social and spiritual issues. She notes that she was heavily influenced by the writings of the French philosopher Simone Weil.

In 1969 she went back to work for a quasi-legislative branch of the government. Caetano was in power at the time, and there were hopes of a progressive liberalization of the political situation. She was also president of a government commission on social policy concerning women and a member of the Portuguese delegation to the United Nations. (After her appointment as prime minister, she was criticized for working for Caetano, but she explains that it was "a good way to learn how things functioned. I was free to criticize and vote against the government. It was a good cover. I was working with rural women then, speaking in small communities. I knew PIDE agents [the political police]

Fundação Cuidar o Futuro







"We have a very complex and disorganized bureaucracy. I want to destroy that."

were there as usual, but I could say things I would never have gotten away with if it had not been for my political functions.")

After the 1974 revolution, Pintassilgo was named Secretary of State for Social Security and then Minister for Social Affairs. Before her appointment as prime minister she was the Portuguese ambassador to UNESCO in Paris.

In order to learn about this remarkable woman personally, we asked Maria Isabel Barreno (one of the "Three Marias" who authored the landmark feminist book *New Portuguese Letters*) to interview her in Portugal. —The Editors

I first met Maria de Lourdes Pintassilgo when I—along with the other two Marias—was on trial for supposedly "corrupting public morals" with our book. This was not only before the 1974 revolution, but before it became fashionable in Portugal to sympathize with the Three Marias. She came to us with a big smile, with all the

warmth of her person. She told us she had read the book, and how stimulating and marvelous she found it. I listened to her talking about personal relationships and society and I found *her* stimulating and marvelous.

My first impression was a lasting one. When I went to meet with her at the official prime minister's house, it was August and unbearably hot. I passed the big gate, once as difficult to cross as the doors of heaven. This time I just had to give my name to a doorman. He phoned inside the building, and I went in. Two policemen, strolling in the garden, waved at me. They were the only show of security.

Inside, I was asked to wait; the schedule had started its daily expansion. Someone went in with a sandwich. Then a secretary led me into the prime minister's office. She smiled, and we started talking. There was almost no need to ask anything. My questions were just a way of ordering our conversation.

BARRENO: *What are your positions on women's issues?*

PINTASSILGO: Sexism is a violation of human rights, but it happens in specific ways, on specific grounds. At the same time, women's fight cannot be seen as an exclusive or isolated fight. It is like racism—a social plague.

We have to achieve women's autonomy: both bodily and spiritually. This includes changes in women's personal lives; and goes right up to changing the means of production. We live in a society with artificial needs and artificial goods. We have a thousand gadgets to try to solve the problems that come out of all these artificial needs and goods. Many people don't notice it, but domestic work takes much more time today than in the past.

The world is divided into two hemispheres, north and south; the north is trying to impose industrialism—belief in the universality of science and technology—on the south, while the south is trying to



create something new. It's against the antihumanism of this industrialism that women are fighting. BARRENO: *Do you think women understand this antihumanism better than men because of their*

mystified professional work. There was a time when people thought professional jobs were a means of liberation for women. But, except for a minority who can choose either to work or not, the

or three children, and if she has more, you get lost counting. BARRENO: *Where do you start changing—with the laws or with personal behavior?*

PINTASSILGO: You have to change everywhere—individually and legally. They are distinct but complementary aspects. It's true that the law consolidates the practice; but the law can also be a pioneer. In Portugal now, I think the laws should assume this pioneering role.

I believe also that women are in a position to begin to understand their weaknesses as strengths. This is very important. Take the way women express themselves, for example. First there is the silence; women don't talk in public when men are present, they find it difficult. But silence is also resistance; we can capitalize on it to make the final explosion. Second, there is the small talk, the chatting; women talk about

**M**OST DECEMBER HOLIDAYS ARE PART OF AMERICA'S EUROPEAN PAST, BUT WHAT ABOUT OUR AFRICAN HERITAGE? Celebrate *Kwanza*, the Swahili name for the week-long African festival praising the rich harvest of the earth and of the mind. On December 26, arrange fruits of the harvest including ears of corn (*muhindi*, a symbol of children and continuity) on a straw mat (*mkeka*) around a seven-branch candelabra (*kinara*). Light a candle each night, eat natural foods, pass around a unity cup (*kikombe*), celebrate creativity with original songs, dances, or poems—and good talk. (See opposite box.)

*specific social position!*

PINTASSILGO: Of course. Their daily work deals with everything; it's very diversified. Women can see the results of social mechanisms on people. And they have also de-

termined a majority of women must work as an economic necessity and this is in addition to the domestic work they have to do at home. A woman works seventy to ninety hours a week if she has two

Fundação Cuidar o Futuro





things before they become events. This is also conspiracy. And finally, there is what you can call the "hysterical cry," the expression with the body. When women say no, it is with their whole body.

BARRENO: *Given the current political situation and the short time you have, what do you believe you can do while in office?*

PINTASSILGO: I know I can't do much. But even small changes are important. And there are some things I've started already. The demystification of power, for example, the breaking down of the usual political discourse and behavior. As a woman, I have nothing to lose. Also we have in Portugal a very complex and disorganized bureaucracy, much worse now than just after the revolution. I want to destroy that. And I've started. I don't accept any report that tells me the facts and leaves the decision to me. I send it back again. It's a small thing, making people assume responsibility, but it's a lubrication of the system.

I also want to decrease our dependency on imported food. We import forty percent of the things

women in her cabinet, but now I understand. Those women who are potential ministers belong to two major groups. The "olympic experts" tell you they don't want to be mixed up in politics. I understand them; they are afraid of a public image since they don't have enough self-confidence yet. I asked four women to be ministers in my cabinet; all four refused. One said she wanted to think about it and then when the attacks against me began in the press, she gave me a categorical refusal. I guess I'm not afraid of my public image any more, because I have no more illusions about myself.

The second group of potential women ministers are those who tell you they're not capable. There is no man who, when asked to be a minister, would give this kind of answer. So I go on with this struggle to put women in important positions. I've told everyone: "Under equal conditions, if you have to choose between a man and a woman, choose the woman." It's reverse sexism, but we need that to establish the balance.

The most pleasant thing about

istic. These women have very clear profiles. They know what they want. And they have a feminine quality, which is not Golda Meir's bonhomie, or Margaret Thatcher's cooking for her friends. It's something else that's difficult to define.

It's a good thing to have women in high posts, but we still don't have freedom of style. For that you need enough critical mass, enough women in power. Only then will the temptation to imitate male attitudes disappear. But there is already a qualitative change. I have been in many international meetings with women who have held powerful posts, and I've realized that a kind of deep and underground understanding exists among all of us.

Women also have more perspective on what they do. I once overheard two women ministers from different countries talking. "What have you been doing?" asked one. "A lot of nonsense and a few nice things," said the other. Can you imagine a man admitting that his important job has a lot of nonsense in it? Men in power hide behind screens, and they can't see people's real needs. We need to take those screens away.

BARRENO: *What about your future? What will you be doing in a year or two?*

PINTASSILGO: I have no idea. Everything interests me. I don't intend to have a "career." I have been working on very different levels, from the grass-roots level to the macro-society level. I could go back to any kind of work. What I like is innovation and experience.

Our time is over. Nervous aides have been knocking at the door. We stand up, still talking. "They don't like me being single," she smiles, "but when they ask me why I stay single, I just answer, 'Why not?'"

I leave. She goes downstairs for an interview with Brazilian television. It's now after two o'clock. The sandwich, eaten in two minutes, was her lunch.

**C**ELEBRATE THE WEEK OF KWANZA by exploring one of its seven Swahili principles each night at the dinner table: *umoja* is unity; *kujidagulia* is self-determination; *ujima* is collective work; *ujamaa* is cooperative economies, families, and communities; *nia* is purpose; *kuumba* is creativity; and *imani* is faith.

we eat. This is really sowing without reaping. Agriculture has to be diversified and organized in a more cooperative way. I think political weight has to be taken off technical questions and this is something women usually do, even if men don't accept it.

And I also want to do something like the American feminists did—to draw some guidelines that will function as a brake to sexism—though this is still a vague project in my mind.

When I was appointed, I wanted to have more women in the government. Margaret Thatcher was accused of not having enough

this job has been the letters from women. A fifty-year-old woman wrote, "I felt tied down all my life, but now, seeing you so free, I realize I can still change my life." I want to keep in direct contact with women. Not only through organizations, but through one-to-one communication. But I still don't know how to do it.

BARRENO: *What do you think of the other women prime ministers: Golda Meir, Indira Gandhi, Margaret Thatcher?*

PINTASSILGO: I think determination is their common trait. Not all the men who are prime ministers or presidents have this character-

